

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JULIANA VLASTUIN

**AS “DONAS DA QUADRA”: LEITURA SOCIOLÓGICA DAS UNIDADES  
GERACIONAIS OLÍMPICAS DO VOLEIBOL FEMININO NO BRASIL (1980-2008)**

CURITIBA

2013

JULIANA VLASTUIN

**AS “DONAS DA QUADRA”: LEITURA SOCIOLÓGICA DAS UNIDADES  
GERACIONAIS OLÍMPICAS DO VOLEIBOL FEMININO NO BRASIL (1980-2008)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Departamento de Ciências Sociais, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Wanderley Marchi Jr.

CURITIBA

2013

Catálogo na publicação  
Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607  
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Vlastuin, Juliana

As “donas da quadra”: leitura sociológica das unidades geracionais olímpicas do voleibol feminino no Brasil (1980-2008)./ Juliana Vlastuin. – Curitiba, 2013.

217 f.

Orientador: Prof. Dr. Wanderley Marchi Junior

Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

1. Voleibol para mulheres. 2. Voleibol – Brasil - História. 3. Mulheres atletas - Voleibol. I. Título.

CDD 796.325

## **BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Wanderley Marchi Júnior, UFPR (orientador e presidente)

Prof. Dr. Luiz Alberto Pilatti, UTFPR (titular externo)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Luisa Fayet Sallas, UFPR (titular interno)

Prof. Dr. Gustavo Luiz Gutierrez, UNICAMP (titular externo)

Prof. Dr. José Miguel Rasia, UFPR (titular interno)

Prof. Dr. Fernando Renato Cavichioli, UFPR (suplente externo)

Prof. Dr. Ângelo José da Silva, UFPR (suplente interno)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cristina Carta Cardoso de Medeiros, UFPR (suplente externo)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Tarcisa Silva Bega, UFPR (suplente interno)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA  
Rua General Carneiro, 460 - 9º andar-sala 906 Fone e Fax: 3360-5173

## PARECER

A banca examinadora, instituída pelo colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná, após arguir o(a) candidato(a) **Juliana Vlastuin**, em relação ao seu trabalho de tese intitulado "AS "DONAS DA QUADRA": LEITURA SOCIOLÓGICA DAS UNIDADES GERACIONAIS OLÍMPICAS DO VOLEIBOL FEMININO NO BRASIL (1980–2008)" é de parecer favorável à ..... <sup>Após no Voto</sup> ..... do(a) acadêmico(a), habilitando-o(a) ao título de *Doutor* em Sociologia, linha de pesquisa "Cultura, Comunicação e Sociabilidades" da área de concentração em SOCIOLOGIA. Curitiba, 28 de março de 2013.

Prof. Dr. Luiz Alberto Pilatti

Prof.ª Dr.ª Ana Luisa Fayet Sallas

Prof. Dr. Gustavo Luiz Gutierrez

Prof. Dr. José Miguel Rasia

Prof. Dr. Wanderley Marchi Junior  
orientador e presidente



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA  
Rua General Carneiro, 460 - 9º andar-sala 906 Fone e Fax: 3360-5173

### Ata de Defesa de Tese De Doutorado

Ata da Sessão Pública, de defesa de tese para obtenção do Título de Doutor em Sociologia, área de concentração "SOCIOLOGIA", Linha de Pesquisa "Cultura, Comunicação e Sociabilidades". No dia 28 de março de 2013, às 14:00 horas, nas dependências do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, reuniu-se a banca examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, composta pelos Professores Doutores Luiz Alberto Pilatti – UFPR, Ana Luisa Fayet Sallas – UFPR, Gustavo Luiz Gutierrez – UNICAMP, José Miguel Rasia – UFPR e Wanderley Marchi Junior – UFPR (Orientador e Presidente da banca) para avaliar a Tese de Doutorado de **Juliana Vlastuin**, intitulada "AS "DONAS DA QUADRA": LEITURA SOCIOLÓGICA DAS UNIDADES GERACIONAIS OLÍMPICAS DO VOLEIBOL FEMININO NO BRASIL (1980–2008)", para obtenção do Título de Doutor em Sociologia. O desenvolvimento dos trabalhos seguiu o roteiro de sessão de defesa estabelecido pelo Colegiado do Programa e sob a coordenação do(a) Orientador(a). Após haver analisado o referido trabalho e argüido o(a) candidato(a), os membros da banca examinadora deliberaram pela ".....<sup>APROVAÇÃO</sup>....." do(a) candidato(a), concedendo-lhe o título de **Doutor(a) em Sociologia**. Curitiba, 28 de março de 2013.

Prof. Dr. Luiz Alberto Pilatti

Prof.ª Dr.ª Ana Luisa Fayet Sallas

Prof. Dr. Gustavo Luiz Gutierrez

Prof. Dr. José Miguel Rasia

Prof. Dr. Wanderley Marchi Junior  
orientador e presidente

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu eterno espelho de vida, minha avó Clara de Castro (*in memoriam*).

## AGRADECIMENTOS

Chegar ao final de um curso de doutoramento é sempre um momento de sentar, olhar pra trás e simplesmente agradecer. Começo agradecendo pelo milagre da minha vida e por ter tido a oportunidade de vivenciar quatro anos intensos de trabalho, reflexão e amadurecimento profissional e pessoal. Para isso, agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Wanderley Marchi Júnior, por acreditar no meu trabalho e me formar academicamente há seis anos. Foi um privilégio ter trabalhado ao seu lado durante os anos de mestrado e doutorado.

Agradeço também a todos os professores e colegas da turma 2009-2012 do Curso de Doutorado em Sociologia do Departamento de Ciências Sociais (DECISO) da UFPR que me proporcionaram momentos de profundo conhecimento na área de Ciências Humanas e Sociais.

Aos professores Dr. José Miguel Rasia (UFPR), Dra. Ana Luisa Fayet Sallas (UFPR), Dr. Luiz Alberto Pilatti (UTFPR) e Dr. Gustavo Luiz Gutierrez (UNICAMP), por terem aceitado o convite de participação na minha banca de doutoramento, e por serem responsáveis pela lapidação desta versão final. Agradeço também aos secretários (as) do DECISO e da PRPPG (Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação) por me auxiliarem no andamento dos trâmites burocráticos. Agradeço também a correção minuciosa de Mário Domingues, revisor desta versão final.

A todas as gerações do Grupo de Orientação do Prof. Wanderley Marchi Júnior, o qual faço parte desde o seu início, em 2006. Obrigada pelo crescimento e amadurecimento intelectual que todos vocês me proporcionaram e pelas calorosas discussões de teses, dissertações e monografias nesses anos.

Às ex-atletas da seleção brasileira feminina Maria Auxiliadora Villar Castanheira, Heloísa Helena Santos Roese, Ana Maria Richa Medeiros, Hélia Rogério de Souza Pinto e Elisangela Oliveira, por serem as porta-vozes das oito unidades geracionais olímpicas desta tese. Obrigada por terem compartilhado comigo uma das experiências esportivas mais importantes de suas carreiras. Agradeço também ao superintendente da CBV, Renato D'ávilla pelas informações cedidas em sua entrevista, viabilizada pelo meu grande amigo Luiz Carlos Pessoa Nery.



Aos meus colegas docentes do Departamento de Educação Física da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), *Campus Irati*, por me auxiliarem na minha primeira experiência docente e pelo apoio deste último ano de doutoramento.

Aos professores Atlântico Souza Ribeiro e Dulce Mari Herbst, que acompanharam e incentivaram os primeiros passos da minha caminhada acadêmica, desde a graduação. Embora distante, sou uma eterna admiradora de vocês.

Aos meus colegas de mestrado Alexandre Domingues, Camile da Silva e Bruno Boschilia, e aos meus tios João e Jaque, que me auxiliaram na minha vinda para Curitiba em 2006. Obrigada pelo apoio e receptividade de vocês.

À “família acadêmica” que acabei formando aqui: Tatiana Sviesk Moreira, Ana Letícia Padeski Ferreira, Bárbara Schausteck de Almeida, Ricardo Nunes Sonoda, Gilmar Francisco Afonso, Juliano Souza, Leila Salvini e Fernando Dandoro. Obrigada por compartilharem comigo momentos de aprendizados, prazos e realizações. De maneira indireta, vocês fazem parte desta tese.

Agradeço a minha grande amiga, Tatiana Sviesk Moreira, pelas conversas relacionadas ao nosso objeto de estudo e por ceder seu acervo pessoal contendo várias fontes dessa pesquisa. Agradeço a minha grande amiga, Ana Letícia Padeski Ferreira, pelo comprometimento e companheirismo durante esses três anos de convivência na Sociologia. Agradeço as minhas grandes amigas, Bárbara Schausteck de Almeida e Leila Salvini, pela proximidade pessoal e profissional que cultivamos desde 2009. Com certeza, novas parcerias virão em um futuro próximo! Agradeço ao meu grande amigo Renato Cornelsen, pelo apoio e carinho nesses anos em que você faz parte da minha vida. Agradeço em especial a minha sócia Camila Porto de Camargo (<http://pontocomteudo.com>), por acompanhar cada passo da construção desta tese e por sempre estar ao meu lado, me encorajando a enfrentar todos os desafios dessa longa jornada.

Por último, gostaria de agradecer alguns de meus familiares: meus irmãos, Marcos e Indianara e meus sobrinhos, Samuel e Israel, por alegrarem minha vida e colorirem alguns de meus finais de semana.

Aos meus pais, Aurelio Pedro Vlastuin e Ilda Vlastuin, pelo amor incondicional despendido desde sempre, por entenderem minhas ausências e compartilharem

comigo mais esse projeto concretizado. Muito obrigada pela dádiva de ter vocês sempre ao meu lado, sem pestanejar.

E à minha avó, Clara de Castro, que durante esses quatro anos lutou contra o Mal de Alzheimer e me mostrou o verdadeiro valor da vida. Obrigada pelas lições de vida que você nos deixou e pelo exemplo de mulher inspiradora da minha vida!

## RESUMO

Na cronologia do voleibol brasileiro, a trajetória do voleibol feminino tem demonstrado um crescimento nitidamente exponencial nos últimos trinta anos. O objetivo desta tese foi analisar a especificidade da trajetória do voleibol feminino na história do voleibol brasileiro no período de 1980 a 2008. De maneira específica, a pesquisa evidenciou o surgimento da modalidade a partir da identificação das principais estruturas e agentes sociais responsáveis pelo processo de inserção, desenvolvimento e ascensão do voleibol feminino no país. A análise qualitativa dessa trajetória foi feita por meio da coleta de dados de diferentes fontes de pesquisa, entre eles: teses de doutorado, dissertações de mestrado, artigos acadêmicos publicados em periódicos, anais de eventos científicos e sites institucionais ligados ao voleibol. Como o voleibol feminino foi representado em oito edições olímpicas neste período, realizamos cinco entrevistas semi-estruturadas com atletas participantes em, pelo menos, um ciclo olímpico, que foram: Maria Auxiliadora Villar Castanheira – atleta dos Jogos Olímpicos de Moscou (1980) e Seul (1988); Heloísa Helena Santos Roese – atleta dos Jogos Olímpicos de Los Angeles (1984); Ana Maria Richa Medeiros – atleta dos Jogos Olímpicos de Los Angeles (1984) e Seul (1988); Hélia Rogério de Souza Pinto – atleta dos Jogos Olímpicos de Barcelona (1992), Atlanta (1996), Sydney (2000), Atenas (2004) e Pequim (2008) e Elisângela Oliveira – atleta dos Jogos Olímpicos de Sydney (2000) e Atenas (2004). A pesquisa contou também com a entrevista de Renato D'ávilla, atual gestor técnico da CBV e responsável pelo planejamento das competições de clubes nacionais de voleibol feminino e masculino. Através da Sociologia Reflexiva, do sociólogo francês Pierre Bourdieu, detectamos os elementos de especificidade desse espaço social esportivo. Em conjunto com os conceitos de *habitus*, campo, *ethos* social, *hexis* corporal, capital, poder e reprodução social de Bourdieu, utilizamos o conceito de gênero, entendido como uma categoria de análise cultural neste contexto histórico. Para a identificação das oito seleções olímpicas do voleibol feminino, utilizamos o conceito de unidade de geração do sociólogo alemão Karl Mannheim. Essa identificação foi determinada pela descrição das oito participações olímpicas da seleção feminina, denominadas de unidades de geração olímpicas do voleibol feminino brasileiro. Com base nos resultados desta pesquisa, concluímos que o voleibol feminino brasileiro apresentou uma trajetória histórica e social singular e independente do voleibol masculino brasileiro. Embora tenha reproduzido as estratégias de investimento econômico, social e simbólico do voleibol masculino na modalidade, a trajetória do voleibol feminino apresentou especificidades fundadas na condição social inerente ao *ethos* e *hexis* da mulher, confirmando a hipótese de que o voleibol feminino brasileiro passou por um processo histórico de condicionamento e estruturação tardio em relação ao voleibol masculino no campo esportivo brasileiro.

Palavras-Chave: voleibol feminino, unidades de geração, unidades de geração olímpicas, Brasil.

## ABSTRACT

In the chronology of the Brazilian volleyball, the trajectory of women's volleyball has clearly demonstrated exponential growth over last thirty years. The goal of this thesis was to analyze the specificity of the trajectory of women's volleyball in the history of Brazilian volleyball from 1980 to 2008. In a specific way, the research shows clearly the volleyball appearance, from identification of the main structures and social agent responsible for the integration process, development and rise of women's volleyball in the country. The quality analysis of this trajectory was made by collecting data from different sources of research, including, doctoral theses, master's dissertation, academic articles published in journals, periodical publication from scientific events and institutional website related to volleyball. As women's volleyball was played in eight Olympics editions in this period, we conducted five semi-structured interviews with athletes participating in at least one Olympic cycle, which were: Maria Auxiliadora Villar Castanheira – athlete of Moscow (1980) and Seoul (1988) Olympic Games; Heloísa Helena Santos Roesse – Athlete of Los Angeles (1984) Olympic Games; Ana Maria Richa Medeiros – Athlete of Los Angeles (1984) and Seoul (1988) Olympic Games; Hélia Rogério de Souza Pinto – Athlete of Barcelona (1992), Atlanta (1996), Sydney (2000), Athens (2004) and Beijing (2008) Olympic Games and Elisângela Oliveira – Athlete of Sydney (2000) and Athens (2004) Olympic Games. The research also count on Renato D'ávilla's interview, the current technical manager of CBV and responsible for women and men's volleyball national competition planning club. Through Reflexive Sociology, the French sociologist Pierre Bourdieu, we detected the specificity elements of this sport social space. Along with the concepts of *habitus*, field, social *ethos*, corporal *hexis*, capital, power and social reproduction of Bourdieu, we used the concept of gender, known as a cultural analysis category in this historical context. In order to identify the eight Olympic teams from women's volleyball, using the concept of generation unit of the German sociologist Karl Mannheim. This identification was determinate by the description from the eight athletes that took part in the Olympic women's team, denominated by the Olympic generation unit for the Brazilian women's volleyball. According to the results from this research, we concluded that the Brazilian women's volleyball showed a unique historical trajectory and social and independent from the Brazilian men's volleyball. Although it reproduced economic investment strategies, social and symbolic from in men's volleyball, the trajectory of women's volleyball showed specificities based on social status inherent to women's *ethos* and *hexis*, confirming the hypothesis that the Brazilian women's volleyball went through a conditioning historical process and late effect act of structuring in relation to men's volleyball in the Brazilian sport field.

Keywords: women's volleyball, generation units, Olympic generation units, Brazil.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 01	CLASSIFICAÇÕES OLÍMPICAS DA SELEÇÃO BRASILEIRA FEMININA.....	31
FIGURA 01	UNIDADES DE GERAÇÃO OLÍMPICAS DA SELEÇÃO FEMININA BRASILEIRA.....	34
IMAGEM 01	PRIMEIRA SELEÇÃO FEMININA NO I CAMPEONATO SUL-AMERICANO DE 1951.....	81
IMAGEM 02	JOGO ENTRE BRASIL E ARGENTINA NO I CAMPEONATO SUL-AMERICANO DE 1951.....	82
IMAGEM 03	JOGO ENTRE BRASIL E URUGUAI NA DÉCADA DE 1950.....	83
IMAGEM 04	BRASILEIRAS NO II CAMPEONATO SUL-AMERICANO DE 1958.....	85
IMAGEM 05	BRASILEIRAS COMEMORAM O TÍTULO SUL-AMERICANO DE 1958.....	85
IMAGEM 06	CAMPEONATO MUNDIAL FEMININO REALIZADO NO BRASIL EM 1960.....	86
IMAGEM 07	NUZMAN NOS JOGOS OLÍMPICOS DE TÓQUIO NO JAPÃO EM 1964.....	91
IMAGEM 08	NUZMAN COMO PRESIDENTE DA CBV EM 1985.....	92
IMAGEM 09	DESTAQUES DA SELEÇÃO FEMININA BRASILEIRA DE 1978.....	94
IMAGEM 10	BRASIL VENCE O CANADÁ NO MUNDIAL DE LENINGRADO EM 1978.....	95
IMAGEM 11	SELEÇÃO FEMININA NOS JOGOS OLÍMPICOS DE MOSCOU.....	97
IMAGEM 12	ISABEL E JACQUELINE NOS JOGOS OLÍMPICOS DE MOSCOU.....	98
QUADRO 02	CAMPANHA DA SELEÇÃO FEMININA NOS JOGOS OLÍMPICOS DE MOSCOU.....	99
QUADRO 03	CAMPANHA DA SELEÇÃO MASCULINA NOS JOGOS OLÍMPICOS DE MOSCOU.....	99
IMAGEM 13	BRASIL VENCE O PERU E É CAMPEÃ SUL-AMERICANA DE 1981.....	102
IMAGEM 14	FESTA DO PÚBLICO, FESTA DAS JOGADORAS NO SUL-AMERICANO DE 1981.....	103
IMAGEM 15	O LOCUTOR ESPORTIVO LUCIANO DO VALLE NA TV RECORD.....	107
IMAGEM 16	FERNANDA E VERA MOSSA COMEMORAM O TÍTULO DA PIRELLI EM 1982.....	108
IMAGEM 17	ISABEL: SALÁRIO DE 500 MIL CRUZEIROS NA SUPERGASBRÁS.....	110
IMAGEM 18	JACQUELINE E SEU LADO “DONA DE CASA”.....	112
IMAGEM 19	ISABEL NA CAPA DA REVISTA VEJA DE 1982.....	113
IMAGEM 20	VERA MOSSA E HELOÍSA RELAXAM NO AVIÃO FRETADO PELA CBV.....	116
IMAGEM 21	AS TEMPORADAS DE PREPARAÇÃO MASCULINA E FEMININA.....	117

IMAGEM 22	SELEÇÃO FEMININA DOS JOGOS OLÍMPICOS DE LOS ANGELES (1984).....	119
QUADRO 04	CAMPANHA DA SELEÇÃO FEMININA NOS JOGOS OLÍMPICOS DE LOS ANGELES.....	120
QUADRO 05	CAMPANHA DA SELEÇÃO MASCULINA NOS JOGOS OLÍMPICOS DE LOS ANGELES.....	122
IMAGEM 23	BRASILEIROS COMEMORAM A MEDALHA DE PRATA DOS JOGOS OLÍMPICOS DE LOS ANGELES.....	123
IMAGEM 24	JACQUELINE DIVULGANDO SEU LIVRO “VIDA DE VOLEI”.....	128
IMAGEM 25	VERA MOSSA, ISABEL E JACQUELINE NOS BASTIDORES DO VOLEIBOL FEMININO.....	130
IMAGEM 26	DESTAQUES DO VOLEIBOL FEMININO BRASILEIRO ANTES DOS JOGOS OLÍMPICOS DE SEUL (1988).....	131
IMAGEM 27	JOGO ENTRE BRASIL E PERU NOS JOGOS OLÍMPICOS DE SEUL.....	132
QUADRO 06	CAMPANHA DA SELEÇÃO FEMININA NOS JOGOS OLÍMPICOS DE SEUL.....	132
QUADRO 07	CAMPANHA DA SELEÇÃO MASCULINA NOS JOGOS OLÍMPICOS DE SEUL.....	134
IMAGEM 28	AS NOVAS “CANDIDATAS A MUSAS” DO VOLEIBOL FEMININO.....	135
IMAGEM 29	SELEÇÃO FEMININA NOS JOGOS OLÍMPICOS DE BARCELONA (1992).....	138
QUADRO 08	CAMPANHA DA SELEÇÃO FEMININA NOS JOGOS OLÍMPICOS DE BARCELONA.....	138
QUADRO 09	CAMPANHA DA SELEÇÃO MASCULINA NOS JOGOS OLÍMPICOS DE BARCELONA.....	140
IMAGEM 30	ANA MOSER, ANA FLÁVIA, BERNARDINHO E MÁRCIA FU EXIBEM O TROFÉU DO GRAND PRIX DE VOLEIBOL FEMININO DE 1994.....	141
IMAGEM 31	LEILA COMEMORA PONTO NOS JOGOS OLÍMPICOS DE ATLANTA (1996).....	143
QUADRO 10	CAMPANHA DA SELEÇÃO FEMININA NOS JOGOS OLÍMPICOS DE ATLANTA.....	144
QUADRO 11	CAMPANHA DA SELEÇÃO MASCULINA NOS JOGOS OLÍMPICOS DE ATLANTA.....	145
IMAGEM 32	WALESKA NO ATAQUE CONTRA OS ESTADOS UNIDOS NOS JOGOS OLÍMPICOS DE SYDNEY (2000).....	148
QUADRO 12	CAMPANHA DA SELEÇÃO FEMININA NOS JOGOS OLÍMPICOS DE SYDNEY.....	148
QUADRO 13	CAMPANHA DA SELEÇÃO MASCULINA NOS JOGOS OLÍMPICOS DE SYDNEY.....	149
IMAGEM 33	ÉRIKA NA DISPUTA CONTRA CUBA PELA MEDALHA DE BRONZE NOS JOGOS OLÍMPICOS DE ATENAS (2004).....	152
QUADRO 14	CAMPANHA DA SELEÇÃO FEMININA NOS JOGOS OLÍMPICOS DE ATENAS.....	153
QUADRO 15	CAMPANHA DA SELEÇÃO MASCULINA NOS JOGOS OLÍMPICOS DE ATENAS.....	154
IMAGEM 34	SELEÇÃO FEMININA DOS JOGOS OLÍMPICOS DE	

	PEQUIM (2008).....	157
IMAGEM 35	SELEÇÃO FEMININA NO PÓDIO DOS JOGOS OLÍMPICOS DE PEQUIM (2008).....	158
QUADRO 16	CAMPANHA DA SELEÇÃO FEMININA NOS JOGOS OLÍMPICOS DE PEQUIM.....	158
QUADRO 17	CAMPANHA DA SELEÇÃO MASCULINA NOS JOGOS OLÍMPICOS DE PEQUIM.....	159

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACM	Associação Cristã de Moços
AVC	Confederação Asiática de Voleibol
BB	Banco do Brasil
CAVB	Confederação Africana de Voleibol
CBD	Confederação Brasileira de Desportos
CBV	Confederação Brasileira de Voleibol
CDV	Centro de Desenvolvimento de Voleibol de Saquarema
CEV	Confederação Europeia de Voleibol
CND	Conselho Nacional de Desportos
COB	Comitê Olímpico Brasileiro
COI	Comitê Olímpico Internacional
COTP	Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa
COB	Comitê Olímpico Brasileiro
CSV	Confederação Sul-Americana de Voleibol
CTA	Centro Tecnológico de Aeronáutica
EPT	Esporte para Todos
FIBA	Federação Internacional de Basquete
FIFA	Federação Internacional de Futebol
FIVB	Fédération Internationale de Volleyball Federação Internacional de Voleibol
FMU	Faculdades Metropolitanas Unidas
FMV	Federação Mineira de Voleibol
FPV	Federação Paulista de Voleibol
FVR	Federação de Voleibol do Rio de Janeiro
LSE	London School of Economics and Political Science
ME	Ministério do Esporte
MEC	Ministério da Educação
MES	Ministério da Educação e Saúde
NORCECA	Confederação da América do Norte, Central e Caribe de Voleibol
PELC	Programa de Esporte e Lazer para a Cidade
PIB	Produto Interno Bruto



PUC-MG	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
SNEAR	Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento
TOP	The Olympic Program
UCV	Universidade Corporativa do Voleibol
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UGF	Universidade Gama Filho

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	20
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	23
<b>CAPÍTULO 1 – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA A LEITURA DAS UNIDADES GERACIONAIS OLÍMPICAS DO VOLEIBOL FEMININO BRASILEIRO</b> .....	37
1.1. A AÇÃO REFLEXIVA DE PIERRE BOURDIEU.....	38
1.2. AS UNIDADES DE GERAÇÃO DE KARL MANNHEIM.....	56
<b>CAPÍTULO 2 – DA EXCLUSÃO À INSERÇÃO: O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO FEMININA NO VOLEIBOL</b> .....	67
2.1. PRIMEIRAS VITÓRIAS: A INSERÇÃO FEMININA NO CAMPO ESPORTIVO BRASILEIRO.....	67
2.2. O SURGIMENTO DO VOLEIBOL FEMININO BRASILEIRO.....	75
<b>CAPÍTULO 3 – DE “DONAS DE CASA” A “DONAS DA QUADRA”: AS UNIDADES GERACIONAIS OLÍMPICAS DO VOLEIBOL FEMININO BRASILEIRO</b> .....	96
3.1. DE MOSCOU A PEQUIM: AS SELEÇÕES FEMININAS BRASILEIRAS NOS JOGOS OLÍMPICOS.....	96
3.2. ENTREVISTAS.....	160
3.2.1. MARIA AUXILIADORA VILLAR CASTANHEIRA: “A MULHER VOLEIBOLISTA SE TORNOU INDEPENDENTE, AO IR NA CONTRA-MÃO DOS VALORES DA SOCIEDADE”.....	160
3.2.2. HELOÍSA HELENA SANTOS ROESE: “NÃO CHEGAMOS LÁ EM CIMA, PORQUE NÃO FOMOS PREPARADAS”.....	165
3.2.3. ANA MARIA RICHÁ MEDEIROS: “ELES TINHAM MUITA COISA E NÓS TÍNHAMOS POUCA”.....	168
3.2.4. HÉLIA ROGÉRIO DE SOUZA: “SÓ SERÍAMOS RECONHECIDAS QUANDO GANHÁSSEMOS UM TÍTULO OLÍMPICO”. .....	172
3.2.5. ELISANGELA OLIVEIRA: “O VOLEIBOL FEMININO COMEÇOU A GANHAR UMA DIMENSÃO MAIOR A PARTIR DO MOMENTO EM QUE COMEÇOU A SUBIR NO PÓDIO”.....	176
3.2.6. RENATO D’ÁVILLA: “FAZER EQUIPES FEMININAS É MUITO MAIS	

CARO DO QUE FAZER EQUIPES MASCULINAS”.....	178
<b>CONCLUSÃO</b> .....	183
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	197
<b>APÊNDICES</b> .....	208

## APRESENTAÇÃO

Era a estreia da nossa equipe nos Jogos Estudantis Municipais (JEM) em minha cidade natal, Ponta Grossa. Era a primeira vez que a Escola Municipal Professor Plácido Cardon participava de uma competição esportiva local. A expectativa era grande e nossas adversárias eram do maior colégio particular da cidade na época, Colégio Sagrada Família.

Não lutamos somente para vencer o jogo, mas para vencer uma série de distâncias sociais ali entremeadas. Nossa vitória por 3 sets a 1 foi a primeira demonstração do poderio que o espírito coletivo do esporte teria na minha vida.

Quis as circunstâncias me direcionar para o curso de Educação Física da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Enquanto minhas melhores amigas escolhiam os cursos de Engenharia, Medicina e outras “áreas nobres” das melhores universidades do país, eu ficava feliz por aquela grande oportunidade surgida no meu percurso.

Mesmo contrariando a vontade de muitos e recebendo o apoio de poucos, fui a 50ª colocada de 50 vagas ofertadas no vestibular de verão da UEPG do ano 2000. Foi ali que a aproximação com a pesquisa começou!

A partir desse momento, iniciei uma fase de contínua adaptação as situações que me surgiam. Em 2002, recebi um convite para trabalhar em uma academia de musculação e alongamento de um bairro nobre da cidade. Foi nesse momento que o “corpo” assumiu um instrumento de trabalho na minha carreira. Foram quatro anos de prescrição e comunicação, diariamente!

Também em 2002, recebi um convite do Prof. Dr. Luiz Alberto Pilatti, meu professor de Métodos de Técnicas de Pesquisa na época, para ingressar como voluntária em um Programa de Iniciação Científica do curso. Motivada por ter escrito uma boa resenha para sua disciplina (segundo ele), aceitei o convite e entrei oficialmente para a linha de pesquisa da História e Sociologia do Esporte.

Em um primeiro momento, me assustou escutar e assimilar em alguns encontros e congressos os conceitos de sociólogos como Norbert Elias e Pierre Bourdieu. Mas no fundo, eu sentia que estava seguindo o caminho certo, embora eu tenha deixado de viver os principais momentos que a vida universitária proporciona, por ter que estudar durante o dia e trabalhar durante a noite. Mas isso não representou um problema para mim, pelo contrário, criou novas motivações quando

a universidade chegou ao fim.

Incentivada pelo meu ex-orientador, resolvi tentar o mestrado em Educação Física e Sociologia da UFPR, em 2005. Sem sucesso. Com a ida de meu ex-orientador para o Curso de Especialização em Gestão Industrial do antigo CEFET, atual Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), cursei Especialização em Gestão Industrial, desenvolvendo minha monografia com foco na indústria do esporte. Neste ano, também fui aceita como aluna-ouvinte da disciplina “Educação Física, Esporte e Sociedade” que o Prof. Wanderley Marchi Júnior ministrava no Curso de Mestrado da UFPR. Todas as quintas-feiras pela manhã eu viajava a Curitiba para acompanhar as aulas na tentativa de aprimorar meu projeto.

No final de 2005, finalmente a boa notícia veio: fui aprovada no Mestrado em Educação Física da UFPR. Ali começou uma nova etapa na minha vida, de muito aprendizado acadêmico e pessoal, acima de tudo. Adaptando as minhas afinidades de pesquisa a nova linha de pesquisa, resolvi estudar a equipe de voleibol feminina Rexona, representante do Estado do Paraná nas edições da Superliga de 1997 a 2003. A problemática central dessa investigação circunscreveu a compreensão de como a equipe se inseriu no campo esportivo, o que ocasionou a transferência da equipe de Curitiba para o Rio de Janeiro e como esse fato foi percebido pelos agentes sociais e mídia impressa inseridos no processo de consolidação e desenvolvimento da equipe em Curitiba.

Muitas indagações surgiram ao término desse estudo de caso, que motivaram um projeto ainda maior: tentar o Curso de Doutorado em Sociologia da UFPR ainda em 2008. Em meio a inúmeras incertezas quanto as minhas decisões, permaneci em Curitiba e apostei nesse novo objetivo.

No final de 2008, minha aprovação no doutorado foi confirmada. Embora eu ainda seja uma mera observante participante do voleibol feminino de alto-rendimento, esse projeto de vida representou uma oportunidade de trazer a tona algumas questões de certa maneira polêmicas na Educação Física (como a abordagem de gênero como categoria analítica, por exemplo).

Nesse sentido, essa tese constitui uma leitura sociológica do voleibol feminino brasileiro proposta a partir da dissertação de mestrado intitulada “O caso da equipe de voleibol feminino Rexona (1997-2003): um estudo das inter-relações com a mídia esportiva” (VLASTUIN, 2008).

A contribuição da tese é pautada nas lições de vida que o esporte

representou na minha vida e na vida de algumas pessoas próximas de mim. Embora as cronologias sejam diferentes, as percepções individuais e coletivas do “*habitus* esportivo” continuam vivas e presentes em minha memória, como naquela primeira partida de voleibol.

## INTRODUÇÃO

A afirmação de que a “escola brasileira de voleibol” é referência mundial da modalidade vem sendo confirmada a cada competição de alto rendimento esportivo. Nos últimos dois rankings divulgados pela Federação Internacional de Voleibol (FIVB), entidade responsável pelo gerenciamento da modalidade em todo o mundo, o Brasil continua entre as primeiras colocações no voleibol feminino e masculino, à frente de países historicamente hegemônicos como Rússia, Sérvia, Estados Unidos, Japão, Cuba, Itália e China (FIVB, 2012a, 2012b).

Essa posição do voleibol brasileiro no cenário competitivo internacional pode ser ilustrada pela conquista de títulos nas principais competições que envolvem a modalidade. Na Copa do Mundo de Voleibol, a seleção feminina foi três vezes vice-campeã (1995, 2003 e 2007) e a masculina é atualmente bicampeã (2003 e 2007). Nas últimas cinco edições dos Jogos Olímpicos (1996, 2000, 2004, 2008 e 2012), as seleções femininas e masculinas conquistaram três medalhas de ouro, duas de prata e duas de bronze (CBV, 2012a).

No voleibol de praia, o Brasil possui atualmente as duas melhores duplas no feminino e no masculino entre as quatro melhores duplas mundiais. Desde 1996, quando o voleibol de praia se institucionalizou como modalidade no calendário olímpico, o Brasil conquistou duas medalhas de ouro, seis de prata e três de bronze (CBV, 2012b).

Vice-líder do ranking mundial da FIVB, a seleção feminina brasileira seguiu uma cronologia diferenciada do masculino, sobretudo em termos de resultados internacionais, por meio da conquista dos seguintes títulos: dezesseis vezes campeã sul-americana; quatro vezes campeã pan-americana; oito vezes campeã do Grand Prix e duas vezes campeã olímpica<sup>1</sup>.

Com o objetivo de contextualizar a trajetória do voleibol brasileiro para a problematização desta tese, fizemos um levantamento de alguns estudos realizados entre 1995 e 2011 sob os enfoques sociológico, histórico e administrativo que tiveram o voleibol como objeto em suas matrizes epistemológicas de análise.

---

<sup>1</sup> Campeonatos sul-americanos: 1951, 1956, 1958, 1961, 1962, 1969, 1981, 1991, 1995, 1997, 1999, 2001, 2003, 2005, 2007 e 2009; campeonatos pan-americanos: 1959, 1963, 1999 e 2011; Mundial Grand Prix: 1994, 1996, 1998, 2004, 2005, 2006, 2008 e 2009 e Jogos Olímpicos: 2008 e 2012. Cf. CBV. Confederação Brasileira de Voleibol. Seleção brasileira. Disponível em: <http://migre.me/4uUc7> Acesso em: 03 abr. 2012a.

As quatro dissertações de mestrado, duas teses de doutorado e um livro trataram do voleibol brasileiro sob diferentes perspectivas que foram desde o marketing esportivo (PINHEIRO, 1995), as organizações esportivas (PIZZOLATO, 2004), o amadorismo à profissionalização e espetacularização do voleibol masculino (MARCHI JR., 2004), o voleibol de praia (COSTA, 2005 e AFONSO, 2011) até o voleibol feminino (MOREIRA, 2009).

A dissertação de mestrado “*O marketing no voleibol brasileiro masculino no período de 1980 a 1994*” (1995) de Ana Beatriz Latorre de Faria Pinheiro aparece como a pioneira ao tratar o voleibol brasileiro sob uma perspectiva histórica. Com o objetivo de analisar a entrada do marketing esportivo no voleibol masculino brasileiro entre os anos 1980 e 1994, Pinheiro explicita que os investimentos na seleção masculina angariaram títulos internacionais inéditos “que a colocaram na faixa superior do ranking mundial, desde a década de 1980” (PINHEIRO, 1995, p. 22).

A autora atribui a ascensão do voleibol masculino entre as modalidades esportivas brasileiras à transição de seu status hegemônico na América do Sul para sua inclusão entre as principais forças mundiais da modalidade, até então dominada por equipes asiáticas e europeias. A autora também lança apontamentos sobre o voleibol feminino, no sentido de justificar a escolha de seu objeto de análise como colocado a seguir: “a exclusão da categoria feminina resultou do fato das inversões em marketing terem sido mais acentuadas na categoria masculina adulta, precursora de tais benefícios” (PINHEIRO, 1995, p. 22). Esse estudo pioneiro mostrou a importância de se considerar as particularidades histórico-sociais das categorias masculina e feminina dentro do recorte de um mesmo objeto de estudo: o voleibol brasileiro.

A dissertação de mestrado “*Profissionalização de organizações esportivas: um estudo de caso do voleibol brasileiro*” (2004), de Eduardo de Andrade Pizzolato investiga quais aspectos da gestão organizacional auxiliaram no processo de profissionalização do voleibol brasileiro. Para cumprir esse objetivo, o autor utilizou a base analítica da Teoria Institucional, além de pesquisa documental, análise de conteúdo e entrevistas semi-estruturadas com representantes do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Confederação Brasileira de Voleibol (CBV), FIVB, Governo Federal, Federações Mineira de Voleibol (FMV), além de comissão técnica, árbitros, patrocinadores, mídia e atletas de clubes nacionais.

Ao longo do estudo, Pizzolato (2004) desenvolveu os seguintes temas de



discussão: 1) o entendimento sobre o esporte e a empresa profissional; 2) um histórico nacional e internacional do voleibol; 3) as características da política de qualidade da CBV; 4) os principais títulos conquistados pelas seleções brasileiras ao longo da história e 5) as entrevistas com agentes de diferentes campos.

Ao visualizar no exemplo da gestão do voleibol brasileiro uma das possibilidades para se compreender questões relativas à profissionalização da gestão de outras entidades esportivas, o autor dá luz ao campo organizacional da CBV. Para tanto, entrevistou profissionais de diferentes áreas do conhecimento que contribuem para que a CBV seja um exemplo de gestão esportiva bem sucedida no país.

A perspectiva sociológica de Wanderley Marchi Jr., no livro “*Sacando*” o voleibol (2004) contribui para a compreensão do processo de formação do voleibol masculino brasileiro. Respalado nos pressupostos teóricos da Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu e da Teoria dos Jogos de Norbert Elias, o autor realizou uma análise histórica e descritiva, a partir da explicitação das passagens do amadorismo para o profissionalismo espetacularizado da modalidade.

Essa análise histórica detectou transições, denominadas pelo autor de “viradas”, caracterizando o intervalo entre as décadas de 1970 e 1990. Na medida em que as estruturas e agentes sociais do voleibol brasileiro davam seus primeiros passos em busca do profissionalismo, diversas instâncias foram mobilizadas pela CBV para atender às novas exigências da modalidade no país.

Esses indícios demonstraram a nova proposta organizacional da CBV baseada nos modelos de gestão profissionais norte-americano, italiano e japonês. Além do mérito profissional de técnicos, assistentes técnicos, preparadores físicos e atletas, a CBV também investiu na contratação de outros profissionais como gerentes executivos, analistas de mercado, promotores de marketing, especialistas em comunicação, imprensa e estatística. Dentro desses setores foram desenvolvidos planejamentos estratégicos relacionados à otimização do voleibol a curto, médio e longo prazo, desde as categorias de base das seleções.

Em linhas gerais, Marchi Jr. (2004) evidenciou que as instituições e agentes sociais do voleibol não visam somente à criação de uma parcela de praticantes da modalidade. As constatações empíricas do autor também revelaram que é necessária a mobilização de capitais econômicos, sociais, culturais e simbólicos de outros campos, como o midiático e o empresarial para que o voleibol masculino

consiga manter sua posição distintiva no cenário esportivo mundial.

Abordando o voleibol de praia, encontramos a tese de doutorado de Marília Maciel Costa com o título “*Vôlei de praia: configurações sociais de um esporte-espetáculo de alto rendimento no Brasil*” (2005). O objetivo da autora foi discutir a estruturação do voleibol de praia como produção de alto rendimento esportivo no Brasil (COSTA, 2005).

Ao focar o patrocínio privado entre o voleibol nacional e o Banco do Brasil (BB), entidade patrocinadora da modalidade desde 1991, Costa (2005) reconstruiu as estratégias institucionais dessa parceria. De acordo com os dados empíricos da autora, a empresa percebeu que o esporte estava entre as atividades de maior interesse do público jovem no país e que o voleibol era uma das modalidades mais assistidas na TV. Diante dessa avaliação, o BB apostou no investimento em marketing esportivo para atrair clientes mais jovens e rejuvenescer sua imagem institucional.

Nesse sentido, o investimento do BB também aconteceu no voleibol de praia, quando a estratégia de patrocínio foi semelhante ao voleibol de quadra. Para Costa (2005), a criação do Circuito Nacional de Vôlei de Praia em 1991 foi fundamental para perceber como aconteceu a mercantilização e espetacularização da modalidade no Brasil. A autora concluiu que “a estruturação do vôlei de praia ocorreu sustentada por um processo de institucionalização singular, responsável pela profissionalização e pelos expressivos resultados da modalidade, garantindo-lhe posição hegemônica” (COSTA, 2005, p. 15).

A dissertação de mestrado de Tatiana Sviesk Moreira intitulada: “*Voleibol feminino no Brasil: do amadorismo à profissionalização*” (2009) toma como objeto de pesquisa o início da profissionalização do voleibol feminino brasileiro na década de 1980. Para a autora, a gestão da CBV pôs em prática uma campanha mercadológica denominada “Musas do Vôlei”, que funcionou como uma “moeda de jogo” importante para a popularização do voleibol feminino no Brasil.

Da dissertação, sublinhamos alguns acontecimentos levantados por Moreira (2009) tais como: 1) a inserção da televisão e das primeiras ações de marketing esportivo no voleibol feminino na ocasião do Campeonato Sul-Americano de 1981 e 2) a realização do Mundialito na cidade de São Paulo em 1982, como campeonato preparativo para o Mundial da Argentina e evento estrategicamente planejado para testar a popularidade do voleibol feminino no Brasil.

Como parte desses acontecimentos históricos, Moreira (2009) chama a atenção para as implicações das vitórias do selecionado masculino durante a década de 1980. Os bons resultados obtidos nas competições mundiais (como o primeiro lugar no Mundialito em 1981, vice-campeonato no Mundial em 1982 e nos Jogos Olímpicos de Los Angeles em 1984), atraíram mais investidores para o voleibol masculino, confirmando sua posição dominante na busca pelo status de modalidade profissionalizada no Brasil.

Moreira (2009, p. 10) concluiu que a inserção dos campos midiático e empresarial modificou consideravelmente a estrutura do voleibol feminino nacional que, paulatinamente, tornou-se um “produto” a ser vendido. Ao longo do processo de profissionalização, a autora identificou a formação de um *habitus* profissional que respeitou as relações de oferta e demanda do voleibol feminino no campo esportivo brasileiro.

O voleibol de praia, abordado na tese de doutorado de Gilmar Francisco Afonso intitulada: “*A reinvenção do voleibol de praia: agentes e estruturas de uma modalidade espetacularizada (1983-2008)*” apresenta a constituição do campo mundial do voleibol de praia no período de 1983 a 2008 (AFONSO, 2011).

A leitura sociológica de Afonso trouxe a hipótese que o desenvolvimento histórico do voleibol de praia se instaurou como um produto da marca institucionalizada do voleibol, ao contribuir para que o voleibol *na* praia fosse transformado em voleibol *de* praia. Ao longo da tese, Afonso descreve a história do voleibol e do voleibol de praia, analisando deste último seu processo de institucionalização e as relações estabelecidas entre instituições e agentes que integram tal campo de concorrência. O autor conclui que as singularidades inerentes ao voleibol de praia são principalmente estruturais, pelo fato do voleibol de praia ser um produto da marca voleibol e ter na sua origem a característica de ser um produto comercial estrategicamente reinventado para ser veiculado na televisão (AFONSO, 2011).

A revisão de literatura dos trabalhos de Pinheiro (1995), Pizzolato (2004), Marchi Jr. (2004), Costa (2005), Moreira (2009) e Afonso (2011) denota que o voleibol brasileiro apresentou uma série de investimentos realizados durante sua recente história. A leitura desses trabalhos nos revelou que o voleibol brasileiro adotou uma gestão estratégica mercantil viabilizada por instituições e agentes sociais que buscam a aquisição de potencial de poder ao incentivar essa

modalidade.

A partir dos primeiros vestígios de profissionalização desta modalidade no país, os autores indicaram que tanto o voleibol feminino quanto o masculino trilharam seus caminhos de acordo com suas especificidades. Impulsionado pela televisão e patrocínio das empresas, o fator visibilidade tornou-se uma importante “moeda de jogo” inicialmente prescrita pelo campo esportivo e historicamente utilizada a favor dos interesses midiáticos e empresariais.

Por considerarmos fundamental a singularidade da natureza feminina na trajetória histórica da modalidade, é que identificamos uma lacuna no que diz respeito à abordagem do voleibol feminino como estrutura estruturada e estruturante do processo histórico-social do voleibol brasileiro. Essa constatação pode ser confirmada pela existência de um sutil e quase despercebido efeito de generalização do percurso do voleibol masculino para se referir ao percurso do voleibol feminino (até mesmo sua omissão).

Entendemos que essa dinâmica de poder pensada a partir da legitimidade histórica de dominação entre os sexos (BOURDIEU, 2007) suscita a necessidade de se desenvolver uma agenda de investigações esclarecedora em relação às particularidades do segmento feminino e do masculino em suas posições interdependentes na modalidade, sem a necessidade da “desqualificação” da condição social de um gênero ou outro.

Nesse estágio acadêmico substancialmente desafiador, recuperamos os pressupostos teóricos de Bourdieu, quando o autor diz que é preciso “derrubar a hierarquia do campo sem contrariarem os princípios que lhe servem de fundamento” (BOURDIEU, 2004, p. 31) para propor a construção da trajetória histórico-social<sup>2</sup> do voleibol feminino no campo esportivo brasileiro de acordo com uma interpretação sociológica.

Dessa maneira, se faz necessário apresentar o voleibol feminino, como um “espaço de possíveis”<sup>3</sup>, a fim de identificar a dinâmica de poder entre as estruturas e agentes sociais dessa história esportiva. Pretendemos, portanto, nos ater a

---

<sup>2</sup> A motivação acadêmica em construir a história-social do voleibol feminino no Brasil carrega uma intenção de contribuir com um dos objetivos da história-social do esporte que segundo Bourdieu (1983, p. 138) “[...] poderia ser sua própria fundação, fazendo a genealogia histórica da aparição de seu objeto como realidade específica irreduzível a qualquer outra”.

<sup>3</sup> BOURDIEU, Pierre. Por uma ciência das obras. In: *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papirus, 1996a, p. 54.

representatividade nacional do voleibol feminino, procurando constituir esse objeto de pesquisa em um espaço social historicamente situado, como coloca Bourdieu:

De fato, todo o meu empreendimento científico se inspira na convicção de que não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada, para construí-la, porém, como “caso particular do possível”, conforme a expressão de Gaston Bachelard, isto é, como uma figura em um universo de configurações possíveis. (BOURDIEU, 1996a, p. 15).

Enquanto projeto coletivo historicamente construído, o voleibol feminino constitui uma das inúmeras estruturas sociais possíveis dentro do espaço esportivo. A percepção de que cada modalidade possui uma história própria com estruturas específicas de inserção também deve levar em conta que essa lógica de funcionamento se submete à ação de agentes sociais de outros campos como o midiático, o empresarial e o político<sup>4</sup>.

Diante disso, o problema dessa tese circunscreve o seguinte questionamento: quais são as especificidades da trajetória histórica e social do voleibol feminino brasileiro entre 1980 e 2008?

Defendemos a hipótese que as unidades de geração olímpicas do voleibol feminino brasileiro reproduziram as estratégias de investimento econômico, social e simbólico do voleibol masculino brasileiro em busca da mesma legitimação no mercado de consumo da modalidade. Muito além de uma mera reprodução dessas estratégias, há uma especificidade da trajetória do voleibol feminino em relação à trajetória do voleibol masculino fundada no pressuposto da condição humana diferente desses agentes sociais. Embora as estratégias tenham sido mobilizadas historicamente sem uma preocupação com a divisão entre os gêneros, sua incorporação se deu respeitando as características subjetivas da natureza feminina e da natureza masculina, gerando duas trajetórias diferentes para a mesma modalidade. Com a omissão desses elementos de especificidade feminina e masculina, a modalidade reforça a relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, “marginalizando” o discurso feminino na modalidade. Entendemos que o princípio gerador dessas regularidades obedece uma relação dupla, de condicionamento, por um lado, e de estruturação por outro, resultando em um processo histórico de condicionamento e estruturação tardio do voleibol feminino

---

<sup>4</sup> BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. In: *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada, 1983, p. 89.

em relação ao voleibol masculino no campo esportivo brasileiro, pelo fato das mulheres ocuparem culturalmente uma posição social diferente dos homens. Essa relação dialética pode ser entendida a partir da colocação de Bourdieu e Wacquant:

A relação dupla (de condicionamento por um lado, de estruturação de outro) entre uma posição no espaço social e as categorias de percepção que estão nele, e que tendem a duplicar a sua estrutura, é entendida por Bourdieu mediante a noção de “ponto de vista como uma posição tomada a partir de um ponto”. (BOURDIEU, WACQUANT, 2008, p. 108, tradução nossa).

Neste caso, a posição se refere ao processo de inserção, desenvolvimento e emergente ascensão do voleibol feminino no cenário esportivo brasileiro. Sendo assim, consideramos a ascensão do voleibol feminino como consequência de um processo histórico de investimentos econômicos, sociais, culturais e simbólicos mobilizados ao longo deste recorte histórico da modalidade no Brasil, iniciado na primeira participação feminina nos Jogos Olímpicos de Moscou (1980) e que culminou na conquista de duas medalhas olímpicas de ouro nos Jogos Olímpicos de Pequim e Londres (2008 e 2012, respectivamente).

A partir de referências sociológicas de análise, o objetivo geral desta pesquisa é analisar os elementos que caracterizaram a especificidade da trajetória do voleibol feminino na história do voleibol brasileiro de 1980 a 2008. De modo particular, a pesquisa visa evidenciar o processo histórico de inserção, desenvolvimento e ascensão do voleibol feminino de 1980 a 2008 e identificar as principais estruturas e agentes sociais responsáveis pela profissionalização do voleibol feminino no Brasil<sup>5</sup> e suas posições nos campos esportivo, empresarial, midiático e político.

A afirmação colocada por Moreira (2009, p. 19), de que “o voleibol feminino simplesmente evoluiu às sombras do masculino” requer a consideração dos fatos sociais dentro de um recorte temporal. Por isso, escolhemos o período de 1980 a 2008 por representar o início das primeiras manifestações do processo de profissionalização no país (embora com características incipientes e fragilizadas) e que resultaram na participação olímpica do voleibol feminino brasileiro nas edições

---

<sup>5</sup> A título de esclarecimento, a questão da profissionalização do voleibol feminino brasileiro a ser mencionada ao longo da tese deve ser entendida com alguns cuidados. Marchi Jr. (2004) afirma que a profissão de atleta não é regulamentada por lei e que, na maioria dos casos, os atletas não possuem direitos fundamentais garantidos constitucionalmente em outras profissões como seguro desemprego e 13º salário. Dito isto, a ressalva de que clubes brasileiros “profissionais” não possam esse tipo de regularização legal deve ser considerada. (MARCHI JR., Wanderley. “*Sacando*” o voleibol. São Paulo: Hucitec; Ijuí: Unijuí, 2004, p. 122).

dos Jogos Olímpicos de Moscou (1980), Los Angeles (1984), Seul (1988), Barcelona (1992), Atlanta (1996), Sydney (2000), Atenas (2004) e Pequim (2008). O quadro 1 ilustra os resultados da seleção feminina nesses oito ciclos olímpicos:

<b>CLASSIFICAÇÃO GERAL EM JOGOS OLÍMPICOS</b>	
<b>ANO</b>	<b>VOLEIBOL FEMININO</b>
1980	7º lugar
1984	7º lugar
1988	6º lugar
1992	4º lugar
1996	3º lugar
2000	3º lugar
2004	4º lugar
2008	1º lugar

QUADRO 01 – CLASSIFICAÇÕES OLÍMPICAS DA SELEÇÃO FEMININA BRASILEIRA  
 FONTE: CBV, 2012a

A análise qualitativa dessa história do voleibol feminino foi feita a partir de diferentes fontes de pesquisa, entre elas teses de doutorado; dissertações de mestrado; artigos acadêmicos publicados em periódicos e anais de eventos científicos; reportagens publicadas em revistas especializadas como a Revista Saque, Revista Placar; Revista Manchete, Revista Veja; Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, anais de eventos científicos e sites institucionais ligados ao voleibol. Ao longo dos capítulos 2 e 3 também foram apresentadas imagens ilustrativas, com a finalidade de reforçar os argumentos em torno da transformação da prática esportiva amadora do voleibol em um bem cultural de mercado, além de sublinhar a transformação do corpo das atletas, considerado uma condição de entrada e permanência no campo da modalidade, como veremos no capítulo 1 e 2.

A outra técnica de coleta de dados utilizada nessa pesquisa foram as entrevistas semi-estruturadas. Como o voleibol feminino foi representado em oito edições olímpicas no período de 1980 a 2008, o critério de seleção das entrevistadas reuniu cinco atletas com participação em, pelo menos, um ciclo olímpico que foram:

1) Maria Auxiliadora Villar Castanheira – atleta dos Jogos Olímpicos de Moscou (1980) e Seul (1988);

- 2) Heloísa Helena Santos Roesse – atleta dos Jogos Olímpicos de Los Angeles (1984);
- 3) Ana Maria Richa Medeiros – atleta dos Jogos Olímpicos de Los Angeles (1984) e Seul (1988);
- 4) Hélia Rogério de Souza Pinto – atleta dos Jogos Olímpicos de Barcelona (1992), Atlanta (1996), Sydney (2000), Atenas (2004) e Pequim (2008);
- 5) Elisângela Oliveira – atleta dos Jogos Olímpicos de Sydney (2000) e Atenas (2004).

A pesquisa contou também com a entrevista de Renato D'ávilla, atual superintendente técnico da CBV e responsável pelo planejamento das competições de clubes nacionais de voleibol feminino e masculino. A realização dessas entrevistas teve como objetivo “obter informações do entrevistado, seja de fato do que ele conhece, seja de seu comportamento e conhecer a opinião do entrevistado, explorar suas atividades e motivações” (RICHARDSON, 1999, p. 209). As atletas participantes foram esclarecidas sobre o entendimento da importância do estudo por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Informado da Pesquisa (APÊNDICES 01 e 02).

Esse conjunto de técnicas de coleta de dados forma um paralelo com a matriz teórica desta tese. A partir da Sociologia Reflexiva, mais especificamente da Teoria da Ação de Pierre Bourdieu iremos construir os elementos de especificidade desse espaço social esportivo. O pressuposto teórico da ação social em Bourdieu permite que a mesma seja orientada enquanto uma categoria sociológica de análise, ao estabelecer uma mediação íntima do *habitus* de diversos agentes sociais com a estrutura social estudada (BOURDIEU, 1996a).

A tarefa de identificar a particularidade do *habitus* feminino no voleibol brasileiro tem como objetivo promover o reconhecimento das tomadas de posições e dos cálculos de investimentos de seus agentes sociais (sejam eles simbólicos, econômicos, culturais e sociais) e que mudam constantemente, conforme se configuram as práticas. Nesse sentido, apreender essas disposições exige um tratamento de pesquisa norteado por duas esferas de investigação, como afirmam Bourdieu e Wacquant:

Essa atenção constante aos detalhes do processo de investigação, cuja dimensão propriamente social (como encontrar informantes confiáveis e perspicazes, como se apresentar diante deles, como explicar o propósito da



investigação e, de modo mais geral, como “entrar” no mundo estudado, etc.) não menos importante, deve ter o efeito de colocá-los sobre aviso contra o fetichismo dos conceitos e da “teoria”, nascido da propensão a considerar os instrumentos “teóricos” – habitus, campo, capital, etc. – em si mesmos e por si mesmos, ao invés de colocá-los em ação e fazê-los *trabalhar*. (BOURDIEU; WACQUANT, 2008b, p. 282, grifo no original, tradução nossa).

Em conjunto com os conceitos de *habitus*, campo, *ethos* social, *hexis* corporal, capital, poder e reprodução social de Pierre Bourdieu, inserimos o conceito de gênero entendido como uma categoria de análise cultural no contexto histórico estudado. A inserção do gênero como categoria analítica irá nos ajudar a problematizar a perspectiva teórica do determinismo biológico, que defende que “as diferenças sociais e econômicas existentes entre os seres humanos – principalmente de raça, classe e sexo – derivam de distinções herdadas e inatas” (GOULD, 1999, p. 4).

Nesse sentido, destacamos a importância da utilização do “gênero” como categoria analítica, visto que “esse conceito é fundamental para perceber os processos pelos quais, no interior de redes de poder, a diferença biológica é tomada para explicar desigualdades sociais, resultando em formas de inclusão e exclusão de sujeitos e grupos”. A estreita relação do gênero com a realidade cultural de que é produto possibilita que possamos identificar nos corpos, gestualidades e representações de saúde, beleza, performance e sexualidade, ou seja, construções históricas associadas a homens e mulheres em diferentes tempos e culturas (GOELLNER, 2007, p. 3).

Para que pudéssemos identificar os conflitos de gênero que permearam as seleções olímpicas do voleibol feminino brasileiro ao longo do contexto social de 1980 a 2008, utilizamos a categoria sociológica da unidade de geração de Karl Mannheim. Para o autor, o conceito de geração, em si, é diferente da unidade de geração:

A unidade de geração representa um laço mais concreto do que a geração real enquanto tal. *Fazem parte da mesma geração real os jovens que experimentam os mesmos problemas históricos concretos; e constituem unidades de geração separadas aqueles grupos que dentro da mesma geração real trabalham o material da sua experiência comum de modos específicos diferentes.* (MANNHEIM, 1986, p. 154, grifos no original).

No nosso caso, entendemos que as unidades de geração do voleibol feminino podem ser definidas pela rede de experiências esportivas compartilhada na

modalidade por jogadoras com idades cronologicamente diferentes. Nossa abordagem será determinada pelo conjunto de experiências em comum que as seleções femininas tiveram ao longo das oito participações em Jogos Olímpicos no período de 1980 a 2008, o que denominamos de unidades geracionais olímpicas do voleibol feminino brasileiro, esquematizadas na figura 01:



FIGURA 01 – UNIDADES DE GERAÇÃO OLÍMPICAS DA SELEÇÃO FEMININA BRASILEIRA  
 FONTE: CBV, 2012a

Com representação nos Jogos Olímpicos de Moscou (1980); Los Angeles (1984); Seul (1988); Barcelona (1992); Atlanta (1996); Sydney (2000); Atenas (2004) Pequim (2008) e Londres (2012), a seleção feminina formou duas “unidades geracionais de ouro” em Pequim (2008) e Londres (2012), duas “unidades geracionais de bronze” em Atlanta (1996) e Sydney (2000) e dois quartos lugares em Barcelona (1992) e Atenas (2004).

Ao pensarmos nas várias trajetórias individuais mobilizadas para a formação dessa representatividade esportiva nacional, nos deparamos com a característica ao mesmo tempo social e individual do *habitus*. A necessidade de interdependência entre as jogadoras para que o jogo de voleibol aconteça faz com que estas internalizem “representações objetivas, garantindo uma relativa homogeneidade dos *habitus*” (BEGA, 2001, p. 29).

É por esta razão que a vinculação geracional a uma variável biológica da experiência humana, remete-nos a necessidade de verificarmos a formulação biológica e sociológica do problema das gerações, como alerta Mannheim (1986).

Mais do que a geração, interessa-nos a “unidade de geração” porque somente ela impõe vínculos mais sólidos, de efeito constringente, isto é, formador e modelador dos indivíduos, como destacado a seguir:

Para se participar da mesma situação de geração, isto é, para que seja possível a submissão passiva ou o uso ativo das vantagens e dos privilégios inerentes a uma situação de geração, é preciso nascer dentro da mesma região histórica e cultural. A geração enquanto realidade, todavia, envolve mais do que a mera co-presença em uma tal região histórica e social. Um nexos mais concreto é necessário para que a geração se constitua como uma realidade. Esse nexos adicional pode ser descrito como a *participação no destino comum* dessa unidade histórica e social. Esse é o fenômeno que devemos examinar a seguir. (MANNHEIM, 1982, p. 85, grifos no original).

Por meio das frentes teóricas de Pierre Bourdieu e Karl Mannheim, consideramos as lutas geracionais um dos elementos presentes na estrutura social em análise. O elemento corpo também reforça a singularidade da natureza feminina no voleibol brasileiro, complementado nesta tese pelos pressupostos teóricos da Sociologia do Corpo de David Le Breton. Essa utilização deve ser entendida na medida em que o corpo representa um “passaporte” de entrada e permanência para as agentes sociais que pretendem se submeter à condição de atletas da modalidade. É por isso que consideramos o corpo um elemento fundamental, ao possibilitar que estruturas biológicas – identificadas pelos biótipos físicos – sejam transformadas culturalmente em função das exigências do jogo.

Introduzidos os princípios norteadores dessa pesquisa, passamos a explicação da apresentação dos conteúdos teóricos e empíricos do objeto de pesquisa. Esta tese está estruturada em quatro capítulos. No capítulo 1, serão detalhados os principais conceitos da Teoria da Ação de Pierre Bourdieu, além da incursão histórica do conceito de unidade de geração de Karl Mannheim.

O capítulo 2 traz um histórico do processo de inserção da mulher brasileira em atividades físicas e esportivas na primeira metade do século XIX. A fim de entender o processo de inserção e desenvolvimento do voleibol feminino no Brasil, retomamos os principais momentos históricos da invenção da modalidade nos Estados Unidos até chegar no Brasil. No capítulo 3, iniciamos a descrição da formação das estruturas, agentes e disposições do voleibol no país, tendo como pano de fundo a identificação das unidades geracionais olímpicas do voleibol feminino desde 1980 até 2008. Em seguida, são apresentadas as seis entrevistas da pesquisa.

Por último, será apresentada a conclusão da tese, a partir de uma discussão respaldada no referencial teórico e nas evidências empíricas das fontes de pesquisa e entrevistas semi-estruturadas, ao retomarmos o problema e a hipótese inicial do trabalho.

## **CAPÍTULO 1 – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA A LEITURA DAS UNIDADES GERACIONAIS OLÍMPICAS DO VOLEIBOL FEMININO BRASILEIRO**

Para a construção da relação objetiva e subjetiva com o objeto de pesquisa, é preciso considerar o esporte um fenômeno sociocultural historicamente construído. As possibilidades de estudos científicos do esporte na área de ciências biológicas e sociais têm colocado a Sociologia do Esporte em uma busca constante por consolidação e relativa autonomia perante os campos da Educação Física e Sociologia (FERREIRA, 2009).

Diante desse emergente cenário em constante transformação, propomos que as reflexões acerca do fenômeno esportivo suscitadas pela especificidade desta tese perpassem pelo que Pierre Bourdieu (1996a, p. 200) chama de um “jogar a sério”, resgatando as reflexões do filósofo e matemático grego Platão.

Por um “jogar a sério” entendemos o investimento profissional e pessoal que o trabalho intelectual exige para a construção de determinadas conjunturas sociais, ao admitir que determinado jogo merece ser jogado e que os alvos engendrados no fato de jogar merecem ser perseguidos (BOURDIEU, 1996a).

Para tanto, o investimento em um “jogo social” como o voleibol feminino brasileiro pressupõe a tomada de instrumentais teóricos que consigam transcender o entendimento aparente desse objeto para a análise de seus fundamentos. Nesse sentido, procuramos evidenciar o sentido estrutural praxiológico<sup>6</sup> do nosso objeto, tendo como “fio condutor” da interpretação as contribuições teóricas centrais de Pierre Bourdieu, Karl Mannheim e David Le Breton. Para a consecução dessa tarefa, organizamos a sequência deste capítulo partindo das categorias conceituais de Pierre Bourdieu com o objetivo de construirmos nossa base teórica detectando as estruturas e agentes sociais do voleibol feminino no campo esportivo brasileiro. Assim poderemos

---

<sup>6</sup> O uso do termo “praxiológico” neste contexto tem uma intenção correlata a praxiologia social da abordagem epistemológica de Bourdieu, a qual articula dialeticamente estrutura e *habitus*, objetivismo e subjetivismo. (WACQUANT, Lóic J.D. Hacia una praxiología social. In: BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Lóic J.D. *Una invitación a la sociología reflexiva*. 2. ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2008).

abordar dentro desse cenário as unidades de geração de Karl Mannheim, identificadas pelas unidades de geração olímpicas do voleibol feminino no período de 1980 a 2008.

Com o propósito de construir uma “prática da teoria ao invés de uma teoria da prática do objeto de estudo”, iniciamos a seguir o nosso “jogar a sério” (BOURDIEU; WACQUANT, 2008, p. 229, tradução nossa).

### 1.1. A AÇÃO REFLEXIVA DE PIERRE BOURDIEU

A prática da ação social representa condição para pensarmos nosso objeto de pesquisa ao mesmo tempo em que refletimos a própria prática. É o que postula a chamada Sociologia Reflexiva ou Sociologia da Prática, de Pierre Bourdieu, cujo objetivo é construir a ação enquanto uma categoria sociológica de análise.

Ao contrário da ação racional que carrega uma intenção lógica com fins calculados, a legitimação da ação prática representa para o autor “uma lógica em si, sem reflexão consciente nem controle lógico” (BOURDIEU, 2009a, p. 152).

A partir das vicissitudes históricas da ação, introduzimos os princípios mobilizadores dessa prática dentro do “espaço social dos possíveis” mencionado na seção anterior: o conceito de *habitus* integrado às noções de campo, *ethos* social, *hexis* corporal, capital, poder e reprodução social. Nas palavras de Bourdieu:

A teoria da ação que proponho (com a noção de *habitus*) implica em dizer que a maior parte das ações humanas tem por base algo diferente da intenção, isto é, disposições adquiridas que fazem com que a ação possa e deva ser interpretada como orientada em direção a tal ou qual fim, sem que se possa, entretanto, dizer que ela tenha por princípio a busca consciente desse objetivo (é aí que o “tudo ocorre como se” é muito importante). (BOURDIEU, 1996a, p. 164, grifos no original).

O “tudo ocorre como se” pode ser aprendido se transformarmos problemas abstratos em tarefas científicas práticas. Pensemos por exemplo nos inúmeros focos de investigações desenvolvidos por Bourdieu ao longo da sua carreira acadêmica<sup>7</sup>. Desde conjunturas sociais educacionais, esportivas, literárias, artísticas, midiáticas, lingüísticas, políticas, religiosas, visualizamos uma dialética entre a teoria e a prática

<sup>7</sup> WACQUANT, Lïc J. D. The sociological life of Pierre Bourdieu. *International Sociology* Sage, London, v. 17, n. 4, 2002, p. 549-556. Disponível em: <http://migre.me/9iro6> Acesso em: 09 mar. 2012.

“que combina continuamente conceito e percepção, reflexão e observação” (BOURDIEU; WACQUANT, 2008, p. 63, tradução nossa).

Nesse sentido, a proposta da ação em Bourdieu dá reconhecimento às formas de dominação simbólicas legitimadas implicitamente pela sociedade, ao operar em uma “ruptura com o paradigma estruturalista por meio da passagem da regra à estratégia, da estrutura ao *habitus* e do sistema ao agente socializado” (BOURDIEU, 2005, p. 91).

No livro “*Esboço de auto-análise*” (2005), Bourdieu toma como objeto a própria trajetória intelectual em um retorno a si dentro de seu movimento teórico. Em um exercício de sócioanálise, o autor compartilha a experiência de “viver todas as vidas” (expressão do escritor francês Gustave Flaubert) ao longo do seu ofício de sociólogo. Esta confissão significou uma resposta à definição cientificista dada à sociologia na época, como atesta o próprio autor:

Foi sem dúvida o gosto de “viver todas as vidas” a que se refere Flaubert e de captar todas as ocasiões de entrar na aventura em que consiste, cada vez, a descoberta de novos ambientes (ou, mais simplesmente, a excitação de começar uma nova pesquisa) que me levou a me interessar pelos mais diversos mundos sociais, de par com o rechaço da definição cientificista da sociologia. (BOURDIEU, 2005, p. 93).

A liberdade reflexiva caracterizadora da trajetória acadêmica de Bourdieu representou uma visão combativa quanto aos mecanismos objetivos e subjetivos de produção e reprodução presentes na estrutura de funcionamento dos diferentes campos sociais. Essa vigilância reflexiva, pressuposto epistemológico da ação, tem como característica a lógica real da prática:

A intenção de explicar a lógica real da prática – expressão que é uma contradição em si mesma, como a negação da prática é ser “lógica”, tem uma lógica sem ter a lógica por princípio – me levou a propor uma teoria da prática como o produto de um *sentido prático*, um “sentido de jogo” socialmente constituído. (BOURDIEU; WACQUANT, 2008, p. 161, grifos no original, tradução nossa).

Isso quer dizer que estar na ação é estar no jogo, onde a lógica do *habitus* é a lógica prática e não a racional. O ganho enquanto prática passa a ser a busca pelo reconhecimento econômico, social e simbólico dentro das relações dinâmicas entre as estruturas sociais e mentais dos agentes sociais, entre campo e *habitus*.

Com esse panorama praxiológico da ação social, adentramos com maiores detalhes nos conceitos-chaves fundamentais para uma análise que considere o campo. A noção de disposições dinâmicas nos remete a primeira tarefa: esclarecer o *habitus*. Segundo Bourdieu:

Produto da história, o *habitus* produz as práticas, individuais e coletivas, portanto, da história, conforme aos esquemas engendrados pela história; ele garante a presença ativa das experiências passadas que, depositadas em cada organismo sob a forma de esquemas de percepção, de pensamento e de ação, tendem, de forma mais segura que todas as regras formais e que todas as normas explícitas, a garantir a conformidade das práticas e sua constância ao longo do tempo. (BOURDIEU, 2009a, p. 90, grifo no original).

O delineamento desse processo de formação individual e coletivo do *habitus* se dá a partir de dois componentes: o *ethos* social e a *hexis* corporal. O *ethos* social caracteriza “a dimensão ética que designa um conjunto sistemático de princípios práticos, não necessariamente conscientes e pode ser considerado como uma ética prática” (BOURDIEU, 1983, p. 104). Já a *hexis* corporal se define por “um conjunto de propriedades associadas ao uso do corpo em que se exterioriza a posição de classe de uma pessoa” (BOURDIEU, 2004, p. 85).

Essas propriedades do *habitus* indicam uma possibilidade infinita de formação de pensamentos, percepções, expressões, comportamentos, posturas e disposições físicas que podem se transformar em ações objetivadas dentro de uma condição histórica de transformação do *habitus*. Para Bourdieu (2009a, p. 128), “o *habitus* é uma metáfora do mundo dos objetos, que é ele mesmo um círculo infinito de metáforas que se afirmam mutuamente”.

Algumas ilustrações dos fatores objetivos e subjetivos da incorporação de um *habitus* específico, neste caso, do *habitus* esportivo pugilístico podem ser apontadas pela descrição etnográfica, sociológica e literária de Wacquant em seu livro *Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe* (2002).

Após passar três anos como um observante participante em um ginásio de boxe em um gueto norte-americano chamado Woodlawn, Wacquant se debruçou sobre um trabalho minucioso de detecção e de registro da prática do pugilismo. Ao ingressar com noções superficiais da prática do boxe, Wacquant se definiu como um perfeito noviço



ao ter o primeiro contato com a esfera do pugilismo. Como resultado de seu “pequeno capital inicial esportivo” de inserção, o autor declara:

O pugilismo é um conjunto de técnicas, no sentido que lhe atribui Mauss, isto é, de atos tradicionalmente praticados pela sua eficácia, um saber prático composto de esquemas imanentes à prática. Disso resulta que o ato de inculcar as disposições que formam o boxista relaciona-se, essencialmente, a um processo de educação do corpo, a uma socialização particular da fisiologia, em que o trabalho pedagógico tem por função substituir o corpo selvagem [...] por um corpo ‘acostumando’, quer dizer, temporalmente estruturado e fisicamente remodelado segundo as exigências próprias do campo. (WACQUANT, 2002, p. 79).

Por esse exemplo, constatamos que a criação de uma “conaturalidade” entre o agente social e objeto (no sentido de que o *habitus* se tornou uma segunda dimensão do pesquisador), assegurou efetivamente o investimento na ação social considerada, produto de um *modus operandi*<sup>8</sup> do agente social. Wacquant passou por uma incorporação inerente ao *habitus* pugilista ao entender seus esquemas objetivos e subjetivos fundamentais. Essa experiência de inserção no pugilismo significou o conhecimento e o reconhecimento de algumas leis recorrentes daquele espaço específico (WACQUANT, 2002, p. 79).

Respaldados por Bourdieu e Wacquant, podemos afirmar que o *habitus* “é um conceito mediador e não estrutural, que introduz um grau de jogo livre, de criatividade e imprevisibilidade na ação social” (BOURDIEU; WACQUANT, 2008, p. 171, tradução nossa).

Por essa razão, a interpenetração ontológica do *habitus* a partir da ação necessita do “espaço dos possíveis” para se objetivar. A noção de campo é, junto com a de *habitus* e capital, o conceito-chave da Teoria dos Campos de Bourdieu. Consequentemente, o campo pode ser entendido da seguinte maneira:

Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias. (BOURDIEU, 1997, p. 57).

<sup>8</sup> A noção de *modus operandi* é uma expressão em latim que significa “modo de operação”, utilizada para designar uma maneira de agir, operar ou executar um ofício. Nesta nota, *modus operandi* deve ser entendida a partir da incorporação prática do *habitus* científico pelo pesquisador.

Caracterizado como um conceito relacional<sup>9</sup>, o campo representa um espaço social de concorrências e lutas por objetos comuns de interesse e pelo alcance de posições distintivas entre agentes sociais nos níveis dominantes e dominados. À medida que um campo se constitui podem ser encontrados tanto outros subcampos que estão em seu interior quanto outros campos ao seu redor. De acordo com Bourdieu:

Um alto grau de codificação da entrada no jogo vai de par com a existência de uma regra do jogo explícita e de um consenso mínimo sobre essa regra; ao contrário, a um grau de codificação fraco correspondem estados dos campos em que a regra do jogo está em jogo no jogo. (BOURDIEU, 1996b, p. 256, grifos no original).

Essa relação simbiótica está na base da constituição de vários campos dentro de uma relativa autonomia social, onde “só estudando cada um desses universos se pode pesar até que ponto estão constituídos, onde terminam, quem está dentro ou não e se conformam ou não no campo” (BOURDIEU; WACQUANT, 2008, p. 138, tradução nossa).

A noção de campo também é reconhecida por leis gerais que são comuns a todos os campos (por mais distintos que pareçam ser), que são as normas de funcionamento invariantes. Essas leis possibilitam a transferência de aprendizados de um determinado campo para a interpretação de outros. Mesmo com a lei universal de funcionamento dos campos, existem especificidades que devem ser observadas e que, muitas vezes, passam despercebidas pelos agentes que não se formaram no interior de um campo. Por essa razão, dentre outras, a garantia de funcionamento de um campo necessita de objetos de disputa e agentes portadores de *habitus* que reconheçam e legitimem as leis deste jogo.

Outra lei geral dos campos propõe que todos os agentes envolvidos num campo possuem interesses em comum, o que implica serem reconhecidos (ou não) na condição de adversários-cúmplices, ao estarem cientes (ou não) dos antagonismos existentes no interior desse campo. Com essa perspectiva, Bourdieu (1983; 1900) considera a possibilidade de estudos de um “subespaço” no interior de um espaço, de um subcampo em um campo, o que no campo esportivo pode ser entendido como o

---

<sup>9</sup> BOURDIEU, Pierre. Pensar relacionalmente. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009b, p. 23.

estudo das estruturas e agentes do voleibol feminino no subcampo do voleibol brasileiro.

Construir esse espaço social é “construir uma distribuição, sobre um plano (fictício) de duas dimensões, do conjunto das posições pertinentes na estrutura de um mundo social, e do conjunto das propriedades e práticas estruturalmente ligadas a essas posições” (BOURDIEU, 2000, p. 40).

Seguramente podemos apontar as modalidades esportivas como precedente ilustrativo das duas dimensões. Estas não são compostas apenas por esportistas que têm ligação direta com o esporte (BOURDIEU, 1983). Há agentes que não necessariamente praticam o esporte, mas que estão ligados de outras formas nos âmbitos administrativo, financeiro, empresarial, econômico, contábil, político, do marketing, dentre outros.

Esses intervenientes permitem alguns questionamentos que orientam a constituição do conjunto de agentes sociais ligados direta ou indiretamente à segunda dimensão desse espaço social, determinando a ordem das ações de oferta e demanda de uma determinada modalidade:

Como foi se constituindo, progressivamente, este corpo de especialistas que vive direta ou indiretamente do esporte? [...] E mais precisamente, quando foi que este sistema de agentes e de instituições começou a funcionar como um *campo de concorrência* onde se defrontam agentes com interesses específicos, ligados às posições que aí ocupam? (BOURDIEU, 1983, p. 137, grifos no original).

A primeira luta é sempre interna entre os agentes sociais em posições dominantes e dominadas. A intensidade das forças envolvidas nessas disputas determina os limites de passagem do plano interno para o externo, intimamente relacionados às sanções do campo do poder.

O comando dos posicionamentos a partir dessa lógica interna faz com que o campo crie uma relação direta com o conjunto de *habitus* objetivados pelos diversos agentes sociais inseridos nesse espaço social. Segundo Bourdieu e Wacquant (2008), essa mediação íntima entre campo e *habitus* é operacionalizada de duas maneiras:

Por um lado, é uma relação de *condicionamento*: o campo estrutura o habitus, que é o produto da encarnação da necessidade imanente de um campo (ou de um conjunto de campos que se intersectam, servindo a extensão de sua

intersecção ou de sua discrepância como raiz de um *habitus* dividido). Por outro lado, é uma relação de conhecimento ou de *construção cognitiva*. O *habitus* contribui para constituir o campo como um mundo significativo, dotado de sentido e valor, onde vale a pena investir a própria energia. (BOURDIEU; WACQUANT, 2008, p. 167-168, grifos no original, tradução nossa).

Ao conhecer essa construção cognitiva, é importante destacar que os conceitos de *habitus* e de campo designam feixes de relações. Um campo é composto por um conjunto de relações históricas e objetivas ancoradas em certas modalidades de poder (capital), enquanto o *habitus* é composto por um conjunto de relações históricas depositadas dentro dos corpos individuais sob a forma de esquemas mentais e corporais de percepção, compreensão e ação (BOURDIEU; WACQUANT, 2008, p. 143, tradução nossa).

Dito isto, como abordarmos os elementos práticos de um campo e quais os passos necessários para esse tipo de análise? De acordo com Bourdieu e Wacquant, primeiro, “se deve analisar a posição do campo frente ao campo do poder” (BOURDIEU; WACQUANT, 2008, p. 143, tradução nossa), ou seja, se sua posição é dominante ou dominada. Entenda-se por campo do poder “um campo de forças definido pela estrutura da balança de forças existente entre formas de poder ou diferentes tipos de capital” (BOURDIEU; WACQUANT, 2008, p. 111, tradução nossa).

O campo do poder não é um campo como os outros. Este espaço social mais amplo não deve ser confundido com o campo político, nem com o econômico, na medida em que mantém uma orientação dominante em relação às condições conservadoras e subversivas inseridas nos diversos campos. Ainda de acordo com os autores, “o campo do poder deveria ser pensado ‘como uma espécie de meta-campo com uma quantidade de propriedades emergentes e específicas’” (BOURDIEU; WACQUANT, 2008, p. 43, tradução nossa).

Frente ao campo do poder, o grau de autonomia do campo esportivo deve levar em conta o que Bourdieu chama de princípio da hierarquização externa e interna<sup>10</sup>. A manutenção ou transformação dessas forças envolventes no campo depende do volume de investimento dos agentes sociais nos diferentes tipos de capitais

---

<sup>10</sup> BOURDIEU, Pierre. O campo intelectual: um mundo à parte. In: *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1900, p. 169-180.

(econômico, social, cultural e simbólico) para o alcance de novas aquisições e posições distintivas.

Segundo, “é necessário traçar um mapa da estrutura objetiva das relações entre as posições ocupadas pelos agentes ou instituições que competem pela forma de legitimidade da autoridade específica do campo” (BOURDIEU; WACQUANT, 2008, p. 143, tradução nossa).

O reconhecimento de compatibilidades entre as estruturas incorporadas e objetivadas pelo *habitus* traz à tona os princípios de ação característicos de cada campo, o que pode evidenciar suas regras de funcionamento. Ao identificar esse *modus operandi*, estratégias de conservação e subversão dos agentes sociais em posições dominantes e dominadas são mobilizadas (BOURDIEU, 1983). O princípio fundamental dessa contínua modificação da ordem social é o desequilíbrio mútuo da balança de poder por meio da conservação ou transformação das estratégias sociais de reprodução, visando o acúmulo de lucros específicos em jogo no campo.

E terceiro, “analisar o *habitus* dos agentes, os diferentes sistemas de disposições que foram adquiridos pela internalização de determinados tipos de condições sociais que encontram, dentro do campo em estudo, condições mais ou menos favoráveis para se concretizarem em uma trajetória definida” (BOURDIEU; WACQUANT, 2008, p. 143, tradução nossa).

A ação histórica das incessantes transformações do *habitus* no campo possibilita uma tendência à reprodução das condições objetivadas pelos antecessores de um mesmo agente (ou grupo social). Nesse sentido, destacamos a influência do *habitus* familiar na formação das disposições sociais e mentais mais antigamente adquiridas. Ao se constituir em uma matriz precursora de percepções, o espaço social familiar constitui uma instância de socialização fundamental para a formação de valores, crenças, normas e práticas.

A característica fundamental da formação de *habitus* reside na homogeneidade de suas condições sociais de produção, ou seja, na homologia conjunta dos agentes sociais com aquisições práticas de um determinado espaço social. O *habitus* funciona como “um sistema subjetivo, mas não individual de estruturas interiorizadas” (BOURDIEU, 2009a, p. 99). As preferências e gostos que unem as escolhas de um

conjunto de agentes sociais são produtos de uma trajetória social onde cada sistema individual de disposições é uma variante estrutural em relação aos outros.

É dessa maneira que as trajetórias são determinadas por experiências primárias de socialização. A correspondência entre práticas culturais (entenda-se julgamentos de gostos e de preferências) e classes carrega objetivações de primeira e segunda ordem historicamente interiorizadas. Como marcadores distintivos (ou vulgares), a relação *habitus*-campo opera em uma hierarquia socialmente construída de legitimação social onde:

A cada classe de posições corresponde uma classe de *habitus* (ou de *gostos*) produzidos pelos condicionamentos sociais associados à condição correspondente e, pela intermediação desses *habitus* e de suas capacidades geradoras, um conjunto sistemático de bens e propriedades vinculadas entre si por uma afinidade de estilo. (BOURDIEU, 1996a, p. 21, grifos no original).

As correspondências de *habitus* formadas por esse conjunto sistemático de bens e propriedades vinculadas entre si pressupõem um resgate das experiências anteriores dentro do presente imediato, o que Bourdieu (2009a) chama de reativação do *habitus*.

Com a naturalização da história individual ou coletiva, o sentido prático do *habitus* retrabalha e atualiza essas experiências reguladas, impondo-lhe revisões e transformações que são a condição de sua reativação. A incorporação intrínseca dessas atualizações possibilita a participação dos agentes sociais na história objetiva das instituições sociais. De acordo com Bourdieu:

Um dos efeitos fundamentais do acordo entre o sentido prático e o sentido objetivado é a produção de um *mundo de sentido comum*, cuja evidência imediata se duplica pela *objetividade* que assegura o consenso sobre o sentido das práticas e do mundo, isto é, a harmonização das experiências e o contínuo reforço que cada uma delas recebe da expressão individual ou coletiva (em uma festa, por exemplo), improvisada ou programada (lugares comuns, provérbios), de experiências semelhantes ou idênticas. (BOURDIEU, 2009a, p. 95, grifos no original).

Esse mundo de sentido comum identificado a partir de trajetórias coletivas contribui para pensarmos nosso objeto de estudo em sua característica de interdependência. Já no documento oficial das regras da modalidade emitido pela FIVB (2012c), o voleibol prevê a participação mútua de um conjunto de atletas nesse “jogo” essencialmente coletivo.

Ao ser considerada a “modalidade mais coletiva” entre outras modalidades pela sua característica de não retenção da bola (segurar ou parar a bola como acontece no futebol, basquete e handebol), o voleibol consegue desenvolver uma relação de interdependência fundamental, fazendo da cooperação<sup>11</sup> um valor social de destaque na inter-relação entre as atletas.

Assim sendo, a representação simbólica de seleções e clubes nacionais pode ser identificada por trajetórias coletivas de conquistas esportivas. É nesse sentido que as atletas buscam uma correspondência de resultados positivos, nos quais o ganho social é o reconhecimento por seus esforços no campo, dependendo das trajetórias individuais advindas de diferentes *habitus*. Esse princípio mobilizador de trajetórias é corroborado na seguinte argumentação de Bourdieu:

A dialética das condições e dos *habitus* é o fundamento da alquimia que transforma a distribuição do capital, balanço de uma relação de forças, em sistema de diferenças percebidas, de propriedades distintivas, ou seja, em distribuição de capital simbólico, capital legítimo, irreconhecível em sua verdade objetiva. [...] As práticas do mesmo agente, e mais amplamente, as práticas de todos os agentes da mesma classe, devem a *afinidade de estilo* que transforma cada uma delas em uma metáfora de qualquer uma das outras ao fato de serem o produto das transferências de um campo para outro dos mesmos esquemas de ação [...]. (BOURDIEU, 2008, p. 164-165, grifos no original).

Essas afinidades de estilos associadas aos diferentes *habitus* fazem com que as práticas sejam justificadas pelos efeitos encontrados em sua origem, logo, no campo. Nessa esteira, o resultado derivado da fórmula [(*habitus*) (capital)] + campo = prática, (BOURDIEU, 2008, p. 97) indica a construção de uma classe objetiva, “como um conjunto de agentes sociais situados em condições homólogas de existência e produzindo sistemas de disposições homogêneos” (BOURDIEU, 2008, p. 97).

O grau de investimento exigido no campo irá determinar a classe objetiva inscrita dentro de seus limites<sup>12</sup>. A consciência da dialética do campo e *habitus* torna-se

---

<sup>11</sup> Cf. CASTANHEIRA, Maria Auxiliadora Villar. *Capital social, sustentabilidade e esporte: elementos para a construção de uma educação em valores a partir do esporte voleibol*. Curitiba, 2008. 249 f. Dissertação (Mestrado em Organizações e desenvolvimento) – Programa de Mestrado em Organizações e Desenvolvimento – Centro Universitário Franciscano do Paraná (UNIFAE).

<sup>12</sup> Para Bourdieu, “o limite de um campo é o limite dos seus efeitos ou, em outro sentido, um agente ou uma instituição faz parte de um campo na medida em que nele sofre efeitos ou que nele os produz”. (BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009b, p. 31).

fundamental na medida em que novas linhas de ação são estabelecidas e a continuidade do “jogo social” dada.

A explicitação dos efeitos econômicos, sociais, culturais e simbólicos em condições históricas de produção (e reprodução) no campo subsidia o entendimento da noção de capital<sup>13</sup> amplamente discutida na obra de Bourdieu.

O primeiro, o capital econômico, representa um conjunto de bens materiais detentores de garantias simbólicas. O reconhecimento da posse de capital econômico não possibilita “integrar em suas análises e menos ainda em seus cálculos nenhuma das formas de interesse “não-econômico” (BOURDIEU, 2009a, p. 188). Sendo assim, as formas de dominação e violência social se dão pela classificação, desclassificação e reclassificação entre os agentes dominantes e dominados conforme a incorporação igual (ou desigual) de capitais.

O segundo, o capital social, define a rede de relações sociais mobilizada pelos agentes sociais nos diversos campos existentes. O pertencimento a um grupo carrega condições de acesso e permanência historicamente instituídas pelas objetivações familiares e escolares mediante os *habitus*. Assim, o capital social se define pelo “[...] capital de relações mundanas, (fonte de “apoios” úteis) de honradez e respeitabilidade, muitas vezes indispensável para atrair ou assegurar a confiança da boa sociedade e, por esta via, de sua clientela, podendo inclusive resultar numa carreira política”. (BOURDIEU, 1998, p. 234).

O terceiro, o capital cultural, se constrói pelo conjunto histórico de cooptações familiares e escolares interiorizadas, cuja estrutura de distribuição é simétrica e inversa à distribuição do capital econômico no terreno da reconversão de capitais (BOURDIEU, 1998). Sob três formas de existência tácitas, o capital cultural se manifesta em estado incorporado (disposições do corpo); objetivado (posse de bens culturais) e institucionalizado (sanções institucionais).

E, por último, o capital simbólico, que na hierarquia de conservação ou transformação das lutas simbólicas carrega uma base cognitiva de conhecimento e reconhecimento, no qual a classe dominante é seu lugar por excelência. O capital simbólico é uma espécie de “poder invisível que só pode ser exercido com a

---

<sup>13</sup> Cf. BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.



cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2009b, p. 8).

Ao falarmos em capital simbólico é de suma importância considerarmos a análise de Bourdieu com relação ao interesse. A fim de desconstruir a falsa consciência do senso comum, Bourdieu introduz a noção de lucro simbólico às diversas motivações e recompensas que podem vir de um ato “desinteressado” (BOURDIEU, 1996a). A noção de interesse constitui um instrumento de ruptura com a mediação “desinteressada” das condutas humanas. Os agentes sociais raramente realizam atos de gratuidade. Na maioria das vezes, suas ações são motivadas por interesses, ao buscarem ainda que de forma impensada algum tipo de recompensa.

Entretanto, essa noção de interesse vai muito além das finalidades puramente econômicas ao incluir a noção de lucro simbólico, capital simbólico e de interesse simbólico, como interpretado a seguir:

O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder: só se pode passar para além da alternativa dos modelos energéticos que descrevem as relações sociais como relações de força e dos modelos cibernéticos que fazem delas relações de comunicação, na condição de se descreverem as leis de transformação que regem a transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico e, em especial, o trabalho de dissimulação e de transfiguração (numa palavra, de *eufemização*) que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer a violência que elas encerram objectivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio de energia. (BOURDIEU, 2009b, p.15, grifo no original).

O crédito material e simbólico proveniente dos laços sociais mantidos pelos capitais sociais e culturais garante a legitimidade de reconhecer e ser reconhecido (ou não) em um grupo. O reconhecimento da natureza simbólica das relações sociais mostra muitas vezes a necessidade de objetivação dos efeitos ocultos das distâncias sociais.

A ideia de considerar os capitais enquanto recursos de poder no espaço social representa uma ligação direta com as posições dos agentes sociais nesse espaço, já que estes são os mobilizadores das estratégias. Assim também ocorre se pensarmos a sociedade como um campo:

[...] Se o mundo social, com suas divisões, é algo que os agentes sociais têm a fazer, a construir, individual e sobretudo *coletivamente*, na cooperação e no conflito, resta que estas construções não se dão no vazio social [...] a posição ocupada no espaço social, isto é, na estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital, que também são armas, comanda as representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo. (BOURDIEU, 1996a, p. 27, grifo no original).

Para além de pensarmos a sociedade em termos relacionais, a noção do campo permite que possamos explorar os mecanismos históricos de dominação presentes nos preconceitos de gênero da modalidade. A posição peculiar da mulher no mercado de bens simbólicos contribui para a compreensão da conjuntura histórica de oposição entre o voleibol masculino e o feminino a partir de uma “relação de forças materiais e simbólicas entre os sexos” (BOURDIEU, 2007, p.10).

Essa relação de forças materiais e simbólicas reproduzidas de um gênero para o outro pode ser entendida mediante a noção de reprodução social de Bourdieu. Para o autor, a reprodução se define pelo trabalho prolongado de inculcação que produz a interiorização de um arbitrário cultural sob a forma de um *habitus* durável e transferível, e que, por conseguinte, é capaz de gerar práticas conformes a esses princípios fora de e para além de toda regulamentação expressa e de todo apelo explícito à regra (BOURDIEU, 2011, p. 57).

O sistema que produz a interiorização de um arbitrário cultural caracteriza-se pela posição que ele ocupa entre: 1) o modo de inculcação que produz um *habitus* pela inculcação inconsciente de princípios só manifestados no estado prático (pedagogia implícita) e 2) o modo de inculcação que produz o *habitus* pela inculcação metodicamente organizada enquanto tal por princípios formais e mesmo formalizados (pedagogia explícita) (BOURDIEU, 2011, p. 69).

Em certa medida, observa-se no voleibol brasileiro uma tendência em considerar o percurso do voleibol feminino um “apêndice” da história de êxito do voleibol masculino, como se o “caminho para a profissionalização” atingido por ambos fosse decorrente do mesmo processo histórico-social, ou seja, um processo de reprodução das estratégias de investimento econômico, social e simbólico do masculino para o feminino.

Em sua dissertação de mestrado, Moreira (2009) evidencia um desses indícios trazendo à tona conflitos internos existentes entre dirigentes da modalidade e algumas

atletas na década de 1980, neste caso, Carlos Arthur Nuzman, presidente da CBV na época e a atleta Jacqueline Silva:

Um dos casos de confronto entre Nuzman e atletas aconteceu com a ex-levantadora Jacqueline Silva. Suas atitudes eram tidas como indisciplinadas pelo presidente da CBV, técnicos e até mesmo, por algumas das colegas de equipe. Jacqueline comparava o voleibol feminino ao masculino buscando igualdade, principalmente com relação ao retorno financeiro pela divulgação de marcas. Assim, as diferenças entre o voleibol masculino e feminino fizeram com que a atleta comparasse este período pelo qual o voleibol brasileiro estava passando a uma promoção do tipo: “leve o masculino e ganhe o feminino”. (SILVA, 2004, p. 69). Jacqueline se referia com isso às melhores condições oferecidas para a equipe masculina essencialmente na questão do patrocínio. Em outras palavras, segundo a ex-levantadora, os jogadores dos times masculinos representavam empresas e eram patrocinados, enquanto as jogadoras dos times femininos faziam o mesmo, mas não tinham retorno. (MOREIRA, 2009, p. 17).

Podemos observar a partir desse exemplo que o esporte, mais especificamente o voleibol feminino, pode constituir um espaço social de reforço da divisão social entre os sexos. Em outros esportes como o futebol<sup>14</sup>, por exemplo, visualizamos indícios da mesma ordem imposta pela divisão do trabalho entre o masculino, tido como produtivo e o feminino, tido como improdutivo, onde o elemento de esportividade é, em muitos casos, anulado em favor de uma instância simbólica de dominação *dos* atletas sobre as atletas.

O paradigma improdutivo do “sexo frágil” faz com que as jogadoras sejam vistas a partir de um *habitus* duplamente dominado, isso porque a construção social naturalizada de superioridade biológica do masculino sobre o feminino representa um produto histórico da dominação, colocando na base das diferenças sociais as diferenças biológicas (BOURDIEU, 2007).

Essa dicotomia sexista de importância já apontada por Moreira (2009), carrega segmentações de ordem histórica entre o voleibol masculino e o feminino, a começar pelas duas classes de *habitus* diferenciadas em que se inscrevem, sob diferentes formas de *hexis* corporal.

---

<sup>14</sup> Cf. SALVINI, Leila. *Novo Mundo Futebol Clube e o “velho mundo” do futebol: considerações sociológicas sobre o *habitus* esportivo de jogadoras de futebol*. Curitiba, 2012. 183f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Paraná.

O reforço de elementos estéticos de masculinidade e feminilidade que demarcam os(as) atletas da modalidade (como alto/baixo, rápido/lento, forte/fraco), pode inscrever-se no que Bourdieu (2007) chama de sociodiceia masculina, “que vem do fato de ela acumular e condensar duas operações: *ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada*” (BOURDIEU, 2007, p. 33, grifos no original).

No livro “*A dominação masculina*” (2007), Bourdieu estabelece alguns parâmetros de análise que subsidiam uma ruptura com as tendências de análises científicas pautadas na divisão sexual, ao lançar o seguinte argumento:

Arbitrária em estado isolado, a divisão das coisas e das atividades (sexuais e outras) segundo a oposição entre o masculino e o feminino recebe sua necessidade objetiva e subjetiva de sua inserção em um sistema de oposições homólogas, alto/baixo, em cima/embaixo, na frente/atrás, direita/esquerda, reto/curvo (e falso), seco/úmido, duro/mole, temperado/insosso, claro/escuro, fora (público)/dentro (privado) etc., que, para alguns, correspondem a movimentos do corpo (alto/baixo, subir/descer, fora/dentro, sair/entrar). Semelhantes na diferença, tais oposições são suficientemente concordes para se sustentarem mutuamente, no jogo e pelo jogo inesgotável de transferências práticas e metáforas; e também suficientemente divergentes para conferir, a cada uma, uma espécie de espessura semântica, nascida da sobre-determinação pelas harmonias, conotações e correspondências. (BOURDIEU, 2007, p.16).

Essa “semelhança na diferença” contribui para a construção de atributos de masculinidade e feminilidade da modalidade a partir de diversas instâncias. E no caso feminino, a mídia representa um instrumento de ingerências simbólicas da modalidade, ao legitimar representações socialmente aceitáveis e inaceitáveis em ambas as esferas. A influência dessa cultura sexista no modelo desportivo nacional carrega um caráter ambíguo, de acordo com Coelho (2009):

Percebe-se que há uma ambigüidade: ao mesmo tempo em que se incentiva a prática esportiva feminina – desde que seja admitida como “normal” ao organismo e ao comportamento das mulheres –, ela é recriminada quando ameaça invadir territórios tidos como próprios do domínio masculino. (COELHO, 2009, p. 79).

Esse paradigma estrutural do campo esportivo remete a um dos questionamentos suscitados por Bourdieu, a saber: “quais são os mecanismos *históricos* que são responsáveis pela *des-historicização* e pela *eternização* das

estruturas da divisão sexual e dos princípios de divisão correspondentes”? (BOURDIEU, 2007, p. 06, grifos no original).

No texto “*A lucidez dos dominados*”, Lagrave (2005) tece algumas considerações a respeito da obra “*A dominação masculina*” de Bourdieu. A autora menciona o chamado “preconceito negativo” que faz com que as mulheres, embora dominadas, recusem-se a serem vítimas dessa ordem dos gêneros, suscitando a importância da mobilização feminina contra as estruturas naturalizadas da dominação masculina (LAGRAVE, 2005).

Essa menção pode ter estreita relação com a ideia de que “atualmente, não se pode mais dizer simplesmente com Bourdieu que ‘as mulheres só podem aparecer como objetos, cujo sentido é constituído fora delas’” (LAGRAVE, 2005, p. 321), mas que a sua gênese pode ser fundada a partir de um combate às leis de reprodução social que perpetuam historicamente essa ordem diacrônica. Nesse sentido, a autora argumenta:

Bourdieu realmente insiste no fato de que a emancipação não é um simples ato que depende da vontade ou de uma conscientização, mas sim o resultado de uma luta contra as coerções estruturais, mantidas pela Escola, pelo Estado, pela Igreja e pela família. Com razão. De fato, como não perceber que só podemos começar a minar a dominação masculina, princípio fundador e estrutural de uma ordem de gêneros, combatendo as instâncias que trabalham ativamente para perpetuar o princípio da ordem, mesmo quando são conquistados avanços decisivos, que recompõem os efeitos da dominação masculina sem aboli-la em seu princípio? (LAGRAVE, 2005, p. 317).

Embora existam algumas especulações que afirmem que o voleibol representa um *ethos* social mais híbrido do que outras modalidades como o futebol, por exemplo, a declaração de que “o voleibol parece estar mais relacionado a um *ethos* feminino” (COELHO, 2009, p. 80) precisa ser posta com cuidados.

O livro *A sociologia do corpo* de David Le Breton (2010) traz algumas reflexões sobre o corpo como um fenômeno social, cultural e simbólico, considerado um objeto de representações e imaginários. O autor inicia sua reflexão criticando algumas pesquisas sociológicas que privilegiam as ações do corpo, sem antes questionar o significado epistemológico do próprio corpo. Para o autor, “qualquer questionamento sobre o corpo requer antes a construção de seu objeto”. E ironiza: “o corpo não é uma natureza. Ele nem sequer existe. Nunca se viu um corpo: o que se vê são homens e mulheres. Não

se vê corpos. Nessas condições o corpo corre o risco de nem mesmo ser um universal” (LE BRETON, 2010, p. 24).

É por meio do corpo que a evidência da relação com o mundo é construída, não somente por atividades perceptivas, mas também pela expressão dos sentimentos, cerimoniais dos ritos de interação, conjunto de gestos e mímicas, produção da aparência, jogos sutis da sedução, técnicas do corpo, exercícios físicos, relação com a dor, com o sofrimento, etc. (LE BRETON, 2010).

Da mesma maneira que nos adaptamos a diferentes *ethos* sociais, o processo de aprendizagem das modalidades corporais nos acompanha ao longo das modificações sociais e culturais que imprimimos ao nosso estilo de vida. Nesse sentido, Le Breton afirma que “o corpo é similar a um campo de força em ressonância com os processos de vida que o cercam” (LE BRETON, 2010, p. 26). A partir da infinidade de concepções de corpo existentes conforme os aspectos culturais das diferentes sociedades, Le Breton defende a importância de primeiro se identificar a natureza do corpo, cujas lógicas sociais e culturais se pretende questionar, ou seja, de que corpo se trata (LE BRETON, 2010).

No nosso caso, a natureza do corpo feminino pode ser pensada a partir do aparecimento da mulher no cenário esportivo brasileiro. Porém, a condição de produto em que o corpo da mulher foi lançado no voleibol marca o primeiro “investimento” do gênero na modalidade.

Sabemos que a capacidade de desenvolver e aprimorar os gestos técnicos e táticos do corpo representa um requisito de entrada e permanência no nível de alto rendimento do voleibol, seja ele feminino ou masculino. Os atributos corporais exigidos de seus agentes sociais – leia-se biótipo físico – obedecem a variáveis intimamente ligadas ao *ethos* social desse campo. Podemos citar como exemplos no voleibol o desgaste físico e emocional exigido das atletas durante as partidas, o calendário nacional e internacional de viagens e competições, a rotina diária de treinamentos, a cobrança de rendimentos por parte da comissão técnica, mídia e patrocinadores, o cuidado e a vigilância com a alimentação, o aparecimento de lesões e consequentes aposentadorias precoces na modalidade, a abstinência sexual e o controle hormonal

exigido durante as competições mais importantes, além de compromissos pessoais e familiares das atletas, entre outros.

Embora possuir uma alta estatura e um corpo longilíneo seja um atributo específico da jogadora/jogador de voleibol, a condição de entrada e permanência na modalidade não se resume apenas a habilidades esportivas individuais, mas de como se conjuga habilidade esportiva com *ethos* social e *hexis* corporal. As “Musas do Vôlei” constituem exemplos de como o corpo das jogadoras aliada a um grande potencial técnico e tático marcaram os anos de 1980 na modalidade. Os atributos de feminilidade que essas jogadoras possuíam certamente contribuíram para a sua visibilidade no contexto nacional e para o interesse da mídia em veicular suas imagens.

A partir desses elementos próprios da modalidade, podemos dizer que as estratégias e práticas determinam a construção social dos corpos e fazem deles uma realidade sexuada, depositária dos princípios de visão e de divisão sexualizantes, que têm o masculino como medida de todas as coisas e a própria ordem social como imensa máquina simbólica, que ratifica a dominação masculina na divisão do trabalho e na divisão do trabalho sexual, na estruturação do espaço, do tempo e do corpo (BOURDIEU, 2007).

Ao identificar no voleibol feminino construções corporais fomentadoras de “crenças” que influenciam a participação feminina na modalidade até os dias atuais, temos que a construção dos corpos nesse espaço esportivo segue princípios sócio-culturais arquitetados na dicotomia biologicista entre os sexos. Em outras palavras, entendemos que as características sociais generificadas determinam o reforço de características corporais masculinas e femininas na modalidade, independente do sexo dos atletas. Essa discussão será aprofundada no capítulo 2 no decorrer da construção histórica do objeto de pesquisa.

Em suma, ao finalizarmos essa primeira etapa de exposição da teoria sociológica bourdieusiana, chamamos a atenção para o propósito inicial dessa seção: apreender a ação por meio das orientações relacionais do *habitus*, campo, capital, estruturas, agentes, poder, dominação, violência simbólica, *ethos*, *hexis* e reprodução social. Acreditamos que os primeiros investimentos teórico-metodológicos necessários à abertura do debate empírico do capítulo 2 foram fornecidos.

Esclarecida essa questão de importância fundamental para o entendimento subsequente da tese, continuamos dando forma ao nosso artesanato intelectual (MILLS, 2002) através do diálogo com Karl Mannheim.

Para tanto, após uma breve contextualização pautada em uma “apresentação” do autor frente aos estudos sociológicos do esporte, fizemos uma recapitulação das premissas teóricas antecessoras a categoria sociológica das unidades de gerações própria de Mannheim. Essa chave de leitura prescreveu a identificação das unidades de gerações do voleibol feminino no campo esportivo brasileiro, cuja construção histórica será demonstrada no capítulo 3.

## 1.2. AS UNIDADES DE GERAÇÃO DE KARL MANNHEIM

Em continuidade às discussões propostas neste capítulo, apresentamos um breve relato da perspectiva teórica de Karl Mannheim<sup>15</sup>. Essa opção justifica-se pelo desafio e pertinência que a sua apropriação exige especialmente na linha de pesquisa da Sociologia do Esporte.

Observada uma maior tendência de apropriações sociológicas contemporâneas na sociologia do esporte no país, em detrimento das abordagens clássicas, a tentativa em promover uma hibridização teórica dessas correntes é uma tarefa desafiante. Dentro do aprofundamento teórico-metodológico exigido, propomos nesse momento a contribuição do pensamento sociológico de Mannheim.

A afinidade eletiva<sup>16</sup> de Pierre Bourdieu e Karl Mannheim existe no sentido de que Mannheim postula certos ideais também presentes nos fundamentos teóricos de

---

<sup>15</sup> Mannheim nasceu em 1883 em Budapeste, na Hungria. Filho mais velho de uma família judia, Mannheim concluiu seu doutorado na Universidade de Budapeste. Nessa instituição, pertenceu a dois grupos de discussão diferentes: um deles liderados por Oszkar Jászi, o outro por György Lukács. Durante seus estudos, Mannheim frequentou seminários de Simmel, Cassirer e Troeltsch na Alemanha. (VILLAS BÔAS, Gláucia. *A recepção da sociologia alemã no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006a, p. 83).

<sup>16</sup> A afinidade eletiva representa a tentativa de produzir conhecimento científico a partir de autores politicamente distantes, porém próximos pela forma de pensar. (LÖWY, Michael. *Redenção e utopia: o judaísmo libertário na Europa Central*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 13-18).



Bourdieu, principalmente no que se refere à construção de uma dialética teórico-prática para a produção do conhecimento, como argumenta Fernandes (1976):

Quanto à significação de sua obra, torna-se cada vez mais patente que Mannheim desempenhou uma missão particularmente difícil: a de restabelecer, com o espírito e os recursos da moderna investigação científica, temas e preocupações que sempre foram temidos como “extracientíficos” ou “sectários”, por causa de suas ligações com as descobertas originais de autores como Comte ou Marx. Ao contrário, coube-lhe o mérito de demonstrar que a explicação científica, nas ciências sociais, exige um padrão de trabalho intelectual capaz de relacionar, organicamente, a investigação empírica, a elaboração teórica e a reflexão prática. (FERNANDES, 1976, p. 392).

Sem ter a pretensão de traçar uma extensa trajetória intelectual do autor, a obra de Mannheim pode ser dividida em três fases<sup>17</sup>. Segundo WELLER (2007), o período em que Mannheim viveu na Alemanha (anos de 1920 a 1933) identificou sua primeira fase chamada sociológico-filosófica. Essa etapa abrangeu trabalhos conhecidos como *O problema das gerações* (1928) e *Ideologia e utopia* (1929), assim como outros trabalhos que Mannheim nunca chegou a publicar e que só chegaram ao conhecimento público através do livro *Estruturas de pensamento* (1980).

Na segunda fase, Mannheim se dedicou principalmente a temas literários e filosóficos na Hungria. Por fim, Mannheim se dedicou a análises políticas e pedagógicas sobre temas emergentes naquela época, a partir do desenvolvimento de pesquisas na área de Educação na *London School of Economics and Political Science* (LSE), na Grã-Bretanha<sup>18</sup> (WELLER, 2007, p. 2).

No Brasil, a recepção intelectual da obra mannheimiana encontrou uma tensão de ordem interna: a produção acadêmica tardia da sociologia brasileira, reconhecida (pré) institucionalmente, com maior ou menor propriedade, como “pensamento social no

---

<sup>17</sup> Por esse motivo, é importante que a leitura dos textos de Mannheim leve em consideração essas três fases distintas, observando não apenas a data de publicação (ou tradução) dos textos, mas o contexto de produção do autor.

<sup>18</sup> Grande parte dos trabalhos realizados nesse período foi publicada postumamente. Em alguns casos, os compiladores dos manuscritos de Mannheim se colocaram como seus co-autores (WELLER, Vivian. Karl Mannheim: um pioneiro da sociologia da juventude. In: *Congresso Brasileiro de Sociologia*, n. 13, 2007, Recife. Disponível em: <http://migre.me/3tzCn> Acesso em: 09 mar. 2012).

Brasil” ou “pensamento político brasileiro”<sup>19</sup>. De acordo com Villas Bôas (2006a), na primeira metade do século XX,

Quando a sociologia surge no Brasil como disciplina acadêmico-científica, não indaga dos fundamentos da associação entre os homens, à maneira dos estudiosos franceses, nem da possibilidade teórica e metodológica de conhecer a sociedade, à maneira dos alemães. Tampouco lhe interessavam as reformas sociais ou a integração de grupos de diferentes origens étnicas nas grandes cidades, a exemplo dos sociólogos norte-americanos que fundaram o Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago. A pergunta que funda a disciplina já estava inscrita na tradição de pensamento sobre o Brasil e dizia respeito à identidade da sociedade brasileira. Os sociólogos imprimiram uma marca própria a essa questão, tratando de verificar as mudanças sociais do ponto de vista da diferenciação e desigualdades sociais. Fizeram a crítica da abordagem culturalista dos problemas brasileiros, relegando a segundo plano as diferenças de ordem cultural que constituíram o cerne de tantos estudos até aquela época. (VILLAS BÔAS, 2006a, p. 70).

Com esses primeiros indícios da institucionalização da sociologia no país, percebemos que o investimento temático dos pensadores sociais brasileiros era distinto da produção mannheimiana, pelos temas centrais de seu pensamento, a saber: as relações entre modos de pensar e grupos de interesse, posição e existências sociais, educação, partidos, seitas, movimentos sociais, o papel da sociologia e dos intelectuais e as gerações (VILLAS BÔAS, 2006a, p. 106). Apesar de não serem contempladas de forma veemente na construção do quadro teórico nacional<sup>20</sup>, as ideias de Mannheim serviram de chamado para uma intervenção político-social no pensamento brasileiro:

A recepção de Mannheim – que realmente marcou a sociologia e os sociólogos – consistiu na reelaboração de suas idéias sobre o papel dos intelectuais no controle do tempo – através dos planos para o futuro – e no controle da política. Assim, os escritos de Mannheim, que não eram nada complacentes com as regras de imparcialidade, tornaram-se leitura “obrigatória” nos círculos sociológicos brasileiros – paradoxalmente, nos anos em que se assentavam as bases científicas das ciências sociais, combatendo-se o ensaísmo e o diletantismo em favor da rotinização de padrões de trabalho científico. Legitimava-se, concomitantemente, uma concepção universalista, progressista e evolucionista da história, que concorria, pela explicação e interpretação do Brasil, com concepções culturalistas voltadas para a construção de uma identidade nacional. (VILLAS BÔAS, 2006b, p. 90).

<sup>19</sup> BOTELHO, André. Interpretações do Brasil, pensamento social e cultura política: tópicos de uma necessária agenda de investigação. In: *Revista Perspectivas*, São Paulo, v. 28, 2005, p. 07-15.

<sup>20</sup> MICELI, Sérgio. *História das Ciências Sociais no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Sumaré, 2001, p. 05-19; 72-109.

A partir desse cenário de “fundação” das ciências sociais no Brasil, podemos esboçar minimamente a repercussão histórica das ideias de Mannheim<sup>21</sup>. Através da categoria sociológica das unidades de gerações, construiremos a especificidade para a leitura do voleibol feminino brasileiro.

Vamos iniciar pelo “estado da arte” da questão. No último capítulo do seu livro *Sociologia do conhecimento* (1986), com seu ensaio sobre o problema das gerações, Mannheim resgata dois estados anteriores de investigação do problema. O primeiro de caráter positivista (caracterizador do pensamento liberal francês) e o segundo, romântico-histórico (caracterizador do pensamento histórico-romântico alemão)<sup>22</sup>.

De acordo com o autor, o conceito positivista consistiu em procurar uma formulação quantitativa dos fatores determinantes da existência humana. Já o conceito romântico-histórico adotou uma espécie de aproximação qualitativa, ao negar a esfera calculista dessa explicação (MANNHEIM, 1986). A racionalidade do pensamento positivista do problema das gerações procurou “compreender os modelos mutáveis de correntes intelectuais e sociais em termos biológicos e elaborar a curva do progresso das espécies humanas em termos de sua sub-estrutura vital” (MANNHEIM, 1986, p. 118).

Em outras palavras, o propósito era “descobrir o período de tempo médio do processo de substituição na vida pública da velha geração pela nova e principalmente o de descobrir o ponto de partida natural na história a partir do qual contar um novo período” (MANNHEIM, 1986, p.118).

Essa concepção aplicada ao nosso objeto de pesquisa ofereceria uma explicação pura e simplesmente cronológica da duração de uma unidade de geração. A

---

<sup>21</sup> A passagem tardia dos originais em língua alemã para a língua inglesa corroborou para o reconhecimento tardio de Mannheim no Brasil. De acordo com Villas Bôas, durante um período de 30 anos (1950/1980), o mercado editorial brasileiro se ocupou de traduções, edições e reedições de livros de Mannheim, envolvendo sociólogos e cientistas sociais nessas tarefas. (VILLAS BÔAS, Gláucia. *Mudança provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006b, p. 84).

<sup>22</sup> O predomínio do pensamento positivista na França foi resultado da tradição iluminista que dominou as ciências naturais e culturais. Esse pensamento inspirou grupos progressistas, da oposição, do conservadorismo militante e do tradicionalismo. Já na Alemanha, foram as escolas românticas e históricas que sempre dominaram, apoiadas por um forte impulso conservador. Apenas as ciências naturais se desenvolveram na tradição positivista. As ciências culturais basearam-se inteiramente na tradição romântico-histórica. (MANNHEIM, Karl. *Sociologia do conhecimento*. v. 2, Porto: Rés, 1986, p. 121).

ideia de dizer que uma geração de atletas é formada pela estimativa de sua duração (15, 30 ou 60 anos) é reducionista na medida em que fornece explicações puramente biologicistas, desconsiderando fatores histórico-sociais constituintes desse processo de ação extrínseco ao tempo. Nessa esteira, Mannheim (1986) argumenta que:

Se não fosse a existência da interação social entre os seres humanos, se não fosse a estrutura social definível, se não fosse a história que se baseia numa espécie de continuidade, nenhuma geração poderia existir como um fenômeno social localizado; existiriam apenas o nascimento, o envelhecimento e a morte. O problema sociológico das gerações começa assim no ponto em que se descobre o relevo sociológico destes fatores biológicos. (MANNHEIM, 1986, p. 135).

Dito isso, avançamos para o enfoque sociológico formal, no qual está inserida a contribuição de Mannheim. “O problema das gerações é considerado por este pensamento como o problema da existência de um tempo interior que não pode ser medido, mas apenas experimentado em termos puramente qualitativos” (MANNHEIM, 1986, p. 122). É com a incorporação manheimiana pelo filósofo alemão Wilhelm Dilthey que essa nova concepção se redefine, caracterizada pela distinção quantitativa e qualitativa do tempo na medida em que incorpora o significado da co-existência entre as gerações e não somente a ideia de sucessão de uma após a outra:

Um problema aberto a tratamento quantitativo, matemático é substituído por um outro qualitativo, centrado na noção de algo que não é quantificável, mas suscetível de experimentação. O tempo de intervalo que separa as gerações é agora tempo subjetivamente experimentável; e a contemporaneidade é uma condição subjetiva de sujeição às mesmas forças determinantes. (MANNHEIM, 1986, p. 123).

A mesma concepção é compartilhada pelo historiador alemão Wilhelm Pinder, que se interessa pelo desenvolvimento específico do que ele chama de “não contemporaneidade do contemporâneo” em relação às gerações. Segundo Pinder, “diferentes gerações vivem ao mesmo tempo. Mas porque o tempo experimentado é o único tempo real, todas elas na verdade, vivem em eras subjetivas qualitativamente diferentes” (MANNHEIM, 1986, p. 124). Aplicando empiricamente esse viés, poderíamos pensar que para todas as relações sociais que cultivamos com pessoas de idades iguais ou diferentes da nossa, o mesmo tempo é para “cada uma” um tempo diferente dentro de um tempo real.

Nesse sentido, Pinder defende a ideia de que o “mesmo tempo” como o espírito de uma época (*zeitgeist*) só pode ser compartilhado por pessoas da mesma idade. Esse fator de unidade histórica foi chamado pelo autor de enteléquia de uma geração:

Segundo Pinder, e a somar às enteléquias de gerações, existem enteléquias de arte, linguagem, e estilo, enteléquias de nações e tribos, mesmo uma enteléquia da Europa; e finalmente, enteléquia dos próprios indivíduos. (MANNHEIM, 1986, p. 126).

A crítica contundente travada por Mannheim a Pinder diz respeito à desconsideração da mediação histórico-social como elemento determinante para a formação de uma enteléquia geracional. Mannheim reconhece não apenas a riqueza das contribuições de Pinder, mas também as limitações ou perigos de seu pensamento romântico, “cujas fantasias especulativas oscilam entre um espiritualismo extremo e a tentativa de regulamentação dos positivistas” (YNCERA, 1993, p. 155, tradução nossa).

A omissão e pode-se dizer, a rejeição do elemento histórico do processo social por Pinder lança luz a uma das categorias centrais na qual Mannheim irá desenvolver sua análise sociológica sobre o problema das gerações. Alguns pressupostos nos ajudam a visualizar essas inquietações:

Será possível que esta energia, que surge da inter-acção de forças sociais, constitua o laço entre as outras enteléquias da arte, do estilo, da geração, etc., que doutro modo só acidentalmente se cruzariam ou se aproximariam? Se recusarmos olhar essa questão deste ponto de vista e se defendemos uma relação directa entre o espiritual e o vital sem quaisquer factores sociológicos e históricos que medeiam entre eles, seremos facilmente tentados a concluir que as gerações especialmente produtivas são «os produtos do acaso». (MANNHEIM, 1986, p. 128).

A direção dos destinos fora da “esfera do acaso” permite a Mannheim aplicar um novo sentido ao entendimento do problema em questão. A partir da tradição sociológica formal, o problema das gerações chega no limiar tênue entre os tipos de investigação estático e dinâmico da sociologia formal (MANNHEIM, 1986).

Ao propor esse resgate teórico, Mannheim delimita seu território entre essas duas naturezas da sociologia formal<sup>23</sup>. Segundo o autor, “neste ponto temos de fazer a transição do estático formal para o dinâmico formal e a partir daí aplicar a sociologia

---

<sup>23</sup> WELLER, Wivian. A contribuição de Karl Mannheim para a pesquisa qualitativa: aspectos teóricos e metodológicos. *Revista Sociologias*, n. 13, 2005, p. 260-300.

histórica, abrangendo estes tipos no campo da investigação sociológica” (MANNHEIM, 1986, p. 131).

É por este fio condutor que identificamos o método interpretativo de Mannheim para a compreensão das gerações. Para tal, iniciamos com a distinção que o autor faz entre a constituição de uma geração e um grupo social concreto. Esse entendimento contém uma particularidade fundamental no que diz respeito à característica da *unidade* de uma geração e da *conexão* de um grupo concreto.

A existência de uma unidade geracional não consiste em uma adesão voltada para a criação de grupos concretos (embora possa existir um sentimento consciente de unidade, uma conexão geracional que possibilite a formação de um grupo concreto). Para o autor, “as organizações com objetivos específicos, nomeadamente a família, a tribo, a seita, etc., são exemplos de tais *grupos concretos*. A característica comum entre eles reside no facto de os indivíduos componentes formarem um grupo *em concreto*” (MANNHEIM, 1986, p. 132, grifos no original). Seja de proximidade, como grupos familiares, seja comunitário, como grupos indígenas, o autor destaca que esta é uma mera conexão, ou seja, os indivíduos pertencem a ela casualmente, mas não se percebem enquanto um grupo concreto. No sentido da constituição de uma geração, Mannheim argumenta:

A geração não é um grupo concreto no sentido de uma comunidade, i.e. um grupo que não pode existir sem que cada um de seus membros tenha conhecimento concreto dos outros, um grupo que termina como uma unidade mental e espiritual logo que se destrói a proximidade psíquica. Por outro lado, não é de modo algum comparável a associações, como as associações formadas para um objectivo específico, por que estas são caracterizadas por um acto deliberado de fundação, com estatutos escritos e dotadas de um mecanismo destinado à dissolução da organização; estes traços servem para manter o grupo coeso, mesmo que lhe faltem os laços de proximidade espacial e de comunidade de vida. Por grupo concreto queremos então designar a união de vários indivíduos através de laços naturalmente desenvolvidos ou conscientemente desejados. (MANNHEIM, 1986, p.132).

O fato de as relações sociais não resultarem na formação de grupos concretos sustenta as mesmas dúvidas: “qual é a especificidade da “unidade geracional” se a mesma não está associada a um grupo concreto? Se não é a proximidade de um grupo (família, amigos, etc) nem a estrutura de uma organização, quais elementos

produziriam esse vínculo geracional?” (SCHÄFFER, 2003, p. 59, citado por WELLER, 2007).

Segundo Mannheim, a resposta a essas perguntas vem de outra categoria sociológica: a posição de classe que um indivíduo ocupa na sociedade. Essa posição implica em uma permeabilidade temporal da existência individual ou coletiva, através de possibilidades de ascensão na escala social conforme se configuram os limiares de poder desses indivíduos (MANNHEIM, 1986, p. 133). Aplicado ao nosso objeto de pesquisa, um indivíduo escolhe (ou não) ser uma atleta de voleibol, por exemplo, porque “tem consciência da natureza de sua «posição» específica na estrutura social, i.e. das pressões e possibilidades de vida resultantes de tal posição” (MANNHEIM, 1986, p. 133). Essa inter-relação contribui para caracterizarmos as especificidades da localização de uma posição de classe e de uma posição de geração, como colocado a seguir:

A posição de classe baseia-se na existência de uma estrutura econômica de poder mutável na sociedade. A posição da geração baseia-se na verificação do ritmo biológico na existência humana: a vida e a morte, a duração limitada da vida o envelhecimento. Indivíduos que pertencem à mesma geração, que partilham do mesmo ano de nascimento, estão ligados, por esse facto, a uma posição comum na dimensão histórica do processo social. (MANNHEIM, 1986, p. 134).

Logo, o discernimento conceitual entre grupos concretos e posições de classe completa o primeiro passo para entendermos que a unidade de geração é constituída essencialmente por uma semelhança de posição de vários indivíduos dentro de um todo (MANNHEIM, 1986). Nesse ponto, poderíamos mencionar a importância das relações entre diferentes gerações existentes no voleibol feminino brasileiro. Essas relações entre atletas, técnicos, dirigentes, patrocinadores e público constituem uma instância de caráter construtivo na medida em que legitimam práticas sociais específicas dessa estrutura social.

Dado o efeito socializador que a concepção de unidade de geração carrega enquanto transmissão social, Forquin (2003) reforça:

O que fundamenta uma «unidade de geração»? São conteúdos comuns de consciência, representações, crenças, engajamentos, mas, sobretudo, mais profundamente ainda, o que Mannheim chama de «princípios estruturantes», termo este que o tradutor francês de Karl Mannheim, Gérard Mauger, aproxima

da noção de “habitus” tal como ela foi introduzida por Pierre Bourdieu. Essas considerações conduzem Mannheim a recusar a noção por demais imprecisa, sincrética, e insuficientemente diferenciada sociologicamente e ideologicamente, de «espírito do tempo» (*Zeitgeist*). (FORQUIN, 2003, p. 5).

A transferência da herança social acumulada pelas diferentes gerações do voleibol feminino pela esfera da similaridade de situação entre as agentes sociais torna possível pensarmos a tradição histórica da modalidade por meio da interação de grupos situados em posições cronologicamente diferentes. A partir do momento em que: (a) novos participantes aparecem no processo cultural e continuamente desaparecem os anteriores; (b) os membros de qualquer geração só podem participar de uma secção temporariamente limitada do processo histórico; (c) torna-se necessário transmitir continuamente a herança cultural acumulada e (d) a transição de uma geração para outra é um processo contínuo (MANNHEIM, 1986), é possível identificar um conjunto de experiências compartilhadas que vão se aproximando e se distanciando em função das lutas geracionais inscritas nesse contexto, intimamente relacionadas aos capitais sociais acumulados pelas agentes sociais.

As entrevistas com as atletas de diferentes gerações olímpicas, dentro do recorte temporal de quase trinta anos dessa tese, corroboram o caráter contínuo dessas mudanças geracionais, na medida em que propõe novas unidades entre as gerações antigas e novas. Dentro da interação entre essas unidades, Schäffer (2003) aponta dois aspectos da teoria mannheimiana sobre as gerações:

Por um lado ela destaca o conhecimento implícito acumulado e transmitido de geração para geração com suas devidas releituras e reinterpretções; por outro, aponta para a necessidade de compreensão do problema das gerações como um processo dinâmico. Nesse sentido, Mannheim se aproxima da idéia simmeliana de interação, ou seja, da complexa interação existente entre distintos fatores constitutivos de geração. (SCHÄFFER, 2003, p. 60, grifos no original, citado por WELLER, 2007).

O primeiro contato da herança social das gerações mais antigas com as mais novas permite a essas apreenderem a formação de um *habitus* historicamente objetivado e que certamente caracteriza “relações imbuídas e constituídas por elementos simbólicos” (FORQUIN, 2003, p.12). Esse ciclo contínuo entre as experiências “velhas” e “novas” coloca em movimento *habitus* de agentes expostos à mesma fase do processo coletivo ou na linguagem de Mannheim as “«primeiras



impressões» «experiências de juventude» que assim formaram o primeiro, o segundo e o terceiro «estratos» da consciência” (MANNHEIM, 1986, p.146).

Essa permeabilidade dos agentes sociais subjaz à existência de polaridades no âmbito das unidades geracionais, principalmente quando os sentidos práticos do *habitus* são diferentes entre as gerações que se seguem umas às outras:

Um outro facto próximo do fenómeno que descrevemos é o de duas gerações que se seguem uma à outra lutarem contra diferentes adversários, quer de dentro, quer de fora. Enquanto que a geração mais velha pode estar ainda a combater algo em si ou no mundo exterior de tal forma que todos os seus sentimentos ou esforços e mesmo os conceitos e categorias de pensamento são determinados por este adversário, para os jovens este adversário pode pura e simplesmente não existir: a sua orientação primária é outra inteiramente diferente. (MANNHEIM, 1986, p. 146).

Portanto, a existência dessas disputas legitimadas historicamente faz com que gerações específicas se coloquem em posição de adversários ou até mesmo adversários-cúmplices, como coloca Bourdieu (2004, p. 167). A garantia de que essas gerações não vivam para sempre prescreve mudanças contínuas em todas as gerações, já que a instância biológica faz com que as mesmas sejam substituídas continuamente, em prol da busca por corpos cada vez mais atléticos e “adequados” aos padrões culturais mutáveis das diferentes sociedades. No voleibol feminino, essas sucessões podem ser observadas pelas disputas de posições entre atletas e técnicos, na manutenção e rotatividade de equipes competitivas e na manutenção e/ou desistência de patrocínios das equipes no decorrer das temporadas.

A transmissão cultural de pensamentos e comportamentos entre os “mais velhos” e os “mais novos” proporciona constantemente atualizações no “inventário de experiências” de cada espaço social (MANNHEIM, 1986, p. 147). Todavia, além de partilhar da mesma localização de geração, é preciso que uma geração se constitua como realidade. Para isso, Mannheim alerta:

Para partilharmos da mesma localização de geração, i.e., passivamente sofremos ou activamente usamos as capacidades e privilégios de uma localização de geração, devemos ter nascido dentro da mesma região histórica e cultural. Mas a geração como realidade vai precisar de mais do que uma mera co-presença em tal região histórica e social. É necessário um outro nexos concreto para que a geração se constitua como realidade. Este nexos adicional pode ser descrito como uma participação num *destino comum* desta unidade histórica e social. (MANNHEIM, 1986, p. 152, grifos no original).

Recapitulando os nexos teóricos anteriores, vimos que a localização de uma geração como realidade não se dá apenas pela medida de sua duração, nem pela distinção quantitativa e qualitativa do tempo, nem pelo compartilhamento do tempo por pessoas da mesma idade, nem pela formação de um grupo social concreto, nem por sua posição de classe ou pela localização de geração. Para Mannheim, a determinante fundamental para termos uma geração como realidade é a presença de um destino comum por meio de “um laço concreto entre os membros de uma geração” (MANNHEIM, 1986, p. 153).

É nesse sentido que o efeito socializador de uma geração carrega uma identidade de unidade, identificada no modo como certas experiências são formadas e transformadas. De acordo com Mannheim, poderíamos dizer que:

Assim, dentro de uma geração existem várias unidades de geração diferenciadas, antagônicas. Em conjunto, elas constituem uma geração «actual» precisamente porque se orientam umas para as outras, mesmo se só no sentido de luta contra outra. [...] A unidade de geração tende a impor um elo mais concreto e firme nos seus membros por causa do paralelismo de respostas que envolve. (MANNHEIM, 1986, p. 157).

O equilíbrio entre continuidade e descontinuidade, conservação e alteração e reprodução e transformação contribui para pensarmos a especificidade social dos elementos estruturais que formam o nosso objeto de pesquisa em sua íntima mediação histórica.

A próxima tarefa será construirmos o epicentro dessa discussão. Tendo como fio condutor a categoria cultural de gênero na esteira dos papéis sociais construídos socialmente entre homens e mulheres no início do século XIX, exploraremos os primeiros contextos históricos da participação da mulher brasileira em atividades físicas e esportivas, até chegarmos na identificação das unidades de geração do voleibol feminino.

## **CAPÍTULO 2 – DA EXCLUSÃO À INSERÇÃO: O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO FEMININA NO VOLEIBOL**

A participação feminina no cenário esportivo brasileiro vem galgando espaço desde sua inserção em clubes esportivos, nas décadas de 1920 e 1930. Na atualidade, as oportunidades de participação feminina se ampliaram em muitos esportes<sup>24</sup>. Mas também é certo reconhecer que a presença das atletas femininas está longe de alcançar a mesma representatividade simbólica que a dos atletas masculinos. A seção a seguir apresenta uma revisão de literatura sobre os primeiros indícios da inserção feminina no cenário esportivo brasileiro.

### **2.1. PRIMEIRAS VITÓRIAS: A INSERÇÃO FEMININA NO CAMPO ESPORTIVO BRASILEIRO**

Embora as mulheres tenham participado pela primeira vez dos Jogos Olímpicos de Los Angeles, em 1932, as primeiras medalhas foram conquistadas apenas em 1996. Para entender como se deu a construção histórica dessas agentes sociais, elencamos alguns pontos que ilustram o processo crescente de emancipação feminina no cenário brasileiro até a participação esportiva na modalidade voleibol. Para tanto, utilizaremos a categoria de gênero, entendida como “a forma pela qual as capacidades reprodutivas e as diferenças sexuais dos corpos humanos são trazidas para a prática social” (SCOTT, 1995, p. 189), para a percepção dessas “relações entre experiências masculinas e femininas no passado e a ligação entre a história do passado e as práticas históricas atuais” (SCOTT, 1995, p. 3).

Essa escolha teórico-metodológica irá construir o alicerce para entendermos que as relações de poder entre a mulher e as práticas esportivas são permeadas por rupturas que, nos diferentes contextos econômicos, políticos e culturais, obedeceram os

---

<sup>24</sup> Cf. ECHEVERRIA, Regina; COUTINHO, Zuba. Com licença senhores. *Revista Placar*, n. 727, 27 abr. 1984, p. 28-32.

papéis sociais adotados pela mulher na sociedade brasileira, como colocado por Oliveira, Polidoro e Simões:

São tantos os papéis assumidos pelas mulheres que hoje se admite que eles sejam resultantes das profundas e velozes transformações produzidas pelo mundo moderno. Segundo Bronfenbrenner (1997), desempenhar um papel social significa desenvolver uma série de atividades e de relações entre pessoas que ocupam determinadas posições na sociedade. (OLIVEIRA; POLIDORO; SIMÕES, 2003, p. 180).

As mudanças sociais provocadas pelo desenvolvimento das sociedades modernas fizeram com que as mulheres, além de ocupar expressivo lugar no mercado de trabalho, pudessem se dedicar a outros interesses além da maternidade, seu papel mais tradicional na sociedade patriarcal. As energias femininas começaram a se descentralizar exclusivamente da reprodução, muito embora a casa e a família continuem representando os principais pontos de referência das mulheres. Manuel Castells (1999) sugere uma hipótese de quatro frentes sobre os motivos associados às transformações na trajetória das mulheres no século XX. Segundo o autor:

Primeiro, a transformação da economia do mercado de trabalho associada à abertura de oportunidades para as mulheres no campo da educação. [...] Em segundo lugar vêm as transformações tecnológicas ocorridas na biologia, farmacologia e medicina, que proporcionaram um controle cada vez maior sobre a gravidez e a reprodução humanas. [...] Terceiro, tendo como pano de fundo a transformação econômica e tecnológica, o patriarcalismo foi atingido pelo desenvolvimento do movimento feminista, consequência dos movimentos sociais da década de 60. [...] e o quarto elemento a induzir o desafio ao patriarcalismo é a rápida difusão de ideias em uma cultura globalizada, em um mundo interligado, por onde pessoas e experiências passam e se misturam, tecendo rapidamente uma imensa colcha de retalhos por vozes femininas. (CASTELLS, 1999, p. 171-172).

De fato, as transformações da economia do mercado, os avanços tecnológicos da área de saúde e o enfraquecimento da cultura patriarcal brasileira influenciaram na gradativa inserção feminina em territórios antes censurados socialmente. Porém existem outros intervenientes diretamente relacionados à adesão esportiva das mulheres na segunda metade do século XX, como o poder da mídia e sua difusão generalizada de normas e imagens do ideário estético, dos discursos de “miss” e o aumento dos cuidados com o rosto e o corpo. De acordo com Goldemberg (2002, p. 8), a mídia, “adquiriu poder de influência sobre os indivíduos, generalizou a paixão pela

moda, expandiu o consumo dos produtos de beleza e tornou a aparência uma dimensão essencial da identidade para maior número de mulheres e homens”.

As primeiras manifestações da prática esportiva feminina no Brasil podem ser observadas na primeira metade do século XIX (GOELLNER, 1998, p. 51). Como já pontuamos, os anos 1920 e 1930 foram responsáveis pela visibilidade das primeiras mulheres esportistas brasileiras. Nesse período, a função lúdica do esporte se misturava com mudanças político-econômicas da sociedade brasileira, mais especificamente em São Paulo e no Rio de Janeiro:

As práticas corporais e esportivas presentificam-se como acessível opção de divertimento. Proliferam, nos centros urbanos, os clubes recreativos, as agremiações, as federações, os campeonatos, as regatas, as travessias, as demonstrações atléticas, os clubes de ginástica, os certames esportivos, os parques de lazer, os campos de futebol, os estádios, ao mesmo tempo em que se multiplicaram os espectadores e os participantes. Como uma manifestação urbana em franca expansão, o esporte recheia com entusiasmo as horas de lazer imprimindo nas cidades a imagem do espetáculo. (GOELLNER, 1998, p. 49).

Em meio ao surgimento de novos estilos de vida que aos poucos foram sendo influenciados pelas mudanças no país, acontece na segunda metade do século XIX e início do século XX o início do processo de proletarização dos esportes, como demarca Goellner:

A proliferação dos eventos esportivos e das modalidades esportivas aguçam a curiosidade das pessoas que se observam constantemente desafiadas pelas novas possibilidades de testar seus próprios limites. Essa diversidade, associada à excitação causada pelo novo, faz com que o jornal *A Gazeta da Noite* realize, em 1912, uma enquete junto aos cariocas para identificar os esportes considerados mais difíceis de serem praticados. Dentre os conhecidos pelo público são mencionados: o futebol, a luta greco-romana, o alpinismo, a aviação, a esgrima, o náutico, a ginástica de aparelhos, a equitação, o jiu-jitsu, a pelota, a patinação, o boxe, a pesca, o bilhar, o turfe, o tiro ao alvo e o pólo. (GOELLNER, 1998, p. 49, grifos no original).

A democratização dos esportes possui particularidades intrinsecamente relacionadas ao contexto de cada esporte e modalidade. A prática de esportes com características marcadamente elitistas, como o tênis e o golf, por exemplo, tinham por objetivo marcar posições distintivas de seus praticantes<sup>25</sup>. Foi nesse contexto

---

<sup>25</sup> Pensando o senso estético como senso de distinção, Bourdieu destaca a expressão distintiva de uma posição privilegiada no espaço social e acrescenta: “Como toda a espécie de gosto, ela une e separa:

essencialmente aristocrático que começou a aparecer a figura “passiva” da mulher, reconhecida por um grupo “abafado” e capaz de expressar suas ideias somente por meio da linguagem dos homens dominantes (BURKE, 2002). O papel social atribuído à mulher brasileira era ser criada pelos pais para tornar-se mãe e esposa, subtraindo de sua rotina práticas que envolvessem o desempenho corporal, no sentido esportivo.

O predomínio da lógica de dominação masculina no esporte invalidou a experiência atlética como uma busca feminina digna, durante as primeiras décadas do século XX. Às mulheres era reservado o espaço das arquibancadas, validando a condição de espectadoras do espetáculo viril. Fosse como atividade de lazer, ou ainda como prática sistemática com finalidades bélicas, o esporte unificou desde então o conjunto de adjetivos que representavam o mundo masculino: força, determinação, resistência e busca por novos limites.

A presença feminina em eventos esportivos consistia em embelezar o ambiente, dando-lhe um tom familiar, ao mesmo tempo em que proporcionava às mulheres de elite uma maior visibilidade frente aos membros da sociedade da época:

Nas instalações e eventos de turfe e de remo (os primeiros esportes desenvolvidos no Brasil) as mulheres estão sempre presentes, acompanhando seus maridos e desfilando seus vestidos de última moda. Essa possibilidade de participação, mesmo que a princípio passiva, porque à mulher cabia o papel de espectadora, acabou contribuindo para lhe dar maior visibilidade na sociedade brasileira da época. De fato, já no fim do século XIX podemos observar mulheres participando ativamente como atletas nas competições, principalmente de turfe, ciclismo e atletismo. (GOELLNER, 1998, p. 51).

A preocupação com o progresso na transição do século XIX para o século XX direcionou a representação do corpo da mulher para ideais políticos, sociais e patriarcais da estrutura social vigente. O exercício físico tinha um papel social importante para o desenvolvimento da saúde, entendido como atributo para a formação de uma mãe robusta que pudesse gerar filhos fortes e saudáveis (MOURÃO, 2000).

---

sendo o produto dos condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência, ela une todos aqueles que são o produto de condições semelhantes, mas distinguindo-os de todos os outros e a partir daquilo que têm de mais essencial, já que o gosto é o princípio de tudo o que se tem, pessoas e coisas, e de tudo o que se é para os outros, daquilo que serve de base para se classificar a si mesmo e pelo qual se é classificado. (BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008, p. 56)

Assim, a exibição pública dos corpos femininos da elite era associada a padrões culturais, econômicos, políticos e ideológicos:

[...] o processo de inserção e crescente participação da mulher em atividades físico-desportivas sugere um certo grau de autonomia, ou seja, uma movimentação autônoma da mulher que se inseria nessa prática; ela não estava a serviço da pátria ou da humanidade, e sim a serviço de suas vontades e desejos. As demandas das mulheres para o esporte e a educação física eram expressão dos mais variados esforços de liberação feminina, que se tornariam cada vez mais evidentes com a maturidade do século. (MOURÃO, 2000, p.7).

Embora o sistema de forças de dominação dos homens sobre as mulheres definisse a ordem social do país, a maior participação da mulher na vida social urbana direcionou suas vontades e desejos para o cuidado com a saúde e aparência. O papel passivo de espectadora dá lugar à participação da mulher em demais setores da vida social brasileira, como clubes literários, revistas femininas, partidos feministas e cargos em empresas públicas (GOELLNER, 1998).

Apesar das atividades profissionais representarem um risco até então para as funções sociais designadas ao feminino, a mulher torna-se gradualmente “espectadora de si mesma” investindo seu tempo e energia no cuidado com o corpo. Esse movimento lento de emancipação lhe concede certa liberdade de movimentos, impulsionada pelas atividades corporais e esportivas da época:

Saúde e beleza são identificadas não mais como um dom divino, mas como uma conquista individual – um capital, um investimento, uma mercadoria, cujos produtos vão crescer e se multiplicar. Cresce o consumo, cresce a produção, cresce a carência de mão-de-obra, cresce o trabalho feminino, cresce a educação do gesto, cresce a necessidade do lazer e do equilíbrio da energia física, crescem as opções corporais e esportivas, torna-se mais visível o corpo da mulher. (GOELLNER, 1998, p. 53-54).

No livro “*A Distinção: crítica social do julgamento*”, Bourdieu considera a aparição de “um conjunto de profissões femininas e de um mercado legítimo para as propriedades corporais” no contexto francês. Dentro desse novo mercado simbólico, o autor chama a atenção para o fato de algumas mulheres tirarem proveito profissional de seu encanto, dentro de uma transformação ética da *hexis* corporal visando à feminilidade. E argumenta:

O fato de algumas mulheres tirarem proveito profissional de *seu encanto*, o fato de que a beleza receba, assim, um valor no mercado de trabalho contribuiu, sem dúvida, para determinar, além de numerosas mudanças de normas relacionadas com o vestuário, a cosmética, etc., todo um conjunto de transformações éticas e, ao mesmo tempo, uma redefinição da imagem legítima da feminilidade [...]. (BOURDIEU, 2008, p. 145, grifos no original).

Esses primeiros passos na direção de uma socialização corporal feminina direcionaram seus investimentos para o corpo, considerado um fim em si mesmo em razão da saúde e da aparência. Contudo, a voz que paulatinamente foi sendo dada a mulher carregou conflitos relacionados à conjuntura colonial, agrária e religiosa enraizada na sociedade brasileira. Com a migração da casa para o local de trabalho<sup>26</sup>, a mulher passou a conviver no limite tênue entre a liberdade e a interdição:

A invasão do cenário urbano pelas mulheres, no entanto, não traduz um abrandamento das exigências morais, como atesta a permanência de antigos tabus como o da virgindade. Ao contrário, quanto mais ela escapa da esfera privada da vida doméstica, tanto mais a sociedade burguesa lança sobre seus ombros o anátema do pecado, o sentimento de culpa diante do abandono do lar, dos filhos carentes, do marido extenuado pelas longas horas de trabalho. Todo um discurso moralista e filantrópico acena para ela, de vários pontos do social, com o perigo da prostituição e da perdição diante do menor deslize. Não é a mulher esta carne fraca, presa fácil das paixões, que sucumbe sem resistência ao olhar insistente ou aos galanteios [sic] envaidecedores do sedutor? Vários procedimentos estratégicos masculinos, acordos tácitos, segredos não confessados tentam impedir sua livre circulação nos espaços públicos ou a assimilação de práticas que o imaginário burguês situou nas fronteiras entre a liberdade e a interdição. (RAGO, 1987, p. 62-64).

Até 1930, os limites entre o público e o privado, a promiscuidade e o puritanismo, acompanharam a redefinição das condutas corporais das mulheres no país. As “mulheres públicas”, como eram pejorativamente chamadas, começam a viver o dilema público entre exhibir ou ocultar seus corpos. Na tentativa de libertação da “*hexis corporal*” feminina, altamente avaliada por homens e mulheres da sociedade brasileira, surge a

<sup>26</sup> De acordo com Louro, o trabalho das mulheres fora de casa deveria ser encarado como uma ocupação transitória, que deveria ser abandonada sempre que a função feminina de esposa e mãe fosse exigida. O trabalho fora seria aceitável para as moças solteiras até o momento do casamento, ou para as mulheres que ficassem sós – solteironas e viúvas. Não há dúvida de que esse caráter provisório ou transitório do trabalho também acabaria contribuindo para que os seus salários se mantivessem baixos. Afinal o sustento da família cabia ao homem; o trabalho externo para ele era visto não apenas como sinal de sua capacidade provedora, mas também como sinal de sua masculinidade”. (LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001, p. 453).



Educação Física, como instrumento de “educação para o corpo feminino”, como colocado por Goellner:

É nesse contexto de urbanização e da emergência de novos valores e comportamentos que a Educação Física para as mulheres adquire maior significância social, pois passará a ser observada como capaz de educar tanto para a valorização do corpo esteticamente como para o aperfeiçoamento físico de corpos saudáveis e aptos para enfrentar as realidades da vida modernizada, inclusive, preparando-as para uma maternidade, entendida como função sublime de toda a mulher. E é nesse contexto, também, que as mulheres ampliarão sua participação social, forjando novos hábitos, novas formas de cuidar de si e do seu corpo. (GOELLNER, 1998, p. 55).

Além de promover um autoconhecimento de suas capacidades e potencialidades corporais, a “educação para o corpo” promovida pela Educação Física serviu para amenizar a associação da mulher pública com a promiscuidade. O terreno da liberdade para a mulher já não era tão censurado:

As práticas corporais e esportivas seduzem e desafiam as mulheres tanto para a exibição como para o ocultamento de seus corpos. As revistas de moda, de saúde, os seminários, os jornais, os almanaques pontuam tanto a necessidade como os impedimentos dessas práticas ao mesmo tempo que perfilam uma imagem da mulher harmônica a essa sociedade fascinante. Nas suas páginas, multiplicam-se fotos, desenhos, propagandas, artigos, notas, opiniões, sobretudo os anúncios de produtos necessários à vida que se agita e que, num átimo, confere à cidade um tom mais sensual. (GOELLNER, 1998, p. 55).

Os esforços de agentes que ocupavam posições de poder na estrutura social brasileira – responsáveis por determinar atividades esportivas que visassem o reforço de características femininas e refutar os esportes que não atendessem tais quesitos, resultam no que podemos chamar de “esportes para mulheres” e “esportes para homens”. Mesclada a essa conjuntura que aos poucos recriava as divisões sociais na sociedade brasileira, acontece em São Paulo o primeiro campeonato feminino de bola ao cesto, praticado com as mesmas regras válidas para os homens (com exceção da duração, pois a disputa dividia-se em quatro períodos de dez minutos cada um). A década de 1930 foi marcada pelo início de um movimento de esportivização feminina da sociedade brasileira, sobretudo nos grandes centros urbanos:

Vários eventos, aparentemente isolados, contribuíram para mudar a imagem das mulheres como seres passivos, ajudaram a desconstruir o mito do sexo frágil e permitiram, assim, que as mulheres conquistassem um novo espaço social. Tímido no início, esse movimento foi significativo para favorecer a um

número maior de mulheres o envolvimento com as atividades esportivas. Tavares e Portela (1998, p. 481) descreveram a proliferação de eventos desportivos femininos em São Paulo: “Os Jogos Femininos do Estado de São Paulo realizados em 1935, que reuniram 150 mulheres em atividades esportivas, mostram a ampliação do campo esportivo feminino no Brasil”. (MOURÃO, 2003, p.129).

Ainda nessa década, uma atleta brasileira teve a sua primeira participação no cenário esportivo internacional. Em 1932, a nadadora paulista Maria Lenk com 17 anos de idade foi a primeira representante feminina do Brasil e da América do Sul a participar de uma edição dos Jogos Olímpicos, que somou 67 atletas na delegação brasileira dos Jogos Olímpicos de Los Angeles (LENK, 1982).

Demais representantes femininas assumiram posições pioneiras nos esportes brasileiros como no turfe, remo, tênis, atletismo e esgrima<sup>27</sup>. Na grande maioria dos casos, essa “opção” se caracterizava pela escolha de esportes individuais e sem contato físico com o oponente.

Simultaneamente às participações olímpicas, que aos poucos incorporavam mulheres nas delegações brasileiras, diferentes modalidades tomavam força e se disseminavam pelo país. Nesse contexto, a modernização dos costumes se refletiu na presença feminina em esportes que preservavam a mulher do contato físico.

Com o intuito de legalizar as práticas esportivas, o presidente Getúlio Vargas instituiu o Decreto-lei n. 3.199<sup>28</sup>, em 14 de abril de 1941 que em seu artigo 54 estabelecia: “às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza devendo, para este efeito, o CND ‘baixar’ as necessárias instruções às entidades desportivas do país”. Apesar da implantação do decreto, as mulheres continuaram praticando os esportes que teoricamente pudessem prejudicar a sua integridade física, da mesma maneira que os esportes que reforçavam sua feminilidade (MOURÃO, 2000). Essas tensões relacionadas com a proibição da mulher em determinados espaços esportivos ocuparam as discussões até a década de 1980,

---

<sup>27</sup> Cf. VALPORTO, Oscar. *Atleta substantivo feminino: as mulheres brasileiras nos Jogos Olímpicos*, Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

<sup>28</sup> O Decreto-lei n. 3.199 foi implantado em 14 de abril de 1941 pelo Conselho Nacional de Desportes e proibia às mulheres “a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, pólo aquático, pólo, rugby, halterofilismo e baseball”.

quando uma equipe feminina de luta se inscreveu com nomes de homens em um campeonato sul-americano e foi campeã (MOURÃO, 2003).

Mourão ressalta que o processo de apropriação feminina no espaço esportivo brasileiro foi qualitativamente diferente do mesmo processo em outros espaços sociais, em que a aceitação da hierarquia entre os gêneros foi mais tensa:

Não houve, na história da emancipação esportiva da mulher brasileira, confrontos, lutas por espaço, e sim um processo lento de infiltração, que se consolida na prática e no exercício da interação, frequentemente com apoio velado ou aberto dos homens mais esclarecidos da sociedade, mas com um controle normativo que insere a mulher nesta prática sem possibilitar-lhe uma emancipação para a prática de atividades físico-desportivas. Não houve, no esporte, um movimento feminino – menos ainda feminista – pela equalização de gênero, conforme se pode verificar pela ausência de movimento contestador das esportistas brasileiras, num contexto em que é o homem, em sua maioria absoluta, que comanda as federações, confederações, clubes e ligas como dirigente, técnico e árbitro. (MOURÃO, 2000, p. 7).

O mesmo argumento é defendido por Hargreaves (2003) quando aponta a existência do feminismo liberal, caracterizado pela ideia de que embora a força masculina predomine em alguns esportes, ela não é inviolável, intocável<sup>29</sup>. A popularização dos esportes refletiu na presença feminina em modalidades nas quais sua participação era ainda mais limitada, como no voleibol. A seguir, abordaremos alguns pontos referentes à invenção do voleibol nos Estados Unidos passando pela inserção da modalidade no Brasil até chegar as unidades de geração olímpicas do voleibol feminino.

## 2.2. O SURGIMENTO DO VOLEIBOL FEMININO BRASILEIRO

Para entender o processo de inserção e desenvolvimento do voleibol feminino no Brasil, é preciso retomar os principais momentos históricos da invenção da modalidade. Para fins didáticos, dividimos o cenário de criação do voleibol em três atos.

---

<sup>29</sup> Cf. CARDOSO, Berta Leni Costa. Resenha do livro *Sporting females: critical issues in the history and sociology of women's sports*. London and New York: Routledge, 2003. In: *Revista Esporte e Sociedade*, n. 16, nov. 2010/fev. 2011. Disponível em: <http://migre.me/45v5p> Acesso em: 15 mar. 2012.

Como se sabe, o voleibol foi inventado em 1895 por Willian George Morgan, diretor de Educação Física na Associação Cristã de Moços (ACM) da cidade norte-americana de Holyoke, Estado de Massachusetts. Para atender a demanda dos associados, Morgan resolveu inventar um jogo que pudesse ser praticado pelos frequentadores mais antigos da ACM local, em um ambiente propício, devido ao inverno rigoroso (MARCHI JR., 2004).

Nessa época, esportes como basquetebol, futebol americano e beisebol não conseguiam suprir a necessidade desse público, que procurava exercícios físicos menos vigorosos e com menor contato físico. De acordo com Marchi Jr. (2004, p. 82), “o que vale registrar é que a burguesia emergente americana necessitava de uma atividade que poupasse os ‘homens de negócios’ dos contatos mais ríspidos e das oscilações climáticas do inverno americano”.

Inicialmente chamado de *Minonette* nos Estados Unidos, por ser desenvolvido a partir de princípios do tênis, o “novo esporte” começou a ser divulgado a partir de jogos demonstrativos aos associados da ACM e da instalação de quadras, estações de veraneio e *playgrounds* em outras cidades de Massachusetts (MARCHI JR., 2004, p. 82, grifo no original).

O contexto de difusão da modalidade se deu basicamente a partir da elite clubística cristã norte-americana. Esse primeiro ato corrobora que a criação do voleibol possuía intenções claras de propagação de uma classe social específica, ao dar indícios das “leis estruturais que delimitam um campo, além de reproduzir a dominação social por meio do perfil exigido de seus praticantes” (MARCHI JR., 2004, p. 84). Interessante notar também que essa reprodução da dominação social pode ser associada tanto à exigência de um padrão econômico, social, cultural, simbólico e corporal de seus praticantes, como também à desconsideração das mulheres como praticantes da modalidade.

No início do século XIX, transpareceram os primeiros indícios das estruturas e *habitus* dos agentes sociais do voleibol que iriam se perpetuar por vários continentes. O segundo ato marca o aparecimento dos primeiros campeonatos norte-americanos entre as ACM's e a institucionalização das primeiras regras da modalidade (MARCHI JR., 2004).

No ano de 1915, a prática da modalidade foi incluída nos programas norte-americanos de Educação Física, ao lado do basquetebol e beisebol. Além disso, o voleibol foi adotado como prática regular das forças armadas americanas no pós-guerra (MARCHI JR., 2004). Em 1928, é criada a Federação de Voleibol dos Estados Unidos:

Muitos desconsideram esse acontecimento para a história do Voleibol e associam o seu desenvolvimento à extensa atuação internacional das ACMs. Mas o fato é que não podemos ignorar a importância histórica da aceitação do jogo pelas milícias, que, aliadas à ACM, tornaram-se sustentáculo para a difusão do Voleibol. Também foi de extrema importância para o esporte o momento em que a juventude americana passou a vê-lo como prática passível de ser realizada ao ar livre e que, não necessariamente, o jogo deveria manter características de movimentos lentos e suaves. O grau de dificuldade na execução desses movimentos poderia ser compatível com o nível do acervo de habilidades motoras de seus praticantes, possibilitando assim ações mais velozes e mais vigorosas ao esporte. Essas adaptações em muito influenciaram a aceitação e divulgação do Voleibol pelo mundo. (MARCHI JR., 2004, p. 86).

O terceiro ato marca a expansão da modalidade para países como Canadá (1900), Cuba (1905), Filipinas (1908), Japão (1908), Porto Rico (1909), Peru (1910), Uruguai (1912) e México (1916/1917) (MARCHI JR., 2004). Em se tratando do problema de pesquisa desta tese, visualizamos aqui os primeiros indícios históricos da formação das estruturas e agentes sociais da modalidade. Esses três atos impostos pela hierarquia masculina legitimaram mecanismos históricos de perpetuação da ordem dos “gêneros” como *habitus* sexuais (BOURDIEU, 2007). Para Marchi Jr. (2004), os norte-americanos se legitimaram como inventores da modalidade:

Após serem responsabilizados pela passagem do esporte recreacional ao esporte competitivo e pelo trabalho de divulgação internacional do Voleibol, aos Estados Unidos foram concedidas legitimidade e jurisdição no campo, o que reforçou sua disposição social esportiva para outros países. Nesse sentido, o norte-americano assumiu o papel de “doutrinador esportivo”, comprovadamente se lembramos as missões das ACMs que percorreram as “colônias”, difundindo novos programas de Educação Física e novos conteúdos esportivos. (MARCHI JR., 2004, p. 89).

No Brasil, existem diferentes versões sobre a origem histórica da modalidade, assim como em outras modalidades esportivas. De acordo com fontes levantadas por Moreira (2009), uma das versões considera que o voleibol foi introduzido na Associação Cristã de Moços de São Paulo por volta de 1916-1917 (BIZZOCCHI, 2004) enquanto

outra aponta que a primeira competição de voleibol realizada no país foi em 1911 na Associação Cristã de Moços do Recife (VALPORTO, 2007).

Ainda segundo Valporto (2007), a participação feminina na modalidade data de antes de 1930, tendo registros de sua prática nas regiões do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre:

Na década de 1930, o voleibol no Brasil estava em fase embrionária de estruturação, isto é, em processo inicial de constituição do campo, bem diferentemente do que se pode observar na atualidade. É um dado intrigante, porém ainda pouco ou nada considerado a aceitação pelo público feminino logo no início da inserção do voleibol no Brasil. Interessante perceber que além da incorporação do *habitus* elitista, ainda é plausível considerar que o voleibol, como é na atualidade, um esporte que demanda elevado esforço físico, na sua incorporação importou também a lógica própria da sua invenção, através da prática das mulheres. (MOREIRA, 2009, p. 57).

Esse cenário de inserção da modalidade no Brasil incorporou características sociais generificadas desde a sua “importação” para o país que podem ser atestadas na afirmação de que “o novo esporte, sem contato físico e considerado de menor esforço, começava a ser praticado também por moças” (VALPORTO, 2007, p. 17). Ainda que a modalidade tenha sido praticada pela primeira vez no Brasil em 1911 ou em 1916-1917, não havia sequer uma seleção da modalidade no país na década de 1940.

Enquanto a “nova modalidade” já tinha se espalhado por países como Estados Unidos, Canadá, Cuba, Filipinas, Japão, Porto Rico, Peru, Uruguai e México, o voleibol não conseguia a mesma atenção que o futebol no Brasil (VALPORTO, 2007). Isso fez com que poucas entidades esportivas se interessassem em divulgar a prática da modalidade:

Chegando em território nacional, após mais de vinte anos da sua criação, o Voleibol não foi de imediato um esporte que teve grande difusão. Registros evidenciam o Fluminense F.C. como uma das poucas instituições esportivas que buscaram ofertar aos seus associados oportunidades de vivenciarem a modalidade em torneios para os clubes filiados à então Liga Metropolitana de Desportos Terrestres. No Rio de Janeiro, em 1924, ocorreram os primeiros torneios oficiais de Voleibol por iniciativa e criação do Departamento de Voleibol da Associação Metropolitana de Esportes Atléticos. (MARCHI JR., 2004, p. 87).

Embora as particularidades dos contextos sociais devam ser consideradas, a característica elitista de origem e inserção da modalidade é observada tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil. Em 1923, o Fluminense Football Club realizou a

primeira Liga Metropolitana de Desportos Terrestres com a participação de pelo menos dez equipes masculinas de voleibol (VALPORTO, 2007).

Apesar da expansão rápida do número de competições, há poucos registros sobre competições entre equipes femininas no país. Segundo Costa (2006, p. 8.66), “circulava-se, então, que as disputas de Voleibol estavam fadadas a um futuro fracasso”. Em 1931 deu-se o esperado: não houve campeonato pela falta de um número mínimo de equipes participantes. Uma das estratégias utilizadas para que as disputas da modalidade não desaparecessem foi a difusão da prática do voleibol nas praias do Rio de Janeiro, como complementa Costa:

No advento da profissionalização do Futebol no Brasil, a partir de 1932, os clubes voltaram-se para as vantagens pecuniárias que poderiam daí resultar. Como todos os esportes amadores, o Voleibol desapareceu quase que totalmente das atividades oficiais das diversas agremiações. Fatalmente teria desaparecido do cenário esportivo não fosse a idéia [sic] de ser levada para as praias no Rio de Janeiro-RJ, como recreação, pelos seus aficionados daquela época. Em 1934, o então Tenente Coronel Altamiro de F. Braga, sub-comandante do Forte de Copacabana-RJ, armou a primeira rede de Voleibol na praia de Copacabana, entre as ruas Santa Clara e Constante Ramos, na cidade do Rio de Janeiro. (COSTA, 2006, p. 8.66).

Ainda segundo o autor, “apesar desse retrocesso, o esporte revelou-se para o sexo feminino como atividade recreativa muito difundida” (COSTA, 2006, p. 8.66). Uma das primeiras iniciativas de incentivo da prática feminina do voleibol aconteceu no ano de 1938 quando a Liga de Defesa Nacional (LDN) passou a promover o “Torneio Feminino de Voleibol”, atividade integrante das comemorações da Semana da Pátria e que tinha como uns dos objetivos apoiar a campanha pela implantação do serviço militar obrigatório no Brasil (HOFMEISTER FILHO, 1996).

Durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), o esporte começou a ter importância política reconhecida. Em 1937, foi criada a Divisão de Educação Física, no Ministério da Educação e Saúde (MES). Em 1939, foi criada a Escola Nacional de Educação Física e de Desportos, na Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e concluindo este processo de institucionalização do esporte, foi criado o Conselho Nacional de Desportos (CND), por meio do Decreto-lei 3.199 de 14 de abril de 1941, com o dever de orientar, fiscalizar e incentivar a prática esportiva no país (KASZNAR; GRAÇA FILHO, 2012, p. 32).

Restabelecida a crise de adesão inicial do voleibol no país, começaram a ser organizadas as primeiras Ligas e Federações Estaduais da modalidade<sup>30</sup>. Em 1938 é criada a Liga de Voleibol do Rio de Janeiro, contendo quinze clubes entre eles Flamengo, Botafogo, Fluminense e Vasco. Em 1941 é criada a Federação Mineira de Voleibol (FMV) e em 1942 a Federação Paulista de Voleibol (FPV), contendo clubes como São Paulo, Corinthians, Palmeiras e Santos (VALPORTO, 2007).

Com a participação de clubes e colégios do país, é organizado o primeiro Campeonato Brasileiro de Seleções em 1944, já contando com a participação feminina. Esse campeonato teve a participação de equipes femininas de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Distrito Federal e Paraná e de equipes masculinas de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Santa Catarina, Bahia e Pernambuco. As equipes mineira e paulista foram campeãs, no feminino e no masculino, respectivamente (VALPORTO, 2007). Esse campeonato contribuiu significativamente para a integração dos praticantes da modalidade de diversos clubes do país.

Expandindo as fronteiras da modalidade, é fundada em 1946 a Confederação Sul-americana de Voleibol (CSV), sob direção do presidente brasileiro Célio Negreiros de Barros. A data de 20 de abril de 1947 marcou a criação da Federação Internacional de Voleibol (FIVB), com a participação de 14 países, dentre eles o Brasil. O lema dessas organizações esportivas continentais e intercontinentais era conduzir os parâmetros da disciplina dentro de uma modalidade organizada (CSV, 2012).

Porém, a falta de uma gestão esportiva aliada à distância em relação aos principais centros de desenvolvimento do voleibol mundial, tornou difícil o acompanhamento das novidades que esses países agregavam a modalidade. Esses intervenientes fizeram com que o avanço técnico e tático internacional da modalidade fosse conhecido pelos brasileiros ao acaso na ocasião do I Campeonato Mundial de Voleibol, disputado em 1949 na ex-Tchecoslováquia. À convite da FIVB, o professor de Educação Física Sílvia Raso observou as novas formações do Campeonato e as trouxe posteriormente para o Brasil:

---

<sup>30</sup> Para consultar as 27 confederações estaduais vigentes da modalidade, conferir o site da CBV, disponível em: <http://migre.me/52ZLY> Acesso em: 13 jun. 2012c.



Em 1949, depois de participar de um congresso de educação física na Suécia, Raso foi passear em Paris e decidiu conhecer a sede da Federação Internacional de Volley Ball (FIVB), fundada dois anos antes por 13 países, entre eles, o Brasil, representado pela CBD. Acabou convidado pelos dirigentes da entidade a assistir ao primeiro Campeonato Mundial Masculino de Voleibol, que seria disputado em seguida na ex-Tchecoslováquia. Em Praga, o brasileiro viu um esporte totalmente diferente: os saques eram realizados acima da cabeça, as equipes jogavam com quatro atacantes e dois levantadores – no Brasil, ainda eram três atacantes e três levantadores – e as seleções da Tchecoslováquia e da União Soviética introduziram uma nova arma: o bloqueio. Sílvio Raso assistiu os soviéticos derrotarem os tchecos na final e voltou ao Brasil com um relatório para a CBD. (VALPORTO, 2007, p. 19).

As novas mudanças foram recebidas com certa resistência pelos técnicos brasileiros. Contudo logo foram acatadas na medida em que começaram a criar diferenciais competitivos entre as equipes, tanto que foram incorporadas nas regras oficiais do I Campeonato Sul-Americano de Voleibol, organizado no Rio de Janeiro em 1951 pelo CND, competição que consagrou as equipes brasileiras femininas e masculinas campeãs sul-americanas pela primeira vez (VALPORTO, 2007). A imagem 1 mostra as atletas Carmem Castello Branco, Helena Valente, Zilda 'Coca' Ulbricht, Vera Trezoitko, Elena Bins e Maria Azevedo, vestindo nesse campeonato a camisa da CND que lembrava a da seleção masculina de futebol de 1951:

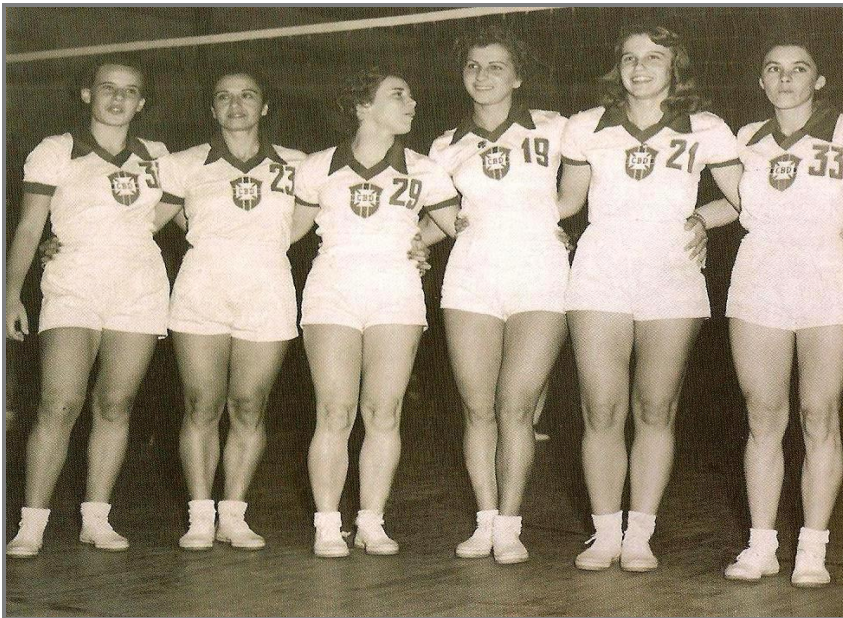


IMAGEM 01 – PRIMEIRA SELEÇÃO FEMININA NO I CAMPEONATO SUL-AMERICANO DE 1951  
 FONTE: VALPORTO (2007, p. 23)

A equipe brasileira feminina foi composta pelas atletas que mais se destacaram nos campeonatos regionais de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Era a primeira seleção feminina brasileira da história da modalidade, sob o comando do técnico Adolfo Guilherme<sup>31</sup>. A imagem 2 mostra a jogadora brasileira Elena Bins saltando para bloquear o ataque argentino no Campeonato Sul-Americano de 1951:



IMAGEM 02 – JOGO ENTRE BRASIL E ARGENTINA NO I CAMPEONATO SUL-AMERICANO DE 1951  
 FONTE: VALPORTO (2007, p. 2)

A partir de 1950, o voleibol começou a sofrer diversas modificações em suas características técnicas e táticas, com o objetivo de tornar a modalidade mais atraente para o público. Até então, o sistema de jogo em vigor era o 3x3 (três atacantes e três levantadores). Somente depois foram introduzidos os sistemas 4x2 e 5x1. Outro fator que mudou consideravelmente nesse período foi o biótipo das atletas, cada vez mais altas e fortes. Antes, qualquer praticante com baixa estatura, porém com técnica, podia se destacar no voleibol (KOCH, 2005). A imagem 3 registra um jogo da década de 1950 onde jogadoras uruguaias bloqueiam as brasileiras:

<sup>31</sup> Cf. GUILHERME, Adolfo. *Voleibol à beira da quadra: técnica e tática*. 2. ed. São Paulo: Hemus, 1979.

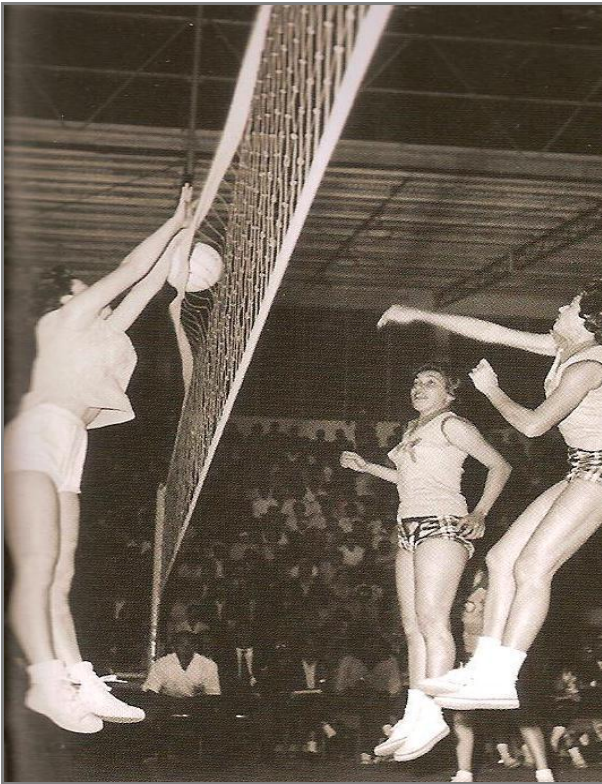


IMAGEM 03 – JOGO ENTRE BRASIL E URUGUAI NA DÉCADA DE 1950  
 FONTE: VALPORTO (2007, p. 17)

Foi nesse período que as estruturas e agentes da modalidade começaram a dar os primeiros passos em direção ao desenvolvimento do voleibol feminino no país. Em 1950, o Campeonato Brasileiro de Seleções passou a contar com mais representantes estaduais, como Alagoas, Amapá e Pará (COSTA, 2006). Em 1952, foi organizado o I Campeonato Mundial feminino da modalidade na ex-União Soviética, sob a chancela da FIVB<sup>32</sup>. Em 1954, foi criada a Confederação Brasileira de Voleibol (CBV) sancionada pelo Decreto-lei n. 36.786, de 18 de janeiro de 1955, como uma associação de fins não econômicos, de caráter desportivo, constituída pelas entidades filiadas de administração do voleibol, garantindo a partir desse momento independência em relação ao CND<sup>33</sup>.

<sup>32</sup> O I Campeonato Mundial masculino da modalidade foi sediado em 1949 também na ex-União Soviética.

<sup>33</sup> A CBV se originou das Federações Paulista, Paranaense, Mineira e da Liga de Voleibol do Rio de Janeiro (que passou a se chamar Federação de Voleibol do Rio de Janeiro a partir de 1976) (KOCH, Rodrigo. *Tie-break: a saga dourada do vôlei masculino no Brasil*. Porto Alegre: Editora Dora Luzzatto, 2005, p. 18).

O início dessa relativa autonomia da CBV foi carregado de dificuldades financeiras. Nem mesmo o COB, fundado em 1914 escapou da crise. A falta de técnicos e o fato de as atletas de voleibol se dedicarem a outros esportes como basquete, natação e atletismo fez com que o amadorismo predominasse nesse período:

A nova entidade nasceu, contudo, com dificuldades financeiras, tão comuns no esporte durante a década de 1950. O próprio Comitê Olímpico (COB) sofreu para organizar a delegação brasileira dos Jogos Pan-americanos de 1955, quando o voleibol faria sua estréia [sic] no evento. Ficou a cargo da Federação Paulista a organização da delegação do vôlei, que viajou com o mínimo necessário. O professor Carlos Alberto Turner, de São Paulo, era o único técnico para as seleções feminina e masculina. Presidente da federação, Jorge de Almeida Bello, campeão sul-americano em 1951, chefiava a delegação e estava inscrito também como jogador. Coca Ulbricht e Marly Álvares faziam parte, ao mesmo tempo, dos times de voleibol e basquete. Praticar vários esportes paralelamente era comum entre jogadores e, principalmente, jogadoras da primeira geração do voleibol. Poucas meninas praticavam esportes regularmente e, quando tinham talento, destacavam-se em mais de uma modalidade. Muitas eram filhas de imigrantes de países europeus, onde as virtudes das atividades físicas levavam os pais a incentivar até as garotas a praticarem esportes. (VALPORTO, 2007, p. 23).

Em 1955, as equipes femininas e masculinas brasileiras tiveram a sua primeira participação nos II Jogos Pan-Americanos, realizados na Cidade do México (México), onde obtiveram duas medalhas de bronze<sup>34</sup>. Com a criação de uma entidade exclusiva da modalidade, o Brasil pôde participar pela primeira vez do II Campeonato Mundial de Voleibol, realizado em Paris em 1956 (COSTA, 2006). Embora desconhecendo seus adversários, a equipe feminina dirigida pelo Prof. Sami Mehlinisky, conquistou a 11ª colocação entre 24 delegações, jogando sempre que possível com bola de primeira, jogada tática inédita na ocasião (COSTA, 2006). Na sequência, a seleção feminina brasileira foi campeã do II Campeonato Sul-Americano de Voleibol, organizado em Porto Alegre em 1958, como mostram as imagens 4 e 5:

---

<sup>34</sup> Histórico de títulos da seleção feminina em Jogos Pan-Americanos de Voleibol: 1959 (Estados Unidos); 1963 (Brasil); 1999 (Canadá). (CBV. Confederação Brasileira de Voleibol. Seleção brasileira. Disponível em: <http://migre.me/4uUc7> Acesso em: 14 jun. 2012a).

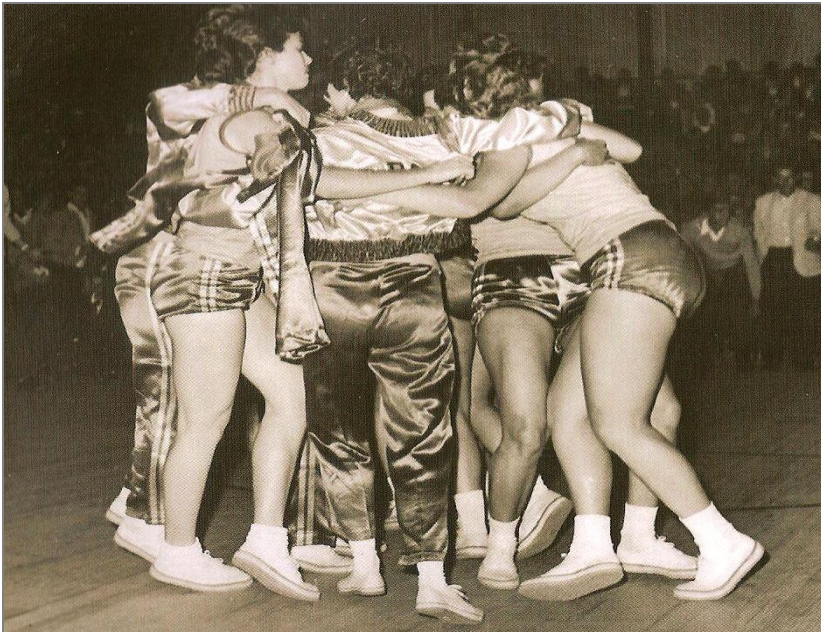


IMAGEM 04 – BRASILEIRAS NO II CAMPEONATO SUL-AMERICANO DE 1958  
FONTE: VALPORTO (2007, p. 1)



IMAGEM 05 – BRASILEIRAS COMEMORAM O TÍTULO SUL-AMERICANO DE 1958  
FONTE: VALPORTO (2007, p. 28)

A conquista de uma medalha de ouro marcou a participação invicta da seleção feminina nos III Jogos Pan-Americanos de Chicago (Estados Unidos) em 1959. A seleção feminina, formada por atletas de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais conquistou o primeiro ouro pan-americano para o país em modalidades coletivas femininas, ao vencer as anfitriãs norte-americanas por 3 sets a 1.

Essa conquista deu credibilidade para o Brasil sediar pela primeira vez o III Campeonato Mundial de Voleibol Feminino e o VI Campeonato Mundial de Voleibol Masculino, organizado pela FIVB em 1960 no Rio de Janeiro e Niterói. A competição reuniu dez países no feminino e quatorze países no masculino, entre eles: ex-União Soviética, Japão, Tchecoslováquia, Polônia, Brasil, Estados Unidos, Peru, Argentina, Uruguai e Alemanha Ocidental. Devido a problemas de organização no evento, algumas seleções europeias e asiáticas de destaque nem vieram ao Brasil, como a Bulgária, China e Coreia do Sul. Foi nessa ocasião, no entanto, que o Brasil teve a oportunidade de jogar contra as melhores seleções do mundo, conquistando a quarta colocação no feminino e a quinta colocação no masculino.

Apesar das desistências, o evento contou com um bom público que lotou as arquibancadas para as partidas das seleções brasileiras. Observando a imagem 6, podemos notar que na década de 1960, “a recepção do saque era realizada exclusivamente por meio do toque de bola acima da cabeça. Não havia, ainda, a manchete. Quando a bola vinha mais baixa, os jogadores agachavam-se, executavam o toque e, rolavam pra trás” (KOCH, 2005, p. 18).

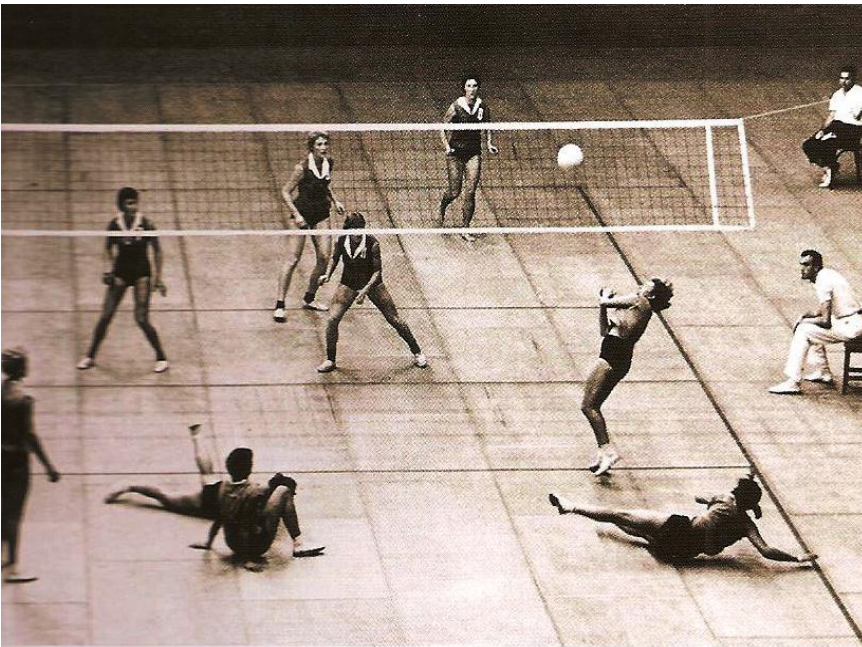


IMAGEM 06 – CAMPEONATO MUNDIAL FEMININO REALIZADO NO BRASIL EM 1960  
FONTE: VALPORTO (2007, p. 29)

Após ser sede do Mundial, o voleibol brasileiro demonstrou os primeiros indícios de que se tornaria a segunda modalidade esportiva mais praticada, depois do futebol.

Nas cidades de Belo Horizonte e Brasília, o voleibol chegou a assumir o primeiro lugar na preferência dos praticantes (MARCHI JR., 2004). Apesar do envolvimento dos praticantes em competições nacionais, o Brasil demorou em conquistar resultados expressivos no cenário internacional. Segundo Marchi Jr. (2004), esse dado foi resultante de dois aspectos:

O principal problema que explica os resultados pouco expressivos do Brasil nas décadas de 1960 e 1970 concentra-se na ausência de intercâmbio e experiência internacional com equipes de alto nível. Essa lacuna era justificada pela posição geográfica do país em relação aos grandes centros esportivos mundiais. Porém, a deficiência não era gerada apenas pela dificuldade geográfica. O esporte amador nacional não dispunha de recursos para investimentos em modalidades e federações. (MARCHI JR., 2004, p. 90).

O estabelecimento de um intercâmbio competitivo entre os países foi fundamental para que o Brasil pudesse conhecer os métodos de treinamento de cada equipe bem como suas características físicas, “possibilitando a assimilação das qualidades de cada modelo, seja ele asiático, europeu ou latino-americano” (MARCHI JR., 2004, p. 88).

A realização do Mundial no Brasil pela FIVB contribuiu para que a modalidade entrasse no programa olímpico. Em setembro de 1962, o voleibol foi admitido como esporte olímpico no Congresso de Sofia. Sua primeira aparição como modalidade olímpica institucionalizada foi nos Jogos Olímpicos de Tóquio, no Japão em 1964 com a representação feminina de seis países – Estados Unidos, Coréia do Sul, ex-União Soviética, Romênia, Japão e Polônia. Nessa ocasião, não houve representantes africanos e da Oceania e a regra também apresentava uma novidade: a invasão do bloqueio passava a ser permitida, trazendo uma grande mudança na postura de ataque e defesa das equipes (KOCH, 2005).

A primeira campeã olímpica de voleibol foi o Japão, sendo a ex-União Soviética vice-campeã e a Polônia a terceira colocada. A seleção feminina brasileira só veio a participar nos Jogos Olímpicos de Moscou, em 1980, quando ficou na sétima colocação, a exemplo de Los Angeles, em 1984 (CBV, 2012a).

A competição masculina contou com a participação de dez países – Japão, Romênia, ex-União Soviética, Tchecoslováquia, Bulgária, Hungria, Holanda, Estados Unidos, Coreia do Sul e Brasil. O primeiro campeão olímpico de voleibol foi a ex-União

Soviética; sendo a Tchecoslováquia vice-campeã e o Japão o terceiro colocado. O Brasil acabou a competição na sétima colocação por razões financeiras, com apenas dez jogadores. A equipe brasileira ainda contou com um imprevisto nessa competição: “um dos uniformes de jogo – a camisa amarela com mangas – foi entregue sem numeração: os números foram marcados com fita adesiva” (VALPORTO, 2007, p. 43).

A temporada de 1962 a 1963 marcou a criação da I Taça Brasil de Vôlei, competição nacional que reunia as principais equipes campeãs estaduais do país em uma disputa eliminatória. As oito equipes que participaram dessa primeira edição foram: Grêmio Náutico União (RS); Comercial (CE), Atlético Santista (SP); Bahia (BA), CRB (AL); Minas (MG); Sociedade Thalia (PR); América (RN); Jet Club (PE) e Sadia (SC). A criação dessa competição teve o apoio do público e dirigentes do voleibol, mas não foi uma tarefa fácil:

A idéia [sic] da Confederação Brasileira de Vôlei de criar uma competição nacional de clubes foi bem recebida pelo público e dirigentes, porém, havia muitos obstáculos que teriam que ser superados para que o torneio tivesse êxito. As distâncias entre as capitais eram enormes para uma época em que as linhas aéreas eram escassas e caras. A solução seria regionalizar a competição em um sistema eliminatório. Houve algumas desistências entre os participantes inicialmente escolhidos, mas finalmente a CBV chegou ao número de dez equipes e, marcou as rodadas iniciais para o mês de abril. Como o torneio seria disputado em sistema de ‘mata-ou-morre’, nem todas as equipes estrearam na mesma fase. Os campeões dos estados com maior qualidade técnica, de acordo com a Confederação Brasileira de Vôlei, entrariam na briga pelo título somente a partir da segunda fase, ou até mesmo a partir da terceira fase, como era o caso do campeão paulista. CRB, de Alagoas; Comercial, do Ceará; e Thalia, do Paraná, garantiram presença na segunda fase da Taça Brasil ao eliminarem Jet Club, América e Sadia na rodada preliminar. O Grêmio Náutico União, que viria a conquistar o título da primeira edição do torneio, deveria ter estreado contra os catarinenses da Sadia, mas devido à inclusão da Sociedade Thalia, a estréia ficou apenas para o final do mês de abril, justamente contra os vencedores do confronto Santa Catarina X Paraná. (KOCH, 2005, p. 25).

A competição terminou com o jogo final entre Comercial e Grêmio Náutico União, com a vitória dos gaúchos. Cabe destacar a “recompensa” para os campeões nacionais: “o prêmio para os jogadores do Grêmio Náutico União foi o título de sócios laureados, porque ninguém pensava em remunerar ou premiar financeiramente atletas amadores” (KOCH, 2005, p. 27).

Em 1971 foi criada a Loteria Esportiva, com o objetivo de levantar recursos para o financiamento do esporte no país. Em 1973, chega ao Brasil o Programa “Esporte



para Todos” (EPT), iniciativa dos países europeus para promover a massificação do esporte. Sob a responsabilidade do Ministério da Educação e Cultura, o Programa ficou marcado pela campanha “Mexa-se” de grande repercussão na época (KASZNAR; GRAÇA FILHO, 2012, p. 33).

Como principais ações políticas desta época, temos também a realização do primeiro diagnóstico da Educação Física/Desportos, realizado pelo Ministério da Educação e Cultura e pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, com o dever de fazer um levantamento completo da Educação Física e das atividades esportivas realizadas no Brasil. A partir desses resultados, foi elaborado em 1975 o Plano Nacional de Educação Física e Desportos, que não foi implementado em sua totalidade por problemas operacionais (KASZNAR; GRAÇA FILHO, 2012, p. 33).

A estrutura amadora do voleibol brasileiro permaneceu até a década de 1970. Além dos agentes sociais acumularem funções como técnicos, preparadores físicos e atletas na modalidade, eram mal preparados fisicamente e psicologicamente para as competições, resultado que refletiu na escassa participação competitiva do voleibol brasileiro fora da América Latina. As distâncias entre as capitais também eram uma barreira para o desenvolvimento de competições nacionais, já que “era um problema para qualquer clube patrocinar uma viagem dessas, ainda mais naquela época” (KOCH, 2005, p. 27):

Após esse período de experiências iniciais da administração da Confederação Brasileira, a história da entidade foi marcada pelo que podemos chamar de “eras” – representação decorrente das estruturas estruturadas atuando como estruturas estruturantes da FIVB –, nas quais processos de reeleições acusaram estilos de gerenciamento que imprimiram uma nova dinâmica ao esporte, e por que não dizer, estabeleceu uma nova configuração de inter-relações inéditas para o Voleibol. (MARCHI JR., 2004, p. 97).

Ainda que estas décadas não sejam reconhecidas por resultados relevantes em competições internacionais, a prática do voleibol em clubes nacionais de elite demonstrava que a modalidade foi direcionada para a formação de equipes competitivas, conforme o modelo estrutural norte-americano. Essa afirmação pode ser corroborada com a constatação do crescimento da repercussão do voleibol nacional na seguinte reportagem veiculada pela Revista Placar:

O país do futebol que se cuida, pois pode virar o país de todos os esportes. Desta vez, foi novamente o voleibol que, ao arrastar multidões entusiasmadas ao Ginásio do Ibirapuera, em São Paulo, para as finais dos campeonatos brasileiros masculino e feminino, marcou presença para mostrar uma vez mais do que uma mera proposição, é quase uma constatação de uma realidade concreta. No ano passado, esportes como o basquete, o tênis e o futebol de salão – além do próprio vôlei – comprovaram isso, ocupando os espaços que eram seus por direito e estavam espremidos pelo gigantismo do futebol. E nesse começo de ano, quando os dirigentes do mais popular esporte brasileiro se entregavam de corpo e alma à frenética dança das contratações, uma vez mais foi o vôlei que puxou o cordão e provou que Maracanãzinho, Ibirapuera e Mineirinho merecem pelo menos a mesma atenção que o Maracanã, Morumbi e Mineirão. Não é difícil alinhar as razões do estrondoso sucesso de público que foram as finais masculina (Atlântica-Boavista x Pirelli) e feminina (Paulistano x Pirelli) de vôlei. Para começar, o esporte amador leva uma nítida vantagem sobre o futebol, pois o público feminino tem seu lugar garantido nas arquibancadas dos ginásios – um lugar que é seu, naturalmente, desde sempre. Foi confortador poder ver desfilar, neste fim de semana, no Ibirapuera, lindas garotas com suas ousadas minissaías, sem serem molestadas por ninguém. Mas não é só isso que embeleza o espetáculo amador. A garra, a dedicação e o amor à camisa caminham lado a lado nesses esportes, fazendo de cada partida um espetáculo de vibração onde não existe monotonia – aquela monotonia tão conhecida dos 0 x 0 tristes de muitas partidas de futebol. Aqui, as emoções são renovadas a cada instante, a cada ponto marcado. Não existem empates, sempre há um vencedor a ser festejado. (REVISTA PLACAR, n. 1, 21 jan. 1983, p. 73).

Isaac Ziegelmann e Adolfo Guilherme foram alguns dos precursores da implantação das novas táticas do voleibol nacional da época, ao mudar o tradicional 3x3 (três levantadores e três atacantes) para o 4x2 (quatro atacantes e dois levantadores) e o 5x1 (apenas um levantador). Nas palavras do técnico Isaac: “nós éramos uma das poucas equipes que arriscava a jogar no 5x1 durante momentos da partida e, isso foi fundamental para conquistar a I Taça Brasil” (KOCH, 2005, p. 29).

Apesar desses avanços táticos iniciais, o amadorismo predominava. De um lado, os atletas se dedicavam a outras atividades. De outro lado, as entidades organizadoras tinham execuções de planejamento insatisfatórias. Ser um praticante da modalidade se dava intrinsecamente por intenções de paixão pelo esporte e abnegação a outros “lucros”, o que caracterizou essa fase como “romântica” (MARCHI JR., 2001).

Ainda nessa década, importantes mudanças puderam ser observadas e a “causa” comumente é atribuída à eleição de Carlos Arthur Nuzman para a presidência da CBV, em 1975. Inicialmente, a relação de Nuzman com o voleibol foi como jogador da seleção brasileira na década de 1960, quando algumas insatisfações com o tratamento dado aos atletas teriam gerado seu interesse em se tornar dirigente

esportivo. Em 1972 deixou de ser jogador. No ano seguinte, foi eleito presidente da Federação de Voleibol do Rio de Janeiro (FVR) e, dois anos depois, tornou-se presidente da CBV (MARCHI JR., 2004). Na CBV, Nuzman permaneceu até 1995. As imagens 7 e 8 mostram Nuzman como atleta na delegação brasileira de voleibol nos Jogos Olímpicos de Tóquio (Japão), em 1964 e Nuzman como presidente da CBV já no ano de 1985:



IMAGEM 07 – NUZMAN NOS JOGOS OLÍMPICOS DE TÓQUIO NO JAPÃO EM 1964  
FONTE: VALPORTO (2007, p. 34)



IMAGEM 08 – NUZMAN COMO PRESIDENTE DA CBV EM 1985

FONTE: REVISTA SAQUE (n. 1, jul. 1985, p. 13)

Em entrevista concedida à primeira edição da Revista Saque, Nuzman relata essa passagem da condição de jogador para dirigente esportivo:

Eu sempre quis parar por cima. Mas aí era uma situação muito diferente, uma questão pessoal, parar bem. Eu não estava na seleção, mas mesmo em clube a gente quer ter o prazer de parar bem. Ocorre que eu fui afastado da Seleção, e fui por dizer às vezes coisas que eu pensava e também por reivindicar determinadas correções em favor dos atletas, e o que ocorria é que nós não tínhamos direito a nada, absolutamente nada. Isso me revoltou. Só pra te dar um exemplo: o tênis era nosso, a sunga, a toalha, o sabonete, o reforço e alimentação. (REVISTA SAQUE, n. 1, jul.1985, p. 12-13).

Como dirigente esportivo, Nuzman contou com o apoio de influentes dirigentes, técnicos e jogadores do voleibol da época, ao propor as primeiras ações para um planejamento gerencial compatível com a estrutura econômica e política brasileira como: a demissão de funcionários inoperantes, a organização de arquivos, a canalização de recursos, o emprego de especialistas em administração e o aumento quantitativo e qualitativo dos cargos das comissões técnicas, dos materiais e dos métodos de treinamento.

As ações de Nuzman foram norteadas pela observação dos modelos esportivos de organização italiano, japonês, soviético e norte-americano, com o objetivo de reproduzir a sua estrutura para a realidade brasileira com a máxima eficácia. A partir da apropriação desses modelos, a entidade direcionou seus esforços para a conquista de resultados que atraíssem a atenção da mídia e de patrocinadores para a modalidade.

Alguns autores entendem que a administração desse grupo tinha uma perspectiva avançada: “via-se já nessa época, que a modalidade tinha tudo para dar certo, como esporte e como negócio” (KASZNAR; GRAÇA FILHO, 2006, p. 4). Mas o momento político brasileiro desse período era crítico e de transição:

A situação no início dos anos 70 era muito complicada. Embora ocorresse o *milagre econômico*, o Brasil e sua sociedade viviam em um cipóal, enredados por mútuas desconfianças, comandadas por um Estado tentacular, que se movia com forças burocráticas em busca de uma estruturação militarista. (KASZNAR; GRAÇA FILHO, 2006, p. 4, grifos no original).

No contexto internacional, a situação de crise econômica e política tinha tomado proporções bem maiores, interferindo no Movimento Olímpico. Na edição dos Jogos Olímpicos de Montreal (Canadá) em 1976, dezessete países africanos abandonaram a competição em virtude das ligações esportivas da Nova Zelândia com o regime do *apartheid* na África do Sul (PRONI, 2008).

Apesar desses entraves políticos refletivos no campo esportivo, a primeira participação olímpica da seleção feminina foi assegurada com a conquista da sétima colocação no Mundial de Voleibol realizado em Leningrado, ex-União Soviética, em 1978<sup>35</sup>. A reportagem “Elas querem ser campeãs olímpicas”, publicada na Revista Manchete de 1978 ilustra o clima de expectativa em torno dessa primeira participação em Jogos Olímpicos. Depois de disputar o Mundial contra 23 países, a meta da seleção passou a ser Moscou:

Jogo alto na rede, um excelente sistema defensivo e perfeita recepção do primeiro passe, serão as armas das brasileiras para conseguir vencer as únicas seleções que ainda não conseguiram superar: Coréia do Sul, Japão e China. O medo que até então existia, nas partidas contra as europeias, terminou e o

---

<sup>35</sup> De acordo com as regras oficiais da modalidade, os primeiros dez países classificados nos Mundiais ficam com a participação assegurada nos Jogos Olímpicos. (FIVB. Fédération Internationale de Volleyball. Official rules (2009-2012). Disponível em: <http://migre.me/8Kvb3> Acesso em: 03 abr. 2012c).

voleibol poderá se tornar um dos esportes em que o Brasil conquistará medalhas nas Olimpíadas. (REVISTA MANCHETE, n. 49, 19 set. 1978, p. 20).

A sétima colocação da seleção feminina brasileira no Mundial de Leningrado surpreendeu os críticos, segundo a reportagem, principalmente as vitórias – antes e durante o Mundial – frente às seleções da antiga Iugoslávia, Bulgária, Romênia, Canadá e Coréia do Sul. Na entrevista concedida a Revista Manchete, o técnico da seleção brasileira Ênio de Figueiredo Silva diz que a equipe feminina estaria preparada para os Jogos Olímpicos de Moscou em, no máximo, seis meses:

Numa análise das equipes participantes do recente Mundial, ele se sente mais entusiasmado com as possibilidades da Seleção brasileira. Diz que as soviéticas estão encontrando dificuldades para efetuar uma renovação. Tentaram incluir jogadoras novas, mas não deu certo, e reconvocaram as veteranas. As búlgaras têm técnica, mas são desorganizadas taticamente. As cubanas estão com a mesma equipe de há dez anos e deverão conquistar o Pan-Americano como também as Olimpíadas. Resta saber se entre as cubanas o trabalho de renovação também está sendo feito com tanta eficiência. Quase a mesma coisa acontece com as peruanas, que não conseguiram renovar e agora enfrentam dificuldades para armar um bom time. Para vencer as coreanas, japonesas e chinesas, teremos que treinar nossas jogadoras para que os erros não sejam cometidos no saque, na recepção e na defesa. (REVISTA MANCHETE, n. 49, 19 set. 1978, p. 21).

As imagens 9 e 10 mostram Célia Regina Garritano, Heloísa Helena Santos Ruese, Eliana Maria Nagib Aleixo, Filomena Bérghamo, Lenice Peluso e Rejane Maria Campos, atletas que mais se destacaram na seleção feminina brasileira de 1978 e a vitória brasileira contra as canadenses no Mundial de Leningrado, jogo que classificou a primeira seleção feminina para os Jogos Olímpicos de Moscou:



IMAGEM 09 – DESTAQUES DA SELEÇÃO FEMININA BRASILEIRA DE 1978  
 FONTE: REVISTA PLACAR (n. 462, 2 mar. 1978, p. 24)



IMAGEM 10 – BRASIL VENCE O CANADÁ NO MUNDIAL DE LENINGRADO EM 1978  
 FONTE: REVISTA MANCHETE (n. 49, 19 set. 1978, p. 21)

A crise política só se explicitou definitivamente nos Jogos Olímpicos de Moscou em 1980. Nos conturbados anos da Guerra Fria e a bipolarização da diplomacia mundial, Estados Unidos e a ex-União Soviética levaram para o campo esportivo suas divergências e disputas no plano geopolítico (PRONI, 2008).

Alegando retaliação à invasão do Afeganistão pela ex-União Soviética, o presidente dos Estados Unidos, na época, Jimmy Carter, pediu um boicote ao evento. Por pressões financeiras, algumas delegações se viram forçadas a abandonar a competição. Ao final, nada menos de 65 países como Canadá, Japão, Alemanha, Noruega e Quênia, se ausentaram dos Jogos Olímpicos de Moscou, entre os quais estavam as principais equipes e atletas mundiais em suas respectivas competições (PRONI, 2008).

Tendo como ponto de partida esse panorama, iremos apresentar no capítulo 3 a participação das oito unidades geracionais olímpicas do voleibol feminino nos Jogos Olímpicos de Moscou (1980), Los Angeles (1984), Seul (1988), Barcelona (1992), Atlanta (1996), Sydney (2000), Atenas (2004) e Pequim (2008). Ilustrando essas participações, daremos voz a algumas protagonistas dessas experiências, a partir dos depoimentos de Maria Auxiliadora Villar Castanheira, Heloísa Helena Santos Roesse, Ana Maria Richa Medeiros, Hélia Rogério de Souza Pinto e Elisangela Oliveira.

## **CAPÍTULO 3 – DE “DONAS DE CASA” A “DONAS DA QUADRA”: AS UNIDADES GERACIONAIS OLÍMPICAS DO VOLEIBOL FEMININO BRASILEIRO**

Na cronologia histórica do voleibol feminino brasileiro, a conquista da vaga para os Jogos Olímpicos de Moscou, no Campeonato Mundial de Leningrado em 1978, representou o principal registro simbólico da entrada da seleção brasileira feminina de voleibol em Jogos Olímpicos. Desde 1980 até 2008, 96 atletas passaram por oito ciclos olímpicos, sendo cada seleção composta por 12 atletas. Esse marco representou o início de uma nova projeção do voleibol feminino brasileiro, como iremos observar na descrição dessas participações na seção a seguir.

### **3.1. DE MOSCOU A PEQUIM: AS SELEÇÕES FEMININAS BRASILEIRAS NOS JOGOS OLÍMPICOS**

Os XXII Jogos Olímpicos de Moscou, realizados na ex-União Soviética em 1980, marcaram a participação da primeira unidade geracional olímpica do voleibol feminino brasileiro, sob o comando do chefe de equipe Paulo Márcio Nunes da Costa. A geração olímpica pioneira foi representada pelas seguintes atletas: Denise Porto Mattioli, Eliana Maria Nagib Aleixo, Fernanda Emerick da Silva, Ivonette das Neves, Jacqueline Louise Cruz Silva, Lenice Peluso de Oliveira, Maria Auxiliadora Villar Castanheira (Dôra), Maria Isabel Barroso Salgado Alencar, Paula Rodrigues de Mello, Regina Vilela dos Santos, Rita de Cássia Teixeira e Vera Helene Bonetti Mossa, algumas reunidas na imagem 11:





IMAGEM 11 – SELEÇÃO FEMININA NOS JOGOS OLÍMPICOS DE MOSCOU  
 FONTE: REVISTA PLACAR (n. 703, 11 nov. 1983, p. 42)

O clima de empolgação inicial logo foi substituído pela constatação de que a seleção brasileira feminina tinha que aprender primeiro a gerenciar os conflitos internos entre as jogadoras e técnicos para depois pensar no plano competitivo. A reportagem publicada na Revista Placar de novembro de 1983 intitulada “Uma rede de intrigas” destaca o clima de tensão que pairava na seleção feminina: “dirigir um time de vôlei não é fácil. Se esse time, além disso, for integrado por lindas atletas e representar o Brasil, o desafio se torna delicado” (REVISTA PLACAR, n. 703, 11 nov. 1983, p. 44).

A opção de Nuzman em escolher dois técnicos diferentes para a seleção feminina, Josenildo Carvalho, o “Jorjão” e Ênio Figueiredo, representou o primeiro prejuízo ao desempenho da seleção feminina. Prestigiado por Nuzman, Ênio Figueiredo, que já vinha acumulando alguns resultados negativos com o voleibol feminino, também foi acusado de privilegiar o trabalho das atletas titulares, tidas como “xodós” do treinador em detrimento das atletas reservas (REVISTA PLACAR, n. 703, 11 nov. 1983, p. 44).

Ao saber dos rumores, Nuzman interveio, qualificando as acusações feitas por Jorjão contra Ênio como “falta de ética profissional” e “interditou o acesso dos rivais de Ênio a qualquer seleção, mesmo das categorias inferiores”. Fernanda, capitã da seleção feminina e da equipe da Pirelli na época, resumiu o clima fora de quadra:

Josenildo e Ênio trabalharam juntos nas Olimpíadas de Moscou, em 1980. Não deu certo. “Eles não se olhavam e nem conversavam” conta a capitã Fernanda, da Seleção e da Pirelli. “Estava havendo uma cisão”, concorda Josenildo, ressaltando que a amizade permanece. (REVISTA PLACAR, n. 703, 11 nov. 1983, p. 44).

A hostilidade envolvendo os dois técnicos e Nuzman dividiu opiniões entre as atletas da seleção feminina. Jacqueline, levantadora da seleção e da equipe da Supergasbrás na época, defendia Ênio: “esses técnicos que criticam o Ênio nunca apresentaram um trabalho que se assemelhasse ao dele”. Sílvia, atacante do Paulistano e que vinha rejeitando as convocações de Ênio há dois anos criticou o técnico: “ele devia ter mais pulso no comando da Seleção”. Ainda contra Ênio, Fernanda declara: “o Ênio dá muita liberdade ao grupo. Tem que ter mais firmeza de comando. O Ênio precisa preparar todas as doze convocadas, e não apenas o sexteto que considera titular” (REVISTA PLACAR, n. 703, 11 nov. 1983, p. 44). A imagem 12 mostra as atletas Isabel e Jacqueline, aliadas de Ênio Figueiredo nos Jogos Olímpicos de Moscou (1980):



IMAGEM 12 – ISABEL E JACQUELINE NOS JOGOS OLÍMPICOS DE MOSCOU  
 FONTE: REVISTA PLACAR (n. 703, 11 nov. 1983, p. 42)

Dentro de quadra, a atuação das brasileiras foi caracterizada por um desempenho pouco satisfatório. Com uma modesta sétima colocação, atrás de países como a anfitriã ex-União Soviética, Alemanha Oriental, Bulgária, Hungria, Cuba e Peru e à frente apenas da última colocada Romênia, a seleção feminina terminou a

competição com um saldo negativo de quatro derrotas em cinco jogos. O quadro 2 resume a primeira campanha olímpica da seleção feminina:

<b>XXII JOGOS OLÍMPICOS DE MOSCOU</b>		
DATA	CONFRONTOS	RESULTADOS
21 jul. 1980	Hungria x Brasil	3 x 2 (17-15/09-15/15-12/06-15/15-12)
23 jul. 1980	Bulgária x Brasil	3 x 0 (15-07/15-09/15-12)
25 jul. 1980	Romênia x Brasil	3 x 2 (10-15/09-15/15-06/15-13/15-06)
27 jul. 1980	Cuba x Brasil	3 x 0 (15-02/15-05/15-06)
29 jul. 1980	Brasil x Romênia	3 x 0 (15-08/15-12/15-12)

QUADRO 02 – CAMPANHA DA SELEÇÃO FEMININA NOS JOGOS OLÍMPICOS DE MOSCOU  
 FONTE: CBV, 2012a

A seleção masculina terminou a competição na quinta colocação atrás da ex-União Soviética, Bulgária, Romênia e Polônia (CBV, 2012a). Sob o comando do técnico Paulo Sevciuc (Paulo Russo), a derrota para os iugoslavos, na primeira rodada da fase classificatória, custou à seleção masculina a primeira chance de disputar uma medalha olímpica. No entanto, não se imaginava que a equipe seria capaz de vencer os poloneses na última rodada da fase classificatória. A seleção poderia ter sido a segunda colocada do grupo, mas ficou com o terceiro lugar e, pela terceira vez consecutiva disputaria o torneio de quinto a oitavo lugares (KOCH, 2005, p. 76).

Com um saldo positivo de quatro vitórias e duas derrotas, a seleção masculina representada pelos atletas Amauri Ribeiro, Antônio Carlos Gueiros Ribeiro (Badalhoça), Antônio Carlos Moreno, Bernard Rajzman, Bernardo Rocha de Rezende (Bernardinho), Deraldo Peixoto Wanderley, Jean Luc Rosat (Suíço), João Alves Grangeiro Neto, José Montanaro Júnior, Mário Xandó Oliveira Neto, Renan Dal Zotto e William Carvalho da Silva, venceu a Tchecoslováquia por 3 sets a 0 e a Iugoslávia por 3 sets a 2 no jogo da revanche, conquistando a quinta colocação, a melhor colocação do voleibol masculino brasileiro desde a sua primeira participação nos Jogos Olímpicos de Tóquio (Japão) em 1964. O quadro 3 resume a campanha da seleção masculina:

<b>XXII JOGOS OLÍMPICOS DE MOSCOU</b>		
DATA	CONFRONTOS	RESULTADOS

22 jul. 1980	Iugoslávia x Brasil	3 x 2 (8-15/15-12/10-15/15-4/15-12)
24 jul. 1980	Romênia x Brasil	3 x 1 (13-15/15-4/15-12/15-3)
26 jul. 1980	Brasil x Líbia	3 x 0 (15-1/15-2/15-12)
28 jul. 1980	Brasil x Polônia	3 x 2 (13-15/18-20/17-15/15-11/15-5)
30 jul. 1980	Brasil x Tchecoslováquia	3 x 0 (16-14/15-11/15-9)
31 jul. 1980	Brasil x Iugoslávia	3 x 2 (14-16/15-9/8-15/15-10/15-8)

QUADRO 03 – CAMPANHA DA SELEÇÃO MASCULINA NOS JOGOS OLÍMPICOS DE MOSCOU  
 FONTE: CBV, 2012a

Os Jogos Olímpicos de Moscou terminaram com a participação de oitenta países e 195 medalhas para a ex-União Soviética. No quadro geral, o Brasil conquistou a 17ª colocação com quatro medalhas, sendo duas de ouro (iatismo) e duas de bronze (natação e salto triplo) (COI, 2012a).

Depois dessa estreia em Jogos Olímpicos, surgiu uma importante aliada do voleibol brasileiro na época: a televisão, que funcionou como um catalisador das transformações das características amadoras da modalidade. Com o início da transmissão pela televisão dos principais jogos da modalidade, surgiram alguns agentes sociais que impulsionam o processo de comercialização do voleibol feminino no país. Um deles surgiu do relacionamento profissional e pessoal construído entre Nuzman, Luciano do Valle, locutor esportivo da televisão brasileira, José Estevão Cocco, profissional de marketing e José Francisco Coelho Leal, vice-presidente da empresa Novo Ciclo, fabricante da marca de bicicletas Caloi (MARCHI JR., 2004, p. 144; MOREIRA, 2009, p. 68).

Vejamos a seguir os detalhes dessa trama. Em 1976, Luciano do Valle, locutor esportivo da TV Globo, narrou a final de voleibol masculino dos Jogos Olímpicos de Montreal (1976) entre Polônia e ex-União Soviética. Como em toda edição de Jogos Olímpicos, era um momento de efervescência esportiva e a transmissão contou com uma audiência mundial tão grande que fez com que a partida fosse interrompida no último set, por causa de uma suspensão no fornecimento do sinal via satélite. A pedidos do público, a emissora mostrou os lances da partida no dia seguinte, fato que chamou a atenção do locutor (MARCHI JR., 2004, p. 144; MOREIRA, 2009, p. 69).

Com planos pessoais de trocar o Rio de Janeiro por São Paulo, Valle negociou sua transferência com o filho do jornalista Blota Júnior, o então empresário José Francisco Coelho Leal, conhecido como Kiko. O administrador, responsável pela Novo Ciclo, direcionou o locutor para o departamento de esportes da empresa, com o objetivo de desenvolver projetos além do ciclismo (MARCHI JR., 2004, p. 144; MOREIRA, 2009, p. 69).

Luciano do Valle, em uma das conversas com seu advogado Nuzman, compartilhou o desejo de expansão das atividades do departamento de esportes da Novo Ciclo. Essa situação coincidiu com uma realidade delicada da CBV, que não dispunha de condições financeiras para viabilizar a participação feminina no Campeonato Sul-Americano do Chile, em 1981:

Valle solicitou a Nuzman 24 horas para uma posição a respeito do assunto. Ao consultar seus superiores, o narrador encorajou-os, acreditando que essa seria uma oportunidade singular de experimentar uma investida inédita de transmissões esportivas de Voleibol. Conseguiu a aprovação da Novo Ciclo e da Rede Globo. O sul-americano foi realizado em Santo André e o resultado foi a conquista do campeonato em 1981. Nesse momento, o Voleibol passou a ser percebido e aceito como potencial espetáculo esportivo nacional. Talvez a derrota da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo de 1982 tenha corroborado para a afirmação do Voleibol como o segundo esporte na preferência dos brasileiros. (MARCHI JR., 2004, p. 145).

Esse momento fez com que o voleibol feminino aparecesse antes na mídia que o voleibol masculino, em se tratando de campeonatos sul-americanos. A final do Campeonato Sul-Americano de 1981 contou com o confronto entre brasileiras e peruanas, onde o Brasil conseguiu quebrar a supremacia de onze anos da equipe do Peru no continente latino-americano. A imagem 13 mostra a comemoração de um ponto pelas jogadoras brasileiras Fernanda da Silva, Célia Regina Garritano e Heloísa Helena Santos Roese:

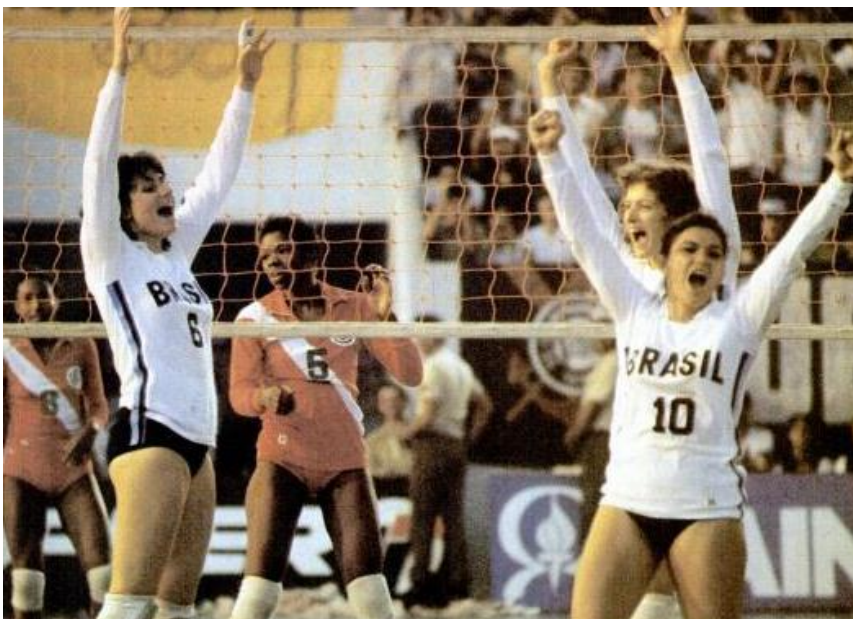


IMAGEM 13 – BRASIL VENCE O PERU E É CAMPEÃ SUL-AMERICANA DE 1981  
 FONTE: REVISTA PLACAR (n. 588, 21 ago. 1981, p. 67)

Esse jogo foi marcado por uma virada histórica brasileira<sup>36</sup> com a derrota das peruanas no tie break por 3 sets a 2. De acordo com Moreira (2009, p. 70), “assistiram à partida 4.500 expectadores, que atiravam moedas na quadra fazendo alusão à Copa do Mundo de 1978, onde o Peru perdeu para a Argentina de 6 a 0, tirando o Brasil da final”. A reportagem “Vôlei brasileiro: a importância de uma vitória” publicada na Revista Brasileira de Educação Física e Desportos de dezembro de 1981 relata: “não faltaram nem mesmo telegramas do Presidente da República João Figueiredo e de alguns ministros de Estado agradecendo e felicitando jogadoras, treinador e comissão técnica”. A imagem 14 ilustra o final dos 122 minutos do jogo, realizado no Ginásio de Esportes Dell’Antonio em Santo André (SP):

<sup>36</sup> A atuação do Corpo de Bombeiros de Santo André nessa ocasião impediu que os 4.500 espectadores presentes no Ginásio entrassem em pânico por causa de uma possível rachadura em uma parte das arquibancadas: “Chamados a intervir – seria um incêndio, uma perigosa rachadura nas arquibancadas? –, os bombeiros o fizeram sem alarde, isolando a área em questão, retirando os torcedores, colocando-os de volta depois de resolverem o problema, sem que ninguém tivesse por que se apavorar” (REVISTA PLACAR, n. 588, 1981, p. 13).



IMAGEM 14 – FESTA DO PÚBLICO, FESTA DAS JOGADORAS NO SUL-AMERICANO DE 1981  
 FONTE: REVISTA PLACAR (n. 588, 1981, p. 68)

Para a 14ª edição do Campeonato Sul-Americano, a equipe brasileira contou com as jogadoras Célia Regina Garritano, Denise Matioli, Dulce Thompson, Fernanda Emerick da Silva, Helga Cordal Sasso, Heloísa Helena Santos Roese, Marta Miraglia, Regina Pereira Uchoa, Sandra Maria Lima Suaragy e Sílvia Montanarini, sendo que Isabel e Jacqueline haviam sido vetadas da competição por motivos de indisciplina e ficaram no banco de reserva. Esse duplo veto foi encarado sem ressentimentos por algumas jogadoras da equipe, que não entendiam o porquê de Isabel e Jacqueline não se conformarem em ser reservas. Note-se opinião de Célia Regina Garritano, capitã da equipe brasileira no Campeonato:

Não é demérito nenhum ficar no banco. Claro que ninguém gosta, mas o jeito é mostrar trabalho e lutar, nos treinos, para entrar no time. Foi o que eu e a Regina fizemos. Elas não souberam conviver com essa nossa ascensão. Não acho que o Ênio fosse deixá-las na reserva o tempo todo. Ele só estava experimentando todas as jogadoras para poder contar com todo mundo. Só elas perderam com isso tudo. (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS, n. 48, out./dez. 1981, p. 28).

Terminado o Campeonato, surgiram os primeiros discursos legitimadores do mérito da seleção feminina do Sul-Americano de 1981. A declaração de Nuzman, publicada na Revista Placar de dezembro de 1981, mostra a ambição do dirigente a partir do resultado obtido nessa competição: “já estamos em sétimo lugar no *ranking* mundial. No Pan-Americano e nas Olimpíadas, subiremos ainda mais. É o que também espera o crescente público que o vôlei vem conquistando” (REVISTA PLACAR, n. 588, 1981, p. 67-68, grifo no original). Em outros trechos, Nuzman reforça:

[...] Num jogo nervoso, de duas horas e meia – convenhamos, tempo demais para um jogo feminino –, o Brasil mostrou equilíbrio psicológico, utilizou todo seu potencial tático, técnico e físico e chegou a vitória.

[...] A vitória sobre o Peru teve um significado psicológico vital para o vôlei feminino brasileiro e abriu as portas para este esporte, quem sabe, tingir um lugar de destaque e ser respeitado no plano internacional, como já acontece com o vôlei masculino, presente a todas as grandes competições no exterior.

[...] Dos esportes femininos, o vôlei é o único que mantém o nível internacional. Os demais caíram por problemas da própria natureza da mulher, como o casamento, a família que não quer, o namorado ciumento das viagens e o próprio temor do físico avantajado e pouco feminino. (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS, n. 48, out./dez. 1981, p. 25-27).

A comparação da equipe feminina com a masculina era inevitável. Para a capitã Célia, “o vôlei masculino sempre esteve num plano melhor internacionalmente, porque seus jogadores não tiveram os problemas de renovação e podiam viajar, ao contrário das mulheres” (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS, n. 48, out./dez., 1981, p. 27).

A história de vida dessa atleta que dedicou 17 anos a modalidade foi marcada por superações pessoais, problemas profissionais e pressões psicológicas para voltar à seleção. Única jogadora a vencer os Campeonatos Sul-Americanos de 1969 e 1981, Célia representou desde 1965 o Brasil em Campeonatos Sul-Americanos, Pan-Americanos, Mundiais e Copas do Mundo, declarando que “ficou triste por não ser lembrada para os Jogos Olímpicos de Moscou”. Para o Sul-Americano de 1981, no entanto, Célia foi convocada pelo técnico Ênio Figueiredo que via em sua experiência esportiva um diferencial para a seleção brasileira: “ela voltou à sua melhor forma e contornou as dificuldades de horário de sua vida como cirurgiã”. Dentro de sua experiência, a atleta recorda que:

De 69, quando ganhamos o último sul-americano, para cá, só em 79 o Brasil conseguiu colocar na quadra sua melhor equipe. A política da CBV e as dificuldades de as atletas viajarem sempre impediam a escalação da melhor seleção. O jeito era colocar na quadra também jogadoras juvenis. Amadoras, as jogadoras não podiam viajar, pressionadas por emprego, faculdade e família. Assim, o Ênio perdeu o emprego na Casa da Moeda, a Heloísa perdeu um ano na Faculdade e eu era malvista na escola em que dava aula e no hospital onde trabalho por causa das constantes viagens, necessárias ao treinamento de qualquer equipe. (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS, n. 48, out./dez. 1981, p. 27).



Com relação ao aprimoramento dos treinamentos, Célia ressalta a diferença entre o treinamento realizado para o Sul-Americano de 1981 do treinamento realizado no início da sua carreira na década de 1960: “hoje o treinamento é mais intenso e específico. Treinamos levantamento, cortadas, ensaiamos jogadas. E a parte física também é mais cuidadosa. Fazemos exercícios de musculação com halteres. Antes era mais ginástica e corrida”.

A concretização desse evento colocou a modalidade definitivamente como um potencial espetáculo esportivo nacional<sup>37</sup>. Ainda em 1981, a seleção feminina conquistou a oitava colocação na Copa do Mundo de Voleibol, realizada em Tóquio (Japão). Apesar dessa colocação, parecia que o Brasil não estava pronto para forjar uma equipe campeã mundial, dada a intensidade que os aprimoramentos técnicos, táticos e físicos exigiam das jogadoras da modalidade. A reportagem “Minha vida é uma quadra iluminada” da Revista Placar de setembro de 1985, se refere às jogadoras como “vítimas do vôlei”:

Uns não aguentam. Na Seleção feminina que se prepara para a Copa do Mundo do Japão, houve uma debandada geral de estrelas quando o técnico Jorjão mostrou o dantesco programa de três meses de treinamentos, em agosto. O atual estágio do vôlei feminino brasileiro visa acompanhar o crescimento das melhores escolas do mundo e o treinador planeja voltar do Japão com uma classificação bem melhor que o oitavo lugar da Copa de 1981. “Comigo é assim: na porrada”, foi logo avisando. Dulce nem se apresentou, alegando problemas de estudo. Isabel estava grávida e ainda teve que ouvir do radical treinador que “não era hora de gravidez”<sup>38</sup>. Vera Mossa explicou que tinha de deixar tudo de lado para cuidar da doença do filho Edinho, pois estava enfrentando problemas com o ex-marido, que costumava acusá-la de não dedicar tempo ao garoto. E o marido de Sandra teve stress de tanto sentir a falta da mulher e foi pra Maceió. Ela foi atrás. Esses não são casos isolados. Rita de Cássia Teixeira, 25 anos, que defendeu a Seleção na Olimpíada de Moscou, afastou-se do círculo de elite do vôlei no começo do ano e hoje cuida da boutique “Parafernália”, na cidade de Palmeira, no interior paulista, perto do noivo Gérson. “Não há relacionamento afetivo que sobreviva ao vôlei”, constatou a moça, que joga com menos intensidade agora no Recra Petrol, time da cidade formado, à exceção dela, só de juvenis. (REVISTA PLACAR, n. 799, 13 set. 1985, p. 58).

A necessidade de dar continuidade aos investimentos esportivos da modalidade fez com que surgisse a empresa de promoções esportivas Promoção, resultado da

<sup>37</sup> Cf. VALLE, Luciano do. *Revista Saque*, São Paulo, n. 3, 1985. Entrevista.

<sup>38</sup> Cf. AFFONSO, Edson. Mamãe não vai pra o Japão. *Revista Placar*, n. 797, 30 ago. 1985, p. 61-62.

expansão da parceria do departamento de esportes da Novo Ciclo com a CBV. “Leal e Valle entenderam que a Novo Ciclo não apresentava estruturas e instâncias administrativas adequadas para permitir maiores investidas e inserção no quadro que estava sendo delineado no cenário esportivo nacional” (MARCHI JR., 2004, p. 145).

Foi nas competições disputadas entre 1981-1982 que o voleibol brasileiro garantiu a sua inserção televisiva. Embora a TV Globo não tenha continuado com o projeto de apoio ao voleibol, alegando que a imprevisibilidade do tempo de transmissão das partidas prejudicava o restante da programação da emissora, Valle levou adiante o projeto de apoio à modalidade, buscando uma empreitada mais independente (MARCHI JR., 2004, p. 145).

Mesmo rompendo seu contrato de trabalho com a TV Globo e transferindo-se para a TV Record, Valle carregou consigo a ideia de desenvolver o potencial televisivo e popular da modalidade<sup>39</sup>, garantindo sua posição hegemônica no campo.

De início, o Voleibol passou a ser tratado como uma das prioridades na emissora. Logo, surgiu a proposta de aquisição dos direitos de transmissão do campeonato mundial masculino na Argentina, em 1982, e da realização dos mundialitos masculino e feminino. O sucesso foi tamanho, tanto nas transmissões quanto nos resultados – a equipe masculina sagrou-se vice-campeã mundial – que o locutor passou a receber, além do salário, 50% dos lucros referentes às transmissões promovidas em parceria da Record com a Promoção. Para o jornalista Sérgio Sá Leitão, “[...] é impossível dizer quem ganhou mais; o vôlei projetou os negócios de Luciano e Luciano projetou os negócios do vôlei”. (MARCHI JR., 2004, p. 145-146).

Estabelecido na TV Record e logo depois na TV Bandeirantes, Valle fundou uma nova empresa a partir do consórcio Luqui-Bandeirantes, responsável pelas transmissões e coberturas esportivas da emissora. Com mais essa parceria, foi possível inserir o Programa Show do Esporte em sua programação dominical, passando a transmitir as principais competições nacionais e internacionais que o voleibol brasileiro disputava. “Para Valle, o casamento entre a televisão e Nuzman foi perfeito. Na sua opinião, o dirigente era uma pessoa que enxergava longe ‘homem de visão e [que] teve ousadia de entregar para uma empresa o lado promocional do Voleibol’” (MARCHI JR., 2004, p. 146). A imagem 15 ilustra a reportagem publicada na Revista Veja de agosto de 1983 que se refere a Luciano do Valle como “Luciano do Vôlei”:

<sup>39</sup> Cf. VALLE, Luciano do. O vôlei está mais perto da glória. *Revista Placar*, n. 685, 8 jul. 1983, p. 33.



IMAGEM 15 – O LOCUTOR ESPORTIVO LUCIANO DO VALLE NA TV RECORD  
FONTE: REVISTA VEJA (n. 778, 3 ago, 1983, p. 64)

Assim, a CBV firmou contrato com a emissora de televisão na qual Valle trabalhava e a Promoção em 1983, além de um convênio com a empresa de materiais esportivos Rainha. Sendo tratada como prioridade, a transmissão de campeonatos mundiais e mundialitos de voleibol da década de 1980 foi bem sucedida, tanto na perspectiva da nova emissora quanto da modalidade.

Enquanto isso, Nuzman se valia de uma dupla confiança: tanto dos atletas e treinadores quanto dos militares, que detinham o poder político. Nesse período em que o Brasil vivia a conjuntura da ditadura militar, Nuzman representava “um conjunto de agentes detentores de poder e manipuladores de condutas sociais” (MARCHI JR., 2004, p. 114). Essa aproximação com o governo militar permitiu, por exemplo, a liberação do uso de marcas nos uniformes em 1981, que anteriormente era restringida pelo órgão administrativo do esporte no país, o Conselho Nacional de Desportos (CND).

A partida entre Brasil e Polônia nos Jogos Olímpicos de Moscou, em 1980, quando os brasileiros ganharam dos campeões olímpicos por 3 sets a 2, pode ter sido o início dessa mudança. Antonio Carlos de Almeida Braga, conhecido como Braguinha, importante empresário brasileiro à época, que assistia ao jogo ao lado de seu amigo Nuzman, teria questionado: o que seria necessário para que os atletas voltassem a atuar no Brasil e ganhassem os Jogos Olímpicos de Los Angeles? Habilmente, o dirigente colocou a possibilidade de inserir o nome das empresas nos uniformes das equipes de voleibol, como já ocorria em outros países (VALPORTO, 2007, p. 56). A

partir de então, iniciaram-se os esforços políticos para viabilizar a mudança na lei e permitir a contrapartida financeira das empresas no voleibol brasileiro. Esta nova conjuntura representou uma inflexão marcante no processo de financiamento dos esportes no Brasil:

No lugar de uma constante dependência umbilical em relação ao Estado, à viúva, ao eterno provedor, forjava-se um novo conceito: o de que o esporte, e em particular o Voleibol, poderiam ser financiados pela iniciativa privada, logo, pelo capital produtivo. (KASZNAR; GRAÇA FILHO, 2006, p. 5).

Naquele momento, a quebra dessa proibição impulsionou o patrocínio no esporte (MARCHI JR., 2004, p. 120). Ao romper com a desconfiança dos detentores de poder político sobre o patrocínio privado, houve o aporte de verbas para os clubes e a formação de novas equipes em Associações Desportivas Classistas, como a Atlântica-Boa Vista<sup>40</sup>, que formou uma equipe feminina em 1981 e a Supergasbrás e Pirelli no final de 1982. A imagem 16 mostra as jogadoras da Pirelli comemorando o título brasileiro de 1982:



IMAGEM 16 – FERNANDA E VERA MOSSA COMEMORAM O TÍTULO DA PIRELLI EM 1982  
FONTE: REVISTA PLACAR (n. 662, 28 jan. 1983, p. 62)

<sup>40</sup> A Atlântica-Boa Vista, em parceria com o COB, Secretaria de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação (MEC) e da Fundação Roberto Marinho financiou na época o Projeto Olímpico Atlântica-Boa Vista, destinado ao treinamento dos vinte melhores atletas brasileiros em esportes de marcas mensuráveis para os Jogos Olímpicos de Los Angeles. A esses atletas foram dados apoios financeiro, técnico e médico para que tivessem o melhor aproveitamento das condições de treinamento oferecidas pelo projeto. (ANDRADE, Hélio. Atlântica-BoaVista, um seguro para o atleta. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*, n. 48, out./dez. 1981, p. 6).

Com isso, as atletas passaram a receber melhores salários e condições de treinamento: “as empresas começaram a investir também nos times femininos. No ano seguinte, os patrocínios já apareciam nas camisas de, pelo menos, seis equipes” (VALPORTO, 2007, p. 73). A reportagem “Saque Decisivo” publicada na Revista Veja de fevereiro de 1983 mostra o investimento milionário de empresas como a Supergasbrás no voleibol feminino, repercutindo em uma possível ameaça de boicote dos demais clubes às empresas financiadoras da modalidade:

A partir da próxima semana, a maioria das jogadoras da Seleção Brasileira terá tempo, lugar e remuneração ideais para um treinamento intensivo de 6 horas diárias, imprescindível para um bom desempenho da equipe na Olimpíada de 1984, em Los Angeles. Isso porque a Supergasbrás, um conglomerado de 32 empresas que emprega 5 500 funcionários espalhados por todo o país, decidiu aumentar sua folha de pagamento em quase 10 milhões de cruzeiros, para bancar a contratação do técnico Ênio Figueiredo e de doze atletas vindas de várias partes do Brasil – sete delas já integrantes da seleção. Sem condições de rebater o saque financeiro da Supergasbrás, os clubes tradicionais entraram em guerra contra as empresas que estão investindo no esporte amador, ameaçando desativar seus times de vôlei feminino. (REVISTA VEJA, n. 755, 23 fev. 1983, p. 68).

Segundo a reportagem, o coordenador de esportes do Flamengo Ubiratan Pontes reclamava: “as empresas deveriam preparar as atletas desde cedo em vez de chegar num clube e praticamente destruí-lo, contratando suas melhores jogadoras”. Essa declaração se refere à perda das jogadoras Isabel e Jacqueline para a Supergasbrás. Isabel, por exemplo, que ganhava um salário mensal de 120 mil cruzeiros no Flamengo na época, passaria a receber 500 mil cruzeiros na Supergasbrás, além de 100 mil cruzeiros para as despesas com uma babá e passagens aéreas para a sua filha Pilar, de 4 anos, que acompanhava a mãe nas competições (REVISTA VEJA, n. 755, 23 fev. 1983, p. 68). A imagem 17 mostra Isabel na época de sua transferência do Flamengo para a Supergasbrás:



IMAGEM 17 – ISABEL: SALÁRIO DE 500 MIL CRUZEIROS NA SUPERGASBRÁS  
 FONTE: REVISTA VEJA (n. 755, 23 fev. 1983, p. 68)

Uma das propostas para acalmar os ânimos entre os clubes e as empresas veio do vice-presidente de Esportes Olímpicos do Guarani de Campinas, Roberto Signorelli, que propôs a realização de dois campeonatos, sendo um com as equipes dos clubes tradicionais e outro com as equipes das empresas, com o objetivo de tornar as disputas entre as equipes mais equilibradas (REVISTA VEJA, n. 755, 23 fev. 1983, p. 68).

Em outras palavras, a ideia era criar a primeira e a segunda divisão do voleibol feminino, o que não aconteceu na prática. Vera Mossa e Ênio Figueiredo também comentaram sobre o impasse criado entre os clubes e as empresas:

“Acredito nas empresas. Só elas têm condições de garantir a tranquilidade das atletas com bons salários, contrato registrado em carteiras de trabalho e recolhimento do Fundo de Garantia”, diz a cortadora da seleção Vera Mossa, 18 anos, jogadora da Pirelli que ainda estuda a proposta que recebeu da Supergasbrás. De qualquer modo, o vôlei brasileiro se beneficiará com os investimentos das empresas. “Não aposto em vitórias, mas garanto que teremos uma equipe bem preparada nos próximos campeonatos”, diz Ênio Figueiredo, 36 anos, técnico da Seleção Brasileira e, agora, da Supergasbrás. (REVISTA VEJA, n. 755, 23 fev. 1983, p. 68).

Ainda que essas mudanças tenham proporcionado um “ar” de profissionalismo na modalidade, a proibição da saída de jogadoras para outros países, assim como a

discordância da ausência de compensação financeira de marcas causou mal estar entre Nuzman e algumas atletas.

O dirigente foi visto como autoritário e centralizador, além de sofrer acusações de quebrar princípios do Olimpismo, vindas do presidente do COB na época, o major Sylvio de Magalhães Padilha (MARCHI JR., 2004, p. 192). Apesar dessas resistências, as estratégias de associação com as empresas para a manutenção de equipes e atletas no país foram suficientes para a maior divulgação da modalidade e garantia de uma maior dedicação das atletas aos treinamentos.

Com a transmissão dos jogos pela televisão, as possibilidades de retorno de investimento das empresas foram maximizadas, causando um impacto relevante na relação entre o voleibol e a iniciativa privada. Alguns aspectos viabilizaram de forma substancial a entrada do marketing esportivo no voleibol: (1) a grande exposição na mídia, usando menores recursos que outros tipos de inserções exigiam; (2) a possibilidade de aglutinação de grandes audiências de diferentes regiões e classes sociais e (3) as representações simbólicas proporcionadas às marcas pela associação com o esporte (MARCHI JR., 2004, p. 134-135).

Essa parceria marcou uma relação de interdependência entre o voleibol e a televisão que se mostrava bem sucedida até então, graças à qualidade do espetáculo que a modalidade oferecia. Os atletas se dedicavam com mais intensidade aos treinamentos e a mídia possibilitava a divulgação das marcas das empresas:

O ciclo parecia estar completo. A inclusão da mídia no esporte estava associada ao processo de organização e ascensão do Voleibol. Oferecendo aos seus patrocinadores maiores retornos publicitários com menores ônus para as empresas, a modalidade garantiu substanciais recursos financeiros para aprimoramento de suas equipes. Progressivamente, foram sendo registrados altos índices de popularidade do esporte, fruto de conquistas nacionais e internacionais significativas, proporcionando assim inevitável interesse pelas transmissões e coberturas televisivas. (MARCHI JR., 2004, p. 137).

Algumas jogadoras aproveitaram o momento de fama para mostrar como conciliavam a vida esportiva com outras funções da vida cotidiana. Um exemplo é a reportagem “A inflação também pegou Jacqueline” publicada na Revista Placar de agosto de 1983. Jacqueline, considerada “a melhor levantadora do voleibol brasileiro” na época, relata como dividia seu tempo entre a quadra e as tarefas de casa. “É ela

mesma quem, sempre que possível, faz as compras nos supermercados e feiras. Cuidadosa, escolhe criteriosamente os legumes e verduras, base de sua alimentação de atleta. Mas uma coisa ela não se acostuma nem se conforma: os preços”. (REVISTA PLACAR, 5 ago. 1983, p. 32). A imagem 18 mostra o lado “dona de casa” de Jacqueline:



IMAGEM 18 – JACQUELINE E SEU LADO “DONA DE CASA”  
 FONTE: REVISTA PLACAR (n. 689, 5 ago. 1983, p. 32)

Ainda em 1983, Jacqueline inaugurou a Escolinha de Voleibol Alta da Ponta, que funcionou provisoriamente na quadra do Clube Copa Leme, na zona sul carioca, em três turnos, para alunos com idades de 8 a 13 anos, 15 a 20 anos e 25 anos em diante. Para a atleta “a idade ideal para começar no vôlei é 13 anos, porque, em dois anos de treino, o aluno aprende os fundamentos. Então, estará com 15 anos, em ótima idade para iniciar a evolução dentro do esporte” (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DEPORTOS FÍSICA E DESPORTOS, n. 51, out./mar. 1983, p. 46).

Outra reportagem, “A bela Isabel, boa de bola” também trouxe Isabel na capa da Revista Veja de setembro de 1982. A reportagem afirma que a atleta “construiu um corpo forte e saudável no esporte, como uma legião de mulheres começa a fazer”. (REVISTA VEJA, n. 732, 15 set. 1982, p. 70). A imagem 19 mostra Isabel na capa da revista:



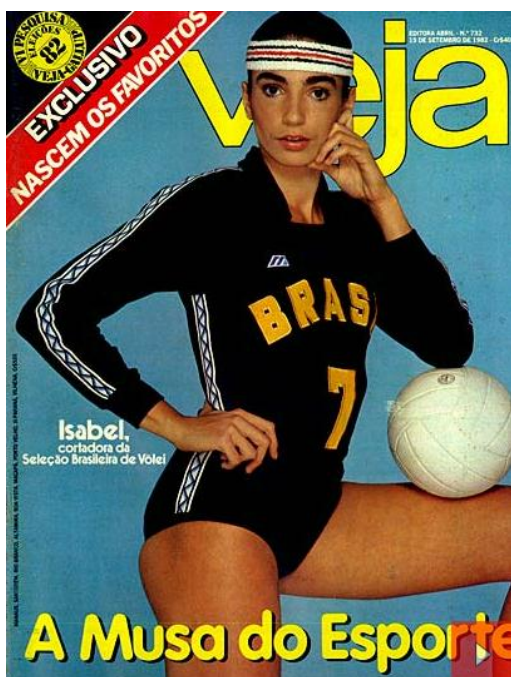


IMAGEM 19 – ISABEL NA CAPA DA REVISTA VEJA DE 1982  
 FONTE: REVISTA VEJA (n. 732, 15 set. capa)

Depois de ser desligada da equipe brasileira por indisciplina, Isabel se transformou rapidamente em uma celebridade esportiva, logo retornando à seleção feminina. A reportagem explora os atributos de força, beleza e feminilidade da atleta, na ocasião em que compareceu ao Cine Gemini, em São Paulo, para assistir a comédia “Vítor ou Vitória?”:

Com seus 69 quilos de peso distribuídos ao longo de um talhe delgado, mais forte nas pernas que a impulsionam que nos braços que cortam e rebatem, Isabel anda com vigor de quem sabe exatamente aonde vai, fala com desembaraço e orgulha-se dos seus belos olhos escuros e meigos, as grossas sobrancelhas que os realçam e a pele clara e delicada. É bonita. (REVISTA VEJA, n. 732, 15 set. 1983, p. 70).

A partir do reforço das características femininas, a reportagem levanta a discussão sobre os limites da mudança corporal das jogadoras de voleibol. Na opinião de Jacqueline, “até pouco tempo atrás, pensava-se que mulher atleta tinha que ser feia ou então masculinizada. Nosso time provou que isso não é verdade”. Isabel comenta que “não gostaria de ser muito musculosa, mas que adora ser forte” (REVISTA VEJA, n. 732, 15 set. 1982, p. 70).

Ainda com relação a essas diferenças corporais, a reportagem mostra que “provavelmente nenhuma das atletas da seleção de vôlei ganhasse concursos de

beleza convencionais. Fortes, músculos claramente delineados nas coxas, elas em nada lembram, porém, atletas demasiado desenvolvidas, como as campeãs de natação da Alemanha Oriental, que exibem o tórax musculoso de estivador em início de carreira” (REVISTA VEJA, n. 732, 15 set. 1982, p. 70).

A reportagem “Isabel: a grande estrela do vôlei leva uma vida caseira e pacata”, publicada na Revista de Domingo de 1983, descreve como Isabel conciliava sua carreira de esportista e a vida de mãe:

Aliás, Pilar é muito importante na vida de Isabel. Está sempre com a mãe. Onde quer que ela vá, Pilar vai junto. Só quando o impossível, como nas Olimpíadas, que as duas se separam. E Isabel é daquelas mães corujas, que dão comida na boca e ficam na calçada esperando o ônibus que leva a filha para o colégio. De vez em quando as duas se atrasam e Isabel sai esbaforida pelas ruas da cidade, levando Pilar pela mão até a escola. Costuma dizer para a filha que se não comer vai ficar magrinha, feia e fraca. Nessas ocasiões, Pilar volta a comer rapidamente. A rotina de Isabel é igual a de qualquer outra mulher. A única diferença é que ela joga e que, por vezes, passa algum tempo fora de casa metida em treinamentos ou concentrações. No mais, é tudo igual. Não sabe cozinhar, mas adora comer. E, às vezes, sente alguma dificuldade para se vestir. (REVISTA DE DOMINGO, 1983, p. 10).

Além de comparar as brasileiras com as nadadoras alemãs, a reportagem se refere às soviéticas como “truculentas” e as japonesas como “descarnadas” e reconhece o mérito das brasileiras que se inseriam no terreno culturalmente dominado pelos homens:

Quase desconhecidas há duas semanas, as garotas do vôlei tornaram-se nacionalmente admiradas num país que raramente elegeu ídolos esportivos fora do futebol e dentro do círculo feminino. Há quinze, dez anos, o simples fato de uma mulher calçar tênis e praticar esportes era abertamente associado a uma suposta perda de feminilidade – assim, frequentavam quadras, campos e pistas aquelas que não lamentavam perdas nesse terreno. Essa era decididamente chegou ao fim. (REVISTA VEJA, n. 732, 15 set., p. 71).

O ano de 1984 pode ser considerado um momento da primeira “virada” do voleibol brasileiro, quando a seleção masculina conquistou a primeira medalha de prata nos XXIII Jogos Olímpicos de Los Angeles (Estados Unidos) e a segunda colocação no Mundial da Argentina em 1982<sup>41</sup>. Esse momento é identificado como a máxima expressão dos “novos contornos que a modalidade passou a assumir, qual seja, a passagem do amadorismo para a profissionalização” (MARCHI JR., 2004, p. 151),

<sup>41</sup> Cf. MACHADO, Rodolpho. O salto para a glória. *Revista Placar*, n. 649, 29 out. 1982, p. 58.

marcando também a segunda participação olímpica da seleção brasileira feminina de voleibol.

Em seus quatro meses de preparação para os Jogos Olímpicos, a seleção se submeteu a 88 sessões de treinamento com bola, sem contar a preparação física, em um total de 264 horas de trabalho (REVISTA PLACAR, n. 731, 15 mai. 1984, p. 18). Apesar da quantidade de treinamentos, a seleção feminina participou de poucos jogos amistosos, depois dos Jogos Pan-Americanos de Caracas (Venezuela) em 1983. Uma das séries de jogos preparativos foi contra a equipe de Cuba, detentora do título de tricampeã pan-americana em 1983, em que o Brasil perdeu cinco dos seis jogos disputados. As atletas brasileiras Jacqueline e Vera Mossa participaram desses jogos:

“Estávamos tão sem ritmo de jogo que na hora da substituição até esquecíamos de avisar o árbitro”, contava a levantadora brasileira Jacqueline. Como suas companheiras, ela não se importou com o resultado. “O que a gente queria era jogar”, explicava Vera Mossa, feliz ao ver quebrada a longa rotina de preparativos. (REVISTA PLACAR, n. 731, 25 mai. 1984, p. 18).

A série de amistosos foi realizada em diferentes cidades brasileiras, sendo que os ingressos variaram de 3.000, 9.000 e 20.000 cruzeiros por partida. De acordo com a reportagem “Voleibol feminino: um lento progresso”, publicada na Revista Placar de junho de 1984, para que as viagens não se tornassem muito desgastantes, a CBV e a Novociclo providenciaram uma “mordomia” para as atletas: as duas seleções tiveram à disposição um avião Fokker F-27, com 40 lugares, fretado da Rio-Sul. Assim que o avião decolou, o clima era de alegria e otimismo, como colocado a seguir:

A gaúcha Heloísa colocou uma fita de Roberto Carlos em seu rádio gravador, ergueu o volume e muitas cubanas passaram a cantar junto com as brasileiras. Na cabina de comando, Isabel esqueceu que sua filha menor ficara no Rio de Janeiro com a perna engessada. Tricotando uma manta, Vera Mossa também não parecia preocupada com o filho de três anos que havia deixado aos cuidados da mãe, em Campinas: “Quero jogar, dedicar-me ao vôlei e ir a essa Olimpíada”. (REVISTA PLACAR, n. 732, 1 jun. 1984, p. 14).

Com as quatro derrotas seguidas para Cuba, duvidou-se que a seleção feminina conseguiria uma boa colocação nos Jogos Olímpicos de Los Angeles. A imagem 20 mostra Vera Mossa e Heloísa no avião fretado pela CBV para os jogos contra Cuba:



IMAGEM 20 – VERA MOSSA E HELOÍSA RELAXAM NO AVIÃO FRETADO PELA CBV  
 FONTE: REVISTA PLACAR (n. 732, 1 jun. 1984, p. 14)

Na última excursão contra as cubanas realizada na cidade de Campo Grande (MS), as jogadoras da seleção feminina se uniram com o objetivo de viabilizar a entrada de mais torcedores no ginásio. Com o ingresso no valor de 20.000 cruzeiros, as brasileiras pediram aos organizadores da partida que liberassem a entrada gratuita a um maior número de torcedores, já que o ginásio estava vazio. A proposta, porém, foi recusada como mostra a seguinte declaração de Isabel:

“Numa dessas, vão pensar que nós é que exigimos a majoração dos ingressos e o pessoal nem sabe que não ganhamos nada para jogar na Seleção e até pagamos os refrigerantes que tomamos no hotel”. Decididas, elas foram para a entrada e pediram aos organizadores que abrissem as portas para que o apertado e quente ginásio pudesse lotar. A proposta foi recusada, mas, enquanto elas argumentavam, alguns torcedores aproveitaram-se da distração dos porteiros para entrar de graça. (REVISTA PLACAR, n. 732, 1 jun. 1984, p. 15).

Esse último jogo terminou com a única vitória das brasileiras contra as cubanas, partida que reuniu algumas abastadas famílias, autoridades do governo e uns poucos torcedores que conseguiram entrar no ginásio (REVISTA PLACAR, n. 732, 1 jun. 1984, p. 12).

Outra reportagem da Revista Placar de fevereiro de 1984, “É, existe uma diferença...”, compara os preparativos das seleções feminina e masculina: “em matéria de igualdade entre os sexos, nada poderia ser mais contrastante que os esquemas de

preparação de nossas Seleções para as próximas Olimpíadas” (REVISTA PLACAR, n. 716, 10 fev. 1984, p. 48).

Instalados em 18 apartamentos de um hotel cinco estrelas na orla de Salvador, com vista para o mar, piscina e praia particular estavam os 42 integrantes da delegação masculina que iriam para Los Angeles. A 2.000 km dali, estavam as 19 integrantes da seleção feminina nos alojamentos do Centro Tecnológico de Aeronáutica (CTA), em São José dos Campos (SP) treinando diariamente das 8h às 12h e das 17h até “cansar” (REVISTA PLACAR, n. 716, 10 fev. 1984, p. 49). A imagem 21 mostra o passeio da seleção masculina no Farol da Barra, em Salvador (BA) em contrapartida ao treinamento interno da seleção feminina:



IMAGEM 21 – AS TEMPORADAS DE PREPARAÇÃO MASCULINA E FEMININA  
 FONTE: REVISTA PLACAR (n. 716, 10 fev. 1984, p. 48-49)

Com duração de vinte dias, a fase de preparação masculina em Salvador custou 40 milhões de cruzeiros, que foram pagos pelo Banco Econômico em troca de publicidade nas camisas dos jogadores. Nessa ocasião, os jogadores estavam acompanhados das mulheres, namoradas, filhos e babás. “É como uma segunda lua-de-mel”, define Cida, mulher de Mário Xandó, que dividiu seu tempo entre o marido, a piscina, os passeios e o filho de oito meses (REVISTA PLACAR, n. 716, 10 fev. 1984, p. 49). Já no lado feminino:

O CTA tem piscina e televisão, é certo, mas fora isso o que sobre é paz – e tempo para treinar: 6 horas diárias bastante puxadas pelo técnico Ênio Figueiredo e o preparador físico Juarez Correia. Com saudades dos filhos, maridos e namorados, as meninas engolem a monotonia sem muitas queixas, sabem que não poderiam querer mesmo muito mais. “É um sacrifício que

fazemos pelo esporte”, admite Isabel. [...] Não são diferenças surpreendentes. O objetivo das duas Seleções pode ser o mesmo – mas apenas em tese: afinal, ninguém discute a superioridade da equipe masculina, forte candidata a uma medalha em Los Angeles, enquanto as mulheres terão de se esforçar muito para chegar a uma colocação honrosa. Mais rico, mais organizado, mais bem-sucedido, o vôlei masculino está colhendo os merecidos frutos do sucesso, onde se incluem o vice-campeonato mundial e a medalha de ouro no Pan-Americano em 1983, além das vitórias sobre a URSS. (REVISTA PLACAR, n. 716, 10 fev. 1984, p. 50).

Sacrificar-se pelo voleibol valia a pena até tal ponto? “Valia”, era a opinião unânime das jogadoras, que declaravam se sacrificar pela modalidade com prazer. Esse “sacerdócio esportivo” envolvia uma série de abnegações por parte das atletas: Fernanda e Brenda lembravam os anos de estudos perdidos; Luísa lembrava que desistiu do namorado por causa do voleibol e Ida confessava “morrer” de saudades do marido (REVISTA PLACAR, n. 716, 10 fev. 1984, p. 50).

No plano internacional, o movimento olímpico enfrentava o boicote norte-americano à edição de Moscou. Embora a edição de Los Angeles também tenha sofrido boicotes, dessa vez dos países do antigo bloco socialista, os anfitriões tornaram o marketing vital para os Jogos Olímpicos a partir da negociação dos direitos de transmissão mundial da competição e a elaboração do TOP (The Olympic Program), um conjunto de estratégias de marketing para a captação de recursos para o Olimpismo (PRONI, 2008, p. 12). A ausência de algumas das maiores equipes do voleibol mundial representava uma grande oportunidade para o Brasil conseguir conquistar medalhas<sup>42</sup>.

Tendo Paulo Renato Laranjeira Caldas como chefe de equipe, a seleção feminina chegou a Los Angeles como a equipe menos prestigiada da competição. Depois de sete derrotas para seleções locais e oito vitórias contra equipes de empresas em uma pré-temporada feita no Japão e na Coreia do Sul, a seleção feminina tinha a meta de chegar, no máximo, na quinta colocação, competição que reunia as experientes equipes norte-americana e chinesa.

Com oito países divididos em duas chaves, a segunda unidade geracional olímpica foi representada pelas seguintes atletas: Fernanda Emerick da Silva, Heloísa Helena Santos Roese, Jacqueline Louise Cruz Silva, Maria Isabel Barroso Salgado Alencar e Vera Helene Bonetti Mossa, além das estreantes Ana Margarida Vieira

---

<sup>42</sup> Cf. Los Angeles 84. *Revista Placar*, n. 740, 27 jul. 1984 (edição especial); O duro teste começa. *Revista Veja*, n. 831, 8 ago. 1984, p. 40-41.

Álvares (Ida), Ana Maria Richa Medeiros, Eliani Miranda da Costa, Luiza Pinheiro Machado, Monica Caetano da Silva, Regina Pereira Uchoa e Sandra Maria Lima Suaragy, ilustradas na imagem 22:



IMAGEM 22 – SELEÇÃO FEMININA DOS JOGOS OLÍMPICOS DE LOS ANGELES (1984)  
 FONTE: REVISTA PLACAR (n. 740, 27 jul. 1984, p. 34)

Essa formação tinha como objetivo formar uma equipe competitiva que pudesse jogar no mesmo nível técnico e tático de equipes como os Estados Unidos e China, mas isso foi projetado somente para os Jogos Olímpicos de Seul, em 1988. Nos planos de Nuzman, manifestados na reportagem “Aqui, o sonho é o quinto lugar”:

“Já seria um grande feito”, diz o presidente da Confederação Brasileira de Vôlei, Carlos Arthur Nuzman, considerando que nossa melhor classificação olímpica até hoje foi o sétimo lugar conquistado em Moscou, há quatro anos. De lá pra cá, as meninas não chegaram a evoluir excepcionalmente, como provam a superioridade absoluta das peruanas na América do Sul e, mais recentemente, a sucessão de derrotas sofridas diante do Japão e da Coréia, numa excursão à Ásia. Segundo ele, isso é perfeitamente explicável: as meninas começaram a receber pelo menos dois anos mais tarde o apoio das empresas que, em 1980, investiram e levantaram o vôlei masculino. “Assim, os resultados em termos de medalha para o feminino serão cobrados apenas em 1988, em Seul. Mas sempre pode ocorrer uma surpresa e as meninas se superarem em Los Angeles. Quem sabe?” (REVISTA PLACAR, n. 740, 27 jul. 1984, p. 34).

Sob o comando do técnico Ênio Figueiredo, a seleção feminina perdeu logo na primeira fase da competição contra as fortes equipes da China, Estados Unidos e Alemanha Ocidental. Foram três derrotas consecutivas de 3 sets a 0 contra a China, 3 sets a 2 contra os Estados Unidos e de 3 sets a 0 contra a Alemanha Ocidental. O quadro 4 resume a segunda campanha olímpica da seleção feminina:

XXIII JOGOS OLÍMPICOS DE LOS ANGELES		
DATA	CONFRONTOS	RESULTADOS
30 jul. 1984	China x Brasil	3 x 0 (15-13/15-10/15-11)
1 ago. 1984	Estados Unidos x Brasil	3 x 2 (12-15/10-15/15-5/15-5/15-12)
3 ago. 1984	Alemanha Ocidental x Brasil	3 x 0 (15-9/16-14/15-11)
5 ago. 1984	Coreia do Sul x Brasil	3 x 1 (13-15/15-13/15-9/15-10)
7 ago. 1984	Brasil x Canadá	3 x 0 (15-9/15-3/15-8)

QUADRO 04 – CAMPANHA DA SELEÇÃO FEMININA NOS JOGOS OLÍMPICOS DE LOS ANGELES  
 FONTE: CBV, 2012a

As “meninas do Brasil”, como eram chamadas pela torcida e imprensa repetiram a sétima colocação na competição, em tom de despedida:

Por isso, Isabel chorava e soluçava tanto após a derrota por 3 a 2 para as norte-americanas. As lágrimas brotaram também dos olhos de outras brasileiras. As câmeras de TV seguiam o rosto de traços finos de Vera Mossa, esperando as lágrimas descerem dos olhos marejados. Abatidas, as brasileiras acabaram perdendo também para a Alemanha Ocidental e, em seguida, já na disputa de quinto a oitavo lugar, para a Coreia. A vitória sobre o Canadá na última partida não chegou a ser um consolo; o Brasil repetiu o sétimo lugar de Moscou. Os Jogos Olímpicos de Los Angeles marcaram a despedida daquela geração de musas, responsável pela popularização das equipes femininas de voleibol no Brasil. Isabel e Jacqueline deixariam a seleção no ano seguinte. Insatisfeita com o novo treinador – Ênio foi substituído por Jorge Barros –, Isabel pediu dispensa. Em 1986, teve o terceiro filho e, em 1987, foi jogar na Itália. Jacqueline foi cortada da seleção após vestir a camisa ao avesso, num treino, para esconder os patrocinadores como forma de protesto. Vera Mossa foi a única titular de 1984 a chegar aos Jogos Olímpicos de Seul para ver o nascimento de uma nova geração de talentos femininos. (VALPORTO, 2007, p. 75).

A reportagem “A nossa primeira” publicada na Revista Placar de agosto de 1984 retrata um pouco do significado da partida entre Brasil e Estados Unidos para as jogadoras e os torcedores da Arena de Long Beach:

Contava-se com vitórias. Restou apenas o drama – e a expectativa, a angústia, a emoção reprimida, a incerteza, a frustração. Palco do passado de uma torcida à distância nos concursos de Miss Universo, a Arena de Long Beach oferecia uma cena terrível para um país empolgado com as meninas de seu voleibol: um instante de incrédulo silêncio e, depois, com a euforia de uma final, os gritos de alegria e alívio de 11 000 americanos, agitando orgulhosos suas bandeiras. Em seu lado da quadra, as jogadoras dos EUA abraçavam-se, apertavam-se as mãos e choravam convulsivamente. No outro, as brasileiras se entrelaçavam perplexas, até que Vera Mossa curvou o corpo, abriu os braços enrijecidos pela



dor e gritou: “Eu não posso acreditar no que estou vendo”. Luísa, então, jogou com ódio a toalha no banco e, embora educada nos mais rígidos colégios de Belo Horizonte, não pôde segurar os palavrões. Com o corpo tremendo, Jacqueline começou a chorar: “Calma, calma”, pediu o técnico Ênio Figueiredo, de olhos vermelhos – mas nem ele mesmo pôde seguir seu conselho, e afastou-se para chorar longe de suas meninas. O Brasil acabara de perder por 3 x 2 para os EUA, num jogo em que a teoria indicava uma derrota e a vida real tornou quase ganho. Batido por sua própria inexperiência em decisões, e por uma dose concreta de fatalidade, o vôlei feminino viu morrerem ali suas chances de lutar por uma belíssima colocação. Por isso o rosto exausto de Isabel estava banhado em lágrimas e agora pouco lhe adiantava ser consolada de forma comovente por vários americanos que chegaram perto dela para dizer “*Great, you are great*” (*Grandes, vocês são grandes*). Embora ainda tentassem reagir, para elas, a Olimpíada terminou quando poderia ter começado – e nesta terça-feira, acumulando quatro derrotas, irão lutar apenas por um simbólico sétimo lugar. (REVISTA PLACAR, n. 742, 10 ago. 1984, p. 10, grifos no original).

Na reportagem “Estamos preparando o futuro”, publicada na Revista Veja de agosto de 1984, a jogadora Vera Mossa relembra a experiência de ter participado pela primeira vez dos Jogos Olímpicos de Moscou em 1980, quando tinha apenas 15 anos. Naquela ocasião, a atleta passou quase todo o tempo no banco de reservas, tentando absorver as lições que lhe eram ministradas. De acordo com a atleta, o que faltou foi experiência em decisões, algo que só se consegue depois de muitos campeonatos e de, pelo menos, uma participação olímpica: “campeonatos são sempre importantes, mas a verdade é que a gente está permanentemente atenta à grande disputa que ocorre a cada quatro anos. É esse, afinal, o momento mais importante na carreira de qualquer atleta” (REVISTA VEJA, n. 832, 15 ago. 1984, p. 130).

Ao final da competição, Vera Mossa foi eleita a “jogadora de maior espírito esportivo” pelo COI, sendo premiada com um ramo de flores (REVISTA MANCHETE, 30 mar. 1985). Na volta para o Rio de Janeiro, a jogadora ainda aceitou o convite para ser fotografada para a edição de outubro da Revista Playboy. A atleta aceitou esportivamente posar “de graça”, pois as fotos serviriam apenas de ilustração para uma entrevista com perguntas e respostas da Playboy (REVISTA PLACAR, 2 nov. 1984).

Para a seleção masculina, a edição dos Jogos Olímpicos de Los Angeles terminou com uma medalha de prata, uma conquista simbólica significativa para o voleibol brasileiro<sup>46</sup>. Apesar de ter perdido o jogo final para os Estados Unidos, a “geração olímpica de prata” de Amauri Ribeiro, Antônio Carlos Gueiros Ribeiro

<sup>46</sup> Cf. Campeãs do charme, campeões da garra. *Revista Placar*. n. 743, 17 ago. 1984, p. 36.

(Badalhoça), Bernard Rajzman, Bernardo Rocha de Rezende (Bernardinho), Domingos Lampariello Neto (Maracanã), Fernando de Ávila, (Fernandão), José Montanaro Júnior, Marcus Vinicius Freire, Mário Xandó Oliveira Neto, Renan Dal Zotto, Rui Campos Nascimento, William Carvalho da Silva e o técnico Bebeto de Freitas introduziram o voleibol brasileiro na história dos Jogos Olímpicos. No jogo de estreia, a seleção masculina venceu a Argentina por 3 sets a 1, seguido de mais três vitórias contra as seleções da Tunísia (3 sets a 0), Coreia do Sul (3 sets a 1) e Estados Unidos (3 sets a 0). Na semifinal, a seleção masculina venceu a seleção da Itália (3 sets a 1) e perdeu na final para a seleção dos Estados Unidos (3 sets a 0). O quadro 5 resume a campanha da seleção masculina:

<b>XXIII JOGOS OLÍMPICOS DE LOS ANGELES</b>		
<b>DATA</b>	<b>CONFRONTOS</b>	<b>RESULTADOS</b>
31 jul. 1984	Brasil x Argentina	3 x 1 (15-8/15-8/16-18/15-13)
2 ago.1984	Brasil x Tunísia	3 x 0 (15-5/15-9/15-2)
4 ago. 1984	Coreia do Sul x Brasil	3 x 1 (15-4/15-13/13-15/15-8)
6 ago. 1984	Brasil x Estados Unidos	3 x 0 (15-10/15-11/15-2)
8 ago. 1984	Brasil x Itália	3 x 1 (12-15/15-2/15-3/15-5)
11 ago. 1984	Estados Unidos x Brasil	3 x 0 (15-6/15-6/15-7)

QUADRO 05 – CAMPANHA DA SELEÇÃO MASCULINA NOS JOGOS OLÍMPICOS DE LOS ANGELES  
 FONTE: CBV, 2012a

Em Los Angeles, dois atletas brasileiros se consagraram dentro das quadras: Bernard e Montanaro. De acordo com as estatísticas da competição, 80% do aproveitamento da seleção masculina brasileira iniciaram de jogadas de ataque acionadas por esses dois atletas. Bernard acredita que a seleção tinha condições de ser campeã olímpica em Los Angeles, a não ser pela falta de um psicólogo que trabalhasse a liderança da equipe naquele momento. “Faltou uma liderança para segurar as emoções; um psicólogo, por exemplo. Se tivéssemos um tratamento psicológico não deixaríamos escapar o ouro” (KOCH, 2005, p. 106). A imagem 23 mostra a seleção vice-campeã dos Jogos Olímpicos de Los Angeles (1984):



IMAGEM 23 – BRASILEIROS COMEMORAM A MEDALHA DE PRATA DOS JOGOS OLÍMPICOS DE LOS ANGELES

FONTE: VALPORTO (2007, p. 67)

Os Jogos Olímpicos de Los Angeles terminaram com a participação de 140 países e 174 medalhas para os Estados Unidos. No quadro geral, o Brasil conquistou a 19ª colocação com oito medalhas, sendo uma de ouro (atletismo), cinco de prata (voleibol masculino, natação, futebol, judô e vela) e duas de bronze (judô) (COI, 2012a).

Com a medalha de prata da seleção masculina, cresceu a procura por camisas da seleção no país. A reportagem “Guerra nas vitrines: vôlei bate futebol”, publicada na Revista Placar de agosto de 1984, mostra o crescimento da venda de artigos esportivos relacionados à modalidade. A Alpargatas, detentora da marca Rainha, que produzia as camisas da seleção brasileira na época, garantia que os artigos esportivos do voleibol vendiam 1,5% a mais que os do futebol. “A Mariu’s Sport, uma cadeia de sete lojas do Rio de Janeiro, por exemplo, vendeu, às vésperas da Olimpíada, cerca de 3.000 camisas da Seleção Brasileira – nos modelos branco e azul, a 25.000 cruzeiros cada” (REVISTA PLACAR, n. 745, 31 ago. 1984, p. 60).

O crescimento de vendas do setor também incluía a venda de camisas de voleibol de outros países, como a Argentina, Coreia, China, Peru, Cuba, Canadá, Japão e ex-União Soviética. A Stromboli Esportes, loja de artigos esportivos de São Paulo

vendia cada uma dessas camisas por 20.000 cruzeiros (REVISTA PLACAR, n. 745, 31 ago. 1984, p. 60).

A década de 1980 não ficaria marcada apenas pelos feitos positivos. Após a medalha de prata em 1984, o voleibol brasileiro passou por uma crise de diversas naturezas marcada por desentendimentos entre técnicos, jogadores e dirigentes por razões financeiras; desgaste do potencial esportivo e mercadológico da modalidade, inflação de salários e custos de manutenção. Simultaneamente, percebia-se a ausência de um planejamento para a renovação de clubes e empresas no cenário nacional.

No plano político, diversas áreas de ação governamental sofreram um processo de reformulação. E o esporte incluiu-se nessa dinâmica. Durante o governo de José Sarney (1985-1990), registrou-se um dos pontos marcantes deste processo, com a convocação da Comissão de Reforma do Esporte no Brasil, pelo Ministério da Educação e Cultura, sob a responsabilidade do Ministro Marco Maciel. Este trabalho foi a principal referência do Congresso Constituinte de 1988, quando pela primeira vez o esporte passou a integrar o texto constitucional (KASZNAR; GRAÇA FILHO, 2012, p. 33).

Como consequência desses intervenientes, aliados àquele momento econômico vivido pelo país, importantes equipes nacionais foram extintas. A equipe feminina do Clube de Regatas do Flamengo foi um dos times desativados por falta de investimentos, como revela a reportagem “As moças do vôlei querem ganhar demais?” da Revista Placar de março de 1985. Em entrevista, o presidente do Flamengo na ocasião, George Helal, defende o posicionamento do clube:

O voleibol ganhou status de segundo esporte nacional e os atletas conseguiram grande popularidade e inegável prestígio. As moças inclusive. Mas as empresas parecem ter inflacionado o mercado. As propostas são irreais e não se enquadram no orçamento estabelecido pelo Flamengo. Estávamos dispostos a formar uma excelente equipe, e a primeira providência foi contratar Ênio Figueiredo, técnico responsável pela ascensão do voleibol feminino e pelos excelentes resultados da Seleção Brasileira. Infelizmente, as atletas não raciocinaram com os pés no chão. Respeito sua qualidade, mas ainda não chegou o momento de elas se equipararem aos profissionais de futebol – ou mesmo ganharem mais do que eles. (REVISTA PLACAR, n. 772, 8 mar. 1985, p. 69).

Representando o lado das atletas, a jogadora Isabel defendeu o pedido de melhores salários por parte de algumas atletas do Flamengo, alegando que as

negociações precisariam ser mais claras, como mostra a opinião de Isabel sobre a extinção da sua equipe:

O que aconteceu esta semana no vôlei foi o resultado de uma mudança geral. Tudo cresceu no vôlei, as coisas tomaram proporções maiores e isso justifica de certa forma o que cada uma pediu. Acho porém, que a forma como está sendo negociado o contrato é que está pouco clara. Nem as jogadoras se decidem nem quem quer contratá-las, aí cria-se um impasse. O Flamengo tem todo o direito de fazer o que fez, embora não ver a equipe do clube no campeonato seja triste. (REVISTA PLACAR, n. 772, 8 mar. 1985, p. 69).

Em outra entrevista à Revista Placar, Jacqueline discordou da justificativa dada pelo clube, afirmando que as jogadoras pediram maiores salários e acusou o Flamengo de ter iludido as atletas, já que a verba destinada aos esportes amadores do clube não existia. A jogadora criticou ainda o favorecimento financeiro do marketing das empresas em detrimento às atletas da modalidade:

O mais incrível é que eles ainda se fazem de vítimas. O Danon (*Isidoro Danon, vice-presidente de esportes amadores do Flamengo*) sabia que desde o início que não podia ter um time e foi criando esse clima, essa bola de neve. Aí, no dia do encerramento do prazo para contratações, ele “assassinou” o time – ele é um mau profissional, não sabe negociar. Quem não patrocinaria um time que tem Isabel, Jacqueline, Ida... No ano passado, tínhamos nas costas o Limão Brahma, mas era uma coisa muito mal negociada, mal vendida. Danon mentiu, iludiu muita gente. No final do ano passado, me senti explorada. Começou a pesar aquela propaganda do Limão nas costas. Todo mundo ganhava dinheiro em cima, menos nós, jogadoras. As pessoas precisam ver que é um retorno sem tamanho e que nós é que damos isso. Vôlei não tem hora, pode durar 50 minutos ou 3 horas de partida. Sabe o que é aparecer esse tempo todo uma marca na televisão? Não tem preço! Será que eles não podem pagar por isso, recompensar melhor quem proporciona tudo isso? Olha, eu finco pé mesmo, porque me sinto usada. (REVISTA PLACAR, n. 773, 15 mar. 1985, p. 38, grifos no original).

Quando questionada se o voleibol masculino era mais profissional que o feminino, Jacqueline destacou que as opções de clubes para se jogar no voleibol masculino eram maiores, principalmente quando se tratava da posição de jogadores como Bernard e William, consagrados na seleção masculina:

O vôlei masculino é um pouco mais profissional, mas só quando se fala em Bernard e William. Os outros, como Renan, que é um craque, quase não aparecem. As opções que eles têm são Bradesco, Pirelli e agora o Minas Tênis Clube, e acho que não se valorizam à altura. Bernard e William são diferentes, sabem do seu valor e pedem por isso. Nós aparecemos primeiro que o masculino, naquele sul-americano de Santo André. Aquela vitória sobre as peruanas foi um marco e a partir dali estamos crescendo. Se tivéssemos

ganhado dos Estados Unidos na Olimpíada, talvez tivéssemos explodido, mas ainda não era a hora. Na minha cabeça, as coisas não acontecem por sorte, tudo é trabalhado. Digo que o vôlei feminino ainda não explodiu porque isso vai acontecer em Seul. Não é à toa que os chineses e japoneses nos chamam agora para uma excursão com tudo pago por eles. Sabem que estamos ficando fortes, fazendo o mesmo trabalho que o masculino e que certamente disputaremos uma medalha em 1988. Eles não querem nos perder de vista, querem saber como estamos, que inovações temos que mostrar. Isso é o maior lance. Eles são as grandes escolas do voleibol feminino e o fato de nos convidar prova que sacam tudo antes do tempo. (REVISTA PLACAR, n. 773, 15 mar. 1985, p. 40).

A situação piorou quando, em 1985, Jacqueline ofereceu uma proposta para jogar pelas equipes do Flamengo e da Supergasbrás, em que pedia um salário de 15 milhões de cruzeiros, mais 100 milhões de luvas<sup>47</sup>. A proposta, porém, foi recusada pelos dois clubes e Jacqueline se viu obrigada a jogar em clubes fora do país<sup>48</sup>. “Se ninguém aceitar meu preço, prefiro tentar algo fora do Brasil ou sair do vôlei. Acho que a essa altura da minha vida profissional posso me dar o luxo de pedir o que acho justo” (REVISTA MANCHETE, 30 mar. 1985).

Outra reportagem publicada na Revista Placar de março de 1985, “Estrela em apuros”, relata a ocasião em que Jacqueline foi pedir ajuda de custo para Nuzman depois desse incidente. Além de ter seu pedido negado pelo presidente da CBV, Jacqueline perdeu a posição de levantadora titular da seleção feminina adulta para Ana Maria Richa Medeiros, ex-levantadora da seleção juvenil e atleta da equipe do Bradesco: “o que tenho a fazer agora é me matar de treinar e provar, durante a excursão à Ásia, que posso voltar à posição”, resigna a atleta (REVISTA PLACAR, n. 775, 29 mar. 1985, p. 49).

Em se tratando da nova geração de jogadoras, a reportagem “O suado vestibular das novas musas”, publicada na Revista Placar de junho de 1985, retratou a rotina de trabalho das atletas da seleção juvenil com idade entre 17 e 20 anos<sup>49</sup>. Vida “espartana”, sem namoro, estudo ou vida noturna, a reportagem conta como as jovens

<sup>47</sup> Valor adicional que costumava ser pago no início do contrato das jogadoras para o custeio de despesas pessoais.

<sup>48</sup> Cf. A estrela ficou só. *Revista Placar*, n. 773, 15 mar. 1985, p. 37-40; Os craques do vôlei devem ir para o exterior? *Revista Placar*, n. 745, 31 ago. 1984, p. 58.

<sup>49</sup> Cf. ASSUMPÇÃO, Betise; VILLAS-BOAS, Flávia. A nova geração invade as quadras. *Revista Placar*, n. 802, 4 out. 1985, p. 62-63.

meninas treinavam “cinco vezes mais que qualquer time de futebol, no mais intenso trabalho feito com um grupo esportivo de mulheres no Brasil:

De fato, concentradas desde fevereiro no Floresta Country Club, na carioca Tijuca, as moças vivem em regime espartano e clima de colégio interno, com humor e sem queixas, com o apetite de uma geração que ambiciona substituir à altura pesos-pesados como Isabel, Jacqueline ou Vera Mossa – um esforço estimulado pelos salários milionários que o talento das estrelas da geração anterior conquistou para o vôlei. Jovens, bonitas, com um nível intelectual nem sempre encontrado nas equipes esportivas, as supermeninas do vôlei sabem bem o que querem e são capazes de proezas que deixariam de língua de fora profissionais bem mais musculosos e peludos. (REVISTA PLACAR, n. 786, 14 jun. 1985, p. 42).

Um dos exemplos dessa nova geração ganhou destaque na mídia impressa. A reportagem “A estrela que levanta”, publicada na Revista Placar de outubro de 1985, conta como Ana Richa, chegou à seleção feminina principal com 18 anos de idade. Chamada de “o melhor exemplo de sucesso da nova geração”, a atleta representou a linha tênue entre essa nova geração mais jovem e as jogadoras que “reinavam” no voleibol brasileiro até os Jogos Olímpicos de Los Angeles (1984).

Se tamanha devoção à carreira esportiva vai provocar um desastre na vida pessoal dessas meninas, o futuro dirá, talvez concordando com as antigas musas do vôlei feminino, que reagiram indignadas ao modelo de atleta proposto pelas jovens, considerado desumano e auto-suficiente por elas. (REVISTA PLACAR, n. 803, 11 out. 1985, p. 53).

O modelo ao qual se refere o trecho anterior diz respeito ao esquema de treinamentos<sup>50</sup> para as grandes competições, em que grupos de atletas do mesmo sexo ficavam confinados meses seguidos, o que segundo Jacqueline, provocaria consequências diferentes para os rapazes e para as moças, além de tratar todos igualmente como máquinas (REVISTA PLACAR, n. 790, 12 jul. 1985, p. 24).

Esse modelo serviu como inspiração para o capítulo “Vôlei entra no regime militar” do livro “Vida de Vôlei” de Jacqueline, lançado no dia 13 de dezembro de 1985 no Clube Marimbas em Copacabana (RJ). O livro relatou a experiência esportiva de

---

<sup>50</sup> “Os homens, acredita Jacqueline, ainda são liberados para namorar as fãs que frequentam os treinos e as concentrações; mas as atletas seriam mantidas numa espécie de clausura, sem o direito de sair, ver amigos e os namorados, num regime em que o enquadramento ideal seria esquecer a própria sexualidade. Jacqueline abre mais a questão e prega a aplicação nos treinos mas o direito de viver uma vida à parte como cada um bem entender, sem ter de prestar conta de suas preferências”. (REVISTA PLACAR, n. 790, 12 jul. 1985, p. 24).

Jacqueline desde os 9 anos de idade até o momento em que contestou toda a rigidez dos treinos e das concentrações.



IMAGEM 24 – JACQUELINE DIVULGANDO SEU LIVRO “VIDA DE VOLEI”  
FONTE: REVISTA PLACAR (n. 812, 13 dez. 1985, p. 69)

A continuidade do clima de desavenças entre as atletas veteranas e novatas da seleção é ilustrada na reportagem “As musas do vôlei contra-atacam” publicada na Revista Placar de outubro de 1985. Designando as atletas novatas como as “estrelinhas juvenis” e as atletas veteranas como as “estrelas adultas”, a reportagem comenta os conflitos entre, de um lado, Ana Richa, Adriana, Patrícia e Denise, e do outro lado, Dulce, Isabel e Jacqueline. As desavenças teriam começado quando as atletas da nova geração teriam dito que as atletas da “primeira geração” eram excessivamente individualistas. Isso fez com que algumas jogadoras importantes da seleção feminina adulta pedissem dispensa da Copa do Mundo de Voleibol, que seria realizada em novembro de 1985 no Japão. Entre ataques e contra-ataques, destacamos o tom das discussões:

“Chega de estrelismos, o que vale é o grupo, a equipe”, bradou a juvenil Cora Carvalho. E Denise, outra estrelinha, referindo-se à colocação da seleção das musas na Olimpíada de Los Angeles, ironizou: “Quem pode reivindicar alguma coisa sendo oitava colocada?”. As estrelas contra-atacaram, com unhas



igualmente afiadas. “Está faltando memória a essas meninas”, disparou Jacqueline, 23 anos. “O vôlei não está começando com elas. Nós também já conquistamos boas posições em diversas competições”. Dulce, 22 anos, que pediu dispensa da Seleção adulta para estagiar em sua faculdade de fisioterapia, empinou o nariz antes de fuzilar: “É muita infantilidade dessas moças. Não estão sabendo segurar a barra de ser solicitadas pela imprensa e acabam falando o que não devem”. Isabel, 25 anos, que pediu dispensa por estar grávida, preferiu o tom de conselheira mordaz: “Tentar valorizar meu trabalho depreciando outras atletas é muito deselegante. Esse tipo de conduta pode virar contra elas, amanhã”. (REVISTA PLACAR, n. 803, 11 out. 1985, p. 55).

Acalmados os ânimos, a seleção feminina adulta realizou ainda uma série de jogos amistosos no Brasil<sup>51</sup> antes de seguir para a Copa do Mundo do Japão, onde ficou na sexta colocação<sup>52</sup>. Eleita a melhor jogadora do torneio, Isabel lamentou a ausência de Jacqueline, que jogou ao seu lado por 13 anos. A primeira página do Jornal do Brasil de maio de 1985 trouxe a chamada “Duas faces de um vôlei milionário: um campeonato com Isabel e sem Jacqueline. Por quê?” e a reportagem “Um vôlei de estrelas e contradições”, que reconstrói a trajetória das duas atletas, comparando-as com os paradoxos da própria história do voleibol feminino brasileiro:

A história dessa dupla ilustra as contradições do vôlei feminino no país – um esporte que conquistou a massa, que esse ano contará, só para as meninas, com um investimento mínimo de Cr\$ 4 bilhões e que, no entanto, dirigido por empresas, vê-se ameaçado de perder suas melhores estrelas, simplesmente porque elas acreditam valer tanto quanto os anúncios milionários que passaram a fazer. (JORNAL DO BRASIL, n. 470, 5 mai.1985, p. 20).

Outra representante bem sucedida do voleibol feminino foi Vera Mossa, atleta com maior salário da modalidade nessa época: 150 milhões de cruzeiros por ano, além do pagamento de luvas e passagens<sup>53</sup>. Pela campanha de seis meses de lançamento do iogurte Bliss, da marca Nestlé, veiculada na TV, outdoors e pôsteres, Vera Mossa recebeu o equivalente a 60 milhões de cruzeiros, como declarou seu procurador:

“A Vera hoje é a que tem a melhor imagem, se comparada aos jogadores do vôlei masculino. Ele recebe quase o mesmo que um ator de televisão que não esteja no ar”, diz Ronaldo Brito, dono da Proeza Produções Esportivas, que defende também os interesses de jogadores como Renan, Bernardinho, Bebeto e Bernard, no exterior. (JORNAL DO BRASIL, n. 470, 5 mai.1985, p. 22).

<sup>51</sup> Cf. A virtude das moças é a consciência. *Revista Placar*, n. 805, 25 out. 1985, p. 80.

<sup>52</sup> Cf. Um ano feminino. *Revista Placar*, n. 816, 13 jan. 1986, p. 60-62.

<sup>53</sup> Cf. Nos embalos de Doris Day. *Revista Placar*, n. 796, 23 ago. 1985, p. 46-48.

No ano de 1986, Vera Mossa, Isabel e Jacqueline ficaram de fora dos campeonatos nacionais. Isabel, grávida de sete meses foi impedida de participar do Campeonato Brasileiro<sup>54</sup>. Já Vera Mossa, grávida de quatro meses, ainda jogou algumas partidas do Campeonato. A reportagem “As musas, mais longe que perto da bola”, publicada na Revista Placar de janeiro de 1986, traz alguns incidentes envolvendo as três atletas. “Vera Mossa, grávida de quatro meses, ousou sete mergulhos ao chão, em gestos que deixaram toda a torcida em estado de tensão” (REVISTA PLACAR, n. 818, 27 jan. 1986, p. 63). Jacqueline aproveitou a ocasião em que estava desempregada para participar como comentarista nos jogos transmitidos pela TV Manchete. A imagem 25 ilustra o momento dessas três atletas:



IMAGEM 25 – VERA MOSSA, ISABEL E JACQUELINE NOS BASTIDORES DO VOLEIBOL FEMININO  
 FONTE: REVISTA PLACAR (n. 818, 27 jan. 1986, p. 63)

A oitava edição do Campeonato Brasileiro de voleibol feminino também se destacou por revelar a primeira “musa negra” da modalidade: Eliani Miranda da Costa. A reportagem “A explosão de uma musa negra”, publicada na Revista Placar de fevereiro de 1986, traça o perfil da atleta, que se sagrou campeã brasileira pela equipe da Supergasbrás:

Os subúrbios cariocas abastecem de craques os time de futebol e os quadros do atletismo ou boxe. Outros esportes costumam passar ao largo dali. Mas a nova estrela do vôlei do Brasil, Eliani Miranda da Costa, a grande sensação do Campeonato Brasileiro encerrado há três semanas, foi forjada numa obscura rota de quadras suburbanas antes de trajar o uniforme de clubes da sofisticada zona sul carioca – de onde despontou a maioria das atuais companheiras. [...]

<sup>54</sup> Cf. LOPES, Tim. Rio de Janeiro, capital do vôlei. *Revista Placar*, n. 818, 27 jan. 1986, p. 62-63.

Antes de atingir esse momento de gloriosa explosão, Eliani percorreu um árduo caminho. O patinho feio de braços e pernas longos, motivo de risos no Colégio Arte e Instrução, no distante subúrbio carioca de Cascadura, só descobriu as vantagens de seu biótipo na quadra de vôlei. (REVISTA PLACAR, n. 821, 17 fev. 1986, p. 48).

Em setembro de 1986, a seleção participou da 10ª edição do Mundial de Voleibol feminino, sediado em Praga (Tchecoslováquia), onde terminou na quinta colocação, atrás da China, Cuba, Peru e Alemanha Oriental. Essa posição foi encarada com otimismo pelos jornais impressos da época, como coloca a reportagem “Uma brilhante volta por cima” publicada na Revista Placar de setembro de 1986: “Quinto lugar! Desde 1960, quando promoveu o Mundial e terminou na quarta colocação, o Brasil não conseguia uma posição de tanto destaque no cenário internacional. [...] O melhor de tudo: a nova geração está mais amadurecida” (REVISTA PLACAR, n. 852, 22 set. 1986, p. 68-70).



IMAGEM 26 – DESTAQUES DO VOLEIBOL FEMININO BRASILEIRO ANTES DOS JOGOS OLÍMPICOS DE SEUL (1988)

FONTE: REVISTA PLACAR (n. 866, 1 jan. 1987, p. 67)

Em meio a esse ciclo de renovação, ocorreu a terceira participação olímpica da seleção brasileira feminina nos XXIV Jogos Olímpicos de Seul, realizados na Coreia do Sul, em 1988. Depois de duas edições olímpicas com boicotes, o torneio olímpico voltou a reunir as principais seleções mundiais da modalidade, com exceção de Cuba que optou novamente por se ausentar dos Jogos (KOCH, 2005, p. 137).

Tendo Marcos Pinheiro Miranda como chefe de equipe e Jorjão como técnico, a terceira unidade geracional olímpica foi representada pelas seguintes atletas: Ana Beatriz Moser, Ana Cláudia Silva Ramos, Ana Lúcia de Camargo Barros, Ana Maria Richa Medeiros, Eliani Miranda da Costa, Fernanda Porto Venturini, Kerly Cristiane P. dos Santos, Márcia Regina Cunha (Márcia Fu), Maria Auxiliadora Villar Castanheira (Dôra), Sandra Maria Lima Suruagay. Simone Storm e Vera Helene Bonetti Mossa. Dessas doze jogadoras, nove participavam da seleção adulta pela primeira vez. A imagem 27 mostra a partida de estreia da seleção nos Jogos Olímpicos de Seul:



IMAGEM 27 – JOGO ENTRE BRASIL E PERU NOS JOGOS OLÍMPICOS DE SEUL  
 FONTE: VALPORTO (2007, p. 75)

Com um grupo renovado e poucas jogadoras experientes, a seleção feminina perdeu os três primeiros jogos para o Peru (3 sets a 0), Estados Unidos (3 sets a 2) e China (3 sets a 1). No torneio que decidiu a classificação do quinto ao oitavo lugares, o Brasil venceu a Coreia do Sul (3 sets a 2) e voltou a perder para a Alemanha Oriental (3 sets a 1), ficando na sexta colocação da competição, atrás da bicampeã ex-União Soviética, Peru, China, Japão e Alemanha Oriental e à frente dos Estados Unidos e Coreia do Sul. O quadro 6 resume a terceira campanha da seleção feminina:

<b>XXIV JOGOS OLÍMPICOS DE SEUL</b>		
<b>DATA</b>	<b>CONFRONTOS</b>	<b>RESULTADOS</b>
20 jul. 1988	Peru x Brasil	3 x 0 (15-11/15-11/15-3)

23 jul. 1988	Estados Unidos x Brasil	3 x 2 (14-16/15-5/15-13/12-15/15-7)
25 jul. 1988	China x Brasil	3 x 1 (12-15/9-15/15-4/15-5/15-9)
27 jul. 1988	Brasil x Coreia do Sul	3 x 2 (15-6/15-17/8-15/15-4/17-15)
29 jul. 1988	Alemanha Oriental x Brasil	3 x 1 (15-9/15-4/11-15/15-11)

QUADRO 06 – CAMPANHA DA SELEÇÃO FEMININA NOS JOGOS OLÍMPICOS DE SEUL  
 FONTE: CBV, 2012a

A competição também foi palco de novos atritos envolvendo Jorjão e Vera Mossa. Após trocarem acusações no jogo de estreia contra o Peru, Mossa vetou que o técnico aceitasse o convite para dirigir a sua equipe, a Supergasbrás, que o contratou para a temporada nacional durante os Jogos Olímpicos de Seul. Em declaração, a jogadora desabafa:

“Foi ele que gritou comigo”, reclama Vera. Ela ficou com a sensação de ter perdido tempo durante os oito meses de treinamento. “Se nos [sic] tivéssemos encontrado no aeroporto, no dia seguinte do embarque, faríamos até melhor”, desabafa. “Duro é voltar para casa sem nada e ainda carregar a culpa de praticamente ter abandonado os filhos”. Enquanto a vaga de Jorjão é preenchida por Antônio Leão, assistente de Bebeto de Freitas na equipe masculina, Vera Mossa prefere esquecer a Seleção Brasileira. “Não posso dizer que nunca mais irei”, afirma. “Mas é quase impossível que isso aconteça novamente”. (REVISTA PLACAR, n. 960, 28 out. 1988, p. 33).

Com o fim dos Jogos, Jorjão foi substituído por Watson de Oliveira Lima. Para a capitã Ana Richa, que estreou com a camisa da seleção feminina adulta, “é chato ver tanto sacrifício jogado fora” (REVISTA PLACAR, n. 969, 30 dez. 1988, p. 36).

Já a seleção masculina, dirigida pelo técnico sul-coreano Young Wan Sohn, acabou a competição na quarta colocação atrás dos Estados Unidos, ex-União Soviética e Argentina e à frente de Países Baixos, Bulgária, Suécia, França, Itália, Japão, Coreia do Sul e Tunísia. Na fase de classificação que resultou na segunda colocação do grupo, os brasileiros estrearam com uma vitória sobre a Itália (3 sets a 0). Nos jogos seguintes, o Brasil conseguiu mais três vitórias em quatro confrontos: perdeu para a Coreia do Sul (3 sets a 2), mas venceu a Bulgária e a Suécia (3 sets a 1) e a ex-União Soviética (3 sets a 2). Porém, o Brasil perdeu para os Estados Unidos (3 sets a 0) na fase semifinal e a disputa do terceiro e quarto lugares para a Argentina (3 sets a 2).

A quarta colocação olímpica marcou o fim da geração de Amauri Ribeiro, José Montanaro Júnior, Renan Dal Zotto e William Carvalho da Silva e o início da geração de

André Felipe Falbo Ferreira (Pampa), Antônio Carlos Aguiar Gouveia (Carlão), Domingos Lampariello Neto (Maracanã), Leonídio Pasquali de Prá Filho (Léo), Maurício Camargo Lima, Paulo André Juroski da Silva (Paulão), Paulo Fernando Santos Roese e Wagner Antônio da Rocha. Segundo a Revista Placar de fevereiro de 1988, a média de idade desses dezoito jogadores era de 22,4 anos com uma média de altura de 1,93m (REVISTA PLACAR, n. 923, 12 fev. 1988, p. 50). O quadro 7 resume a campanha da seleção masculina:

<b>XXIV JOGOS OLÍMPICOS DE SEUL</b>		
<b>DATA</b>	<b>CONFRONTOS</b>	<b>RESULTADOS</b>
17 set. 1988	Brasil x Itália	3 x 0 (15-7/15-4/17-15)
19 set. 1988	Coreia do Sul x Brasil	3 x 2 (19-17/15-8/6-15/11-15/15-12)
22 set. 1988	Brasil x Bulgária	3 x 1 (13-15/15-6/15-12/15-12)
24 set. 1988	Brasil x Suécia	3 x 1 (15-6/13-15/15-0/15-12)
26 set. 1988	Brasil x União Soviética	3 x 2 (12-15/9-15/15-8/15-11/15-6)
30 set. 1988	Estados Unidos x Brasil	3 x 0 (15-3/15-5/15-11)
2 out. 1988	Argentina x Brasil	3 x 2 (15-10/15-17/15-8/12-15/15-9)

QUADRO 07 - CAMPANHA DA SELEÇÃO MASCULINA NOS JOGOS OLÍMPICOS DE SEUL  
 FONTE: CBV, 2012a

Os Jogos Olímpicos de Seul terminaram com a participação de 160 países e 132 medalhas para a ex-União Soviética. No quadro geral, o Brasil conquistou a 24ª colocação, com seis medalhas, sendo uma de ouro no judô, duas de prata (futebol masculino e atletismo) e três de bronze (iatismo e atletismo) (COI, 2012a).

A partir de 1989, surgiram novos nomes do Campeonato Paulista para o voleibol feminino, como mostra a reportagem “As musas paulistas: uma atração fatal”, publicada na Revista Placar de fevereiro de 1989. Utilizando fotos das jogadoras vestindo maiôs e biquínis, a reportagem chama a atenção por comparar as novas jogadoras paulistas com as cariocas, pela declaração: “vaidosas, elas brilham sem precisar se produzir – só jeans e camiseta, rosto lavado e desprezo por perfumes marcantes, um jovem pelotão de moças mostra a mesma graça das rainhas das areias do Rio” (REVISTA PLACAR, n. 973, 3 fev. 1989, p. 32-33). A imagem 28 mostra as fotos de Ana Flávia Sanglard,

meio-de-rede do Rodrimar, Giseli Gavio, ponta-de-rede do XV de Novembro/Dedini, Denise Monteiro, ponta-de-rede do Rodrimar e Suzana Borges, meio-de-rede do Pão de Açúcar, veiculadas na Revista:



IMAGEM 28 – AS NOVAS “CANDIDATAS A MUSAS” DO VOLEIBOL FEMININO  
FONTE: REVISTA PLACAR (n. 973, 3 fev. 1989, p. 32-33)

A década de 1990 iniciou com uma conturbada situação política e econômica no Brasil, com altos índices de desemprego, queda da produção industrial, crescimento da economia informal, descontrole inflacionário e falências de empresas. Durante os dois anos de mandato de Fernando Collor de Mello (1900-1992), foi criada a Secretaria de Esporte, ligada diretamente à Presidência da República, responsável pela elaboração da chamada “Lei Zico”, com o dever de reformular o esporte no país. Essa lei extinguiu o CND (KASZNAR; GRAÇA FILHO, 2012, p. 34).

Com reflexos no voleibol, o país voltou a assistir o encerramento das atividades de vários clubes e a exportação em série de jogadoras brasileiras principalmente para a Itália, Japão e Estados Unidos. A equipe da Supergasbrás, a maior campeã do voleibol feminino na década de 1980, encerrou suas atividades em abril de 1990 alegando falta de competitividade nos campeonatos. Em sete anos de existência, a Supergasbrás conquistou três títulos nacionais e só deixou de disputar a final uma vez (na temporada 1988/1989). No ano seguinte foi a vez da equipe feminina da Sadia, que alegou o mesmo motivo. É o que mostra a reportagem “o time das descamisadas pede passagem” da Revista Placar de julho de 1990:

Para derrubar a crise no vôlei feminino, consequência do desmantelamento de várias equipes, o técnico *Francisco Chagas* reuniu um grupo de jogadoras com a idéia de tentar vender o esporte como produto rentável aos patrocinadores. “Oitenta atletas estão inativas no Brasil”, afirma. Oito empresas já acenaram com o interesse de bancar o time, que dispõe das estrelas Isabel e Vera Mossa. Em novembro, porém, elas viajam para cumprir, respectivamente, seus contratos com o Toshiba, do Japão, e o Perugia, da Itália. (REVISTA PLACAR, n. 1046, 6 jul. 1990, p. 30, grifos no original).

Na tentativa de frear esse processo, a CBV elevou as taxas de transferência das jogadoras. Apesar desse quadro, a proposta de criação da Liga de Voleibol, uma reformulação da competição nacional na época e que atualmente é conhecida como Superliga, proporcionou a existência de um campeonato com equipes mais competitivas, sustentado pela mídia e por patrocinadores:

Dessa forma, foi finalizada uma década na história do Voleibol brasileiro. O percurso da profissionalização e das relações com a mídia reservou acentuado progresso para a modalidade ao oferecer condições de desenvolvimento técnico e aceitação popular. Essas condições foram decorrentes dos investimentos das empresas e do marketing esportivo. Contudo, administradores, técnicos e atletas não se mostraram adequadamente preparados para essa “virada”, e assim chegamos ao quadro preocupante, quase caótico, da modalidade no final dos anos 1980 e início dos 1990, ou seja, equipes sendo extintas, jogadores com salários incompatíveis com a realidade do mercado, estruturas institucionais esportivas desprovidas de continuidade, campeonatos deficitários, enfadonhos e mal-organizados, redução de público nos ginásios, falta de resultados positivos internacionais e desinteresse empresarial pelo Voleibol, entre outros aspectos. (MARCHI JR., 2004, p. 160).

Com a realização das negociações pelos especialistas de marketing das empresas, os sistemas foram aperfeiçoados de acordo com as necessidades dos clubes, empresas, federações e televisão, resultando em uma estratégia bem sucedida pelo retorno publicitário, financeiro e pela presença do público espectador nos ginásios. A dificuldade principal era manter as jogadoras em clubes nacionais:

[...] a organização do Voleibol brasileiro, no que diz respeito notadamente às seleções, ficou rotulada no país como um exemplo ou modelo a ser seguido pelas demais modalidades que insistiam em permanecer com contornos administrativos amadores, pautados no improviso e na falta de planejamento. O trabalho de formação de atletas, a existência de substanciais patrocinadores, o intercâmbio internacional e a competência e objetividade de seus dirigentes foram os principais aspectos levantados nessa relação com o sucesso. (MARCHI JR., 2004, p. 171).

Em 1991, a CBV propôs uma parceria com o seu patrocinador, o Banco do Brasil com o objetivo de fortalecer a imagem do voleibol na televisão. A ideia foi trazer as



jogadoras que estavam no exterior novamente para o país para elevar o nível das competições realizadas a partir da temporada 1994/1995. Contudo, a expectativa da seleção feminina conquistar o título olímpico não se confirmou no ano seguinte.

A fase de preparação para a quarta participação do voleibol feminino nos XXV Jogos Olímpicos de Barcelona, realizados na Espanha em 1992 foi marcada por diversas quebras de hegemonia no cenário mundial da modalidade. A começar pela vitória das brasileiras contra as favoritas peruanas na final do Campeonato Sul-Americano, disputado no Brasil em 1991, encerrando uma década de domínio das rivais brasileiras (VALPORTO, 2007, p. 92).

Depois de esperar quase 70 anos para sediar uma edição dos Jogos Olímpicos, novas configurações geopolíticas puderam ser vistas em Barcelona como a Alemanha reunificada após a queda do Muro de Berlim, em 1989, a dissolução da ex-União Soviética em quinze novas repúblicas federativas e a participação da delegação da África do Sul com o fim do *apartheid*. Além de conseguir projetar uma nova cidade para o mundo, a edição de Barcelona foi marcada por um superávit na geração de receitas olímpicas, mobilizada pelo pacote de patrocínios e de direitos de transmissão do evento (PRONI, 2008, p. 15).

A competição feminina contou com a participação de sete países, além do Brasil: Cuba, Equipe Unificada<sup>55</sup>, Estados Unidos, Japão, Países Baixos, China e Espanha. Tendo Paulo Márcio Nunes da Costa como chefe de equipe, a quarta unidade geracional olímpica foi representada pelas seguintes atletas: Ana Beatriz Moser, Ana Flávia Chitaro Daniel Sanglard, Ana Lúcia de Camargo Barros, Ana Margarida Vieira Álvares (Ida), Ana Paula Rodrigues, Cilene Falleiro Rocha, Cristina Pacheco Lopes (Tina), Fernanda Porto Venturini, Hélia Rogério de Souza (Fofão), Hilma Aparecida Caldeira, Leila Gomes Barros e Márcia Regina Cunha (Márcia Fu), como mostra a imagem 29:

---

<sup>55</sup> Equipe formada por jogadoras de doze repúblicas que faziam parte da ex-União Soviética,



IMAGEM 29 – SELEÇÃO FEMININA NOS JOGOS OLÍMPICOS DE BARCELONA (1992)

FONTE: VALPORTO (1992, p. 92)

Sob comando do técnico Watson de Oliveira Lima, as brasileiras disputaram seis jogos e estrearam na competição ganhando das holandesas (3 sets a 1) e perdendo das cubanas (3 sets a 1) em um jogo com muitas provocações entre as equipes. Os dois jogos seguintes foram decisivos para a classificação do Brasil para as quartas-de-final da competição: foram duas vitórias, sobre as chinesas (3 sets a 2) e japonesas (3 sets a 1).

O jogo da fase semifinal era contra a Equipe Unificada. No entanto, a seleção brasileira feminina perdeu o jogo (3 sets a 1) e logo depois foi derrotada novamente pelas norte-americanas por 3 sets a 0 na disputa pela medalha de bronze. A medalha de ouro olímpica de Barcelona foi para Cuba, seguida da medalha de prata para a Equipe Unificada e bronze para os Estados Unidos. A equipe feminina ficou com a quarta colocação, à frente do Japão, Holanda, China e Espanha. “Talento havia, mas faltava alguma coisa” (VALPORTO, 2007, p. 93). O quadro 8 resume a quarta campanha da seleção feminina:

<b>XXV JOGOS OLÍMPICOS DE BARCELONA</b>		
<b>DATA</b>	<b>CONFRONTOS</b>	<b>RESULTADOS</b>
29 jul. 1992	Brasil x Países Baixos	3 x 1 (15-9/15-3/13-15/15-7)
31 jul. 1992	Cuba x Brasil	3 x 1 (15-11/13-15/15-13/15-9)

2 ago. 1992	Brasil x China	3 x 2 (15-9/7-15/15-11/14-16/15-12)
4 ago. 1992	Brasil x Japão	3 x 1 (14-16/15-13/15-13/15-9)
6 ago. 1992	Equipe Unificada x Brasil	3 x 1 (15-10/13-15/15-5/15-5)
8 ago. 1992	Estados Unidos x Brasil	3 x 0 (15-8/15-6/15-13)

QUADRO 08 – CAMPANHA DA SELEÇÃO FEMININA NOS JOGOS OLÍMPICOS DE BARCELONA  
 FONTE: CBV, 2012a

A competição masculina contou com a participação de onze países, além do Brasil: Países Baixos, Estados Unidos, Cuba, Itália, Japão, Equipe Unificada, Espanha, Coreia do Sul, Canadá, França e Argélia. Na fase de classificação, a seleção masculina venceu a Coreia do Sul (3 sets a 0), a Equipe Unificada (3 sets a 1), os Países Baixos (3 sets a 0), Cuba (3 sets a 1) e a Argélia (3 sets a 0). Faltavam mais três jogos para o ouro olímpico. Nas quartas de final, a equipe masculina venceu o Japão (3 sets a 0) e na semifinal os Estados Unidos (3 sets a 1). A primeira medalha de ouro olímpica em esportes coletivos do Brasil foi confirmada na vitória sobre os Países Baixos (3 sets a 0), com os Estados Unidos garantindo a medalha de bronze.

O ouro olímpico foi conquistado pela primeira vez por Alexandre Ramos Samuel (Tande), Amauri Ribeiro, André Felipe Falbo Ferreira (Pampa), Antônio Carlos Aguiar Gouveia (Carlão), Douglas Chiarotti, Giovane Farinazzo Gavio, Janélson dos Santos Carvalho, Jorge Édson Souza de Brito, Marcelo Teles Negrão, Maurício Camargo Lima, Paulo André Juroski Silva (Paulão) e Talmo Curto de Oliveira. Os depoimentos de alguns jogadores refletem a emoção daquele momento:

“Os Jogos Olímpicos são um momento mágico, Durante uma olimpíada você vê grandes times ficarem pequenos – que foi o caso da Itália – ou pequenos times se tornam ‘monstros’”, analisou Tande. “Esse título teve um sabor especial, pois nada foi planejado para aquele momento. Tudo foi acontecendo muito rápido e, o título olímpico mudou a vida de todos nós”, revela Giovane. “Foi um momento importante não só para o vôlei, mas também para o esporte brasileiro, pois pela primeira vez uma modalidade coletiva conquistava a medalha de ouro em Jogos Olímpicos para o Brasil”, analisou o capitão Carlão. (KOCH, 2005, p. 159).

Quando recebeu o convite de Nuzman para dirigir a seleção masculina nos Jogos Olímpicos de Barcelona, o técnico José Roberto Lages Guimarães pediu três dias para pensar. Na época, José Roberto se dedicava basicamente à preparação de equipes femininas, como a do São Caetano e as seleções femininas juvenis do Brasil.

Nesses dias, teve tempo para conversar e resgatar alguns jogadores, que tinham se afastado por desentendimentos com ex-técnicos da seleção e aceitou o convite (VALPORTO, 1992, p. 84). O jovem treinador, com 37 anos na época, terminou a competição com oito vitórias em 8 jogos. O quadro 9 resume a campanha da seleção masculina:

<b>XXV JOGOS OLÍMPICOS DE BARCELONA</b>		
<b>DATA</b>	<b>CONFRONTOS</b>	<b>RESULTADOS</b>
26 jul. 1992	Brasil x Coreia do Sul	3 x 0 (15-13/16-14/15-7)
28 jul. 1992	Brasil x Equipe Unificada	3 x 1 (15-6/15-7/9-15/16-14)
30 jul. 1992	Brasil x Países Baixos	3 x 0 (15-11/15-9/15-4)
1 ago. 1992	Brasil x Cuba	3 x 1 (15-6/15-8/12-15/15-8)
3 ago. 1992	Brasil x Argélia	3 x 0 (15-8/15-13/15-9)
5 ago. 1992	Brasil x Japão	3 x 0 (15-12/15-5/15-12)
7 ago. 1992	Brasil x Estados Unidos	3 x 1 (12-15/15-8/15-9/15-12)
9 ago. 1992	Brasil x Países Baixos	3 x 0 (15-12/15-8/15-5)

QUADRO 09 – CAMPANHA DA SELEÇÃO MASCULINA NOS JOGOS OLÍMPICOS DE BARCELONA  
 FONTE: CBV, 2012a

Os Jogos Olímpicos de Barcelona terminaram com a participação de 169 países e 112 medalhas para a Equipe Unificada. No quadro geral, o Brasil conquistou a 25ª colocação com três medalhas, sendo duas de ouro (judô e voleibol masculino) e uma de prata (natação) (COI, 2012a).

Em 1993, o cenário de crise ameaçava a continuidade do trabalho no voleibol feminino. Foi nesse momento que Nuzman convidou o técnico Bernardinho para dar “novo ânimo” à equipe feminina:

Em 1993, a seleção feminina pareceu andar para trás. Insatisfeita com o técnico, Ana Moser pediu dispensa. O Brasil ficou em quarto lugar no Grand Prix, a versão feminina da Liga Mundial, e perdeu novamente o Sul-americano para as peruanas. Em outubro de 1993, Bernardo Rezende estava na casa dos pais – de férias no Rio após o fim da temporada na Itália – quando Nuzman lhe telefonou convidando-o para dirigir a seleção. O presidente da CBV admirava a visão de jogo e o espírito de liderança do levantador da seleção de prata, desde os tempos de jogador, e sabia de sua experiência com times femininos em três temporadas na Itália. Bernardinho não precisou de tempo para pensar. Aceitou na hora. Duas semanas depois, estava no Japão, acompanhando a Copa dos

Campeões: derrotadas no Sul-americano, as brasileiras ficaram de fora. Na volta, procurou Ana Moser, que se mostrou totalmente disposta a voltar à seleção. Ganhar era o maior objetivo da jogadora; do técnico também. E Bernardinho aprendera, desde seus tempos de atleta, que para jogar bem e ganhar, era preciso treinar bem. E muito. (VALPORTO, 2007, p. 93).

A seleção feminina mostrou importantes resultados sob a liderança de Bernardinho. Depois de um mês de contratação do técnico, a equipe foi campeã da Montreux Volley Masters (BCV Cup), competição realizada em março de 1994, na Suíça. Em agosto do mesmo ano, a seleção foi campeã da segunda edição do Grand Prix de Voleibol, realizado na China<sup>56</sup>. A imagem 30 mostra as brasileiras Ana Beatriz Moser, Ana Flávia Chitaro Daniel Sanglard e Márcia Regina Cunha (Márcia Fu) segurando o troféu de campeãs do Grand Prix de Voleibol Feminino:



IMAGEM 30 – ANA MOSER, ANA FLÁVIA, BERNARDINHO E MÁRCIA FU EXIBEM O TROFÉU DO GRAND PRIX DE VOLEIBOL FEMININO DE 1994  
 FONTE: VALPORTO (2007, p. 54)

O início da “Era Bernardinho” na seleção brasileira feminina foi encarado com otimismo pela imprensa nacional. No entanto, o surgimento de novos talentos esportivos do voleibol feminino nacional fez com que Bernardinho vetasse as jogadoras de darem entrevistas à imprensa quando o assunto não fosse voleibol:

O título do Grand Prix fez a seleção ser festejada no Brasil que se preparava para sediar o Mundial Feminino. Novamente, a badalação cercava as “meninas do Brasil”. Os jornalistas descobriam novas musas: Ana Paula, Ida, Fernanda, Hilma e as reservas Virna e Leila. As reportagens falavam de beleza, moda,

<sup>56</sup> A primeira edição do Grand Prix de Voleibol foi realizada em Hong Kong entre os meses de maio e junho de 1993. (CBV, 2012a)

estilo. Na véspera da estréia, no Mineirinho, em Belo Horizonte, Bernardinho reuniu as jogadoras e disse que elas só podiam dar entrevista sobre voleibol. “Quem falar de outra coisa, vai ficar linda do meu lado, no banco. Musa é quem entra em quadra e arrebenta”, disse às jogadoras e repetiu aos jornalistas. (VALPORTO, 2007, p. 94).

No Campeonato Mundial de Voleibol Feminino de 1994, que reuniu doze seleções e foi sediado em São Paulo (SP) e Belo Horizonte (MG), as brasileiras disputaram a partida final contra as cubanas, que venceram o jogo por 3 sets a 0. Apesar da derrota, as brasileiras conquistaram a melhor colocação do voleibol feminino em Campeonatos Mundiais. O ano de 1994 também marcou a extinção da Liga Nacional de Voleibol, que já estava na sua sexta edição e que era organizada anualmente pela CBV. A “revitalização” da competição nacional recebeu o nome de Superliga, mas continuava com o mesmo formato, reunindo doze equipes que jogariam em turno e retorno, definindo as oito finalistas dos play-offs (KOCH, 2005, p. 194)<sup>57</sup>.

No plano político, o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2000) criou e, a seguir, extinguiu o Ministério Extraordinário dos Esportes, que possibilitou o financiamento das equipes que representavam o esporte nacional através de empresas estatais. Além do Ministério Extraordinário dos Esportes, foi criada a autarquia Secretaria Nacional de Esporte – Instituto de Desenvolvimento do Esporte que, mais adiante, incorporou-se à estrutura do Ministério da Educação e de Esportes (KASZNAR; GRAÇA FILHO, 2012, p. 34).

Em 1995, um importante reordenamento acontece no campo esportivo brasileiro: Nuzman deixa a CBV para assumir a presidência do COB. Em junho do mesmo ano, Ary Graça Filho assumiu a presidência da CBV, após ter sido atleta da seleção brasileira masculina das décadas de 1960 e 1970. Nessa nova configuração, a CBV contou com mais um patrocinador para as seleções feminina e masculina, a Olympikus. Lançada pela fabricante de calçados Azaléia em 1974, a empresa era inicialmente restrita à produção de calçados para as aulas de Educação Física escolar, sem objetivar a performance. A partir da década de 80, com a vinda de grandes marcas internacionais do setor esportivo para o país, a empresa passou a investir na criação de produtos com novas tecnologias para concorrer no mercado nacional. Em 1995, a

---

<sup>57</sup> As equipes feminina e masculina campeãs da Superliga garantiam o direito de disputar o Campeonato Sul-Americano de Clubes.

Olympikus passou a patrocinar a CBV e se tornou uma empresa de artigos esportivos no ano seguinte<sup>58</sup>.

A rivalidade esportiva entre Brasil e Cuba prometia um novo encontro na XXVI edição dos Jogos Olímpicos de Atlanta, realizados nos Estados Unidos em 1996. Além da sede dos Jogos voltarem para os Estados Unidos, a competição contou com a primeira disputa olímpica de voleibol de praia, feminino e masculino.

A competição de quadra feminina contou com a participação de doze países, assim como no masculino. Tendo Radamés Lattari Filho como chefe de equipe, a quinta unidade geracional olímpica foi representada pelas seguintes atletas: Ana Beatriz Moser, Ana Flávia Chitaro Daniel Sanglard, Ana Margarida Vieira Álvares (Ida), Ana Paula Rodrigues Connelly, Ericléia Bodziak (Filó), Fernanda Porto Venturini, Hélia Rogério de Souza (Fofão), Hilma Aparecida Caldeira, Leila Gomes de Barros, Márcia Regina Cunha (Márcia Fu), Sandra Maria Lima Suruagy e Virna Cristiane Dantas Dias.



IMAGEM 31 – LEILA COMEMORA PONTO NOS JOGOS OLÍMPICOS DE ATLANTA (1996)  
FONTE: VALPORTO (2007, p. 98)

Sob o primeiro comando do técnico Bernardinho, a seleção feminina estreou na competição vencendo o Peru (3 sets a 0). O segundo jogo foi novamente contra as cubanas, que acabaram perdendo para as brasileiras (3 sets a 0). A vaga para a fase semifinal foi garantida na vitória contra a Coreia do Sul (3 sets a 0). A vaga para a final

<sup>58</sup> A empresa patrocina também atletas e clubes de voleibol, além das confederações de outras modalidades, como a de tênis, atletismo, o COB e algumas equipes de futebol (OLYMPIKUS, 2012).

de Atlanta foi disputada novamente contra as cubanas. Em um jogo com mais de três horas e muitas provocações na rede entre as jogadoras Ana Moser, Márcia Fu, Filó e Ana Paula e as cubanas Regla Torres e Mireya Luis, o Brasil acabou desclassificado da final olímpica (3 sets a 2). O quadro 10 resume a quinta campanha da seleção feminina:

<b>XXVI JOGOS OLÍMPICOS DE ATLANTA</b>		
DATA	CONFRONTOS	RESULTADOS
20 jul. 1996	Brasil x Peru	3 x 0 (15-7/15-1/15-5)
22 jul. 1996	Cuba x Brasil	0 x 3 (11-15/10-15/4-15)
24 jul. 1996	Brasil x Rússia	3 x 0 (15-3/15-11/15-13)
26 jul. 1996	Canadá x Brasil	0 x 3 (6-15/6-15/11-15)
28 jul. 1996	Brasil x Alemanha	3 x 1 (15-4/13-15/15-6/15-8)
30 jul. 1996	Coreia do Sul x Brasil	0 x 3 (4-15/2-15/10-15)
1 ago. 1996	Cuba x Brasil	3 x 2 (5-15/15-8/10-15/15-13/15-12)
3 ago. 1996	Rússia x Brasil	2 x 3 (13-15/15-4/14-16/15-8/12-15)

QUADRO 10 – CAMPANHA DA SELEÇÃO FEMININA NOS JOGOS OLÍMPICOS DE ATLANTA  
 FONTE: CBV, 2012a

A medalha de bronze veio da vitória brasileira contra as russas (3 sets a 2). Cuba acabou se sagrando bicampeã olímpica, seguida da China com a medalha de prata. O caminho até a medalha de bronze olímpica se refletiu no esgotamento físico do corpo das atletas:

A maratona de trabalho, do Mundial de 1994 a Atlanta 1996, teve reflexos nas jogadoras. Ana Moser operou o joelho esquerdo por causa de uma artrose no começo de 1995. Mal tinha voltado a jogar, sofreu uma lesão nos ligamentos do joelho direito durante uma partida da Superliga: só se recuperou antes dos Jogos Olímpicos. Depois de Atlanta, a inquieta Márcia Fu pediu dispensa: achava que sacrificava demais sua vida pessoal para servir à seleção. Ida decidiu trocar a quadra pela praia. Hilma passou a maior parte de 1997 sem jogar, com problemas no ombro. Leila também operou o ombro esquerdo no começo do ano. Em 1997, o Brasil foi novamente campeão sul-americano – ganhando das peruanas no Peru – e do torneio de classificação para o Mundial, mas só ficou em terceiro lugar na Copa dos Campeões. (VALPORTO, 2007, p. 100).

A seleção masculina chegou na competição como a grande favorita ao título olímpico, além de Cuba e Itália. Tendo Sami Mehlinisky como chefe de equipe, a



seleção masculina foi representada pelos seguintes atletas: Alexandre Ramos Samuel (Tande), Antônio Carlos Aguiar Gouveia (Carlão), Carlos Eduardo Schwanke, Cássio Leandro das Neves Pereira, Gílson Alves Bernardo, Giovane Farinazzo Gávio, Fábio Paranhos Marcelino (Pinha), Marcelo Teles Negrão, Maurício Camargo Lima, Max Jefferson Pereira, Nalbert Tavares Bittencourt e Paulo André Juroski da Silva (Paulão).

Com problemas de contusão e entrosamento entre alguns jogadores, a seleção masculina perdeu os dois primeiros jogos para a Argentina e Bulgária (3 sets a 1) e (3 sets a 0). Na sequência, se recuperou e ganhou três jogos seguidos contra a Polônia, Estados Unidos e Cuba (3 sets a 0). No entanto, perdeu o sexto jogo das quartas de final para a Iugoslávia (3 sets a 2) e ficou fora da disputa por medalhas. O quinto lugar na competição foi confirmado com as vitórias nos jogos contra os Estados Unidos e Cuba (3 sets a 1) e (3 sets a 0). Na avaliação de José Roberto Guimarães e do jogador Nalbert:

“Tínhamos como objetivo chegar entre os quatro melhores e acabamos em quinto. Durmo tranquilo, pois sei que fizemos o melhor”. “Foi uma decepção para mim, O grupo estava ‘quebrado’ – cada um puxando para um lado – e, com uma série de problemas. Era a decadência da ‘Geração de Ouro de Barcelona’. Eu ainda era um garoto. Na minha primeira partida olímpica perdemos para a Argentina e, isso ‘machucou’ muito”, analisa Nalbert. (KOCH, 2005, p. 206).

A Holanda acabou se sagrando campeã olímpica masculina ao vencer a Itália (3 sets a 2) e a Iugoslávia ficou com a medalha de bronze. O quadro 11 resume a campanha da seleção masculina:

<b>XXVI JOGOS OLÍMPICOS DE ATLANTA</b>		
<b>DATA</b>	<b>CONFRONTOS</b>	<b>RESULTADOS</b>
21 jul. 1996	Brasil x Argentina	1 x 3 (15-9/8-15/14-16/6-15)
23 jul. 1996	Brasil x Bulgária	0 x 3 (11-15/13-15/8-15)
25 jul. 1996	Polônia x Brasil	0 x 3 (7-15/11-15/8-15)
27 jul. 1996	Brasil x Estados Unidos	3 x 0 (15-11/15-11/15-7)
29 jul. 1996	Cuba x Brasil	0 x 3 (11-15/10-15-11-15)
31 jul. 1996	Brasil x Iugoslávia	2 x 3 (6-15/5-15/15-8/16-14/10-15)
1 ago. 1996	Brasil x Argentina	3 x 1 (15-10/15-3/13-15/15-9)

2 ago. 1996	Cuba x Brasil	0 x 3 (12-15/14-16/14-16)
-------------	---------------	---------------------------

QUADRO 11 – CAMPANHA DA SELEÇÃO MASCULINA NOS JOGOS OLÍMPICOS DE ATLANTA  
 FONTE: CBV, 2012a

Os Jogos Olímpicos de Atlanta terminaram com a participação de 197 países e 101 medalhas para os Estados Unidos. No quadro geral, o Brasil conquistou a 25ª colocação com quinze medalhas, sendo três de ouro (vôlei de praia e vela), três de prata (natação, vôlei de praia e basquete) e nove de bronze (natação, voleibol feminino, futebol masculino, judô, atletismo, hipismo e vela) (COI, 2012a).

Antes de disputar os XXVII Jogos Olímpicos de Sydney em 2000, a equipe brasileira feminina testou o talento da nova geração de atletas que se integravam a seleção adulta como Érika (19 anos), Waleska (20 anos), Elisângela e Renata (21 anos) e Raquel (22 anos) nos Jogos Pan-Americanos de Winnipeg, realizados no Canadá em 1999.

As brasileiras ganharam as cinco partidas da primeira fase, inclusive no eletrizante jogo contra Cuba, vencido no *tie break* (23/25, 25/19, 17/25, 25/23 e 15/13). Bernardinho usou as jovens Elisângela e Waleska no lugar das titulares Leila e Janina, mas foi a segurança e a variedade de jogadas armadas por Fofão que garantiram a vitória. Depois de passar facilmente pela República Dominicana nas semifinais, as brasileiras voltaram a encontrar as cubanas na decisão da medalha de ouro: novo jogo eletrizante e novamente 3 a 2 (20/25, 25/22, 25/27, 25/22 e 15/13) para a seleção, com destaque para a atuação de Virma. Uma festa tomou conta da quadra. As brasileiras gritavam, pulavam e choravam. Cuba ganhara as últimas seis medalhas de ouro; as brasileiras não chegavam ao pódio desde os Jogos Pan-americanos de São Paulo 1963. (VALPORTO, 2007, p. 101, grifos no original).

A virada para os anos 2000 se deu nessa constante busca por vitórias e por manter a modalidade brasileira no topo do voleibol mundial. Depois do ouro pan-americano de 1999, a seleção brasileira feminina uniu seu histórico de experiências para disputar os Jogos Olímpicos de Sydney, realizados na Austrália em 2000. Esse ano também marcou a despedida de Ana Beatriz Moser, titular da seleção brasileira feminina por 13 anos (TORRAGA, 2011, p. 16).

Era a segunda vez que a Austrália sediava os Jogos Olímpicos, depois da edição de 1956 em Melbourne. Para a campanha de Sydney, o comitê organizador se esforçou para construir instalações esportivas de padrão internacional, além de mostrar uma preocupação com a preservação do meio ambiente local (PRONI, 2008). Talvez o único

problema tenha sido a distância desse país em relação aos outros continentes. O Ginásio Entertainment Centre, localizado em Darling Harbour (bairro central da cidade), oferecia luxo e operacionalidade para equipes, público e a imprensa. Mas a grande novidade dessa edição para o voleibol foi a nova contagem de pontos adotada pela FIVB, chamada de rallye-point com o fim da vantagem e sets de até 25 pontos (com exceção do tie-break, que mantinha os 15 pontos para definir o vencedor da partida). (KOCH, 2005, p. 238).

Para a competição feminina de voleibol dos “Jogos do Novo Milênio” – o slogan do evento<sup>59</sup>, onze países tiveram representação. Tendo Bernardinho como técnico da equipe, a sexta unidade geracional olímpica foi representada pelas seguintes atletas: Elisângela Oliveira, Érika Kelly Coimbra, Hélia Rogério de Souza (Fofão), Janina Déia Chagas da Conceição, Karin Rodrigues, Kátia Andreia Caldeira Lopes, Kelly Kolasco Fraga, Leila Gomes de Barros, Raquel Peluci Xavier Camargo da Silva, Ricarda Raquel Lima, Virna Cristine Dantas Dias e Waleska Moreira de Oliveira. Esse grupo chegou a Sydney sem figurar entre as seleções favoritas na seguinte situação:

Das 12 de Atlanta só Fofão, Virna e Leila estavam no ginásio Dome para enfrentar a inofensiva Quênia na estréia [sic] dos Jogos Olímpicos de 2000. Nenhuma estava 100%. Virna recuperava-se de uma lesão no pé. Fofão estava com uma inflamação no tornozelo, mais exatamente no tendão do pé, e com dores na panturrilha. Leila sequer fora titular na fase final do Grand Prix 2000. Abalada pela grave doença de sua mãe, Francisca, que mesmo assim insistira para que a filha permanecesse na seleção, a canhota perdera o lugar para Elisângela. Na estréia, [sic] entretanto, Leila levou um susto quando Bernardinho avisou que ela começaria como titular. Sem Fofão, a levantadora reserva Kátia buscou a eficiência de Leila e Virna para as fáceis vitórias sobre Quênia e Austrália por 3 a 0. (VALPORTO, 2007, p. 101-102).

Depois de vencer as quenianas e as australianas (3 sets a 0), a seleção feminina enfrentou a China, Croácia, Estados Unidos e Alemanha. Mais quatro vitórias brasileiras, garantindo ao Brasil a primeira colocação do grupo A. Nas quartas de final, a seleção brasileira feminina também venceu as alemãs (3 sets a 0). E mais uma vez como nos Jogos Olímpicos de Atlanta (1996), o reencontro da fase semifinal era contra as cubanas, que acabaram confirmando seu favoritismo e venceram novamente as brasileiras (3 sets a 2). “Não houve briga. Houve lágrimas pela frustração de ficar fora da final” (VALPORTO, 2007, p. 103)

<sup>59</sup> No slogan original, “The Games of the New Millenium” (COI, 2012b).



IMAGEM 32 – WALESKA NO ATAQUE CONTRA OS ESTADOS UNIDOS NOS JOGOS OLÍMPICOS DE SYDNEY (2000)

FONTE: VALPORTO (2007, p. 102)

No dia seguinte, as brasileiras já treinavam para a disputa da medalha de bronze. O jogo era contra os Estados Unidos e poderia significar a consagração de mais um grupo de jogadoras veteranas e novatas. Foi o que aconteceu. O Brasil venceu as norte-americanas (3 sets a 0), repetindo a terceira colocação dos Jogos Olímpicos de Atlanta, em 1996. O quadro 12 resume a sexta campanha da seleção feminina:

<b>XXVII JOGOS OLÍMPICOS DE SYDNEY</b>		
<b>DATA</b>	<b>CONFRONTOS</b>	<b>RESULTADOS</b>
16 set. 2000	Brasil x Quênia	3 x 0 (25-8/25-11/25-13)
18 set. 2000	Austrália x Brasil	0 x 3 (13-25/18-25/17-25)
20 set. 2000	Brasil x China	3 x 0 (25-14/25-21/25-18)
22 set. 2000	Croácia x Brasil	0 x 3 (21-25/23-25/23-25)
24 set. 2000	Brasil x Estados Unidos	3 x 1 (25-17/20-25/25-15/25-15)
26 set. 2000	Brasil x Alemanha	3 x 0 (25-22/25-18/25-17)
28 set. 2000	Brasil x Cuba	2 x 3 (29-27/19-25/25-21/19-25/9-15)
30 set. 2000	Brasil x Estados Unidos	3 x 0 (25-18/25-22/25-21)

QUADRO 12 – CAMPANHA DA SELEÇÃO FEMININA NOS JOGOS OLÍMPICOS DE SYDNEY

FONTE: CBV, 2012a

A equipe de Cuba foi tricampeã olímpica em Sydney seguida da vice-campeã olímpica Rússia. A conquista da medalha de bronze teve significados singulares para cada jogadora brasileira:

Leila foi a primeira a cair em prantos, lembrando da mãe, enquanto era abraçada por Virna. A comemoração unia a veterana Fofão e a revelação Waleska; as estreantes Janina, Karin, Kátia, Kely – todas jogadoras com mais de 25 anos que ganharam chance com a saída de Érika, Elisângela, Raquel e Ricarda. Juntas no pódio, com lágrimas de dor e emoção nos olhos, as brasileiras exibiam com orgulho o segundo bronze consecutivo, uma medalha valorizada por aquela seleção que passara por tantos desafios. (VALPORTO, 2007, p. 103).

Sob a direção do técnico Radamés Lattari Filho, os doze convocados da seleção masculina foram: Alexandre Ramos Samuel (Tande), André Heller, Dante Guimarães Santos do Amaral, Douglas Chiarotti, Gilberto Amauri de Godoy Filho (Giba), Gilmar Nascimento Teixeira (Kid), Giovane Farinazzo Gavio, Gustavo Endres, Marcelo Elgarten (Marcelinho), Maurício Camargo Lima, Max Jefferson Pereira e Nalbert Tavares Bittencourt. O grupo disputou cinco jogos na fase de classificação, todos com resultados positivos para o Brasil. Porém nas quartas-de-final, o Brasil perdeu para a Argentina (3 sets a 1). Na disputa pela quinta e sexta colocações, o Brasil venceu os cubanos (3 sets a 2) e perdeu para os holandeses (3 sets a 0). Esse resultado garantiu o sexto lugar para a seleção brasileira masculina na competição, atrás da campeã olímpica Iugoslávia, Rússia, Itália, Argentina e Holanda. O quadro 13 resume a campanha da seleção masculina:

<b>XXVII JOGOS OLÍMPICOS DE SYDNEY</b>		
<b>DATA</b>	<b>CONFRONTOS</b>	<b>RESULTADOS</b>
17 set. 2000	Austrália x Brasil	0 x 3 (13-25/14-25/21-25)
19 set. 2000	Egito x Brasil	0 x 3 (28-30/18-25/21-25)
21 set. 2000	Brasil x Países Baixos	3 x 0 (25-20/25-17/27-25)
23 set. 2000	Espanha x Brasil	1 x 3 (27/25/14-25/21-25/20-25)
25 set. 2000	Brasil x Cuba	3 x 0 (28-26/30-28/25-18)
27 set. 2000	Brasil x Argentina	1 x 3 (25/17/21-25/19-25/25-27)
28 set. 2000	Brasil x Cuba	3 x 2 (23-25/17-25/25-21/26-24/15-11)

29 set. 2000

Brasil x Países Baixos

0 x 3 (21-25/20-25/22-25)

QUADRO 13 – CAMPANHA DA SELEÇÃO MASCULINA NOS JOGOS OLÍMPICOS DE SYDNEY  
FONTE: CBV, 2012a

Os Jogos Olímpicos de Sydney terminaram com a participação de 197 países e 94 medalhas para os Estados Unidos. No quadro geral, o Brasil conquistou a 52ª colocação com doze medalhas, sendo seis de prata (atletismo, judô, vela e voleibol de praia feminino e masculino) e seis de bronze (vela, natação, hipismo, voleibol de praia feminino, voleibol feminino e basquete feminino) (COI, 2012a). Pela primeira vez desde a edição de Montreal, realizada no Canadá em 1976, a delegação brasileira ficou sem medalhas de ouro em Jogos Olímpicos, sendo que um terço das doze medalhas do Brasil foram conquistadas pelo voleibol brasileiro (COSTA, 2006, p. 8.67).

A partir do ano 2000, novos ares permearam as esferas legislativa e esportiva do esporte brasileiro. No plano político, os dois mandatos do governo de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010) foram responsáveis por importantes modificações jurídicas relativas ao esporte. Em janeiro de 2003, foi criado o Ministério dos Esportes (ME), sob a responsabilidade do Ministro Agnelo Queiroz. A criação desse Ministério pôs fim ao Ministério do Turismo e do Esporte, que até 2003 compartilhavam dos mesmos orçamentos. Em 2003, foi criado o Estatuto do Torcedor sancionado pelo Decreto-Lei n. 10.671, de 15 de maio de 2003. Em julho de 2003, foi criado o Comitê de Administração das Ações Governamentais para os Jogos Pan-Americanos. Em 2004, foi criado o Programa de Esporte e Lazer para a Cidade (PELC), com o dever de oferecer atividades esportivas e de lazer para populações acometidas por vulnerabilidades econômicas e sociais. Em 2004, foi criado o Programa de Assistência aos Atletas, sancionado pelo Decreto-lei n. 10.981, de 9 de julho de 2004, mais conhecido como bolsa-atleta (KASZNAR; GRAÇA FILHO, 2012, p. 231-258).

Na ótica administrativa do voleibol, percebemos um direcionamento para a tendência da sustentabilidade em torno de um “produto” de aceitação e identificação nacional. O voleibol consolidou-se como um “modelo de gestão” no qual se obtinha lucratividade, investimentos e visibilidade, ou seja, parâmetros extremamente importantes no universo mercadológico onde se posicionou a modalidade. Em julho de 2003, a CBV recebeu o Certificado de Qualidade ISO 9001:2000, credenciado pela

empresa norueguesa *Det Norske Veritas*. Pela primeira vez na história do esporte no Brasil, uma instituição administrativa de uma modalidade esportiva recebeu essa chancela (AFONSO, 2011, p. 136).

Nessa perspectiva, a modalidade consolidou suas dinâmicas e lógicas de preparação (incluindo métodos, cursos de formação, estatísticas, análises, informatização, tecnologias, infraestrutura, logística, entre outros) estabelecendo no Brasil uma escola de voleibol. Dessa forma, novas conquistas foram se materializando tanto no voleibol feminino quanto no masculino, incluindo as categorias de base das seleções com algumas mudanças:

Antes do fim do ano, novidades que causaram impacto, tanto imediato quanto futuro: em 15 de novembro, a CBV anunciou que Bernardinho, técnico da seleção feminina, passaria a dirigir o grupo masculino, no lugar de Radamés Lattari. Com as mulheres, em 14 de dezembro, era escalado Marco Aurélio Motta. (TORRAGA, 2011, p. 17).

Ainda em 2003, a seleção feminina foi campeã sul-americana e conquistou a medalha de prata – e a vaga olímpica – na Copa dos Campeões, no Japão (VALPORTO, 2007, p. 128). A renovação da sétima unidade geracional olímpica do voleibol feminino culminou na estreia nos XXVIII Jogos Olímpicos de Atenas, realizados na Grécia em 2004. Depois de ficar na sétima colocação no Grand Prix, realizado na Itália em 2003, Marco Aurélio Motta foi substituído por José Roberto Guimarães. A sétima unidade geracional olímpica foi representada pelas seguintes atletas: Ana Beatriz Francisco das Chagas (Bia), Arlene de Queiroz Xavier, Elisângela Oliveira, Érika Kelly Pereira Coimbra, Fabiana Marcelino Claudino, Fernanda Porto Venturini, Hélia Rogério de Souza Pinto (Fofão), Marianne Steinbrecher (Mari), Valeska dos Santos Menezes, Virna Cristine Dantes Dias, Walewska Moreira de Oliveira e Welissa de Souza Gonzaga (Sassá). A média de idade desse grupo era de 27,9 anos (variando entre 19 e 34 anos)<sup>60</sup>.

---

<sup>60</sup> FERREIRA, Bernardo; CARRIEL, Lígia. Caçador de dondocas. *Revista A+*, n. 250, 24 jun. 2005, p. 17.

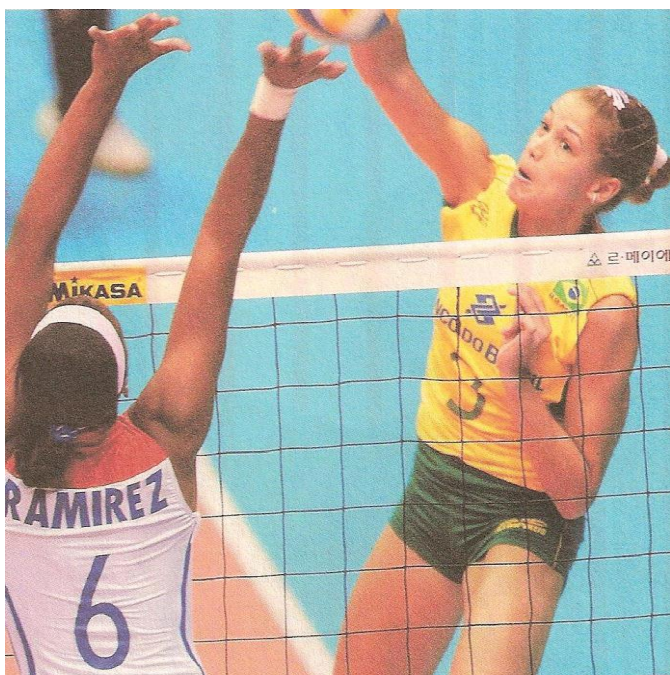


IMAGEM 33 – ÉRIKA NA DISPUTA CONTRA CUBA PELA MEDALHA DE BRONZE NOS JOGOS OLÍMPICOS DE ATENAS (2004)

FONTE: REVISTA A+ (n. 250, 24 jun. 2005, p. 19)

Sob o slogan “bem-vindos de volta”<sup>61</sup>, a realização dos XXVIII Jogos Olímpicos de Atenas reutilizou alguns locais onde foram disputados os primeiros Jogos da Antiguidade, como o Estádio Olímpico. A competição feminina reuniu onze países. Durante a fase de classificação, o Brasil venceu os cinco primeiros jogos contra o Japão, Quênia, Itália, Grécia e Coreia do Sul. Nas quartas de final, o Brasil venceu os Estados Unidos (3 sets a 2) e garantiu uma vaga na semifinal olímpica. O encontro da semifinal era contra a Rússia:

Na semifinal, o Brasil venceu os dois primeiros sets (25/18, 25/21), mas a Rússia descontou no terceiro (25/22). No quarto set, a seleção abriu 24/19: cinco chances para garantir a vaga na final. As russas marcaram no saque brasileiro: sobraram quatro. Mari errou dois ataques: ainda havia duas chances. A bola de segunda de Fernanda não caiu, o ataque de Waleska pelo meio também não; no contra-ataque, a Rússia encostou. As russas ganharam por 28/26 e venceram o *tie break* por 16/14, após as brasileiras terem aberto 12/09. Ao contrário de Atlanta e Sydney, a equipe, em Atenas, não conseguiu superar o abatimento e perdeu a medalha de bronze para Cuba. (VALPORTO, 2007, p. 130, grifo no original).

No jogo contra a Rússia, a seleção feminina desperdiçou sete match points e perdeu a chance de fazer uma final inédita contra a China. A derrota para Cuba por 3

<sup>61</sup> No slogan original, “Welcome home” (COI, 2012c).



sets a 1 na disputa pela medalha de bronze comprovou o desequilíbrio emocional da equipe comandada por Marco Aurélio Motta. Mais uma vez, a seleção cubana mostrava sua invencibilidade, eliminando a seleção brasileira como nas fases semifinais dos Jogos Olímpicos de Atlanta (1996) e Sydney (2000). Na classificação final da modalidade, a seleção brasileira feminina ficou à frente da Itália, Japão, Coreia do Sul, Estados Unidos, Alemanha, Grécia, República Dominicana e Quênia. O quadro 14 resume a sétima campanha da seleção feminina:

<b>XXVIII JOGOS OLÍMPICOS DE ATENAS</b>		
DATA	CONFRONTOS	RESULTADOS
14 ago. 2004	Japão x Brasil	0 x 3 (21-25/22-25/21-25)
16 ago. 2004	Quênia x Brasil	0 x 3 (16-25/27-29/12-25)
18 ago. 2004	Brasil x Itália	3 x 2 (19-25/25-13/22-25/25-16/15-13)
20 ago. 2004	Grécia x Brasil	0 x 3 (22-25/22-25/11-25)
22 ago. 2004	Brasil x Coreia do Sul	3 x 0 (25-19/25-18/25-23)
24 ago. 2004	Brasil x Estados Unidos	3 x 2 (25-22/25-20/22-25/25-27/15-6)
26 ago. 2004	Brasil x Rússia	2 x 3 (25-18/25-21/22-25/26-28/14-16)
28 ago. 2004	Brasil x Cuba	1 x 3 (22-25/22-25/25-14/17-25)

QUADRO 14 – CAMPANHA DA SELEÇÃO FEMININA NOS JOGOS OLÍMPICOS DE ATENAS  
FONTE: CBV, 2012a

De acordo com a Revista A<sup>+</sup>, a derrota para a Rússia “criou um fantasma para as jogadoras que integravam a seleção feminina. A justificativa mais usada para aquela partida, que vem acompanhada de um discurso mais agitado, é de que não há justificativa. Foi coisa do destino” (REVISTA A<sup>+</sup>, n. 250, 24 jun. 2005, p. 15).

A competição masculina também contou com a participação de onze países. A seleção masculina foi representada pelos seguintes atletas: André Heller, Anderson de Oliveira Rodrigues, André Luiz da Silva Nascimento, Dante Guimarães Santos do Amaral, Gilberto Amaral de Godoy Filho (Giba), Giovane Farinazzo Gávio, Gustavo Endres, Maurício Camargo Lima, Nalbert Tavares Bittencourt, Rodrigo Santana, Ricardo Bermudez Garcia (Ricardinho) e Sérgio Dutra dos Santos (Serginho).

Na fase de classificação, a seleção brasileira masculina venceu a Austrália (3 sets a 1), a Itália (3 sets a 2), a Holanda (3 sets a 1), a Rússia (3 sets a 0) e perdeu para os Estados Unidos (3 sets a 1). Sob a liderança de Bernardinho, o Brasil se classificou para a fase final da competição ao vencer a Polônia e os Estados Unidos por 3 sets a 0. A medalha de ouro olímpica brasileira veio com a vitória sobre a Itália (3 sets a 1). O quadro 15 resume a campanha da seleção masculina:

<b>XXVIII JOGOS OLÍMPICOS DE ATENAS</b>		
<b>DATA</b>	<b>CONFRONTOS</b>	<b>RESULTADOS</b>
15 ago. 2004	Brasil x Austrália	3 x 1 (23-25/25-19/25-12/25-21)
17 ago. 2004	Brasil x Itália	3 x 2 (25-21/15-25/25-16/21-25/33-31)
19 ago. 2004	Países Baixos x Brasil	1 x 3 (22-25/26-24-21-25/19-25)
21 ago. 2004	Brasil x Rússia	3 x 0 (25-19/25-13/25-23)
23 ago. 2004	Estados Unidos x Brasil	3 x 1 (25-22/25-23/18-25/25-22)
25 ago. 2004	Polônia x Brasil	0 x 3 (22-25/25-27/18-25)
27 ago. 2004	Estados Unidos x Brasil	0 x 3 (25-22/27-25/23-25)
29 ago. 2004	Itália x Brasil	1 x 3 (15-25/26-24/20-25/22-25)

QUADRO 15 – CAMPANHA DA SELEÇÃO MASCULINA NOS JOGOS OLÍMPICOS DE ATENAS  
 FONTE: CBV, 2012a

A Rússia ficou com a medalha de bronze, seguida de Estados Unidos, Argentina, Grécia, Polônia, Sérvia e Montenegro, França, Países Baixos, Austrália e Tunísia. De volta ao Brasil, a seleção desfilou pelas ruas do Rio de Janeiro:

Do alto do carro do Corpo de Bombeiros, com a medalha de ouro olímpica no pescoço, Giovane Gávio olhava a multidão espalhada pelas ruas do Rio de Janeiro, naquela manhã ensolarada de setembro de 2004, menos de uma semana depois da conquista em Atenas. Lembrava-se daquele dia em agosto de 1992, quando os campeões olímpicos de Barcelona desfilaram pelas ruas de São Paulo. Naquele ano, os brasileiros foram surpreendidos pela recepção, não imaginavam o impacto da conquista e veriam, nos meses seguintes, o fruto da medalha de ouro nos ginásios lotados e no assédio dos fãs. Em 2004, a felicidade dos jogadores era a mesma, mas a recepção da torcida brasileira não chegava a ser surpresa: desde a conquista de Barcelona, o voleibol só perde em popularidade para o futebol. Na festa pelas ruas do Rio de Janeiro, foram poucos os campeões olímpicos que seguiram até o fim do desfile. Queriam pegar seus vãos [sic] para outros estados e rever as famílias. No meio do caminho, o levantador Maurício Lima, 36 anos, despediu-se de Giovane, 33, com um abraço apertado: eram os únicos bicampeões olímpicos, os

remanescentes do time de 1992 que ajudaram na conquista de 2004. (VALPORTO, 2007, p. 136).

Quando a seleção feminina se reuniu novamente em abril de 2005, só havia quatro remanescentes da equipe que jogou em Atenas. De acordo com o treinador José Roberto Guimarães, “a derrota de Atenas foi um divisor de águas. De como foi, de como é e de como será. Temos de entender os erros e não deixar que eles sejam cometidos de novo”<sup>62</sup>. Um pouco do período pós-olimpíada foi retratado na reportagem “Caçador de dondocas” da Revista A<sup>+</sup>, de junho de 2005, que se referiu pejorativamente às jogadoras brasileiras como “dondocas”. Nessa reportagem, José Roberto Guimarães mostra o novo estilo adotado depois de Atenas:

Após a Olimpíada, todos ficaram diferentes. Porém, se todos mudaram por causa dos Jogos, como diz Érika, ao menos uma pessoa tenta transformar o trauma em algo positivo. E é justamente quem mais sofreu críticas no Brasil por causa da “amarelada”, termo recorrente quando se lembra que o Brasil venceu a Rússia por 2 sets a 1 e por 24 a 19 no quarto set. (REVISTA A<sup>+</sup>, n. 250, 24 jun. 2005, p. 15).

De acordo com a reportagem, José Roberto disse que iria acabar com o estilo paizão, manter o diálogo e exigir mulheres guerreiras em quadra. Como ele anunciou, quer a seleção atual sem “ai, ai, ai, ui, ui, ui”. Ou seja, um time sem frescuras, que não reclamasse de dores, do excesso de treinamento e que não fosse dominado por fofocas e vaidades pessoais. A reportagem também comparou o estilo de José Roberto Guimarães com o ex-técnico Bernardinho. Para Ana Flávia, capitã da seleção de Atlanta (1996):

Mulher é complicada, não consegue resolver o problema, fica mastigando, demora a tomar uma decisão. O Bernardinho sabia como dosar a interferência. Às vezes é melhor deixar as atletas se entenderem – afirma a ex-jogadora Ana Flávia, 35 anos, capitã em Atlanta (1996). Mesmo assim, quando as brigas iam para dentro da quadra, Bernardinho transformava-se num apaziguador. – Uma vez, em um Grand Prix de que participamos, a Ida e a Márcia Fu se pegaram de tapa no meio do treinamento. Lembro do Bernardinho correndo até elas. Como a Fu era muito forte, ele teve de segurá-la no braço e apartou a briga – conta Ana Moser, de 36 anos, que também jogou em 1996. Nas concentrações, Bernardinho escolhia uma ou duas jogadoras para “cuidarem” da equipe. Ana Flávia, que fazia o tipo mãezona, era a responsável pelos problemas emocionais das garotas, como tensão pré-menstrual, briga com namorado ou intrigas dentro do grupo. Integrante dos Jogos de 2000, Fofão, de 35 anos, confirma que Bernardinho deixava o controle de problemas do grupo mais nas

<sup>62</sup> FERREIRA, Bernardo; CARRIEL, Lígia. Caçador de dondocas. *Revista A<sup>+</sup>*, n. 250, 24 jun. 2005, p. 15.

mãos de jogadoras experientes. E concorda com esse tipo de atitude. – Em muitos momentos o técnico tem que interferir mesmo, mas não era o caso. Acho que as mulheres têm de resolver tudo entre si, opina a jogadora. (REVISTA A<sup>+</sup>, n. 250, 24 jun. 2005, p. 16).

Controlar as mulheres de perto seria o novo desafio do técnico, que na sua opinião, não tinha sido feito por Bernardinho nas seleções olímpicas femininas anteriores. Aspectos como a vaidade feminina, a dedicação nos treinamentos, a opinião de familiares e parentes sobre as escalações poderia influenciar na mudança de comportamento das jogadoras. O técnico ainda confessou que algumas coisas seriam difíceis de serem mudadas:

Zé Roberto tentou, por exemplo, convencer as mulheres a deixarem o cabelo bem curto, para que ele não as atrapalhasse durante o jogo. Não conseguiu. Ainda fica inquieto quando vê as jogadoras ajeitando o cabelo diante do espelho e colocando presilhas logo antes das partidas. Mas a vaidade tem limites. Zé Roberto não quer mais saber de cara feia para sessões de musculação nos braços, vistas pelas jogadoras como tarefa masculina. Também vai insistir para que elas não dêem ouvidos a escolhas de musas na imprensa, comuns no vôlei feminino. Aliás, ele quer que não dêem ouvidos mesmo a pessoas próximas. Durante as viagens, a comissão técnica pedirá ao hotel que não repasse para os quartos as ligações feitas em determinados horários, sejam elas de quem forem. – Tudo influencia: opinião de pai, mãe, namorado, marido. “Minha mulher não pode ficar fora, tem que jogar”. Isso atrapalha e acontece muito no vôlei feminino. Quando a jogadora é preterida, o treinador é o culpado. E isso começa a refletir no resultado. No masculino, o jogador não deixa a pessoa de fora interferir – analisa o técnico. (REVISTA A<sup>+</sup>, n. 250, 24 jun. 2005, p. 17).

Os Jogos Olímpicos de Atenas terminaram com a participação de 201 países e 103 medalhas para os Estados Unidos. No quadro geral, o Brasil conquistou a 16ª colocação com dez medalhas, quebrando o recorde estabelecido nos Jogos Olímpicos de Atlanta (1996), sendo cinco de ouro (vela, voleibol de praia masculino, hipismo e voleibol masculino), duas de prata (voleibol de praia feminino e futebol feminino) e três de bronze (judô e atletismo) (COI, 2012a).

Em 2005, o técnico José Roberto Guimarães experimentou novas jogadoras titulares como a atacante Sheilla Tavares de Castro e a levantadora Carolina Demartini Albuquerque. Esse ano terminou com a conquista de seis títulos: o de Courmayeur, a Copa Masters, o Grand Prix, o Classificatório para o Mundial, o Sul-Americano e a Copa dos Campeões (TORRAGA, 2011, p. 22).

A seleção feminina também venceu o Grand Prix de 2006 em uma campanha invicta de treze vitórias contra as equipes da Coreia do Sul, Cuba, Japão, República Dominicana, Estados Unidos, China, Itália e Rússia. Como a seleção masculina, a seleção feminina era hexacampeã da competição. Em 2008, a seleção feminina ganhou mais uma edição do Grand Prix até romper o jejum olímpico do voleibol feminino brasileiro.

Os XXIX Jogos Olímpicos de Pequim, na China (2008) reuniu a oitava unidade geracional olímpica: Carolina Demartini Albuquerque, Fabiana Alvim de Oliveira (Fabi), Hélia Rogério de Souza Pinto (Fofão), Jaqueline Maria Pereira de Carvalho, Marianne Steinbrecher (Mari), Paula Renata Marques Pequeno, Sheilla Tavares de Castro, Thaísa Daher de Menezes, Valeska dos Santos Menezes, Walewska Moreira de Oliveira, Welissa de Souza Gonzaga (Sassá) e Fabiana Marcelino Claudino.



IMAGEM 34 – SELEÇÃO FEMININA DOS JOGOS OLÍMPICOS DE PEQUIM (2008)  
FONTE: TORRAGA, 2011, p. 37

A competição feminina contou com a representação de doze países. O Brasil teria que disputar uma das três medalhas contra as outras quatro favoritas para a competição: China, Estados Unidos, Rússia e Itália. A seleção brasileira estreou nos Jogos com uma vitória contra a seleção da Argélia (3 sets a 0). O primeiro momento decisivo da competição foi já no segundo jogo contra a Rússia, antigas adversárias do Brasil. Mas dessa vez, as brasileiras venceram a partida (3 sets a 0). “Aliviado, José

Roberto Guimarães fez questão de lembrar da marcante derrota na fase semifinal de Atenas (2004): ‘Aquele bola finalmente caiu. Ela acabou caindo quatro anos depois, aqui em Pequim’” (TORRAGA, 2011, p. 36). A terceira e quarta vitória vieram das partidas contra a Sérvia e Cazaquistão (3 sets a 0). A chegada do Brasil à fase final dos Jogos Olímpicos de Pequim passou também pelas vitórias sobre a Itália, Japão e China (3 sets a 0). O jogo da final olímpica foi contra os Estados Unidos e as brasileiras venceram (3 sets a 1).



IMAGEM 35 – SELEÇÃO FEMININA NO PÓDIO DOS JOGOS OLÍMPICOS DE PEQUIM (2008)  
 FONTE: TORRAGA (2011, p. 34)

A anfitriã China ficou com a medalha de bronze. Pela primeira vez na história olímpica, a seleção brasileira feminina recebia tamanha consagração esportiva. O quadro 16 resume a oitava campanha da seleção feminina:

<b>XXIX JOGOS OLÍMPICOS DE PEQUIM</b>		
DATA	CONFRONTOS	RESULTADOS
9 ago. 2008	Argélia x Brasil	0 x 3 (11-25/11-25/10-25)
11 ago. 2008	Brasil x Rússia	3 x 0 (25-24/25-14/25-16)
13 ago. 2008	Sérvia x Brasil	0 x 3 (15-25/13-25/23-25)
15 ago. 2008	Brasil x Cazaquistão	3 x 0 (25-13/25-6/27-25)

17 ago. 2008	Itália x Brasil	0 x 3 (16-25/22-25/17-25)
19 ago. 2008	Japão x Brasil	0 x 3 (12-25/20-25/16-25)
21 ago. 2008	China x Brasil	0 x 3 (25-27/22-25/14-25)
23 ago. 2008	Estados Unidos x Brasil	1 x 3 (15-25/25-18/13-25/21-25)

QUADRO 16 – CAMPANHA DA SELEÇÃO FEMININA NOS JOGOS OLÍMPICOS DE PEQUIM  
 FONTE: CBV, 2012a

Após receber a medalha de ouro, o técnico José Roberto Guimarães definiu a campanha vitoriosa dessa unidade geracional:

A gente estava tranquilo. Muito tranquilo. Todo o trabalho foi planejado e feito à risca. Eu sabia que o nosso time tinha caráter, tinha brio, tinha garra, que poderia ganhar de qualquer time do mundo, mas as derrotas aconteceram. Acho que a gente aprendeu, não adianta sair batendo em todo mundo. Tem que trabalhar. Só fica a história e essa medalha vai ficar para sempre. Este é um dos times mais vitoriosos de todos os tempos. (TORRAGA, 2011, p. 27).

A seleção masculina, liderada por Bernardinho, foi representada pelos seguintes atletas: Anderson de Oliveira Rodrigues, André Heller, André Luiz da Silva Nascimento, Bruno Mossa de Rezende (Bruninho), Dante Guimarães Santos do Amaral, Gilberto Amaral Godoy Filho (Giba), Gustavo Endres, Marcelo Elgarten (Marcelinho), Murilo Endres, Rodrigo Santana (Rodrigão), Samuel Fuchs e Sérgio Dutra dos Santos (Serginho).

As três primeiras partidas da seleção masculina foram marcadas pelas vitórias contra o Egito (3 sets a 0) e a Sérvia (3 sets a 1) e pela derrota para a Rússia (3 sets a 1). Ainda na fase de classificação, a seleção masculina voltou a vencer o jogo contra a Alemanha (3 sets a 0), a China, nas quartas de final (3 sets a 0) e a Itália, na fase semifinal (3 sets a 1). A final olímpica também foi disputada contra os Estados Unidos, só que com o placar de 3 sets a 1 a favor dos norte-americanos. A Rússia acabou ficando com a medalha de bronze. O quadro 17 resume a campanha da seleção masculina:

<b>XXIX JOGOS OLÍMPICOS DE PEQUIM</b>		
DATA	CONFRONTOS	RESULTADOS
10 ago. 2008	Brasil x Egito	3 x 0 (25-19/25-15/25-18)

12 ago. 2008	Sérvia x Brasil	1 x 3 (27-25/20-25/17-25/21-25)
14 ago. 2008	Brasil x Rússia	1 x 3 (25-22/24-26/29-31/19-25)
16 ago. 2008	Alemanha x Brasil	0 x 3 (22-25/21-25/23-25)
20 ago. 2008	China x Brasil	0 x 3 (17-25/15-25/16-25)
22 ago. 2008	Itália x Brasil	1 x 3 (25-19/18-25/21-25/22-25)
24 ago. 2008	Estados Unidos x Brasil	3 x 1 (20-25/25-22/25-21/25-23)

QUADRO 17 – CAMPANHA DA SELEÇÃO MASCULINA NOS JOGOS OLÍMPICOS DE PEQUIM  
 FONTE: CBV, 2012a

Os Jogos Olímpicos de Pequim terminaram com a participação de 204 países e 110 medalhas para os Estados Unidos. No quadro geral, o Brasil conquistou a 22ª colocação com quinze medalhas, sendo três de ouro (natação, salto em distância feminino e voleibol feminino), quatro de prata (futebol feminino, voleibol masculino, vela, voleibol de praia masculino) e oito de bronze (judô, natação, voleibol de praia masculino, futebol masculino e taekwondo feminino) (COI, 2012a).

O acúmulo e a troca de experiências esportivas foi decisivo para o país formar uma seleção feminina de voleibol campeã olímpica. Recapitulando as oito unidades geracionais contempladas nessa seção, detectamos a existência de experiências que transitaram entre uma geração e outra e que foram fundamentais para a formação de um grupo competitivo ao final das três décadas pesquisadas. No tópico a seguir, apresentaremos os conteúdos das seis entrevistas e, na sequência, recuperaremos as categorias de análise propostas nessa tese, juntamente com os dados descritivos dos capítulos 2 e 3 para propor a conclusão da pesquisa.

## 3.2. ENTREVISTAS

### 3.2.1. MARIA AUXILIADORA VILLAR CASTANHEIRA: “A MULHER VOLEIBOLISTA SE TORNOU INDEPENDENTE, AO IR NA ‘CONTRA-MÃO’ DOS VALORES DA SOCIEDADE”



Maria Auxiliadora Villar Castanheira (Dôra) foi a atleta entrevistada das unidades geracionais de Moscou (1980) e Seul (1988)<sup>63</sup>. Atual integrante do Departamento de Esportes do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 e atacante das seleções femininas de Moscou (1980) e Seul (1988), a atleta conta que escolheu o voleibol por identificação pessoal e familiar com as características do jogo. Dôra é filha única de sete irmãos e nasceu em uma família de classe média no Estado de Minas Gerais. Atleta de voleibol dos 13 aos 33 anos, Dôra conta que foi influenciada pela mãe que jogou voleibol durante a juventude e por um tio que era técnico da modalidade no colégio onde estudava. Seu pai foi jogador profissional de futebol, influenciando seus irmãos mais velhos a praticarem esse esporte. Durante o período escolar, Dôra praticou natação, atletismo, handebol e voleibol, mas sempre preferiu os esportes coletivos, por ter jogado futebol com seus irmãos durante a infância. A escolha pelo voleibol (e não pelo handebol) foi influenciada pelo seu tio. Como não gostava dos “beliscões” e “empurra-empurra” típicos do handebol, optou pelo voleibol, que não tinha contato direto. Depois dessa escolha, Dôra buscou treinar mais voleibol com o seu tio na escola, mesmo que fosse para ajudar nos treinamentos “apanhando as bolas”.

Fazendo um comparativo de suas participações olímpicas, Dôra relembra que, embora relativamente próximas, elas foram muito diferentes. Em 1980, a seleção feminina só conseguiu a vaga olímpica por causa da invasão da ex-União Soviética no Afeganistão. Na fala da atleta, “não conquistamos a participação por mérito e sim, fomos convidados”. Já em 1988 conquistamos o direito de participar dos Jogos Olímpicos.

Em Moscou, com meus vinte anos foi uma realização inédita, foi uma mistura muito forte de emoção por estar participando desta história do esporte brasileiro, mas também de muita tristeza, por saber que por questões políticas, muitos atletas deixaram de participar dos Jogos em função do boicote. Em Seul foi super legal pelo fato de termos conquistado o direito de participar, jogando, na quadra, e estávamos assim, dando o primeiro passo no caminho da medalha olímpica.

Apesar da sétima colocação em Moscou, Dôra reconhece que a estrutura do voleibol feminino no país se profissionalizou com o passar do tempo. Com melhores

---

<sup>63</sup> CASTANHEIRA, Maria Auxiliadora Villar. *Entrevista concedida a Juliana Vlastuin*. Rio de Janeiro, 1 out. 2012.

condições de treinamento, equipe técnica mais capacitada, maior intercâmbio de atletas e treinadores, o voleibol brasileiro também passou a receber mais convites para participar de competições e torneios internacionais. Na opinião da atleta, a conquista da medalha de prata nos Jogos Olímpicos de Los Angeles (1984) e a participação da seleção feminina nos Jogos Olímpicos de Seul (1988), contribuíram para o desenvolvimento do voleibol e iniciaram um grande movimento em busca de patrocínios, contratos profissionais e formação de equipes. Nas palavras da atleta, aconteceu “um grande *boom* do voleibol enquanto esporte-espetáculo, já que anteriormente, a base da modalidade era restrita aos clubes. Aos poucos, o voleibol foi sendo discutido e falado em todos os ambientes, além dos espaços esportivos”.

Em 1983, Dôra jogou pela primeira vez em um clube profissional, o Sport Club Juiz de Fora, patrocinado pela Coca-Cola. Essa experiência serviu para que a atleta constatasse que a seleção feminina ainda vivia “a reboque” do masculino e que havia uma discrepância muito grande entre os salários das equipes. “Somente algumas atletas que tiveram passagem no exterior é que conseguiam negociar seus salários num patamar mais elevado. Mas a grande maioria conseguia apenas sobreviver do voleibol, sem luxo”.

Até os 25 anos, Dôra conseguiu conciliar a carreira de atleta e de economista, sua primeira faculdade concluída na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Mesmo com o aumento dos torneios e campeonatos internacionais, a atleta decidiu iniciar a Faculdade de Educação Física nas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) de São Paulo. Nesse período, Dôra fazia provas à distância e estudava durante as concentrações. De acordo com o depoimento da atleta: “pouquíssimos atletas optaram por esse caminho. A maioria preferiu ‘curtir’ o lado exclusivo do esporte e tudo que ele oferecia – contratos de publicidade de marcas e produtos, compromissos sociais, vida social intensa e viver como ‘empresárias’. Como eu era uma jogadora com estatura baixa e não recebia maior salário em relação às atletas mais valorizadas, decidi garantir meu futuro”.

Preocupadas com o futuro, algumas jogadoras também se mobilizaram: “chegamos a iniciar uma comissão de atletas para discutir e reivindicar junto a CBV, em especial, uma ‘aposentadoria’ seja por causa da idade ou devido a algum problema

físico que inviabilizasse a continuidade na seleção. Essa comissão foi vetada pelo presidente da CBV na ocasião”.

Para a atleta, outros fatores também repercutiam na interrupção da carreira esportiva de algumas jogadoras da década de 1980. Muitas paravam cedo por causa dos estudos, namorados e casamentos e não chegavam a jogar na categoria adulta. Muitas jogavam por lazer ou status, ou para viajar, conhecer novos lugares, e por isso, desistiam do voleibol. Além disso, tinha uma questão fundamental: a maternidade. Muitas atletas famosas brasileiras interromperam suas carreiras esportivas em função da gravidez.

Na época, os salários e benefícios pagos às atletas da seleção feminina eram irrisórios. Dôra conta que as atletas olímpicas não tinham nenhum benefício ou seguro da CBV, apenas recebiam uma ajuda de custo. Os clubes eram os responsáveis pelo pagamento dos salários das atletas. Apesar dessa “garantia” financeira, havia uma insegurança de investimento muito grande por parte dos patrocinadores em alguns clubes, principalmente quando elas não podiam representar seus clubes devido a lesões adquiridas nos treinamentos e/ou competições envolvendo a seleção feminina. Com relação à seleção masculina, Dôra afirma:

O maior investimento da CBV era para a equipe masculina, que conseguiu patrocínio porque trouxe resultado. Eles conseguiram patrocínio e nós, à reboque, tínhamos que usar a camisa de treino com aquela marca sem receber um tostão por isso. Houve até o episódio de rebeldia de algumas atletas, liderada pela Jacqueline, que indignada com a situação foi para o treino com a camisa vestida do lado avesso, sem aparecer o patrocínio e que por causa dessa atitude foi desligada da seleção. Era preciso conquistar o nosso espaço na CBV e isto só iria acontecer após a conquista de medalhas. Esta é a cultura de nosso país. Só consegue apoio depois que conquistar a medalha!

A atleta concorda que o voleibol foi uma das portas de entrada para a prática feminina em modalidades coletivas no país, pelas características de plasticidade e não-violência da modalidade. Uma mudança interessante vivenciada por Dôra diz respeito à mudança nos padrões masculino e feminino da modalidade: “havia uma discriminação contra o homem que jogasse vôlei, muitas vezes tachado de homossexual. Era esporte de mulher, enquanto o futebol era esporte de homem”. Ao mesmo tempo, havia um preconceito com a mudança corporal das mulheres que praticavam o voleibol, e que repercutiu negativamente na concepção de preparação física das atletas da seleção.

Quando surgiu o aparelho de musculação, vários exercícios num só equipamento ou o “gladiador”, sofremos muita pressão de nossa família, namorado, sociedade em geral, para não fazer musculação porque iríamos perder a feminilidade, iríamos “virar homem”. Tivemos que quebrar este tabu a duras penas, e tivemos muita resistência nesta época quanto à preparação física. Com o intercâmbio internacional é que começamos a mudar nossa visão aos poucos e compreender que se não fizéssemos o trabalho de força não iríamos evoluir, não aguentaríamos os jogos e treinamentos longos e estávamos correndo risco de lesões graves. O padrão de beleza aos poucos foi modificando e chegamos à época das “musas do vôlei”, com atletas mais definidas e mais fortes, e a sociedade percebendo este novo padrão de beleza da atleta brasileira sem perder a feminilidade e sensualidade.

Esse trabalho de preparação física, com ênfase na força, foi intensificado nas seleções femininas da “Era Bernardinho”, que deram continuidade e aprimoraram novos programas de treinamento, marcando a importância da entrada de técnicos ex-jogadores que levaram para o feminino o estilo de jogo adotado no masculino. “Pelo intercâmbio internacional, começamos a compreender a existência de várias escolas de voleibol: russa e cubana (jogadoras altas e fortes), japonesa (jogadoras baixas e extremamente rápidas e técnicas), europeia (jogadoras fortes e táticas), e começamos a procurar o nosso estilo imitando os diversos trabalhos”.

Com a transição do amadorismo para o profissionalismo no voleibol, Dôra relembra que as atletas começaram a encarar o esporte como uma profissão e não somente como um lazer. Era preciso cuidar da preparação física, técnica, alimentação, fisioterapia e estudar as outras equipes através de scouts. Começou-se a discutir uma gama de pesquisas de apoio ao desenvolvimento da modalidade como a qualidade dos tênis, bola, equipamentos de musculação, pisos para treinamento, número de horas de treinamento por dia, treinamento mental e psicológico e tecnologias para estudo de equipes e avaliação física, técnica e tática. “O voleibol foi se tornando popular pela sua competência e pela divulgação na TV: ingredientes essenciais para atrair e manter patrocinadores”.

Outro ponto destacado por Dôra diz respeito à maior participação de atletas estrangeiras em clubes brasileiros: “a Cecília Taiti e Rosa Garcia do Peru e outras tantas que jogaram no Brasil ajudaram a quebrar vários tabus e elas passaram a ser vistas e consideradas como jogadoras iguais a nós. Essa ‘perda de respeito’ foi importante para superarmos o Peru e passarmos a ganhar também de Cuba”.

Dôra declara que o caminho percorrido pelo voleibol feminino foi o mesmo do voleibol masculino, com uma diferença: o masculino saiu na frente em termos profissionais. Em relação à estrutura de treinamento, o contexto também foi diferente, como colocado pela atleta:

O masculino pelo fato de conquistar uma medalha olímpica teve todas as oportunidades para conseguir se estruturar e ter apoio de patrocínios. Como a CBV vive de patrocínios, o carro chefe sempre foi o masculino, e o feminino usufruía desta estrutura que era construída no masculino. O feminino quando começou a ter resultados internacionais é que começou a ter sua vida própria. A estrutura no feminino sempre foi inferior às condições de trabalho do masculino, seja por questões de treinamento, eles tinham uma ajuda de custo maior e maior acesso às condições ideais de treinamento. E também pelo lado do intercâmbio internacional, porque eles recebiam mais convites para participar de torneios preparatórios (porque tinham mais resultados oficiais que o feminino). Os patrocinadores queriam investir no masculino, mas não queriam o feminino. Aos poucos o feminino foi conseguindo seu espaço.

Esse espaço foi conquistado historicamente porque as atletas passaram a vislumbrar uma vida financeira independente através do voleibol, através da inserção dos patrocinadores. Ao longo de sua experiência, Dôra presenciou várias atletas sustentarem seus namorados, maridos e famílias durante anos. “A mulher voleibolista se tornou independente, ao ir na ‘contra-mão’ dos valores da sociedade. Elas passaram a negociar seus próprios contratos, a jogar sozinhas no exterior e a conseguir novos contratos de publicidade. Entraram numa seara desempenhando novos papéis e responsabilidades, que antes eram desenvolvidos pelos homens da sociedade”.

Dôra se despediu da seleção brasileira feminina nos Jogos Pan-Americanos Indianápolis (1987), Jogos Olímpicos de Seul (1988) e Jogos Pan-Americanos de Porto Rico (1989). A atleta atuou ainda como técnica de alguns clubes de voleibol dos anos de 1983 a 1993 (equipes do Sport Clube Juiz de Fora, Transbrasil, Alphaville Esporte Clube e Joinville Datasul); foi assistente técnica da equipe do Leite Moça e da seleção brasileira feminina dos Jogos Olímpicos de Atlanta (1996) e gestora do Projeto Rexiona-AdeS Esporte Cidadão (1998-2008).

3.2.2. HELOÍSA HELENA SANTOS ROESE: “NÃO CHEGAMOS LÁ EM CIMA PORQUE NÃO FOMOS PREPARADAS”

Heloísa Helena Santos Roese foi a atleta entrevistada da unidade geracional de Los Angeles (1984)<sup>64</sup>. Atual técnica das categorias de base de voleibol do Clube de Regatas do Flamengo e meio-de-rede da seleção feminina de Los Angeles, a atleta revela que desde pequena o voleibol esteve presente em sua família. Nascida no Estado do Rio Grande do Sul, Heloísa foi criada dentro de uma quadra, pois seus pais jogavam pela seleção gaúcha. Quando tinha 10 anos, Heloísa começou a jogar pela equipe da escola até chegar à seleção feminina de Novo Hamburgo (RS), que disputava campeonatos no interior do Rio Grande do Sul. Com a separação dos pais, Heloísa foi morar em Porto Alegre (RS) e começou a jogar pelo Grêmio Náutico União com 15 anos. Com a renovação de atletas visando os Jogos Pan-Americanos do México, em 1975, Heloísa foi convocada para a seleção brasileira que disputaria o Campeonato Sul-Americano da Colômbia em 1973. Por ainda ser muito nova, a atleta foi dispensada, mas voltou a ser convocada para o Campeonato Sul-Americano do Paraguai em 1975, quando realmente iniciou sua carreira no voleibol.

Capitã da seleção brasileira de Los Angeles, Heloísa relembra momentos consagradores e difíceis que marcaram sua trajetória na modalidade: “a gente não ganhava nada, nem uniforme pra treinamento a gente tinha. Com a entrada do Nuzman muita coisa foi modificada. Mas antes disso, não tinha nada”. Para Heloísa, a grande ascensão do voleibol feminino no país se deu a partir da vitória do Brasil (3 sets a 2) contra o Peru no Campeonato Sul-Americano de 1981 em Santo André, como mostra seu depoimento:

Eu acho que ali começou realmente o voleibol feminino, porque começou a passar na TV, a gente andava na rua todos tinham visto o jogo, todo mundo te cumprimentava, todo mundo sabia quem você era. Eu acho que ali foi a grande ascensão do voleibol feminino, foi ali que praticamente nós, a minha geração, criou o que é hoje o voleibol e que na história quase ninguém lembra disso. Todo mundo lembra do que é agora, mas não lembra do que a gente passou pra que isso chegasse ao que é agora.

Em sua rotina diária dividida em três turnos, Heloísa conta que cursava a Faculdade de Educação Física na Universidade Gama Filho (UGF) pela manhã, treinava nas escolinhas do Fluminense Football Club à tarde e, quando sobrava tempo, trabalhava no Clube Federal, à noite, já que não recebia salário pra jogar. “Eles me

---

<sup>64</sup> ROESE, Heloísa Helena Santos. *Entrevista concedida a Juliana Vlastuin*. Rio de Janeiro, 21 mai. 2012.

davam alimentação, fazia minha faculdade, trabalhava pra poder ter um dinheiro e à noite a gente treinava”.

Em 1984, Heloísa assinou seu primeiro contrato de trabalho que previa dedicação exclusiva ao Bradesco. A partir desse ano, a atleta começou a ser remunerada. Com o pagamento de salários às jogadoras a partir de 1975, a atleta acredita que algumas características do voleibol perderam importância. Um dos pontos destacados pela jogadora diz respeito à rotatividade das atletas entre os clubes, gerando um efeito mais econômico do que emocional com a modalidade. Esse efeito também se estendeu aos fundamentos da modalidade, que, na sua opinião, eram mais técnicos nas gerações femininas pioneiras passando a envolver mais o predomínio de valências físicas (força, velocidade), nas gerações femininas recentes. Esse efeito econômico repercute ainda, segundo a atleta, na especialização precoce de crianças e adolescentes que julgam não precisar estudar por causa dos salários pagos atualmente aos atletas da modalidade:

Hoje em dia os atletas estão ganhando 20, 30 mil reais que é fora da nossa realidade, porque você pode dar aula o dia inteiro e você não vai ganhar isso. E o pior, eles dão isso pra um menino de 17, 18, 19 anos. Qualquer um que se sobressai, já começa a ganhar uma fortuna. Então nós estamos indo pro mesmo caminho do futebol. Hoje em dia eles não estudam e estão indo pro mesmo caminho. Os pais estão investindo nas crianças como forma de ganhar dinheiro. Quando eu encontro o pessoal que jogou comigo, a gente fala que nós jogamos um voleibol romântico, porque hoje em dia não tem nada mais de romantismo. Hoje em dia você não valoriza a jogadora por ser melhor, você valoriza a jogadora pelo que ela ganha de dinheiro.

Uma das preocupações de Heloísa com relação à construção de novas gerações olímpicas no voleibol é realizar um trabalho de base adequado, sem especializar precocemente crianças e adolescentes e sem perder de vista o objetivo de formar futuras campeãs olímpicas. A atleta defende a inserção de um maior número de mulheres em cargos ligados à modalidade: “eu como técnica de voleibol posso dizer: o voleibol é um esporte muito machista. Só quem tem lugar são os homens e são poucas mulheres, (eu acho que nenhuma) que trabalha no nível de alto rendimento da modalidade”.

Heloísa acredita que o sucesso conquistado pelo voleibol feminino no país se deu “às sombras” do masculino, por este já possuir uma história de participação olímpica anterior aos Jogos Olímpicos de Moscou (1980).

Quando nós fomos a Olimpíada de 1984, a gente não chegou lá em cima por pouco, porque não fomos preparadas pra aquilo. O masculino naquela época já tinha uma medalha de prata. Então eu acho que o voleibol masculino cresceu antes, porque já tinha uma história antes do feminino.

Pelo fato de a seleção masculina ter participado de Jogos Olímpicos desde a edição de Tóquio, em 1964, a seleção feminina tinha mais dificuldades, segundo a atleta: “eles já eram profissionais na época. Quando fomos a Los Angeles, a estrutura toda era do masculino. Só foram com a gente o Ênio que era o técnico e o preparador físico do Exército, o Coronel Laranjeiras”.

Heloísa relembra que o trabalho de preparação, físico e técnico, se dava basicamente pela “cópia” do trabalho de outras seleções, como a seleção de Cuba, por exemplo. “Se elas carregavam peso nas costas subindo escadas, a gente fazia a mesma coisa”. Heloísa representou a seleção brasileira feminina até 1985. Em 1986, Heloísa terminou sua carreira, logo após integrar a Seleção do Mundo no jogo All Star x China em 1985.

### 3.2.3. ANA MARIA RICHA MEDEIROS: “ELES TINHAM MUITA COISA E NÓS TÍNHAMOS POUCA”

Ana Maria Richa Medeiros foi a atleta entrevistada das unidades geracionais de Los Angeles (1984) e Seul (1988)<sup>65</sup>. Atual técnica das categorias de base de voleibol do Botafogo Esporte Clube e levantadora reserva e titular das seleções brasileiras femininas de Los Angeles (1984) e Seul (1988), a atleta relata que começou no voleibol com 11 anos por influência da irmã mais velha. Nessa época, a atleta conta que era muito pequena, mas que escolheu a modalidade por ser uma tradição de família e por não envolver contato físico direto com a equipe adversária. Aos treze anos, Ana Richa iniciou sua carreira na escolinha de voleibol do Botafogo Esporte Clube. Depois de

---

<sup>65</sup> MEDEIROS, Ana Maria Richa. *Entrevista concedida a Juliana Vlastuin*. Rio de Janeiro, 28 nov. 2012.



quatro meses na escolinha, a atleta foi incorporada na equipe mirim do clube, onde criou um vínculo maior com a modalidade e permaneceu durante seis anos. “Acabei me apaixonando pelo vôlei, era um outro tempo. A gente treinava duas, três vezes por semana. O esporte não era um meio de vida, não era uma opção de carreira, era simplesmente visto como um esporte, que tinha mais a coisa da brincadeira, da criança”. Ainda com treze anos, a atleta foi convidada para participar da seleção carioca infanto-juvenil e das seleções brasileiras infanto-juvenil e juvenil. Com 16 anos, foi convocada pela primeira vez para a seleção brasileira feminina e se profissionalizou aos 17 anos.

Toda a trajetória esportiva de Ana Richa se deu em clubes do Rio de Janeiro: “eu acompanhei esse crescimento do vôlei, da passagem daquela fase bem dura, onde a gente ganhava um lanche quando ganhava o jogo até o início da profissionalização”. Ao vivenciar esse período, a atleta relembra alguns episódios que não eram comuns na época:

A gente passou a representar uma empresa, que é uma coisa fria, acaba sendo uma coisa fria. Você não tem aquela coisa do torcedor, então passa a ser a família, os amigos e algumas atletas que viram ídolos e que conseguem os torcedores para torcer por aquela empresa. Mas, ao mesmo tempo, era uma coisa muito boa, porque se falava assim: “você está ganhando dinheiro pra jogar vôlei? Pra brincar?” Não era uma coisa vista como um trabalho. O próprio Bradesco, lá dentro, os funcionários falavam assim: “esse pessoal que fica jogando bola ganha mais do que a gente” Então eles tinham uma certa resistência a ter uma equipe. Então, assim, aos poucos, a gente foi se acostumando.

A participação de Ana Richa nos Jogos Olímpicos de Los Angeles, em 1984, serviu como uma preparação para os Jogos Olímpicos de Seul, em 1988. Com 17 anos, a atleta ocupou a posição de levantadora reserva da seleção feminina: “a titular era a Jacqueline, mas eu sabia da minha posição. Mas pra mim, estar indo pra uma Olimpíada já era o máximo. E acabou que entrei em todos os jogos, e foi muito legal. Mas eu não tinha responsabilidade, a minha responsabilidade era muito pequena”.

De 1985 a 1988, Ana Richa assumiu a posição de levantadora titular da seleção: “você passa a ser um exemplo, uma referência, e a nossa maior dificuldade, tanto em 1984 como em 1988, era a classificação para a Olimpíada”. Com 21 anos, Ana Richa participou dos Jogos Olímpicos de Seul, em 1988:

A gente pegou a geração do Peru, uma geração muito boa, e era difícil mesmo a nossa classificação. E nós jogamos um Pré-Olímpico na Itália, classificamos, enfim, e dali já começou a dificuldade da Olimpíada. E chegando lá em 88, nós pegamos um grupo forte, como não podia deixar de ser, com 8 equipes. E ali sim eu estava como o principal, um dos pilares principais da Olimpíada, no time, como capitã, como levantadora, apesar de ter só 21 anos. Quando eu olho, eu falo: caramba! Eu era nova “a beça” e estava com essa responsabilidade. Mas ao mesmo tempo eu não sentia, porque eu acho que eu consegui segurar a onda, fazer uma função que era esperada de mim. Mas eu vejo que foi uma experiência fantástica, tanto de vida como no esporte.

Junto com a sexta colocação nos Jogos Olímpicos de Seul, Ana Richa destaca o fato de ter participado de três unidades geracionais bem diferentes:

Na primeira geração da Jacqueline, da Isabel, da Vera, da Heloísa, da Dôra, que eram jogadoras mais velhas e que curtiram aquele ‘boom’ do vôlei. Depois eu passei pela minha geração mesmo, que era eu, a Ana Lucia, a Ida, a Sandra, e depois ainda peguei a geração seguinte, que foi a da Ana Moser, Fernanda, Márcia Fu e Ana Flávia. Então eu passei por essas três gerações e isso também foi legal. Foram três momentos bem distintos. Eu acho que esse foi um aprendizado bem grande, eu passei na mão de várias comissões técnicas, de vários técnicos e de várias equipes.

Dentro de suas experiências olímpicas, Ana Richa acredita que vários fatores tornaram o voleibol feminino bicampeão olímpico, como o crescimento do campeonato interno, o investimento financeiro subsidiado pelas empresas e a adaptação e dedicação das atletas aos programas de treinamentos. Na conquista do título de Pequim (2008) e, mais recentemente, em Londres (2012), a atleta conta que se sentiu pertencente a essas duas gerações vitoriosas: “o que aconteceu na minha geração, serviu de exemplo bom ou ruim pra essas gerações. Eu sei que essas experiências individuais e coletivas de cada geração que foi pra cada campeonato, cada Olimpíada, vai dando um rumo para a próxima geração”.

As unidades geracionais de Ana Richa serviram de “cobaia” para algumas escolas de treinamento. Em suas passagens pela seleção, não existia salário, nem ajuda de custo: “o nosso grande prêmio era estar na seleção brasileira. A gente não recebia salário, isso era uma coisa impensável pra mim”, revela a atleta. A evolução das condições de treinamento também é destacada pela atleta: “a gente corria em volta de um campo de futebol, na terra batida. Quando chovia, não tinha corrida, por causa das poças d’água. Era tudo muito improvisado, a estrutura era muito precária”.

Ana Richa conta ainda que sofreu algumas resistências no início da sua carreira por ser mulher e admite que o apoio e a estrutura do voleibol feminino eram diferentes do apoio e da estrutura do voleibol masculino, por conta dos próprios resultados. Com relação ao machismo, que enfrentou durante os dez anos em que representou a seleção feminina, Ana Richa expõe algumas indagações que eram comumente feitas às mulheres voleibolistas dessa época:

“Você é mulher, você não pode fazer isso”, claro que eu posso: eu sou atleta: atleta não é homem nem mulher, atleta é atleta, feminino ou masculino. Eu sempre me considerei e me portei como atleta. Então, assim, às vezes as pessoas falavam: mas você é mulher e vai viajar passar o ano inteiro fora? Eu me casei nova com 24 anos. Então me perguntavam: seu marido deixa? Aí eu falava. Epa! Marido não tem que deixar nada não. Minha vida é profissional né? Teu marido não te deixa trabalhar? Mas enfim, né? Então assim, tem sim esse lado um pouco machista mas, eu nunca liguei muito pra isso nem dava muita bola não. Mas que existe, existe. Hoje, por exemplo, eu trabalho com o vôlei, parei de jogar e continuei trabalhando com o vôlei, tenho 3 filhos, sou casada a 23 anos. Então quer dizer, tem uma série de funções, papéis, que antigamente, as jovens que resolviam casar, paravam de jogar. Era uma coisa muito comum. Com 30 anos então, você não via ninguém jogando. Eu joguei até os 40.

Falando da diferenciação apontada pela atleta no apoio e estrutura dados ao voleibol feminino em relação ao masculino, um episódio vem à tona: a ocasião da pré-temporada dos Jogos Olímpicos de Los Angeles, em 1984, retratado na página 117 deste capítulo. “Na preparação de 84, nós treinamos no CTA, em São José dos Campos e o masculino treinou em Itaparica. Era uma diferença pequena”, ironiza a atleta. Além dessa, outras situações foram apontadas:

Viagens internacionais, eles sempre tinham mais diárias, mais tempo, mais dinheiro para a preparação do que o feminino. Quando a gente conseguia uma viagem pra jogar um mês fora, que seja na Europa, ou no Japão, onde fosse, era um luxo. Em 88, a nossa comissão técnica, foi reduzida ao Jorjão e ao Marco Aurélio, que era o assistente. A gente não levou médico, não levou preparador físico, não levou fisioterapeuta, ninguém. E a comissão do masculino era grande. Eu acho que foi um privilégio conquistado. Eu não estou reclamando: “a gente não tinha nada, eles tinham tudo”. Mas é a verdade. Eles tinham muita coisa e nós tínhamos pouca, por conta das conquistas que eles tinham. Aí existia uma diferença bem gritante.

Ana Richa chegou a cursar a metade do Curso de Educação Física. Durante dez anos, a atleta representou a seleção brasileira feminina em Campeonatos Sul-Americanos, Mundiais, Jogos da Amizade e nos Jogos Olímpicos de Los Angeles (1984) e Seul (1988). Atualmente, como técnica das categorias de base do Botafogo

Esporte Clube, a atleta continua buscando inspiração no voleibol, realizando um trabalho de orientação de atletas mirins, infanto-juvenis e juvenis contra a especialização-precoce, que faz com que meninas e meninos com idade a partir de 15 anos parem de estudar para jogar voleibol, dado o retorno financeiro garantido pela modalidade em curto prazo.

#### 3.2.4. HÉLIA ROGÉRIO DE SOUZA: “SÓ SERÍAMOS RECONHECIDAS QUANDO GANHÁSSEMOS UM TÍTULO OLÍMPICO”

Hélia Rogério de Souza, mais conhecida como Fofão foi a atleta entrevistada das unidades geracionais de Barcelona (1992), Atlanta (1996), Sydney (2000), Atenas (2004) e Pequim (2008)<sup>66</sup>. Contratada pela equipe da Unilever (RJ) para a temporada 2012/2013 da Superliga, Fofão também representou o Brasil nos Jogos Olímpicos de Atlanta (1996), Jogos Olímpicos de Sydney (2000), Jogos Olímpicos de Atenas (2004) e Jogos Olímpicos de Pequim (2008), sendo escolhida a melhor levantadora das edições olímpicas de Sydney (2000) e Pequim (2008).

Representante da quarta à oitava unidade geracional da seleção, a atleta iniciou sua carreira no voleibol ainda no período escolar. Nascida no Estado de São Paulo e filha de um técnico de futebol, Fofão diz que o voleibol a ajudou muito a superar sua timidez. Nas aulas de Educação Física, Fofão conta que praticava quase todos os esportes que eram ensinados. Em 1983, surgiu a primeira oportunidade de participar de um teste seletivo, por meio da indicação de uma professora chamada Ana Selma. Era um teste realizado pelo Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa (COTP), que formava vários atletas olímpicos na época. Sem nada a perder e por curiosidade, Fofão participou de sua primeira seletiva com o incentivo do pai e mais sete irmãos.

Após ser aprovada no teste e passar dois anos como atleta da modalidade voleibol no COTP, Fofão começou a receber sua primeira ajuda de custo, em 1984. No ano de 1985, a atleta foi treinar no seu primeiro clube, o Pão de Açúcar E.C., onde se tornou uma atleta federada. Ao mesmo tempo, a atleta tentou outras seletivas com a

---

<sup>66</sup> SOUZA, Hélia Rogério de. *Entrevista concedida a Juliana Vlastuin*. Curitiba, 10 dez. 2011.

intenção de integrar a seleção infanto-juvenil de voleibol. Na época, Fofão conta que teve que se matricular em várias escolas para tentar conciliar os horários de estudo e treinamento e afirma ter se sentido muito frustrada quando não passou na última seletiva para a seleção infanto-juvenil. Nas palavras da atleta: “pulei todas as etapas e iniciei minha carreira em 1990 na seleção adulta na posição de oposta”.

Nessas circunstâncias, Fofão destacou a importância da ajuda de custo como o vale-transporte – essencial em sua permanência no voleibol – e como a modalidade a deixava mais confiante, apesar dos sacrifícios para obter uma posição na seleção adulta. Fofão conta ainda que aprendeu muito estando no banco de reserva da seleção adulta e convivendo com jogadoras como Fernanda Venturini, levantadora titular da seleção adulta substituída por Fofão após 1998. De acordo com o depoimento da atleta:

Existiam várias dificuldades na época em que iniciei minha carreira. Naquela época, as coisas eram muito diferentes. No início, o trabalho era fundamentalmente em cima de fundamentos. A minha geração treinou muito fundamento, o que hoje em dia não é dado tanta ênfase, porque existem outros aspectos que são levados em conta no treinamento de uma equipe, como a parte física e o lado emocional, que fazem com que a parte dos fundamentos não seja a mais importante. Então quando eu iniciei como jogadora de voleibol, eu treinei exaustivamente os fundamentos.

Sobre as mudanças das características do voleibol do início da sua carreira em relação ao voleibol atual, Fofão destacou a estrutura que a CBV oferece para que as jogadoras atuais vivam somente para o voleibol, proporcionando condições que as primeiras gerações de jogadoras não tiveram. A atleta afirma que isso decorreu da reivindicação de gerações passadas, de jogadoras como Jacqueline, que chegou a jogar com a camisa do lado avesso e que lutou para que o voleibol feminino tivesse o mesmo reconhecimento que o voleibol masculino. A jogadora argumenta: “a gente sempre ouvia dos nossos técnicos que nós só seríamos reconhecidas quando ganhássemos um título olímpico, o Bernardinho sempre falava isso pra gente quando estava no masculino”.

É claro que o voleibol masculino conseguiu vários títulos importantes, como os Jogos Olímpicos de Los Angeles, em que ninguém apostava no Brasil e a equipe acabou sendo campeã olímpica. Mas apesar disso, o vôlei feminino de certa forma sempre perseguia o rastro do masculino, buscando seu reconhecimento e que demorou pra vir, porque as gerações olímpicas conseguiram várias medalhas de prata e bronze, e que a gente sabe que não são suficientes para algumas pessoas aqui no Brasil, que acabam

reconhecendo aquilo como nada. Mas acima de tudo, acho que é importante destacar o esforço e a dedicação das jogadoras, que sempre buscavam se aprimorar tecnicamente. São poucas as jogadoras que são aptas a vestir uma camisa da seleção brasileira de voleibol e mostrar ao mundo a sua qualidade dentro de quadra. Toda essa regalia que é proporcionada ao vôlei feminino hoje é fruto da reivindicação de gerações passadas, sem dúvida.

Fofão concorda que o voleibol foi uma porta de entrada para a prática de modalidades esportivas por mulheres no Brasil. Com toda a emancipação das mulheres que estava acontecendo na época, o voleibol representou mais uma opção para que as mulheres mostrassem que elas tinham capacidade física e técnica de jogar (não da mesma maneira que o masculino, que eram mais fortes fisicamente), mas que também podiam conquistar resultados positivos.

Acerca dos fatores que levaram o voleibol feminino brasileiro a ser campeão olímpico, a atleta destaca dois pontos: a estrutura profissionalizada oferecida pela CBV e a dedicação das atletas das gerações mais antigas que “abriram” caminho para as atletas mais novas. Fofão acrescenta que as jogadoras brasileiras deixaram de ser reconhecidas somente pela beleza, mas também porque são talentosas. Dentro do intercâmbio que existe entre jogadoras de diferentes gerações, ela sublinha o desenvolvimento do talento esportivo das diferentes gerações de jogadoras, ao declarar:

O intercâmbio que existe entre jogadoras de diferentes idades contribui e muito para a observação de aspectos técnicos e táticos na condição de um jogo, mas também como as jogadoras mais experientes se comportam em situações de pressão, de ter que reverter resultados adversos e entrar no jogo para decidir o destino de toda uma equipe.

Dentro de sua experiência como atleta profissional em cinco ciclos olímpicos seguidos, Fofão concorda que o voleibol masculino teve uma parcela significativa no encaminhamento dado ao voleibol feminino. Assim, relembra algumas experiências em que as jogadoras foram muito criticadas por não conquistarem medalhas para o país. “Tivemos oportunidades, como no Pan-Americano do Rio de Janeiro em 2007 em que perdemos e fomos muito criticadas, muitas vezes por pessoas que não entendem de esporte”. A atleta comenta ainda algumas situações envolvendo as seleções masculina e feminina:

É claro que o masculino sempre teve alguns privilégios que o feminino não teve. Tivemos algumas situações em que o masculino viajava de primeira classe e nós tínhamos que nos contentar com o que nos era oferecido, e viajávamos todas esmagadas no avião. Mas após a conquista do ouro olímpico, a pressão que as jogadoras levam de ter que “sempre” vencer os campeonatos, acabou exigindo um grau de experiência muito maior das jogadoras, que têm que lutar ainda pelas suas posições de titulares dentro de quadra.

Com o patrocínio privado do Banco do Brasil, vigente desde 1991, as condições atuais passaram a ser as mesmas para o masculino e feminino, diferentemente de suas primeiras experiências como atleta, conta Fofão. “Então hoje não precisa se preocupar com nada, com passagem, hotel, uniforme, enfim, tudo é por conta do Banco do Brasil e da CBV, que possui uma equipe que cuida só disso”.

Fofão acredita que a parceria entre o Banco do Brasil e a CBV foi fundamental para que o voleibol se tornasse a segunda modalidade mais praticada no país, depois do futebol. Em 2004, quando teve a oportunidade de jogar o campeonato italiano durante quatro anos (eleito o melhor campeonato de voleibol do mundo na época devido à qualidade técnica das jogadoras), Fofão destaca a oportunidade que teve de jogar com as atletas que sempre foram suas referências. Devido à crise europeia que atingiu vários países, a atleta resolveu voltar a jogar em clubes do Brasil, já que a Superliga tinha se tornado um campeonato mais equilibrado, com o investimento de um maior número de patrocinadores. Mas a realidade trabalhista que as atletas vivenciaram no Brasil ainda continuava a mesma do início da sua carreira:

Uma coisa ruim que acontece com nós jogadoras é que eu, particularmente, nunca assinei um contrato por mais de um ano. Então é sempre assim, vai terminando o campeonato vai dando aquela incerteza se vai acontecer a renovação do patrocinador com a equipe, porque senão temos que procurar outros clubes para jogar. Nos times que eu joguei, geralmente existia um patrocinador para a equipe masculina e outro para a feminina, porque bancar as duas equipes saía muito caro para o patrocinador, que às vezes, tinha outros objetivos, como divulgar novos produtos da empresa.

Ao longo da sua trajetória como atleta olímpica, Fofão admite que a cobrança passou a ser muito maior depois que a seleção feminina foi campeã olímpica. E declara: “infelizmente, as atletas mais novas não têm tempo o suficiente para amadurecer e acabam sofrendo várias pressões por terem que jogar sempre bem. Isso não é bom”. De 1985 a 2012, Fofão defendeu mais de dez clubes do Brasil, além de clubes na Itália (Despar Sirio Perugia), Espanha (CAV Murcia) e Turquia (Fenerbahçe).

### 3.2.5. ELISANGELA OLIVEIRA: “O VOLEIBOL FEMININO COMEÇOU A GANHAR UMA DIMENSÃO MAIOR A PARTIR DO MOMENTO EM QUE COMEÇOU A SUBIR NO PÓDIO”

Elisangela Oliveira foi a atleta entrevistada das unidades geracionais de Sydney (2000) e Atenas (2004)<sup>67</sup>. Contratada pela equipe do SESI (SP) para a temporada 2012/2013 da Superliga, a atleta conta que desde criança sempre foi fisicamente ativa. Por conta dos incentivos da mãe, Elisangela chegou a praticar basquete e handebol, mas confessa que sempre gostou do voleibol. Influenciada pela conquista da medalha de ouro da seleção masculina nos Jogos Olímpicos de Barcelona (1992), não teve dúvidas: começou a jogar voleibol na escola em 1994. Em 1995, por meio de um campeonato da escola, começou a jogar em um clube de Londrina (PR). Em 1996, foi convocada para a Seleção Paranaense de Voleibol, em um Campeonato Brasileiro realizado em Guaratuba, no litoral paranaense. Não demorou muito para Elisangela integrar a seleção brasileira feminina. Neste mesmo ano, a atleta foi campeã com a seleção brasileira em seu primeiro Grand Prix, realizado em Xangai (CHN). Em 1997, também foi campeã com a seleção brasileira em seu primeiro Campeonato Sul-Americano, realizado na Venezuela (VEN). Quando voltou do Grand Prix, a atleta jogou pelas equipes do Marco XX/Estrela (MG), Rexona (PR), MRV/Minas (MG) e Rexona-AdeS (RJ) até chegar à seleção feminina que atuou nos Jogos Olímpicos de Sydney (2000) e Atenas (2004), na posição de oposta.

Dentro de sua experiência em duas edições olímpicas, a atleta destaca que o crescimento das conquistas da seleção brasileira representou a principal característica da passagem do amadorismo para a profissionalização da modalidade: “eu acho que o voleibol começou a ganhar uma dimensão maior a partir do momento em que começou a subir no pódio, a ganhar campeonatos, a entrar no cenário com uma expressão maior”.

A atleta acentua a influência que a conquista da medalha de ouro da seleção masculina nos Jogos Olímpicos de Barcelona (1992) teve em sua carreira. Destaca

---

<sup>67</sup> OLIVEIRA, Elisangela. *Entrevista concedida a Juliana Vlastuin*. São Paulo, 11 jul. 2012.



também a importância da evolução da preparação física das seleções para o crescimento dessas conquistas:

Assim como em 1992 eu fui motivada naquela geração de ouro a praticar o esporte e vir à seleção brasileira, isso também faz com que cada vez mais pessoas venham a praticar o esporte. Então cada vez mais talentos aparecem. E eu acho também que uma das coisas que fez o diferencial foi a evolução que a gente teve, não só as jogadoras, mas a preparação também. Eu que já joguei na Itália, já joguei no Japão, a gente acaba vendo que o Brasil está muito na frente. Então a gente tem uma estrutura diferenciada: médico acompanhando, fisioterapeutas, preparadores físicos, enfim, um trabalho milimetrado. Isso faz com que o voleibol feminino brasileiro esteja cada vez mais no nível mais alto.

Relembrando sua experiência internacional, Elisângela revela que disciplina e determinação são imprescindíveis para a construção de gerações olímpicas. “Defender uma nação é uma responsabilidade muito grande e também um orgulho pessoal por poder defender um país”. Outro ponto destacado pela atleta remete a sua participação em duas edições olímpicas que, apesar de terem sido seguidas, representaram duas experiências bem diferentes: “pra mim a ficha não tinha caído na primeira Olimpíada. Para mim, aquilo ali era tudo um sonho”. Em seu segundo ano na seleção feminina em 2000, Elisângela reforça o trabalho contínuo desenvolvido por Bernardinho com o grupo que foi a Sydney. “Então tinha todo aquele sonho: será que vai dar? Será que vai dar para ganhar de Cuba? Quase deu naquele 3 a 2 também. Então ali passou perto o gosto. E ali eu era uma jogadora jovem, tinha entrado no lugar da Leila e consegui me dar bem”.

A propósito da experiência de 2004, a atleta afirma: “foi bem diferente porque o grupo era diferente, uma geração conturbada, uma geração que não deu certo com o Marco Aurélio Motta. Eu mesma tive desavenças com ele ali, não me adaptei com o trabalho dele. Então naquela seleção não houve um merecimento porque não houve esse ciclo, não houve todo esse envolvimento”.

A jogadora concorda que o sucesso conquistado pelo voleibol feminino foi decorrente do mesmo caminho percorrido pelo voleibol masculino: “eu sempre achei que o voleibol feminino teve um público maior que o voleibol masculino. Todo mundo gostava mais, porque o vôlei era aquele voleibol de rallye, era um voleibol diferente do masculino que era muita pancadaria. Então ficava mais fácil para o público entender”.

Segundo Elisangela, o crescimento da conquista de títulos da seleção feminina contribuiu para o aumento da popularidade do voleibol feminino como um todo no Brasil: “eu acho que a partir do momento que o Bernardo entrou no voleibol feminino pra te falar a verdade, o sucesso do feminino começou”.

Após voltar dos Jogos Olímpicos de Atenas (2004), Elisangela defendeu ainda clubes como o Oi/Macaé (SP), Finasa/Osasco (SP), Brasil Telecom (SC), além de clubes na Itália (Siciliani/Santeramo) e Japão (Hisamitsu).

### 3.2.6. RENATO D'ÁVILLA: “FAZER EQUIPES FEMININAS É MUITO MAIS CARO DO QUE FAZER EQUIPES MASCULINAS”

Renato D'ávilla, atual superintendente técnico da CBV, é licenciado em Educação Física pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em Minas Gerais. A primeira função assumida por Renato D'ávilla na CBV foi em 1999 no cargo de assistente da unidade de competições de quadra – setor de negócios da CBV responsável pela organização das competições nacionais de seleções estaduais e clubes no Brasil. Depois de três anos, Renato assumiu a gerência dessa unidade e atualmente é superintendente de todas as áreas técnicas da CBV, incluindo o voleibol de quadra e de praia, feminino e masculino.

Como representante da CBV, Renato destacou que a implantação de uma gestão da modalidade foi fundamental para impulsionar o processo de profissionalização da modalidade no Brasil. Para o gestor, esse processo fez com que as atletas pudessem ter maiores condições financeiras de se manter e se dedicar exclusivamente ao voleibol, além de aumentar a parcela de praticantes da modalidade, haja visto que a grande maioria não é profissional. O fato de as atletas profissionais representarem uma parcela pequena em comparação aos praticantes amadores da modalidade também possibilitou que a CBV mantivesse o custo dessas atletas de alto nível.

De acordo com o superintendente, a infraestrutura oferecida pela CBV não difere entre as seleções masculina e feminina. No caso das equipes nacionais, a estrutura dos clubes com equipes masculinas é melhor do que no feminino, observada na

diferenciação do grau de competitividade das equipes femininas para as masculinas dentro das mesmas competições. A partir de dados da edição da Superliga de 2009, Renato exemplifica:

O reflexo disso é, por exemplo, a principal competição que é o Campeonato Brasileiro de Clubes, a Superliga. Ela teve 14 clubes masculinos e 12 clubes femininos. Ao invés dos 14 clubes, nós poderíamos ter 18 clubes masculinos. Já no feminino nós poderíamos ter 10, mas a gente empurra para ter 12. Quer dizer, é o inverso: enquanto a gente tem uma quantidade maior, uma demanda maior no masculino, no feminino a gente tem uma carência. E destes 12, competitivos, de fato, que vão chegar lá na final a gente tem dois, três, muito destacados dos demais. [...] Existe um conceito no meio de que fazer equipes femininas é muito mais caro do que fazer equipes masculinas. E isso é verdade<sup>68</sup>.

Ainda segundo o entrevistado, essa demanda por um maior investimento financeiro nas equipes femininas representa uma condição de entrada e permanência da modalidade, ou seja, não adianta a CBV tentar interferir artificialmente pra evitar que isso aconteça, porque não dá certo. Alguns clubes são fortes porque investem bastante e concentram as principais atletas, caso contrário, essas atletas vão jogar no exterior e não nos clubes brasileiros. Segundo o superintendente, essa situação ocorre porque,

Os clubes brasileiros não têm o mesmo patamar de investimento de clubes estrangeiros e já aconteceu de um clube grande dispensar uma atleta e ela optar por não ficar no país, por não aceitar ganhar menos do que ela achava que merecia. Então isso é uma questão que a CBV não pode interferir. Já no masculino, como a demanda é maior, existe sim os que ganham mais, porém existe um colchão muito maior de atletas que ganham um salário razoável, dito razoável.

Assim como pessoas nas empresas têm salários diferentes de acordo com seus cargos e suas experiências, com as equipes é a mesma coisa, segundo o entrevistado. Cada atleta tem uma valorização e é feita uma negociação caso a caso para acertar o valor dos salários, levando em conta, por exemplo, se essas atletas são iniciantes ou mais experientes do que outras. O fato é que não existe uma tabela de preços, depende do momento pelo qual a atleta está passando, se teve um bom rendimento na temporada, se foi convocada para a seleção brasileira ou se foi campeã olímpica, todos esses quesitos são levados em conta na hora da negociação. Renato D'ávilla deixa claro que essa negociação é uma regra de livre mercado, sem interferência da CBV.

<sup>68</sup> D'ÁVILLA, Renato. *Entrevista concedida a Juliana Vlastuin*. Juiz de Fora, 26 set. 2010.

Dentro da função de gerenciamento técnico do entrevistado, o voleibol feminino brasileiro é campeão olímpico por vários motivos. Segundo o superintendente,

Forjar uma equipe campeã não é um trabalho simples. Ele é multidisciplinar. Mesmo você repetindo a fórmula de um ano para o outro não é garantia de que a equipe vai ter o mesmo resultado. Depende de ter (ou não), o que a gente chama de gerações boas, gerações não tão boas [...]. Também é um conjunto de acasos que acontecem onde conseguimos reunir e selecionar várias atletas altas. Então a média fica alta. Ou temos várias atletas habilidosas, então o time vai ter uma característica técnica favorável. Porque toda a estrutura conquistada ao longo dos anos, e eu estou falando de segurança administrativa por parte da confederação, é dada para que os técnicos desenvolvam os planejamentos que eles desejam. Eu quero fazer tantos amistosos antes da competição, eu quero treinar durante “x” tempo, toda essa condição é dada pela Confederação.

Consequentemente, existe uma transferência da imagem do que é o voleibol do Brasil para o voleibol no Brasil, a partir dos resultados conquistados pelas seleções brasileiras, independente do gênero. Na base dessa estrutura institucional estão os chamados “olheiros”, profissionais formados pela CBV para observar possíveis talentos esportivos do voleibol nas competições que envolvem as seleções estaduais. Os processos de observação, seleção e escolha das futuras atletas profissionais são avaliados basicamente pela possibilidade dessas praticantes desenvolverem sua capacidade morfológica, e não somente pelo melhor rendimento técnico e tático individual em uma determinada posição. Segundo Renato D’ávilla, “não adiantaria nada a gente ter um grupo de atletas formadas tecnicamente ou boas tecnicamente com uma média de altura de 1.60m”. Uma das regras a serem seguidas no alto-nível de rendimento é estar dentro dos parâmetros internacionais de altura, a fim de competir de igual pra igual com atletas de outros países e forjar nessas atletas o melhor grupo possível para representar o Brasil, desde a categoria infanto-juvenil<sup>69</sup>, explica o entrevistado.

Nesse sentido, o superintendente técnico considera a experiência internacional e a continuidade de um treinamento de qualidade como requisitos fundamentais para a construção de uma geração olímpica vitoriosa. Com relação à medalha de ouro

---

<sup>69</sup> A categoria infanto-juvenil é formada por atletas de 15 a 17 anos de idade. O voleibol conta ainda com as categorias pré-mirim (de 9 a 11 anos de idade); mirim (de 11 a 13 anos de idade), infantil (de 13 a 15 anos de idade); juvenil (de 17 a 20 anos de idade) e adulto (de 20 anos em diante). Cf. CBV. Confederação Brasileira de Voleibol. Seleção brasileira. Disponível em: <http://migre.me/4uUc7> Acesso em: 03 abr. 2012a.

conquistada nos Jogos Olímpicos de Pequim, na China, Renato D'ávilla chama a atenção para a preparação da equipe feminina feita para essa competição:

O resultado que o Brasil conseguiu na China, foi o resultado de quatro anos de preparação pra Olimpíada, que correram exatamente como o planejado. Ninguém teve uma lesão grave, todas as fases da preparação foram cumpridas, o grupo atingiu um estágio de maturidade, de união, de condição que deu o resultado que deu. Quer dizer, foi campeão invicto, ganhou a medalha de ouro e nós não tivemos percalços no caminho. Porque é cíclico realmente. O ciclo dos quatro anos é um período que é necessário pra você realmente se preparar para aquele momento, pra aquele desfecho que é a Olimpíada.

Dentro desses ciclos, a distinção entre uma geração e outra pode ser percebida basicamente pelas características das atletas, algumas menos técnicas e mais carismáticas e aguerridas, outras vice-versa. Essa constatação pode ser exemplificada por jogadoras de diferentes gerações como Isabel, Jacqueline, Ana Moser, Márcia Fu, Fernanda Venturini, Ana Paula, atletas referências na seleção brasileira em suas épocas de atuação. Outro atributo destacado pelo superintendente é a beleza das jogadoras, que faz com que suas imagens atraiam uma maior quantidade de público para a modalidade e essas atletas acabem tendo notoriedade por conta disso, embora não seja uma grande atleta do ponto de vista técnico. Para o entrevistado, “cada geração é uma, não tem muito como comparar e não existe regra, a verdade é essa”.

Quando perguntado sobre a relação entre profissionalismo e consumo no voleibol, o entrevistado defende que o profissionalismo gerou o consumo, por estar na base de sustentação do investimento da modalidade. Renato D'ávilla, ainda argumenta: “o esporte não é uma ferramenta de marketing em si, um apelo de venda, mas uma ferramenta de visibilidade agregada a outras ferramentas de consumo das empresas”.

Dentro da ideia de apelo de venda, resgatamos as chamadas “Musas do Vôlei” que no depoimento técnico do entrevistado, não contribuíram para a mudança da condição do jogo em si. Sob o ponto de vista de visibilidade, Renato D'ávilla pondera que a beleza possa ter atraído o interesse do público em ver os jogos, porque as pessoas vão aos espetáculos por diversos motivos:

Eu posso ir porque eu adoro voleibol, sempre gostei, gosto de ver os jogos e tal e posso ir porque eu quero ver mulher bonita. Então são visões que as pessoas têm. Eu não posso obrigar que em um ginásio só tenham os aficionados por voleibol. Então as pessoas, às vezes, vão porque querem ver a menina de Sunquini, de biquíni ou qualquer coisa parecida, como no vôlei de praia, por

exemplo. E isso não tem como controlar, não tem como interferir, apesar de se fazer um trabalho de preparo com as atletas para saber dividir as coisas, separar as coisas.

Com relação ao crescimento de investimentos privados na modalidade desde 1980, Renato D'ávilla defende que a entrada dos patrocinadores no voleibol brasileiro foi viabilizado com o objetivo de manter o funcionamento da estrutura atual da CBV. E argumenta: “eu nem diria que é um mal necessário, não é um mal, porque é a solução e o único caminho que a gente tem hoje. A nossa condição obriga que as seleções e os clubes tenham esse compromisso de dar visibilidade para as empresas que investem na modalidade”.

Juntamente com a criação dos clubes-empresa, que tiveram o objetivo de evitar a saída das melhores atletas do Brasil, as regras da modalidade sofreram diversas adaptações, como a abertura da zona de saque, a criação da linha pontilhada na zona de ataque (em função dos ataques do fundo da quadra), a criação do líbero, a extinção da vantagem, entre outras. Segundo o entrevistado, essas mudanças ocorreram por duas razões: a necessidade de conseguir um maior espaço na televisão e o melhor entendimento da dinâmica do jogo em si pelo público: “tudo isso contribuiu para que a gente ganhasse mais espaço na televisão. Para que se conquistasse a possibilidade de falar com mais gente pelo menor custo, foi preciso mudar as regras para fazer com que o jogo demorasse menos”.

Renato D'ávilla comenta ainda sobre como se dão as negociações entre a CBV e a Rede Globo para a transmissão de jogos de voleibol. O critério para inserir a transmissão dos jogos do voleibol brasileiro, seja ele feminino ou masculino, segue uma única lógica, segundo o entrevistado: a da maior audiência, independente do conteúdo transmitido. E acrescenta: “tanto faz ela mostrar um jogo de voleibol ou o desenho do Popeye, eles não estão interessados”. Jogando com essa regra da emissora, a modalidade tem conseguido atrair uma grande quantidade de público e conseguido um espaço entre dois grandes representantes esportivos da emissora: o futebol e a Fórmula 1.

## CONCLUSÃO

Ao longo dessa tese, a discussão envolvendo a história do voleibol feminino brasileiro de 1980 a 2008 constituiu um objeto de estudo repleto de elementos de especificidade. Por meio dos referenciais norteadores definidos no Capítulo 1, mostramos a formação das estruturas e agentes do voleibol feminino no campo esportivo brasileiro. Um dos instrumentos teóricos foi a Sociologia Reflexiva de Pierre Bourdieu que, como um modelo de análise central, possibilitou que entendêssemos o nosso objeto a partir das noções de *habitus*, campo, *ethos* social, *hexis* corporal, capital, poder e reprodução social.

Inserimos nesse modelo, estrutural e estruturante, o conceito de unidades de geração de Karl Mannheim, como forma de operacionalizar a leitura da trajetória olímpica da seleção feminina brasileira<sup>70</sup>. Essa categoria de análise, originária de um enfoque formal da Sociologia do Conhecimento de Mannheim, possibilitou que reconhecêssemos trajetórias que se cruzaram ao longo desse período para formar uma representação coletiva da modalidade, fundada em experiências esportivas singulares.

Sendo assim, nossa conclusão em torno das especificidades da trajetória histórica e social do voleibol feminino seguiu os passos apontados por Bourdieu e Wacquant (2008) no Capítulo 1. A primeira questão a ser respondida é: qual é a posição do voleibol feminino frente ao campo do poder?

Com base nas evidências empíricas descritas ao longo dos capítulos 2 e 3, podemos dizer que o voleibol feminino ocupa uma posição dominada frente ao campo do poder, dada a hierarquia de capitais exigidos pela modalidade. Se recuperarmos os fatos históricos que marcaram as oito unidades geracionais olímpicas da seleção feminina, verificamos que houve um aumento gradativo no

---

<sup>70</sup> Esse enredo teórico justifica, inclusive, a ordem de apresentação desses autores no Capítulo 1, haja visto que podemos ser questionados pelo fato da obra de Pierre Bourdieu ser “cronologicamente” contemporânea a obra de Karl Mannheim e vir primeiro representada nesse trabalho. Outra possível crítica que merece ser justificada diz respeito a uma “desproporção” textual na utilização desses dois autores. A proposta de aproximação entre eles, pelo que chamamos de um “jogar a sério”, teve uma intencionalidade relacional, na medida em que as noções de Bourdieu foram definidas como fios condutores centrais de análise do objeto de pesquisa. Já o conceito de unidade de geração de Mannheim representou a operacionalização de um ponto de discussão dentro dessa estrutura norteadora, justificando seu “menor” tratamento no texto.

grau de autonomia, das seleções pioneiras da década de 1980 em relação às seleções mais recentes, das décadas de 1990 e 2000.

O pano de fundo desse processo histórico de autonomização das mulheres no campo esportivo brasileiro sofreu interferências socioculturais importantes, fundamentalmente baseadas no período pós-guerra. Uma delas está relacionada ao processo crescente de emancipação das mulheres na sociedade brasileira que, até a década de 1930, ocupavam basicamente os papéis sociais de esposa e mãe.

A libertação da *hexis* corporal feminina, por meio da Educação Física, serviu como um instrumento educativo para que as mulheres promovessem a primeira ruptura no campo esportivo brasileiro: a desvinculação do significado cultural do corpo feminino com o corpo-promíscuo, corpo-pecado. Mesmo com a implantação do Decreto-lei 3.199, em 14 de abril de 1941, que vetava a participação feminina em alguns esportes, houve um crescimento gradativo no número de mulheres que adentravam o espaço esportivo como forma de afirmação fora da esfera privada da sociedade brasileira.

Essa desautorização consentida do corpo feminino no campo esportivo foi carregada historicamente de descrédito, até as primeiras mulheres se destacarem inicialmente em esportes individuais e sem contato físico. Essa especificidade da vinculação feminina a esses esportes representa outra interferência sociocultural importante que repercutiu no voleibol.

Considerando que o voleibol foi uma modalidade inventada e destinada originalmente a um público que buscava realizar exercícios físicos menos vigorosos, podemos entender que o início da prática feminina do voleibol no Brasil representou a porta de entrada mais compatível com o chamado nacional de preservação da integridade física e moral na prática esportiva feminina.

Se tomarmos como exemplo o início de modalidades coletivas femininas como o basquetebol, o futebol e o handebol no Brasil, verificamos que vários atributos de feminilidade são deixados de lado em função do contato físico entre as equipes adversárias. Além de uma questão higienista de invenção – ao proporcionar que pessoas com menor grau de aptidão física praticassem uma modalidade coletiva – as características funcionais do voleibol permitiram a aproximação com o mercado feminino, sem perder de vista a manutenção de atributos de feminilidade em praticantes de diferentes níveis de aptidão física. Esse diferencial em relação a



outras modalidades coletivas esteve presente nos depoimentos das atletas entrevistadas.

Embora esses atributos de feminilidade tenham mudado continuamente, conforme a adesão feminina na modalidade, as características funcionais do voleibol continuaram favorecendo a natureza feminina, principalmente no que se refere às transformações da *hexis* corporal das praticantes. Ao recuperarmos algumas imagens ilustrativas dos capítulos 2 e 3, percebemos mudanças corporais significativas das atuais seleções para as primeiras seleções que iniciaram a prática do voleibol na década de 1950. As novas “propriedades corporais” da modalidade passaram a representar um pré-requisito obrigatório na busca diária de um corpo treinado e treinável para diferentes exigências físicas.

Por isso, o corpo significa o principal instrumento de trabalho das jogadoras de alto nível de rendimento. Corpos longilíneos, com percentuais de gordura quase nulos, em detrimento a corpos medianos com percentuais de gordura altos. Considere-se ainda o aprimoramento de capacidades físicas como a força, resistência, velocidade e agilidade para atacar e defender, realizado exclusivamente por técnicos, auxiliares técnicos e preparadores físicos, que trabalham dentro de um único padrão de treinamento desses corpos.

É nesse sentido que o corpo disciplinado cumpre uma função mediadora entre trajetórias bem sucedidas (ou mal sucedidas) na modalidade. Um corpo com um histórico genético favorável, doutrinado a seguir dietas balanceadas, sem cometer excessos alimentares, prazeres noturnos que comprometam as horas de descanso e disposto a abdicar do convívio familiar diário e das funções predeterminadas de esposa e mãe, representa a via de acesso para uma representação ideal do corpo feminino no voleibol.

Essas abnegações inerentes ao “sacerdócio feminino” da modalidade, possibilitaram que atletas com diferentes idades, marcadas culturalmente para seguir uma doutrinação a certos papéis sociais designados à mulher, se unissem para coexistir e não somente para suceder umas as outras. A possibilidade de fazer com que diferentes gerações de atletas vivam socialmente e não somente cronologicamente o mesmo tempo, forma uma teia de vínculos geracionais renovada continuamente pelo aprendizado e transferência da herança esportiva acumulada, como as experiências de jogadoras que participaram de mais de um ciclo olímpico.

Se pensarmos nas instituições protagonistas da criação dessa representação ideal do corpo feminino, sem dúvida identificaremos a televisão e os patrocinadores do voleibol feminino a partir da década de 1980. Esses intermediários culturais enxergaram na valorização corporal das jogadoras uma das principais estratégias para potencializar a relação de oferta e demanda do segmento feminino com o público da modalidade.

Nesse período, implicitamente já se sugeria uma condição de dominação masculina na modalidade, quando a mídia brasileira tecia comparações entre o futebol e o voleibol, afirmando que o “público feminino tem seu lugar garantido nas arquibancadas dos ginásios – um lugar que é seu, naturalmente, desde sempre.

Outras três declarações do Capítulo 3 merecem ser sublinhadas. A primeira traz o tom pejorativo de Nuzman ao se referir à partida com duração de duas horas e meia entre Brasil e Peru, na partida final do Campeonato Sul-Americano de 1981. O comentário do dirigente “convenhamos, tempo demais para um jogo feminino”, reforça mais um elemento de desqualificação da condição física feminina em relação à condição masculina, que “teoricamente” é mais frágil e resiste por menor tempo. A segunda reforça a hipótese de que o voleibol feminino brasileiro evoluiu “às sombras” do voleibol masculino e que deveria seguir seu exemplo caso almejasse se consolidar internacionalmente. A terceira e última se refere a alguns elementos específicos da natureza feminina que poderiam impedir sua dedicação exclusiva à modalidade. “Casamento, a família que não quer, o namorado ciumento das viagens e o próprio temor do físico avantajado e pouco feminino”.

Essas e outras cobranças fizeram parte da história de vida de várias mulheres que optaram por serem atletas de voleibol em um período em que a modalidade não gozava de status profissional. A rotina de conciliação entre vida pessoal, vida profissional e dedicação aos treinamentos e competições resultava em algumas “perdas” do ponto de vista pessoal e profissional.

A realidade da presença feminina em cargos ligados ao esporte de alto rendimento no Brasil – tendência observada também na gestão de outras federações; confederações; Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento

(SNEAR); Ministério do Esporte e COB<sup>71</sup> – ainda carrega o pressuposto de que o status masculino é maior, se comparado ao status feminino.

Em 59 anos de existência da CBV, nunca houve dirigentes esportivas femininas na presidência da instituição. A tendência de ex-atletas homens se tornarem dirigentes esportivos na modalidade não é observada no caso de ex-atletas mulheres, que por diversas resistências internas e externas ao voleibol, conseguem atuar em cargos não menos importantes, mas menos prestigiados do ponto de vista econômico, social e simbólico (quando não seguem outras carreiras paralelas, buscando rendas financeiras complementares ou até mesmo quando não desenvolvem uma carreira como atleta a longo prazo por não possuir um biótipo ideal exigido pela modalidade, como sinalizaram algumas entrevistas). O que observamos é que as lutas internas do gênero feminino na modalidade se restringem à “categoria de jogadora”, sendo inexistentes se tomarmos como medida a “categoria de dirigente”, setor em que ainda não possuem representatividade no cenário da modalidade, bem como na SNEAR.

Esse indicativo corrobora uma das hipóteses desta tese, comprovando que a mulher está à margem de alguns setores profissionais onde o terreno é predominantemente masculino, incluindo cargos de gestão ligados ao voleibol e ao campo esportivo. Esse limite de trânsito culturalmente imposto às mulheres carrega dúvidas, tais como a possibilidade de as unidades geracionais olímpicas passadas e futuras da seleção feminina terem acesso a cargos ligados à modalidade, como acontece com jogadores de unidades geracionais passadas da seleção masculina que atualmente representam a CBV e possibilitaram a reconversão de seus respectivos capitais para o campo esportivo nacional e internacional. Nesse sentido, a mulher ainda carrega um déficit no acúmulo de capitais econômicos, sociais, culturais e simbólicos, dada a tardia inserção, aceitação e reconhecimento de seu status profissional na modalidade.

Retomando o fio teórico condutor proposto por Bourdieu e Wacquant (2008), a segunda questão a ser respondida é: qual é o mapa das relações entre as posições ocupadas pelos agentes ou instituições que competem pela legitimidade da autoridade específica do campo?

---

<sup>71</sup> Cf. GOMES, Euza Maria de Paiva. *A participação das mulheres na gestão do esporte brasileiro: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2008.

Nesse ponto, temos o que Bourdieu chama de plano (fictício) de duas dimensões: a distribuição entre as estruturas e os agentes sociais no campo da modalidade, que se aliam/competem entre si para defender interesses institucionais, de acordo com o volume de capital social acumulado por alguns agentes ao longo do tempo. Definindo uma hierarquização interna das estruturas da modalidade, podemos apontar a criação de uma federação internacional da modalidade (FIVB), de uma confederação nacional (CBV) e das federações estaduais, instituições que regulamentam as ações estratégicas do voleibol a nível internacional, nacional e estadual.

Com a missão de organizar o calendário oficial das competições da modalidade, a FIVB conta com um complexo modelo de gerenciamento, formada por comitês administrativos e executivos, comissões e conselhos especializados no planejamento e na tomada de decisões estratégicas de suas afiliadas: Confederação Asiática de Voleibol (AVC); Confederação Africana de Voleibol (CAVB), Confederação Europeia de Voleibol (CEV), Confederação Sul-Americana de Voleibol (CSV) e Confederação da América do Norte, Central e do Caribe de Voleibol (NORCECA).

Afiliada da CSV, a CBV desenvolveu desde a “Era Nuzman”, iniciada em 1975, um projeto de gestão esportiva pautado no alcance de resultados para a modalidade a curto, médio e longo prazo<sup>72</sup>. Como vimos no Capítulo 2, o capital social mobilizado por Nuzman ao formar “alianças” com agentes sociais de diferentes campos, como o político e midiático, por exemplo, fizeram com que o seu potencial de poder legitimasse algumas das ações estratégicas no campo da modalidade até 1997, se projetando posteriormente no plano internacional, ao presidir atualmente o COB e representar também o COI, onde integra diferentes comissões desde 2000<sup>73</sup>.

---

<sup>72</sup> Cf. ALMEIDA, Bárbara Schausteck de; VLASTUIN, Juliana; MARCHI JÚNIOR, Wanderley; BRAVO, Gonzalo. O “país do futebol” que joga com as mãos: a gestão esportiva da Confederação Brasileira de Voleibol. *Revista Intercontinental de Gestão Desportiva*. v. 2, n. 2, 2012, p. 119-143. Disponível em: <http://migre.me/cRNR7> Acesso em: 10 jan. 2013.

<sup>73</sup> As vésperas da cerimônia oficial de abertura dos Jogos Olímpicos de Londres, realizada no dia 27 de julho de 2012, Carlos Arthur Nuzman foi eleito membro honorário do COI, na 124ª Assembleia da entidade, após ocupar por dez anos o posto de Conselheiro do Comitê de Políticas Internacionais do COI. A candidatura foi aclamada por unanimidade pela Assembleia do COI. (COB. Comitê Olímpico Brasileiro. Notícias. Disponível em: <http://migre.me/aMUBf> Acesso em: 20 set. 2012).

Entre as mudanças importantes da “Era Nuzman”, merece destaque a introdução do primeiro patrocínio empresarial em uniformes de clubes esportivos decorrente da aprovação no Conselho Federal de Desportos (Brasil, 1975). Essa nova conjuntura representou um marco importante no processo de financiamento dos esportes no Brasil, viabilizada pela observação e reprodução dos principais modelos esportivos internacionais, como o italiano, russo, japonês, soviético e norte-americano. Como descrito no capítulo 3, as ações estratégicas definidas na “Era Nuzman” repercutiram sobre as quatro primeiras unidades geracionais olímpicas da seleção feminina. O poderio da gestão de Nuzman na CBV foi decisivo para a determinação das regras de funcionamento válidas para o voleibol feminino daquela época.

Embora essas repercussões fossem influenciadas pela entrada tardia do voleibol feminino brasileiro nos Jogos Olímpicos, se comparada com do masculino, que estreou nos Jogos Olímpicos de Tóquio, em 1964 e representa a seleção mundial que mais participou da modalidade em Jogos Olímpicos (13 edições no total), não podemos descartar o impacto dessas decisões de Nuzman nos desdobramentos relacionados ao voleibol feminino.

Foi a legitimidade da gestão estratégica de Nuzman na modalidade que perpetuou seu potencial de poder para o campo esportivo nacional (COB) e posteriormente para o campo esportivo internacional (COI). Após o ano de 1995, surge um novo agente aliado de Nuzman, Ary Graça Filho, que preside a CBV desde 1997 e a CSV desde 2003, e que, no dia 21 de setembro de 2012, foi eleito presidente da FIVB<sup>74</sup>.

Durante os 15 anos de sua gestão, Ary Graça Filho potencializou ainda mais a oferta do voleibol no país, inaugurando a “casa” do voleibol brasileiro, o Centro de Desenvolvimento de Voleibol de Saquarema (CDV), chamado de “Arizão”. Com o recebimento anual de R\$ 15.610.128,35 em incentivos do governo federal e

---

<sup>74</sup> O pleito foi realizado no último dia do Congresso Internacional da FIVB, realizado em Anaheim, nos Estados Unidos. Ary Graça Filho derrotou por 103 votos o norte-americano Doug Beal e o australiano Chris Schacht, que receberam 86 votos e 15 votos, respectivamente. Com esse mandato de quatro anos a frente da FIVB, Ary Graça Filho será o terceiro brasileiro a dirigir uma federação esportiva internacional, depois de João Havelange, ex-presidente da Federação Internacional de Futebol (FIFA) e Antonio dos Reis Carneiro, ex-presidente da Federação Internacional de Basquete (FIBA). (CBV. Confederação Brasileira de Voleibol. Notícias. Disponível em: <http://migre.me/b6ZL7> Acesso em: 10 out. 2012).

estadual<sup>75</sup>, o complexo conta com aproximadamente 108 mil metros quadrados e foi criado com a finalidade de reunir o treinamento de todas as categorias da seleção brasileira em um mesmo local, facilitando o intercâmbio entre as diferentes comissões técnicas. Ambas as seleções adultas brasileiras, feminina e masculina, permanecem em concentração de segunda a sexta-feira no CDV, sendo liberados somente no final de semana. Nesse tempo, os atletas realizam avaliações odontológicas, psicológicas, ortopédicas, fisioterápicas, testes físicos, clínica geral com exames laboratoriais, ginecológicos e cardiológicos para disputar anualmente as sete competições oficiais da FIVB: Campeonato Sul-Americano, Campeonato Mundial, Volleyball World Grand Prix, World League, Copa do Mundo, Jogos Pan-Americanos e Jogos Olímpicos. No exercício de 2011, a CBV custeou o valor de R\$ 2.857.283,00 em despesas gerais e administrativas com a manutenção do CDV<sup>76</sup>.

Durante a “Era Graça Filho”, também foi criado o Campeonato Brasileiro Master, que anualmente é realizado nas quadras do CDV e reúne equipes nacionais e internacionais. No primeiro trimestre de 2012, a CBV também lançou a Universidade Corporativa do Voleibol (UCV), com o objetivo de promover capacitação técnica e gerencial para profissionais envolvidos na cadeia produtiva desse segmento esportivo. No modelo de gestão atual da CBV, três superintendentes traçam o planejamento da entidade em conjunto com o presidente, coordenando atividades, organizando e orientando equipes de trabalho, estabelecendo rotinas, procedimentos e sistemas que otimizem as ações, de acordo com os padrões de qualidade estabelecidos<sup>77</sup>.

Nesse sentido, o capital social acumulado por esses dois agentes sociais no processo de profissionalização do voleibol brasileiro garantiu a legitimidade de suas autoridades específicas no campo esportivo nacional e sul-americano da modalidade, ou seja, na CBV e na CSV. Com o volume de capitais acumulado nesses dois níveis, deu-se a reconversão do volume de capitais no campo esportivo internacional, ou seja, no COI e na FIVB. Mais do que capital cultural incorporado,

---

<sup>75</sup> CBV. Confederação Brasileira de Voleibol. Relatório da administração 2011. Disponível em: <http://migre.me/ba8Ka> Acesso em: 15 out. 2012.

<sup>76</sup> CBV. Confederação Brasileira de Voleibol. Relatório da administração 2011. Disponível em: <http://migre.me/ba8Ka> Acesso em: 15 out. 2012.

<sup>77</sup> O modelo de gestão completo da CBV, recomendado pela FIVB está disponível no relatório de sustentabilidade da instituição. Cf. CBV. Confederação Brasileira de Voleibol. Relatório de sustentabilidade 2011. Disponível em: <http://migre.me/blPWK> Acesso em: 15 out. 2012.

objetivado e institucionalizado, esses agentes sociais detêm atualmente duas das posições simbólicas mais prestigiadas no cenário esportivo internacional.

Esse reordenamento esportivo também nos permite contatar que a CBV não representa atualmente uma associação de fins não econômicos, como inicialmente regulamentado pelo Decreto-lei n. 36.786 de 18 de janeiro de 1955. Esse dado pode ser comprovado pelos relatórios patrimoniais de administração e sustentabilidade publicados anualmente pela CBV, demonstrando o poderio da instituição na captação de receitas extraordinárias advindas de patrocínios, direitos de transmissão, publicidades, propagandas e royalties. O superávit econômico-financeiro da instituição alcançou o valor de R\$ 76.574.700,00 em 2011, R\$ 59.528.665,00 em 2010 e R\$ 56.549.933,00 em 2009<sup>78</sup> (sem contar os serviços terceirizados).

Outros elementos constituintes do campo esportivo em análise podem ser objetivados a partir da resposta à terceira e última questão proposta por Bourdieu e Wacquant (2008): analisar o *habitus* dos agentes e os diferentes sistemas de disposições adquiridos pela internalização de determinados tipos de condições sociais que se encontram dentro do campo em estudo.

Em se tratando da descrição das oito unidades geracionais olímpicas da seleção feminina, podemos afirmar que diferentes sistemas de disposições foram adquiridos ao longo dos quase trinta anos pesquisados. Os depoimentos das entrevistas mostraram a influência do *habitus* familiar e escolar no surgimento e perpetuação do gosto pelo voleibol, na medida em que foram transferidos de geração em geração.

Esse processo de incorporação histórica e inconsciente do *habitus* esportivo contribuiu para a formação de um “mundo de sentido comum” a partir de trajetórias de vida individuais, surgidas de tradições de vida familiares. Esse argumento fica claro quando recuperamos os relatos do início da trajetória esportiva das atletas entrevistadas.

Em grande medida, a escolha dessas atletas pelo voleibol foi influenciada por agentes familiares e escolares que já tinham uma história de vida no esporte, seja como ex-atletas ou técnicos. Ao recuperarmos essa “identidade coletiva”, inerente à transformação do *habitus*, notamos que o campo esportivo representa um *locus*

---

<sup>78</sup> CBV. Confederação Brasileira de Voleibol. Relatório de sustentabilidade 2011. Disponível em: <http://migre.me/blPWK> Acesso em: 15 out. 2012.

onde trajetórias de vida individuais surgem e são influenciadas por trajetórias de vida familiares.

As cinco entrevistas também mostraram um pouco da origem social das atletas, outro elemento fundamental para entendermos as instâncias primárias que influenciam nas transformações do *habitus* dessas jogadoras. Dadas as especificidades das origens sociais retratadas, notamos que as unidades geracionais pioneiras da seleção feminina possuíam uma preocupação maior com a qualificação profissional do que as unidades geracionais mais recentes. Esse indicativo se deve em grande medida ao movimento de profissionalização e espetacularização da modalidade, que institucionalizou maiores garantias trabalhistas às unidades geracionais mais recentes, permitindo que as atletas se dedicassem exclusivamente à modalidade.

As três unidades geracionais das décadas de 1980 a 1990 comprovam essa afirmação, período em que o voleibol feminino vivenciou a fase do amadorismo no país. Além da preocupação com a carreira de esportistas, havia a preocupação com outras motivações da esfera pessoal e profissional, como mostram as trajetórias de vida das atletas das três primeiras unidades geracionais.

Como não recebiam remunerações da CBV para representar a seleção feminina na época, coube a essas atletas buscarem alternativas, investindo em outras qualificações profissionais, como mostra o capital cultural incorporado e institucionalizado adquiridos por Dôra, Heloísa e Ana Richa, por exemplo. A partir de 1988, com a entrada da televisão e das empresas patrocinadoras no voleibol masculino e, posteriormente no voleibol feminino, esse panorama começou a sofrer alterações.

Em vez de buscar a ascensão financeira de suas carreiras por meio dos estudos, muitas atletas optaram por aproveitar a vitrine de benefícios oferecida pela televisão e patrocinadores para elevar seus respectivos capitais econômicos. Em outras palavras, a reconversão de capital cultural para capital econômico e social nas três unidades geracionais pioneiras da seleção feminina passou a sofrer uma reconversão de capital social para capital econômico nas unidades geracionais posteriores, subsidiada pela exploração midiática e publicitária dos atributos de feminilidade das jogadoras.

Esse fenômeno também é observado em outros esportes e modalidades, como o futebol masculino brasileiro, por exemplo, que possibilita que jogadores com



origens sociais mais humildes assinem contratos de trabalho milionários com clubes brasileiros e estrangeiros, ao reverter capital cultural incorporado em capital econômico e social (reconversão sem garantias, se pensarmos na reconversão de capital cultural em capital econômico, social e simbólico).

No pano de fundo dessa nova conjuntura de emancipação feminina no mercado de trabalho, não podemos negligenciar a interferência da expansão da economia monetária brasileira, onde a mulher foi sendo paulatinamente reconhecida como uma nova força de trabalho na esfera pública da sociedade.

Impulsionada pelo aumento do consumo de bens e serviços da sociedade brasileira, houve a necessidade da inserção da mulher no mercado de trabalho, como uma possibilidade de aumento das rendas familiares. Essas mudanças na conjuntura dos papéis sociais assumidos pela mulher na sociedade brasileira também repercutiram no campo esportivo, como podemos atestar no trâmite das oito unidades geracionais. A reconversão do capital cultural incorporado dessas mulheres representou uma via de acesso mais plausível para a captação de rendas nesse novo mercado, já que o investimento em capital cultural institucionalizado prevê uma reconversão em longo prazo. Esses sistemas de disposições internalizados historicamente pelo voleibol feminino possibilitaram que as mulheres fossem reconhecidas como uma força de trabalho legítima no campo esportivo brasileiro, muito embora ainda não gozem do mesmo capital econômico que o voleibol masculino.

A partir da resposta a essas três questões, propostas por Bourdieu e Wacquant (2008), podemos dizer que o voleibol feminino brasileiro representa uma referência mundial no nível de alto rendimento esportivo, como colocado na introdução desta tese.

Além dos ciclos olímpicos delimitados nessa tese, outro indicativo corrobora a constatação do crescimento quantitativo e qualitativo do segmento esportivo no país. O indicativo quantitativo pode ser comprovado pelo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) esportivo no período de 2000 a 2010. De acordo com Kasznar & Graça Filho (2012), o setor do esporte se expandiu a uma velocidade superior a do PIB total do país. Enquanto este registra taxas anuais que oscilam entre 2,7 e 4,65% (próximo de uma média ponderada de 3,2%), o PIB esportivo se mantém crescente a taxas de 6,2% anuais.

Com relação à situação geral do voleibol profissional no país, ainda existe uma significativa parte da renda esportiva que está mergulhada na informalidade. É difícil estabelecer onde acaba o esporte amador e onde começa o esporte profissional, até porque, para se estabelecer em uma dessas atividades, inúmeras instituições e agentes esperam um certo tempo, a fim de verificar a garantia de seus propósitos e a probabilidade de seus sucessos serem repetidos, como observamos nos depoimentos de algumas atletas e do superintendente da CBV, Renato D'ávilla. Por razões históricas, econômicas, fiscais e de geração de empregos, o crescimento do voleibol profissional é uma realidade no Brasil.

O indicativo qualitativo pode ser comprovado pelo crescimento na conquista de medalhas olímpicas da seleção brasileira feminina, como nos últimos Jogos Olímpicos de Londres, em 2012, em que a seleção feminina se sagrou bicampeã olímpica, ao superar as favoritas equipes dos Estados Unidos, Rússia e China.

Depois de enfrentar momentos delicados na fase de classificação da competição, a seleção feminina superou dificuldades como a contusão de algumas jogadoras e garantiu a medalha de ouro no jogo final contra as norte-americanas, vencendo por 3 sets a 1. Seis jogadoras que foram medalhistas de ouro nos Jogos Olímpicos de Pequim (2008), se tornaram as primeiras mulheres bicampeãs olímpicas do país em modalidades coletivas: Fabiana Alvim de Oliveira (Fabi), Fabiana Marcelino Claudino, Jaqueline Maria Pereira de Carvalho, Paula Renata Marques Pequeno, Sheilla Tavares de Castro e Thaísa Daher de Menezes. Outra marca alcançada em Londres diz respeito ao tricampeonato olímpico do técnico José Roberto Guimarães, que dirigiu o primeiro título olímpico da seleção masculina nos Jogos Olímpicos de Barcelona (1992) e o primeiro título olímpico da seleção feminina nos Jogos Olímpicos de Pequim (2008).

Além da consagração esportiva da seleção feminina brasileira, a edição olímpica de Londres foi palco de algumas oscilações na balança de capital simbólico da modalidade, como comprovaram as vitórias brasileiras sobre as russas e norte-americanas, equipes consideradas hegemônicas em confrontos olímpicos anteriores contra as brasileiras. Essas oscilações na balança de poder da modalidade posicionam o voleibol feminino brasileiro em um cenário prospectivo, com possibilidades de crescimento e investimento a nível econômico, social e simbólico.

Com base nos resultados desta pesquisa, concluímos que o voleibol feminino brasileiro apresentou uma trajetória histórica e social singular e independente do

voleibol masculino brasileiro, dentro do recorte temporal proposto. Embora tenha reproduzido as estratégias de investimento econômico, social e simbólico do voleibol masculino, a trajetória do voleibol feminino apresentou especificidades fundadas na condição humana inerente ao *ethos* e *hexis* feminino.

Essas especificidades foram construídas historicamente com base em duas tradições olímpicas diferentes: a da seleção masculina, precursora da modalidade em Jogos Olímpicos desde 1964 e a da seleção feminina, que estreou nos Jogos em 1980. Esses dois momentos históricos determinaram status esportivos diferentes entre os gêneros. Enquanto a seleção feminina viveu uma fase que antecedia o amadorismo no início da década de 1980, a seleção masculina já tinha conquistado a sua primeira medalha olímpica de prata nos Jogos Olímpicos de Los Angeles, em 1984.

A discrepância de status entre as seleções feminina e masculina foi perdendo força conforme ocorreu o processo de profissionalização do voleibol no país, mais especificamente a partir da década de 1990. As entrevistas de Dôra, Heloísa e Ana Richa, mostraram que as dificuldades da seleção feminina começaram muito antes dos Jogos Olímpicos. Não fosse o episódio dos dois boicotes ocorridos nas edições de Moscou (1980) e Los Angeles (1984), a seleção feminina brasileira dificilmente teria representação nesses Jogos, dada a hegemonia internacional norte-americana e de países do bloco socialista nessa época.

Esse desequilíbrio histórico de participações olímpicas resultou em um processo de condicionamento e estruturação tardio do voleibol feminino em relação ao masculino, influenciado por transformações no papel da mulher na sociedade brasileira. Essa influência trouxe embutida a relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, culturalmente presente na sociedade brasileira, a qual contribuiu para uma legitimação competitiva díspar entre as seleções feminina e masculina.

O processo de estruturação e condicionamento das oito unidades geracionais olímpicas do voleibol feminino foi influenciado por diversas dessas especificidades. As entrevistas de Fofão e Elisangela mostraram o processo de inserção e desenvolvimento da seleção feminina brasileira até a conquista das quatro medalhas olímpicas, Atlanta (1996) e Sydney (2000), na “Era Bernardinho” e Pequim (2008) e Londres (2012), na “Era José Roberto Guimarães”. A conquista dessas medalhas olímpicas viabilizou a reconversão desse capital simbólico em capital econômico e

social para a estrutura interna do voleibol feminino como um todo, possibilitando que o gênero feminino começasse a gerar rendas, empregos e impostos, a exemplo do masculino.

O mapeamento das oito unidades geracionais olímpicas do voleibol feminino também forneceu subsídios para a comprovação de que atletas com diferentes idades podem compartilhar o mesmo tempo presente. Essas coexistências foram possibilitadas graças à interiorização dos mecanismos históricos do *habitus* exigidos pela modalidade, que desencadearam um processo contínuo de intercâmbio entre jogadoras cronologicamente distantes, como observamos ao longo da descrição do Capítulo 3.

A incorporação igual (ou desigual) desses capitais representou quem foram as agentes dominantes e dominadas no campo da modalidade, a partir da classificação, desclassificação e reclassificação contínua dessas agentes, Portando o status de jogadoras veteranas e novatas, esses ciclos olímpicos foram palco de várias lutas por posições no campo da modalidade, desencadeando alguns “conflitos de geração” e envolvendo disputas pela aquisição de diferentes capitais econômicos, sociais, culturais e simbólicos (incluindo a possibilidade de reconversão de capitais sociais, culturais e simbólicos em capital econômico).

Concluimos esta pesquisa dando luz à trajetória e ao crescimento significativo que o voleibol feminino teve no país nas últimas três décadas. O rótulo de mulheres “donas de casa”, característico do início da década de 1920, deu lugar a mulheres que conquistaram seu espaço e vêm paulatinamente convertendo a seu favor os mecanismos de uma lógica historicamente desfavorável no campo da modalidade.

Diante de todas as dificuldades e preconceitos enfrentados por essas mulheres, o voleibol feminino brasileiro detém atualmente um dos campeonatos nacionais mais competitivos da história da Superliga, atraindo jogadoras de outras seleções mundiais e fortalecendo esse novo ciclo virtuoso de crescimento no Brasil, país sede da próxima Copa do Mundo de Futebol, em 2014 e dos Jogos Olímpicos de Verão, em 2016.

Às próximas unidades geracionais da seleção feminina, fica o desafio de perpetuar a “escola brasileira de voleibol” e todo o seu crescimento exponencial. E para nós, estudiosos do esporte, fica a expectativa de novos dados para futuros estudos sobre essas verdadeiras “donas da quadra”.

## REFERÊNCIAS

A alegria do vôlei feminino. *Revista Placar*, n. 866, 1 jan. 1987, p. 66-67.

A bela Isabel, boa de bola. *Revista Veja*, n. 732, 15 set. 1982, p. 70-78.

A estrela ficou só. *Revista Placar*, n. 773, 15 mar. 1985, p. 37-40.

A nossa primeira. *Revista Placar*, n. 742, 10 ago. 1984, p. 10.

A seleção de Placar. *Revista Placar*, n. 462, 2 mar. 1978, p. 24.

AFFONSO, Edson. O suado vestibular das novas musas. *Revista Placar*, n. 786, 14 jun. 1985, p. 42-44.

\_\_\_\_\_. Mamãe não vai pra o Japão. *Revista Placar*, n. 797, 30 ago. 1985, p. 61-62.

AFONSO, Gilmar Francisco. *Voleibol de praia: uma análise sociológica da história da modalidade (1985- 2003)*. Curitiba, 2004. 225f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Paraná.

\_\_\_\_\_. *A reinvenção do Voleibol de praia: agentes e estruturas de uma modalidade espetacularizada (1983-2008)*. Curitiba, 2011, 214f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná.

ALMEIDA, Bárbara Schausteck de; VLASTUIN, Juliana; MARCHI JÚNIOR, Wanderley; BRAVO, Gonzalo. O “país do futebol” que joga com as mãos: a gestão esportiva da Confederação Brasileira de Voleibol. *Revista Intercontinental de Gestão Desportiva*. v. 2, n. 2, 2012, p. 119-143. Disponível em: <http://migre.me/cRNR7> Acesso em: 10 jan. 2013.

ANDRADE, Hélio. Atlântica-BoaVista, um seguro para o atleta. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*, n. 48, out./dez. 1981, p. 6.

Aqui, o sonho é o quinto lugar. *Revista Placar*, n. 740, 27 jul. 1984, p. 34.

ARAÚJO, Maria Helena; DÓRIA, Palmério. A estrela ficou só. *Revista Placar*, n. 773, 15 mar. 1985, p. 37-40.

As moças do vôlei querem ganhar demais? *Revista Placar*, n. 772, 8 mar. 1985, p. 69.

As musas paulistas: uma atração fatal. *Revista Placar*, n. 973, 3 fev. 1989, p. 32-33.

ASSUMPÇÃO, Betise; DÓRIA, Palmério. A estrela que levanta. *Revista Placar*, n. 803, 11 out. 1985, p. 52-54.

\_\_\_\_\_; VILLAS-BOAS, Flávia. A nova geração invade as quadras. *Revista Placar*, n. 802, 4 out. 1985, p. 62-63.

A virtude das moças é a consciência. *Revista Placar*, n. 805, 25 out. 1985, p. 80.

BATISTA, Tarlis; CAMARGO, Maria Sílvia. A fama de Vera Mossa, o drama de Jacqueline. *Revista Manchete*, 30 mar. 1985.

BB. Banco do Brasil. Esportes. Disponível em: <http://migre.me/4v70V> Acesso em: 03 abr. 2012.

BEGA, Maria Tarcisa Silva. *Sonho e invenção do Paraná: geração simbolista e a construção de identidade regional*. São Paulo, 2001. 444f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo.

BIZZOCCHI, Carlos. *O voleibol de alto-nível: da iniciação à competição*. 2. ed. São Paulo: Manole, 2004.

BOTELHO, André. Interpretações do Brasil, pensamento social e cultura política: tópicos de uma necessária agenda de investigação. In: *Revista Perspectivas*, São Paulo, v. 28, 2005, p. 07-15.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada, 1983.

\_\_\_\_\_. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 9. ed. São Paulo: Papyrus, 1996a.

\_\_\_\_\_. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.

\_\_\_\_\_. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

\_\_\_\_\_. *A economia das trocas simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

\_\_\_\_\_. *Escritos de educação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. *O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação*. São Paulo: Papyrus, 2000.

\_\_\_\_\_. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. 2. ed. São Paulo: Zouk, 2004.

\_\_\_\_\_. *Esboço de auto-análise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

\_\_\_\_\_. *A dominação masculina*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.

\_\_\_\_\_; WACQUANT, Löic. *Una invitación a la sociología reflexiva*. 2. ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2008.

\_\_\_\_\_. *O senso prático*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009a.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009b.

\_\_\_\_\_. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

BRASIL. Decreto-lei n. 3.199, de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, 14 abr. 1941.

BRASIL. Decreto-lei n. 36.786, de 18 de janeiro de 1955. Declara existente a Confederação brasileira de Voleibol. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, 18 jan. 1955.

BRASIL. Decreto-lei n. 6.251, de 8 de outubro de 1975. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, 8 out. 1975.

BRASIL. Decreto-lei n. 10.671, de 15 de maio de 2003. Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, 15 mai. 2003.

BRASIL. Decreto-lei n. 10.981, de 9 de julho de 2004. Institui a bolsa-atleta. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, 9 jul. 2004.

BRONFENBRENNER, Urie. *A ecologia do desenvolvimento humano*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

CALVANO, Armando; ASSUMPÇÃO, Betise. Minha vida é uma quadra iluminada. *Revista Placar*, n. 799, 13 set. 1985, p. 56-59.

Campeãs do charme, campeões da garra. *Revista Placar*. n. 743, 17 ago. 1984, p. 36.

CARDOSO, Berta Leni Costa. Resenha do livro *Sporting females: critical issues in the history and sociology of women's sports*. London and New York: Routledge, 2003. In:

*Revista Esporte e Sociedade*, n. 16, nov. 2010/fev. 2011. Disponível em: <http://migre.me/45v5p> Acesso em: 15 mar. 2012.

CASTANHEIRA, Maria Auxiliadora Villar. *Capital social, sustentabilidade e esporte: elementos para a construção de uma educação em valores a partir do esporte voleibol*. Curitiba, 2008. 249f. Dissertação (Mestrado em Organizações e desenvolvimento) – Programa de Mestrado em Organizações e Desenvolvimento – Centro Universitário Franciscano do Paraná (UNIFAE).

\_\_\_\_\_. *Entrevista concedida a Juliana Vlastuin*. Rio de Janeiro, 1 out. 2012.

CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CBV. Confederação Brasileira de Voleibol. Seleção brasileira. Disponível em: <http://migre.me/4uUc7> Acesso em: 03 abr. 2012a.

CBV. Confederação Brasileira de Voleibol. Vôlei de praia. Disponível em: <http://migre.me/4uUqg> Acesso em: 03 abr. 2012b.

CBV. Confederação Brasileira de Voleibol. Federações. Disponível em: <http://migre.me/52ZLY> Acesso em: 13 jun. 2012c.

CBV. Confederação Brasileira de Voleibol. Notícias. Disponível em: <http://migre.me/b6ZL7> Acesso em: 10 out. 2012.

CBV. Confederação Brasileira de Voleibol. Relatório da administração 2011. Disponível em: <http://migre.me/ba8Ka> Acesso em: 15 out. 2012.

CBV. Confederação Brasileira de Voleibol. Relatório de sustentabilidade 2011. Disponível em: <http://migre.me/blPWK> Acesso em: 15 out. 2012.

CHABASSUS, Luiz Augusto. Isabel: A grande estrela do vôlei leva uma vida caseira e pacata. *Revista de Domingo*, 1983, p. 10-11.

COB. Comitê Olímpico Brasileiro. Notícias. Disponível em: <http://migre.me/aMUBf> Acesso em: 20 set. 2012.

COELHO, Juliana Affonso Gomes. Voleibol: um espaço híbrido de sociabilidade esportiva. In: TOLEDO, Luiz Henrique de; COSTA, Carlos Eduardo. *Visão de jogo: antropologia das práticas esportivas*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2009, p. 75-93.

COI. Comitê Olímpico Internacional. Jogos Olímpicos. Disponível em: <http://migre.me/9QNtl> Acesso em: 30 mai. 2012a.

COI. Comitê Olímpico Internacional. Sydney 2000. Disponível em: <http://migre.me/9QNpE> Acesso em: 30 mai. 2012b.



COI. Comitê Olímpico Internacional. Atenas 2004. Disponível em: <http://migre.me/9UgDX> Acesso em: 30 mai. 2012c.

COSTA, Lamartine Pereira da (org.). *Atlas do esporte no Brasil*. Rio de Janeiro: CONFEF, 2006.

COSTA, Marília Maciel. *Vôlei de Praia: configurações sociais de um esporte-espetáculo de alto rendimento no Brasil*. Brasília, 2005. 169f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Doutorado em Sociologia, Universidade de Brasília.

CSV. Confederação Sul-americana de Voleibol. História. Disponível em: <http://migre.me/532e1> Acesso em: 13 jun. 2012.

CUNHA, Ângela Regina. Vôlei brasileiro: a importância de uma vitória. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*, n. 48, out./dez. 1981, p. 25-28.

CHAVES, Débora. A explosão de uma musa negra. *Revista Placar*, n. 821, 17 fev. 1986, p. 46-49.

D'ÁVILLA, Renato. *Entrevista concedida a Juliana Vlastuin*. Juiz de Fora, 26 set. 2010.

Dura vida de vôlei. *Revista Placar*, n. 812, 13 dez. 1985, p. 69.

ECHEVERRIA, Regina; COUTINHO, Zuba. Com licença senhores. *Revista Placar*, n. 727, 27 abr. 1984, p. 28-32.

Elas querem ser campeãs olímpicas. *Revista Manchete*, n. 49, 19 set. 1978, p. 20-21.

Estamos preparando o futuro. *Revista Veja*, n. 832, 15 ago. 1984, p. 130.

ESTEVES, Martha. As musas do vôlei contra-atacam. *Revista Placar*, n. 803, 11 out. 1985, p. 55-56.

FERNANDES, Florestan. *Ensaio de sociologia geral e aplicada*. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1976.

FERREIRA, Ana Letícia Padeski. *O estado da arte da Sociologia do Esporte no Brasil: um mapeamento da produção bibliográfica de 1997 a 2007*. Curitiba, 2009. 269f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná.

FERREIRA, Bernardo; CARRIEL, Lígia. Caçador de dondocas. *Revista A+*, n. 250, 24 jun. 2005, p. 14-19.

SOUZA FILHO, Washington; RODRIGUES, João Carlos. É, existe uma diferença.

*Revista Placar*, n. 716, 10 fev. 1984, p. 48-50.

FIVB. Fédération Internationale de Volleyball. FIVB Senior World Ranking – Men. Disponível em: <http://migre.me/4uTWB> Acesso em: 03 abr. 2012a.

FIVB. Fédération Internationale de Volleyball. FIVB Senior World Ranking – Women 2008. Disponível em: <http://migre.me/4uU1t> Acesso em: 03 abr. 2012b.

FIVB. Fédération Internationale de Volleyball. Official rules (2009-2012). Disponível em: <http://migre.me/8Kvb3> Acesso em: 03 abr. 2012c.

FORQUIN, Jean-Claude. Relações entre gerações e processos educativos: transmissões e transformações. Tradução de Jean-Yves de Neufville. In: *Congresso Internacional Co-Educação de Gerações*. Sesc São Paulo, out. 2003. Disponível em: <http://migre.me/3usC8> Acesso em: 07 jan. 2011.

GOELLNER, Silvana Vilodre. As atividades corporais e esportivas e a visibilidade das mulheres na sociedade brasileira do início deste século. *Revista Movimento*, Porto Alegre, v. 9, n. 1, 1998, p. 47-57.

\_\_\_\_\_. História das mulheres no esporte: o gênero como categoria analítica. In: *XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e II Congresso Internacional de Ciências do Esporte*. Pernambuco, 2007, p. 1-10. Disponível em: <http://migre.me/3YK2o> Acesso em: 01 mar. 2011.

GOLDEMBERG, Mirian et al. (org.). *Nu e vestido: dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GOMES, Euza Maria de Paiva. *A participação das mulheres na gestão do esporte brasileiro: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2008.

GOULD, Stephen Jay. J. *A falsa medida do homem*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GRAÇA FILHO, Ary. *Estratégia institucional do esporte no Brasil: reflexões estratégicas a favor do esporte democrático e solidário*. Rio de Janeiro: Menthor Textual, 2010.

Guerra nas vitrines: vôlei bate futebol. *Revista Placar*, n. 745, 31 ago. 1984, p. 60.

GUILHERME, Adolfo. *Voleibol à beira da quadra: técnica e tática*. 2. ed. São Paulo: Hemus, 1979.

HARGREAVES, Jennifer. *Sporting females: critical issues in the history and sociology of women's sports*. London and New York: Routledge, 2003.

HOFMEISTER FILHO, Carlos. *90 anos do Grêmio Náutico União "o clube das três sedes" – 1906/1996*. Porto Alegre, RS: 1996.

KASZNAR, Istvan; GRAÇA FILHO, Ary S. *Estratégia empresarial: modelo de gestão vitorioso e inovador da Confederação Brasileira de Voleibol*. São Paulo: M. Books, 2006.

\_\_\_\_\_. *A indústria do esporte no Brasil: economia, PIB, empregos e evolução dinâmica*. São Paulo: M. Books, 2012.

KASZNAR, Istvan. *Análise técnica de estatísticas do esporte: perfil dos brasileiros ao praticarem lazer*. Rio de Janeiro: Menthor Textual, 2010.

KFOURI, Juca. Opinião de Placar. *Revista Placar*, n. 588, 1981, p. 13.

KOCH, Rodrigo. *Tie-break: a saga dourada do vôlei masculino no Brasil*. Porto Alegre: Editora Dora Luzzatto, 2005.

LACRAVE, Rose-Marie. A lucidez dos dominados. In: ENCREVÉ, Pierre; LACRAVE, Rose-Marie (orgs.). *Trabalhar com Bourdieu*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 315-325.

LE BRETON, David. *A sociologia do corpo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

LENK, Maria. *Braçadas e abraços*. Rio de Janeiro: Bradesco, 1982.

LOPES, Tim. Rio de Janeiro, capital do vôlei. *Revista Placar*, n. 818, 27 jan. 1986, p. 62-63.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

Los Angeles 84. *Revista Placar*, n. 740, 27 jul. 1984 (edição especial).

LÖWY, Michael. *Redenção e utopia: o judaísmo libertário na Europa Central*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MACHADO, Rodolpho. O salto para a glória. *Revista Placar*, n. 649, 29 out. 1982, p. 58-61.

\_\_\_\_\_. A inflação também pegou Jacqueline. *Revista Placar*, n. 689, 5 ago. 1983, p. 32.

\_\_\_\_\_. Os amores de Vera. *Revista Placar*, 2 nov. 1984.

MANNHEIM, Karl. *Srukturen des Denkens*. Frankfurt: M.: Suhrkamp, 1980.

\_\_\_\_\_. *Sociologia*. São Paulo. Ática, 1982.

\_\_\_\_\_. *Sociologia do conhecimento*. v. 2, Porto: Rés, 1986.

MARANHÃO, Carlos. Vôlei feminino: um lento progresso. *Revista Placar*, n. 732, 1 jun. 1984, p. 12-15.

MARCHI JR., Wanderley. “*Sacando*” o voleibol: do amadorismo à espetacularização da modalidade no Brasil (1970-2008). Campinas, 2001, 282f. Tese (Doutorado em Educação Física), Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.

\_\_\_\_\_. Wanderley. “*Sacando*” o Voleibol. São Paulo: Hucitec; Ijuí: Unijuí, 2004.

MAUSS, Marcel. Les techniques du corps. In: *Sociologie et ethnologie*. Paris: PUF (1936) 1950, p. 368-369.

MEDEIROS, Ana Maria Richa. *Entrevista concedida a Juliana Vlastuin*. Rio de Janeiro, 28 nov. 2012.

MICELI, Sérgio. *História das Ciências Sociais no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Sumaré, 2001.

MILLS, Charles Wright. *A imaginação sociológica*. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1975.

MORAES, Sérgio. Estrela em apuros. *Revista Placar*, n. 775, 29 mar. 1985, p. 49.

MOREIRA, Tatiana Sviesk. *O voleibol feminino no Brasil: do amadorismo à profissionalização*. Curitiba, 2009. 157f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Paraná.

MOURÃO, Ludmila. Representação social da mulher brasileira nas atividades físico-desportivas: da segregação à democratização. *Revista Movimento*, ano VII, n. 13, 2000, p. 5-18.

\_\_\_\_\_. Exclusão e inserção da mulher brasileira em atividades físicas e desportivas. In: SIMÕES, Antonio Carlos (org.). *Mulher e esporte: mitos e verdades*. São Paulo: Manole, 2003, p. 123-154.

Nos embalos de Doris Day. *Revista Placar*, n. 796, 23 ago. 1985, p. 46-48.

O duro teste começa. *Revista Veja*, n. 831, 8 ago. 1984, p. 40-41.

O julgamento de Jacqueline. *Revista Placar*, n. 790, 12 jul. 1985, p. 22-30.

OLIVEIRA, Rosemeire; POLIDORO, Daniel José; SIMÕES, Antônio Carlos. Perspectivas de vida e transição de carreira de mulheres-atletas de voleibol. In: SIMÕES, Antonio Carlos (org.). *Mulher e esporte: mitos e verdades*. São Paulo: Manole, 2003, p. 177-191.

OLIVEIRA, Elisângela. *Entrevista concedida a Juliana Vlastuin*. São Paulo, 11 jul. 2012.

OLYMPIKUS. Histórico. Disponível em: <http://migre.me/5kabs> Acesso em: 22 jul. 2012.

Os craques do vôlei devem ir para o exterior? *Revista Placar*, n. 745, 31 ago. 1984, p. 58.

O time das descamisadas pede passagem. *Revista Placar*, n. 1046, 6 jul. 1990, p. 30.

PINHEIRO, Ana Beatriz Latorre de Faria. *O marketing no voleibol brasileiro masculino no período de 1980 a 1994*. Rio de Janeiro, 1995. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Escola de Educação Física e Desporto, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PIZZOLATO, Eduardo de Andrade. *Profissionalização de organizações esportivas: estudo de caso do voleibol brasileiro*. Rio de Janeiro, 2004. 125f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

PRATA, Leonel; GUÍMARO, Ana Luiza. Carlos Nuzman, o pai da matéria. In: *Revista Saque*, n. 1, jul. 1985, p. 11-13.

PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

PRONI, Marcelo Weishaupt; ARAUJO, Lucas Speranza; AMORIM, Ricardo L. C. Leitura econômica dos Jogos Olímpicos: financiamento, organização e resultados. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. Rio de Janeiro, ago. 2008, 52p.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Renovação no vôlei. *Revista Placar*, n. 923, 12 fev. 1988, p. 50.

RICHARDSON, Robert Jarry et al. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RITO, Lucia. Um vôlei de estrelas e contradições. *Jornal do Brasil*, n. 470, 5 mai. 1985, p. 20-22.

ROESE, Heloísa Helena Santos. *Entrevista concedida a Juliana Vlastuin*. Rio de Janeiro, 21 mai. 2012.

SALVINI, Leila. *Novo Mundo Futebol Clube e o “velho mundo” do futebol: considerações sociológicas sobre o habitus esportivo de jogadoras de futebol*. Curitiba, 2012. 183f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação

em Educação Física, Universidade Federal do Paraná.

Saque decisivo. *Revista Veja*, n. 755, 23 fev. 1983, p. 68.

SCHÄFFER, Burkhard. *Generationen – Medien – Bildung: Medienpraxiskulturen im Generationenvergleich*. Opladen: Leske + Budrich, 2003.

SCOTT, Joan Wallach. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. *Revista Educação e Realidade*: Porto Alegre, v. 16, n. 2, 1995, p. 5-22.

SERAPICOS, Mário; SORMANI, Fábio Rocco. Pirelli é mais vôlei. *Revista Placar*, n. 662, 28 jan. 1983, p. 62-65.

SILVA, Jacqueline Louise. *Jackie do Brasil: autobiografia de uma jogadora não autorizada*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

Só o judô foi ouro. *Revista Placar*, n. 969, 30 dez. 1988, p. 36.

SORMANI, Fábio Rocco. Sul-Americano de vôlei. Obrigado, meninas. *Revista Placar*, n. 588, 21 ago. 1981, p. 67-68.

\_\_\_\_\_; ARAUJO, Maria Helena Araújo. Voleibol feminino: uma rede de intrigas. *Revista Placar*, n. 703, 11 nov. 1983, p. 42-44.

\_\_\_\_\_. A festa do vôlei. *Revista Placar*, n. 1, 21 jan. 1983, p. 70-73.

SOUZA, Hélia Rogério de. *Entrevista concedida a Juliana Vlastuin*. Curitiba, 10 dez. 2011.

TAVARES, Otávio; PORTELA, Fernando. Jogos femininos do Estado de São Paulo (1935): a primeira 'olimpíada' feminina do Brasil. In: *VI Congresso Brasileiro de História do Esporte, Lazer e Educação Física*, Rio de Janeiro. Anais... Universidade Gama Filho/EDUGF, 1998.

Teste para Los Angeles. *Revista Placar*, n. 731, 15 mai. 1984, p. 18.

TORRAGA, Tales. *Brasil, o país do vôlei*. São Paulo: VipComm, 2011.

Um ano feminino. *Revista Placar*, n. 816, 13 jan. 1986, p. 60-62.

Uma brilhante volta por cima. *Revista Placar*, n. 852, 22 set. 1986, p. 68-70.

VALLE, Luciano do. O vôlei está mais perto da glória. *Revista Placar*, n. 685, 8 jul. 1983, p. 33.

\_\_\_\_\_. *Revista Saque*, São Paulo, n. 3, 1985. Entrevista.

VALPORTO, Oscar. *Atleta substantivo feminino: as mulheres brasileiras nos Jogos Olímpicos*, Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

\_\_\_\_\_. *Vôlei no Brasil: uma história de grandes manchetes*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

Vera Mossa barra Jorjão. *Revista Placar*, n. 960, 28 out. 1988, p. 33.

VILLAS BÔAS, Gláucia. *A recepção da sociologia alemã no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006a.

\_\_\_\_\_. *Mudança provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006b.

Volibol e atletismo. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*, n. 51, out./mar. 1983, p. 46.

VLASTUIN, Juliana. *O caso da equipe de voleibol feminino Rexona (1997-2003): um estudo das inter-relações com a mídia esportiva*. Curitiba, 2008. 161f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Paraná.

WACQUANT, Löic J.D. *Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

\_\_\_\_\_. The sociological life of Pierre Bourdieu. *International Sociology Sage*, London, v. 17, n. 4, 2002, p. 549-556. Disponível em: <http://migre.me/9iro6> Acesso em: 09 mar. 2012.

WELLER, Wivian. A contribuição de Karl Mannheim para a pesquisa qualitativa: aspectos teóricos e metodológicos. *Revista Sociologias*, n. 13, 2005, p. 260-300.

\_\_\_\_\_. Karl Mannheim: um pioneiro da sociologia da juventude. In: *Congresso Brasileiro de Sociologia*, 13, 2007, Recife. Disponível em: <http://migre.me/3tzCn> Acesso em: 09 mar. 2012.

YNCERA, Ignacio Sánchez. La sociología ante el problema generacional: anotaciones al trabajo de Karl Mannheim. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, n. 62, 1993, p. 147-192. Disponível em: <http://migre.me/3tzla> Acesso em: 01 mar. 2012.

# APÊNDICES



## APÊNDICES

APÊNDICE 01: PROTOCOLO DE ENTREVISTA.....	210
APÊNDICE 02: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E INFORMADO DA PESQUISA.....	211
APÊNDICE 03: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E INFORMADO DE MARIA AUXILIADORA VILLAR CASTANHEIRA.....	212
APÊNDICE 04: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E INFORMADO DE HELOISA HELENA SANTOS ROESE.....	213
APÊNDICE 05: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E INFORMADO DE ANA MARIA RICHIA MEDEIROS.....	214
APÊNDICE 06: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E INFORMADO DE HÉLIA ROGÉRIO DE SOUSA PINTO.....	215
APÊNDICE 07: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E INFORMADO DE ELISANGELA OLIVEIRA.....	216
APÊNDICE 08: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E INFORMADO DE RENATO D'ÁVILLA.....	217

## APÊNDICE 01: PROTOCOLO DE ENTREVISTA



Ministério da Educação  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
Doutorado em Sociologia

**PROTOCOLO DE ENTREVISTA**

1. Quais foram os cargos e as posições que você ocupou dentro do período de atuação na seleção/clube?
2. Quais características você destaca com relação a passagem do amadorismo a profissionalização da seleção? E dos clubes?
3. Você acha que o voleibol feminino foi uma “porta de entrada” para a prática de modalidades coletivas por mulheres, tendo em vista que historicamente o futebol se constituiu essencialmente como uma modalidade masculina? Por quê?
4. Em sua opinião, quais os fatores levaram o voleibol feminino a ser uma modalidade campeã olímpica?
5. O que você considera fundamental para a construção de uma geração olímpica? Como uma geração se distingue da outra?
6. É preciso tornar uma modalidade profissional para se obter consumo desta? Ou o contrário, o consumo de uma modalidade a torna profissional?
7. As chamadas “Musas do vôlei” contribuíram para a popularização e conseqüente aumento da procura pela modalidade? Quais diferenciais você apontaria?
8. Você considera que o sucesso conquistado pelo voleibol feminino é resultado do mesmo caminho percorrido pelo masculino? Por quê?
9. No momento em que você atuou como atleta existiu alguma dependência da equipe feminina em relação à equipe masculina em sua opinião? Como?
10. Qual a importância da inserção dos patrocinadores para a profissionalização do voleibol feminino (seleção/clubes)? Como que você vê isso?
11. Para você, porque houve alterações nas regras do voleibol? Até que ponto essas alterações ajudaram na atratividade da modalidade?
12. O apoio e a estrutura do voleibol feminino em clubes e na seleção diferem do apoio e a estrutura do voleibol masculino? Como você percebe essa questão?
13. Você tem alguma informação relevante que deseja acrescentar?

## APÊNDICE 02: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E INFORMADO DA PESQUISA



Ministério da Educação  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
Doutorado em Sociologia



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E INFORMADO DA PESQUISA

Este é um convite para você participar voluntariamente do estudo “História-social do voleibol feminino no Brasil (1980-2008)”. A presente pesquisa será realizada como trabalho de conclusão do Curso de Doutorado em Sociologia, Linha de Pesquisa Cultura e Sociabilidades da Universidade Federal do Paraná, pela Prof<sup>a</sup>. Ms. Juliana Vlastuin, com orientação do Prof<sup>o</sup> Dr. Wanderley Marchi Júnior. Por favor, leia com atenção as informações abaixo antes de dar seu consentimento.

#### OBJETIVO DO ESTUDO

Analisar os diferentes contextos histórico-sociológicos que definiram as fases do amadorismo à profissionalização do voleibol feminino no Brasil de 1970 a 2008.

#### PROCEDIMENTOS

A sua contribuição será através da realização de uma entrevista, com duração de, no máximo uma hora. Para esse registro será utilizado um leitor digital de voz para posterior transcrição e análise das entrevistas.

#### PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA

A sua participação neste estudo é voluntária e sem riscos, podendo encerrar-se por sua vontade a qualquer momento. Diante do exposto acima, eu \_\_\_\_\_, declaro que fui esclarecido(a) sobre os objetivos, procedimentos e benefícios do presente estudo. Concedo meu acordo de participação de livre e espontânea vontade. Declaro também não possuir nenhum grau de dependência profissional ou educacional com os pesquisadores envolvidos no projeto, não me sentindo pressionado de nenhum modo a participar. Todas as informações prestadas por esta entrevista serão depositadas em um banco de dados no Centro de Pesquisa em Esporte e Lazer (CEPELS) para fins de utilização em outras pesquisas. Ciente de que os resultados serão tornados públicos em pesquisa científica dessa instituição.

#### RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA

Dr. Wanderley Marchi Júnior  
Universidade Federal do Paraná – UFPR  
E-mail: [marchijr@ufpr.br](mailto:marchijr@ufpr.br)

Ms. Juliana Vlastuin  
Universidade Federal do Paraná – UFPR  
E-mail: [vlastuin6@yahoo.com.br](mailto:vlastuin6@yahoo.com.br)

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

\_\_\_\_\_  
(Entrevistado)

RG

\_\_\_\_\_  
(Pesquisador)

RG

## APÊNDICE 03: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E INFORMADO DE MARIA AUXILIADORA VILLAR CASTANHEIRA



Ministério da Educação  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
Doutorado em Sociologia



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E INFORMADO DA PESQUISA

Este é um convite para você participar voluntariamente do estudo "História-social do voleibol feminino no Brasil (1980-2008)". A presente pesquisa será realizada como trabalho de conclusão do Curso de Doutorado em Sociologia, Linha de Pesquisa Cultura e Sociabilidades da Universidade Federal do Paraná, pela Prof<sup>a</sup>. Ms. Juliana Vlastuin, com orientação do Prof<sup>o</sup> Dr. Wanderley Marchi Júnior. Por favor, leia com atenção as informações abaixo antes de dar seu consentimento.

#### OBJETIVO DO ESTUDO

Analisar os diferentes contextos histórico-sociológicos que definiram as fases do amadorismo à profissionalização do voleibol feminino no Brasil de 1970 a 2008.

#### PROCEDIMENTOS

A sua contribuição será através da realização de uma entrevista, com duração de, no máximo uma hora. Para esse registro será utilizado um leitor digital de voz para posterior transcrição e análise das entrevistas.

#### PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA

A sua participação neste estudo é voluntária e sem riscos, podendo encerrar-se por sua vontade a qualquer momento. Diante do exposto acima, eu Ms. Auxiliadora Villar Castanheira, declaro que fui esclarecido(a) sobre os objetivos, procedimentos e benefícios do presente estudo. Concedo meu acordo de participação de livre e espontânea vontade. Declaro também não possuir nenhum grau de dependência profissional ou educacional com os pesquisadores envolvidos no projeto, não me sentindo pressionado de nenhum modo a participar. Todas as informações prestadas por esta entrevista serão depositadas em um banco de dados no Centro de Pesquisa em Esporte e Lazer (CEPELS) para fins de utilização em outras pesquisas. Ciente de que os resultados serão tornados públicos em pesquisa científica dessa instituição.

#### RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA

Dr. Wanderley Marchi Júnior  
Universidade Federal do Paraná – UFPR  
E-mail: [marchijr@ufpr.br](mailto:marchijr@ufpr.br)

Ms. Juliana Vlastuin  
Universidade Federal do Paraná – UFPR  
E-mail: [vlastuin6@yahoo.com.br](mailto:vlastuin6@yahoo.com.br)

Curitiba, 01 de outubro de 2012.

Maria Auxiliadora Villar Castanheira

(Entrevistado)

RG 11720288

Juliana Vlastuin

(Pesquisador)

RG 70861739.

## APÊNDICE 04: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E INFORMADO DE HELOISA HELENA SANTOS ROESE



Ministério da Educação  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
Doutorado em Sociologia



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E INFORMADO DA PESQUISA

Este é um convite para você participar voluntariamente do estudo "História-social do voleibol feminino no Brasil (1980-2008)". A presente pesquisa será realizada como trabalho de conclusão do Curso de Doutorado em Sociologia, Linha de Pesquisa Cultura e Sociabilidades da Universidade Federal do Paraná, pela Prof<sup>a</sup>. Ms. Juliana Vlastuin, com orientação do Prof<sup>o</sup> Dr. Wanderley Marchi Júnior. Por favor, leia com atenção as informações abaixo antes de dar seu consentimento.

#### OBJETIVO DO ESTUDO

Analisar os diferentes contextos histórico-sociológicos que definiram as fases do amadorismo à profissionalização do voleibol feminino no Brasil de 1970 a 2008.

#### PROCEDIMENTOS

A sua contribuição será através da realização de uma entrevista, com duração de, no máximo uma hora. Para esse registro será utilizado um leitor digital de voz para posterior transcrição e análise das entrevistas.

#### PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA

A sua participação neste estudo é voluntária e sem riscos, podendo encerrar-se por sua vontade a qualquer momento. Diante do exposto acima, eu Helois Helena Santos Roese declaro que fui esclarecido(a) sobre os objetivos, procedimentos e benefícios do presente estudo. Concedo meu acordo de participação de livre e espontânea vontade. Declaro também não possuir nenhum grau de dependência profissional ou educacional com os pesquisadores envolvidos no projeto, não me sentindo pressionado de nenhum modo a participar. Todas as informações prestadas por esta entrevista serão depositadas em um banco de dados no Centro de Pesquisa em Esporte e Lazer (CEPELS) para fins de utilização em outras pesquisas. Ciente de que os resultados serão tomados públicos em pesquisa científica dessa instituição.

#### RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA

Dr. Wanderley Marchi Júnior  
Universidade Federal do Paraná – UFPR  
E-mail: [marchijr@ufpr.br](mailto:marchijr@ufpr.br)

Ms. Juliana Vlastuin  
Universidade Federal do Paraná – UFPR  
E-mail: [vlastuin6@yahoo.com.br](mailto:vlastuin6@yahoo.com.br)

Helois Helena S. Roese Curitiba, 21 de maio de 2012.  
(Entrevistado) RG 05687271-6 IFP

Juliana Vlastuin  
(Pesquisador) RG 70861739.

## APÊNDICE 05: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E INFORMADO DE ANA MARIA RICHAMEDEIROS



Ministério da Educação  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
Doutorado em Sociologia



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E INFORMADO DA PESQUISA

Este é um convite para você participar voluntariamente do estudo "História-social do voleibol feminino no Brasil (1980-2008)". A presente pesquisa será realizada como trabalho de conclusão do Curso de Doutorado em Sociologia, Linha de Pesquisa Cultura e Sociabilidades da Universidade Federal do Paraná, pela Profª. Ms. Juliana Vlastuin, com orientação do Profº Dr. Wanderley Marchi Júnior. Por favor, leia com atenção as informações abaixo antes de dar seu consentimento.

#### OBJETIVO DO ESTUDO

Analisar os diferentes contextos histórico-sociológicos que definiram as fases do amadorismo à profissionalização do voleibol feminino no Brasil de 1970 a 2008.

#### PROCEDIMENTOS

A sua contribuição será através da realização de uma entrevista, com duração de, no máximo uma hora. Para esse registro será utilizado um leitor digital de voz para posterior transcrição e análise das entrevistas.

#### PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA

A sua participação neste estudo é voluntária e sem riscos, podendo encerrar-se por sua vontade a qualquer momento. Diante do exposto acima, eu ANA RICHAMEDEIROS, declaro que fui esclarecido(a) sobre os objetivos, procedimentos e benefícios do presente estudo. Concedo meu acordo de participação de livre e espontânea vontade. Declaro também não possuir nenhum grau de dependência profissional ou educacional com os pesquisadores envolvidos no projeto, não me sentindo pressionado de nenhum modo a participar. Todas as informações prestadas por esta entrevista serão depositadas em um banco de dados no Centro de Pesquisa em Esporte e Lazer (CEPELS) para fins de utilização em outras pesquisas. Ciente de que os resultados serão tornados públicos em pesquisa científica dessa instituição.

#### RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA

Dr. Wanderley Marchi Júnior  
Universidade Federal do Paraná – UFPR  
E-mail: [marchijr@ufpr.br](mailto:marchijr@ufpr.br)

Ms. Juliana Vlastuin  
Universidade Federal do Paraná – UFPR  
E-mail: [vlastuin6@yahoo.com.br](mailto:vlastuin6@yahoo.com.br)

Curitiba, 29 de novembro de 2012.

Ana Maria Richa Medeiros

(Entrevistado)

RG

J. Vlastuin

(Pesquisador)

RG 70861739

## APENDICE 06: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E INFORMADO DE HÉLIA ROGÉRIO DE SOUSA PINTO



Ministério da Educação  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
Doutorado em Sociologia



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E INFORMADO DA PESQUISA

Este é um convite para você participar voluntariamente do estudo "História-social do voleibol feminino no Brasil (1980-2008)". A presente pesquisa será realizada como trabalho de conclusão do Curso de Doutorado em Sociologia, Linha de Pesquisa Cultura e Sociabilidades da Universidade Federal do Paraná, pela Prof<sup>a</sup>. Ms. Juliana Vlastuin, com orientação do Prof<sup>o</sup> Dr. Wanderley Marchi Júnior. Por favor, leia com atenção as informações abaixo antes de dar seu consentimento.

#### OBJETIVO DO ESTUDO

Analisar os diferentes contextos histórico-sociológicos que definiram as fases do amadorismo à profissionalização do voleibol feminino no Brasil de 1970 a 2008.

#### PROCEDIMENTOS

A sua contribuição será através da realização de uma entrevista, com duração de, no máximo uma hora. Para esse registro será utilizado um leitor digital de voz para posterior transcrição e análise das entrevistas.

#### PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA

A sua participação neste estudo é voluntária e sem riscos, podendo encerrar-se por sua vontade a qualquer momento. Diante do exposto acima, eu Hélia Rogério de Souza Pinto, declaro que fui esclarecido(a) sobre os objetivos, procedimentos e benefícios do presente estudo. Concedo meu acordo de participação de livre e espontânea vontade. Declaro também não possuir nenhum grau de dependência profissional ou educacional com os pesquisadores envolvidos no projeto, não me sentindo pressionado de nenhum modo a participar. Todas as informações prestadas por esta entrevista serão depositadas em um banco de dados no Centro de Pesquisa em Esporte e Lazer (CEPELS) para fins de utilização em outras pesquisas. Ciente de que os resultados serão tornados públicos em pesquisa científica dessa instituição.

#### RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA

Dr. Wanderley Marchi Júnior  
Universidade Federal do Paraná – UFPR  
E-mail: [marchijr@ufpr.br](mailto:marchijr@ufpr.br)

Ms. Juliana Vlastuin  
Universidade Federal do Paraná – UFPR  
E-mail: [vlastuin6@yahoo.com.br](mailto:vlastuin6@yahoo.com.br)

Curitiba, 10 de dezembro de 2011.

Hélia Rogério de Souza Pinto

(Entrevistado)

RG 18005268

J. Vlastuin

(Pesquisador)

RG 7086139

## APÊNDICE 07: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E INFORMADO DE ELISANGELA OLIVEIRA

### APÊNDICE 02: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E INFORMADO DA PESQUISA



Ministério da Educação  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
Doutorado em Sociologia



#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E INFORMADO DA PESQUISA

Este é um convite para você participar voluntariamente do estudo "História-social do voleibol feminino no Brasil (1980-2008)". A presente pesquisa será realizada como trabalho de conclusão do Curso de Doutorado em Sociologia, Linha de Pesquisa Cultura e Sociabilidades da Universidade Federal do Paraná, pela Prof<sup>a</sup>. Ms. Juliana Vlastuin, com orientação do Prof<sup>o</sup> Dr. Wanderley Marchi Júnior. Por favor, leia com atenção as informações abaixo antes de dar seu consentimento.

#### OBJETIVO DO ESTUDO

Analisar os diferentes contextos histórico-sociológicos que definiram as fases do amadorismo à profissionalização do voleibol feminino no Brasil de 1970 a 2008.

#### PROCEDIMENTOS

A sua contribuição será através da realização de uma entrevista, com duração de, no máximo uma hora. Para esse registro será utilizado um leitor digital de voz para posterior transcrição e análise das entrevistas.

#### PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA

A sua participação neste estudo é voluntária e sem riscos, podendo encerrar-se por sua vontade a qualquer momento. Diante do exposto acima, eu Elisangela A. de Oliveira, declaro que fui esclarecido(a) sobre os objetivos, procedimentos e benefícios do presente estudo. Concedo meu acordo de participação de livre e espontânea vontade. Declaro também não possuir nenhum grau de dependência profissional ou educacional com os pesquisadores envolvidos no projeto, não me sentindo pressionado de nenhum modo a participar. Todas as informações prestadas por esta entrevista serão depositadas em um banco de dados no Centro de Pesquisa em Esporte e Lazer (CEPELS) para fins de utilização em outras pesquisas. Ciente de que os resultados serão tornados públicos em pesquisa científica dessa instituição.

#### RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA

Dr. Wanderley Marchi Júnior  
Universidade Federal do Paraná – UFPR  
E-mail: [marchijr@ufpr.br](mailto:marchijr@ufpr.br)

Ms. Juliana Vlastuin  
Universidade Federal do Paraná – UFPR  
E-mail: [vlastuin6@yahoo.com.br](mailto:vlastuin6@yahoo.com.br)

Curitiba, 11 de Julho de 2012.

Elisangela A. de Oliveira

(Entrevistado)

RG 71536700

Juliana Vlastuin

(Pesquisador)

RG 40861739



## APENDICE 08: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E INFORMADO DE RENATO D'ÁVILLA



Ministério da Educação  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
Doutorado em Sociologia



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E INFORMADO DA PESQUISA

Este é um convite para você participar voluntariamente do estudo "Análise sociológica da história do voleibol feminino no Brasil (1970-2008)". A presente pesquisa será realizada como trabalho de conclusão do Curso de Doutorado em Sociologia, Linha de Pesquisa Cultura e Sociabilidades da Universidade Federal do Paraná, pela Prof<sup>a</sup>. Ms. Juliana Vlastuin, com orientação do Prof<sup>o</sup> Dr. Wanderley Marchi Júnior. Por favor, leia com atenção as informações abaixo antes de dar seu consentimento.

#### • OBJETIVO DO ESTUDO

Analisar os diferentes contextos histórico-sociológicos que definiram as fases do amadorismo à profissionalização do voleibol feminino profissional no Brasil de 1970 a 2008.

#### • PROCEDIMENTOS

A sua contribuição será através da realização de uma entrevista, com duração de, no máximo uma hora. Para esse registro será utilizado um leitor digital de voz para posterior transcrição e análise das entrevistas.

#### • PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA

A sua participação neste estudo é voluntária e sem riscos, podendo encerrar-se por sua vontade a qualquer momento. Diante do exposto acima, eu Renato Paula, declaro que fui esclarecido(a) sobre os objetivos, procedimentos e benefícios do presente estudo. Concedo meu acordo de participação de livre e espontânea vontade. Declaro também não possuir nenhum grau de dependência profissional ou educacional com os pesquisadores envolvidos no projeto, não me sentindo pressionado de nenhum modo a participar. Todas as informações prestadas por esta entrevista serão depositadas em um banco de dados no Centro de Pesquisa em Esporte e Lazer (CEPELS) para fins de utilização em outras pesquisas. Ciente de que os resultados serão tornados públicos em pesquisa científica dessa instituição.

#### RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA

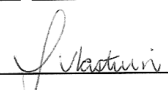
Dr. Wanderley Marchi Júnior  
Universidade Federal do Paraná – UFPR  
E-mail: [marchijr@ufpr.br](mailto:marchijr@ufpr.br)

Ms. Juliana Vlastuin  
Universidade Federal do Paraná – UFPR  
E-mail: [vlastuin6@yahoo.com.br](mailto:vlastuin6@yahoo.com.br)

  
\_\_\_\_\_  
(Entrevistado)

RG 3537301 SSP/PR

JUIZ DE FORA, 26 de Setembro de 2010.

  
\_\_\_\_\_  
(Pesquisador)

RG 40961739/SSPPR